Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI

Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP

RELATÓRIO DE GESTÃO FINEP - 2011

Rio de Janeiro, 2012

45 anos FINEP
INOVAÇÃO PARA O BRASIL

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

GOVERNO FEDERAL BRASIL PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos
Relatório de Gestão 2011

PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Dilma Vana Rousseff

MINISTRO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
Marco Antonio Raupp

SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
Luiz Antonio Rodrigues Elias

DIRETORIA EXECUTIVA

Glauco Antonio Truzzi Arbix
PRESIDENTE

Fernando de Nielander Ribeiro
DIRETOR

João Alberto De Negri
DIRETOR

Roberto Vermulm
DIRETOR

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Marco Antonio Raupp
PRESIDENTE

Glauco Antonio Truzzi Arbix
CONSELHEIRO NATO

Eduardo Martins Pereira
CONSELHEIRO

Júlio Alexandre Menezes da Silva
CONSELHEIRO

Paulo Bernardo Silva
CONSELHEIRO

Pedro de Carvalho Pontual
CONSELHEIRO

CONSELHO FISCAL

Luiz Antonio de Mello Rebello
PRESIDENTE

Marco Antonio de Oliveira
CONSELHEIRO TITULAR

Éride Machado Bueno Bomtempo
CONSELHEIRA TITULAR

José Luis Pinho Leite Gordon
CONSELHEIRO SUPLENTE

Gerson Galvão
CONSELHEIRO SUPLENTE

Soraya Freitas Caixeta
CONSELHEIRA SUPLENTE

Posição em maio de 2012.

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI

Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP

Relatório de Gestão do Exercício de 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que a FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da Resolução TCU nº 234/2010, da DN TCU nº 108/2010, da Portaria TCU nº 123/2011 e das orientações do órgão de controle interno através da Portaria CGU 2.546/2010.

Unidades Consolidadas no Relatório:

- ✓ FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos
- ✓ Programa de Ações Especiais do MCT/FINEP

Responsável pela elaboração do Relatório de Gestão:

Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) / Área de Planejamento (APLA)

Rio de Janeiro/RJ
2012

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS 4
LISTA DE GRÁFICOS 5
INTRODUÇÃO 6
1 IDENTIFICAÇÃO 8
2 PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA 9
2.1 RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA FINEP 9
2.2 ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS 11
2.3 PROGRAMAS E AÇÕES SOB A RESPONSABILIDADE DA FINEP 20
2.4 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO 29
3 INFORMAÇÕES SOBRE RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS 46
4 INFORMAÇÃO SOBRE RESTOS A PAGAR 46
5 INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS 47
5.1 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE EMPREGADOS ATIVOS 47
5.2 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE EMPREGADOS INATIVOS E PENSIONISTAS 50
5.3 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS 50
5.4 DEMONSTRAÇÃO DOS CUSTOS DE PESSOAL 51
5.5 TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA PELA FINEP 51
5.6 CONCURSOS PÚBLICOS REALIZADOS 53
5.7 CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 55
5.8 INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS 56
5.9 NOVO MODELO DE GESTÃO DE PESSOAS 58
6 INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS NO EXERCÍCIO 59
6.1 OPERAÇÕES REALIZADAS COM RECURSOS DE TERCEIROS – Unidade Gestora 410049 - FUNTTEL - Operações Não Reembolsáveis 59
6.2 OPERAÇÕES REALIZADAS COM RECURSOS DE TERCEIROS – Unidade Gestora UG 360001 – Contratos e Convênios 60
7 DECLARAÇÃO DA ÁREA RESPONSÁVEL – NOS SISTEMAS SIASG E SICONV 66
7.1 SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS - SIASG 66
7.2 SISTEMA DE GESTÃO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE - SICONV 66
8 INFORMAÇÕES SOBRE CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES RELACIONADAS À ENTREGA E TRATAMENTO DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDA 67
9 FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO 69
9.1 COMPLIANCE 70
9.2 GESTÃO DE PROCESSOS 70
9.3 NORMALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS 71
10 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS 71
11 GESTÃO DO PATRIMÔNIO 72
11.1 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DE BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL 72
11.2 DISCRMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA FINEP 72
12 GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO 73
13 CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL 73
14 RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS 73
15 PROVIDÊNCIAS PARA ATENDER TCU E OCI 74
15.1 TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO 74
15.2 CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO 74
16 INFORMAÇÕES SOBRE TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO 77
17 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES 79
17.1 MODELO JURÍDICO INSTITUCIONAL 79
17.2 PROJETO MODERNIZE 79
18 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO 84
18.1 DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL 84
18.2 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PREVISTAS NA LEI Nº 4.320/64 84
18.3 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PREVISTAS NA LEI Nº 6.404/76 84
18.4 COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL 84
18.5 PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 84
19 CONTEÚDO ESPECÍFICO 85

19.1 AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA 85
19.2 REMUNERAÇÃO PAGA AOS ADMINISTRADORES 87
19.3 PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS 87
19.4 PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA PELA FINEP 88
20 PROGRAMA DE AÇÕES ESPECIAIS MCT/FINEP 91
21 RESULTADOS E CONCLUSÕES 92

LISTA DE QUADROS

QUADRO I – Identificação da FINEP – Relatório de Gestão Consolidado 8
QUADRO II: Evolução da Captação de Recursos para Operações de Crédito 13
QUADRO III – Operações com o Setor Produtivo Aprovadas em 2011 18
QUADRO IV: Execução Física da Ação 0A37 21
QUADRO V: Execução Física da Ação 0741 22
QUADRO VI – Disponibilidade Orçamentária Ação 0741 - Equalização 23
QUADRO VII: Execução Física da Ação 0745 24
QUADRO VIII: Fundos de Investimento Apoiados pela FINEP 25
QUADRO IX: Execução Física da Ação 0748 26
QUADRO X – Distribuição Regional das Inscrições – Prêmio FINEP 28
QUADRO XI – Dispêndios – Executados em 2011 x Projetados para 2011 x Executados em 2010 33
QUADRO XII – Aplicações em Operações de Crédito em 2011 35
QUADRO XIII – Comparativo do Nº e Valor das Operações de Crédito Processadas em 2010 e 2011 36
QUADRO XIV: Evolução da Demanda por Financiamento 36
QUADRO XV – Garantias das Operações Contratadas em 2011 41
QUADRO XVI: Inadimplência e Realizável Contábil 42
QUADRO XVII: Valores Recuperados e Resultados da FINEP 43
QUADRO XVIII – Renegociações Aprovadas em 2011 44
QUADRO XIX – Evolução dos Valores Captados, Contratados, Liberados e Realizável Bruto 45
QUADRO XX – Força de Trabalho da FINEP – Situação apurada em 31/12/11 47
QUADRO XXI – Situações que reduzem a força de trabalho da FINEP 48
QUADRO XXII – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ 49
QUADRO XXIII – Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa 49
QUADRO XXIV – Composição do Quadro de Recursos Humanos por nível de escolaridade 50
QUADRO XXV – Composição do Quadro de Estagiários 50
QUADRO XXVI – Custos de Pessoal em 2011, 2010 e 2009 51
QUADRO XXVII – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da FINEP 52
QUADRO XXVIII – Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados 52
QUADRO XXIX – Concursados contratados em 2011 – Concurso 2009 53
QUADRO XXX – Concursados contratados em 2011 – Concurso 2011 55
QUADRO XXXI – Rotatividade dos empregados 56
QUADRO XXXII – Valores investidos em capacitação de pessoal 56
QUADRO XXXIII – Indicadores de Treinamento 57
QUADRO XXXIV – PTFs com previsão de encerramento em 2012 64
QUADRO XXXV – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e empregados da UJ, da obrigação de entregar a DBR 68
QUADRO XXXVI – Gestão de Processos – Atividades Realizadas no Exercício 70
QUADRO XXXVII – Valores Executados com Publicidade Institucional, Publicidade de Utilidade Pública e Patrocínio 85
QUADRO XXXVIII – Especificações dos contratos de Publicidade e Patrocínio 85
QUADRO XXXIX – Evolução dos Saldos Devedores de Empréstimo Externo 87
QUADRO XL: Demonstrativo Anual 2011 89
QUADRO XLI: Demonstrativo das Contribuições Pagas pela FINEP e seus Empregados e Outros Recursos Repassados no Exercício de 2011 (Regime de Competência) 90

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO I – Dispêndio Total em P&D como percentual do PIB....12
GRÁFICO II – Participação dos Desembolsos da FINEP no Dispêndio Empresarial em P&D....19
GRÁFICO III - Prêmio FINEP - Evolução da Quantidade de Inscrições – 2007 a 2011....28
GRÁFICO IV – Captação de Recursos por Fonte – Programado 2011 x Realizado 2011 x Realizado 2010....30
GRÁFICO V – Recebimento de Receitas – Programado 2011 x Realizado 2011 x Realizado 2010....31
GRÁFICO VI – Composição das Rendas de Operações de Crédito em 2011....32
GRÁFICO VII – Evolução das Contratações 2007 a 2011....37
GRÁFICO VIII – Valor das contratações por Região....37
GRÁFICO IX – Evolução dos Desembolsos das Operações Reembolsáveis 2006 - 2011....38
GRÁFICO X – Liberações Efetuadas em 2011 por Fonte de Recursos....38
GRÁFICO XI – Liberações Efetuadas em 2011 por Região....39
GRÁFICO XII – Liberações Efetuadas em 2011 por Setor....39
GRÁFICO XIII – Carteira de Operações que compõe o Ativo de Créditos Concedidos em 31/12/2011....39
GRÁFICO XIV – Carteira de Operações que compõe o Ativo de Créditos Concedidos em 31/12/2010....40
GRÁFICO XV – Evolução do Realizável e do Índice de Inadimplência....42
GRÁFICO XVI – Concurso Público 2011 – Distribuição de inscritos por Cargo....54
GRÁFICO XVII – Concurso Público 2011 - Distribuição de inscritos por Área de Conhecimento – Cargo Analista....54
GRÁFICO XVIII – Concurso Público 2011 - Distribuição de inscritos por Área de Conhecimento – Cargo Técnico....55
GRÁFICO XIX – Distribuição por carga horária – Treinamentos pontuais + *in company*....57
GRÁFICO XX – FUNTTEL – Contratações e Liberações Operações não reembolsáveis....60
GRÁFICO XXI – Resultado da Avaliação das Recomendações CGU – PPP nov/2011....75
GRÁFICO XXII – Recomendações CGU Pendentes de Atendimento – por assunto....75

INTRODUÇÃO

Este Relatório de Gestão tem o objetivo de apresentar os resultados da gestão consolidada da FINEP - Financiadora de Estudos e do Programa de Ações Especiais/MCT-FINEP no exercício de 2011, a fim de fornecer uma visão ampla da gestão da empresa aos órgãos de controle e à sociedade em geral.

O Relatório está organizado de acordo com os conteúdos exigidos pelo Tribunal de Contas da União (TCU), conforme estabelecido no Anexo II da Decisão Normativa TCU N° 108, de 2010. Assim, as informações gerais sobre a gestão da FINEP aparecem apresentadas em 21 itens, como se segue.

No item 1 é apresentada a identificação da unidade, de forma consolidada, contendo informações técnicas e cadastrais, como: órgão de vinculação; denominação da unidade, código da FINEP na Lei Orçamentária Anual (LOA); natureza jurídica; principal atividade econômica; telefones de contato e endereço postal; normas relacionadas à criação, gestão e estrutura da empresa; manuais e publicações relacionadas às atividades da FINEP; códigos e nomes das unidades gestoras e gestões no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

O item 2 está dividido em quatro seções principais, a saber: i) Responsabilidades institucionais da FINEP; ii) Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais; iii) Programas e Ações sob Responsabilidade da FINEP e iv) Desempenho Orçamentário e Financeiro. Ao longo destas seções são detalhadas assuntos relevantes como, por exemplo, Captação de Recursos, Ações de Gestão, Plano de Dispêndios Globais (PDG), Análise de Desempenho e Indicadores Institucionais.

No item 5 são apresentadas informações sobre recursos humanos: composição do quadro de empregados, custos de pessoal, terceirização de mão de obra, concursos públicos realizados, contratos de prestação de serviços, indicadores gerenciais de recursos humanos, Novo Modelo de Gestão de Pessoas, dentre outras.

No item 6 apesar de não terem sido abordadas as informações conforme solicitado pelo TCU, visto que não se aplicam à natureza jurídica da FINEP, são apresentadas informações sobre as transferências de recursos realizadas pela empresa, enquanto parceira ou agente financeiro de outros Ministérios ou Órgãos de Governo. No âmbito dessas parcerias a FINEP financia projetos na modalidade não reembolsável ou investimento, selecionados através de chamadas públicas ou encomendas.

No item 7 é apresentada a declaração da área responsável atestando que as informações referentes aos contratos administrativos e as compras são operadas dentro do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG) e os produtos dessas atividades estão disponíveis no Portal da Transparência. Adicionalmente, apresenta as razões pelas quais a FINEP não utiliza o Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria (SICONV).

O item 8 informa sobre o procedimento relacionado à entrega e tratamento das declarações de bens e renda.

O funcionamento do sistema de controle interno da unidade é apresentado no item 9, onde são analisadas questões relativas ao monitoramento e controle da informação e mecanismos de comunicação. Além disso, são detalhadas as iniciativas referentes a *compliance*, gestão de processos e normalização de documentos.

O item 10 aborda a questão da sustentabilidade ambiental, enquanto o item 11, referente à gestão do patrimônio, apresenta a relação dos bens imóveis locados de terceiros pela FINEP.

No item 12, que trata da gestão de tecnologia da informação (TI), foram apresentadas informações contemplando os seguintes aspectos: i) planejamento; ii) perfil dos recursos humanos envolvidos; iii) segurança da informação; iv) desenvolvimento e produção de sistemas; e v) contratação e gestão de bens e serviços de TI.

O item 14, referente às informações sobre Renúncia Tributária, foi classificados como "não ocorreu no período", já que não houve qualquer programa de renúncia fiscal aplicado na gestão da FINEP.

As informações do item 15 abordam as providências adotadas para atender às deliberações de acórdãos do TCU e às recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI) – Controladoria-Geral da União (CGU). O tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno – Auditoria Interna (AUDI) – está detalhadas no item 16, de acordo com as exigências requeridas.

No item 17, que abre espaço para a apresentação de outros fatos referentes à gestão da FINEP, é abordada a questão da definição do modelo jurídico institucional e o projeto de modernização de processos e de sistemas de informação da FINEP – MODERNIZE.

No item 18 encontram-se disponibilizadas as demonstrações contábeis previstas na Lei nº 6.404/76 referentes às Unidades Gestoras FINEP e Contratos e Convênios. Além disso, em substituição às demonstrações contábeis das Unidades Gestoras Programa de Ações Especiais MCT/FINEP e FUNTTEL, é apresenta-se a declaração do contador responsável atestando a adequação dos demonstrativos contáveis.

O item 19 aborda conteúdos específicos da Unidade. Nele são apresentadas as informações sobre as ações e despesas com publicidade, propaganda e patrocínio, os quadros referentes a remuneração dos administradores (conselho de administração, conselho fiscal, e diretoria executiva), projetos e programas financiados com recursos externos e previdência complementar patrocinada pela FINEP.

O item 20 resume o Programa de Ações Especiais/MCT-FINEP.

Por fim, no item 21, estão apresentados os principais resultados e conclusões da gestão consolidada da FINEP em 2011.

Registre-se que os Itens 3, 4, 6 não se aplicam à natureza jurídica da FINEP que, sendo uma empresa pública de direito privado, não dependente do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, não possui informações sobre reconhecimento de passivos por crédito ou recursos, restos a pagar, ou transferências realizadas. O item 13 também não se aplica, visto que a FINEP não dispõe de cartão de pagamento do Governo Federal.

1 IDENTIFICAÇÃO

QUADRO I – Identificação da FINEP – Relatório de Gestão Consolidado

Poder e Órgão de Vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI		**Código SIORG**: 001988
Identificação da Unidade Jurisdicionada consolidadora		
Denominação completa: FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos		
Denominação abreviada: FINEP		
Código SIORG: 000001	**Código LOA: 24202**	**Código SIAFI: 20502**
Situação: Ativa		
Natureza Jurídica: Empresa Pública do Poder Executivo Federal – (Sociedade por quotas de respons.Ltda)		
Principal Atividade: Outras atividades de intermediação financeira		**Código CNAE**: **64.99-9**
Telefones/Fax de contato:	(061) 3035 7150	(061) 3035 7158
Endereço eletrônico: seac@finep.gov.br		
Página da Internet: www.finep.gov.br		
Endereço Postal: SCN – Quadra 2 - Bloco D - Torre A - SL 1102 - CEP 70712-903 - Brasília – DF		

Identificação das Unidades Jurisdicionadas consolidadas		
Nome	**Situação**	**Código SIORG**
Programa de Ações Especiais do MCT/FINEP	Ativa	001988

Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada
Decreto-Lei Nº 61.056, de 24 de julho de 1967; Lei 8.172, de 18 de janeiro de 1991.
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada
Estatuto Decreto 1.808, de 7 de fevereiro de 1996, alterado pelos Decretos nº 2.209, de 18 de abril de 1997 e Decreto nº 2.471, de 26 de janeiro de 1998. Lei 11.540 de 12 de novembro de 2007; Decreto 6.938, de 13 de agosto de 2009. O Estatuto da FINEP foi publicado no DOU em 08/12/1996 e encontra-se publicado no site www.finep.gov.br;
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada

Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	**Nome**
365001	FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS – FINEP
365002	FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS – FINEP/BSB
365004	FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS – FINEP/SP
360001	FINEP/CONTRATOS E CONVÊNIOS
410049	FUNDO PARA O DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DAS TELECOMUNICAÇÕES – FUNTTEL
240131	PROGRAMA DE AÇÕES ESPECIAIS DO MCT/FINEP
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	**Nome**
36801	FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS – FINEP
00001	TESOURO NACIONAL

Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	**Código SIAFI da Gestão**
365001 – 365002 – 365004 – 360001	36801
410049 – 24013	00001

2 PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

2.1 RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA FINEP

A Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) é uma empresa pública de direito privado constituída pelo Decreto nº 61.056, de 24 de julho de 1967, que regulamentou a autorização disposta no art. 191 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, e no Decreto-lei nº 298, de 28 de fevereiro de 1967. A FINEP foi criada com o objetivo de financiar a elaboração de estudos, projetos e programas de desenvolvimento econômico, estabelecidos nos planos de ação do Governo Federal, bem como apoiar o aperfeiçoamento da tecnologia nacional, na área de engenharia de projetos e assistência técnica.

Ainda em 1967, obteve autorização do Banco Central do Brasil (BACEN) para proceder à concessão de crédito, qualificando-a como instituição financeira pública federal, mediante expedição de Carta-Patente nº A-67/3247, em 18 de outubro de 1967, registrada na Gerência do Mercado de Capitais (GEMEC).

Posteriormente, com o Decreto nº 68.748, de 15 de Junho de 1971, a FINEP assumiu a Secretaria Executiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), responsável pelo financiamento da expansão do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI). A visão integrada desse Sistema é reconhecida pelo Governo Federal no Decreto nº 75.225, de 15 de janeiro de 1975, quando pela primeira vez é instituído um plano nacional para área de Ciência e Tecnologia (C&T), e definido que os Ministérios com atuação significativa nesta área disporão de Órgãos Setoriais com a responsabilidade de gerir de forma integrada as entidades subordinadas que atuam no campo da pesquisa e do desenvolvimento tecnológico.

Como agente de fomento o papel da FINEP é singular, inclusive se comparada a outras experiências internacionais, na medida em que seu espectro de atuação compreende o apoio financeiro a todos os segmentos/atores que compõem o SNCTI, como: universidades, institutos de pesquisas, instituições governamentais, organizações não governamentais, empresas e agentes repassadores de recursos, públicos e privados, que atuam no plano nacional ou federal, estadual e municipal.

Considerando seus diversos papéis, a FINEP se constitui como Agência Brasileira da Inovação, podendo captar recursos financeiros de diferentes fontes – recursos do orçamento fiscal e de terceiros públicos, nacionais e internacionais.

Para atingir a sua finalidade o estatuto autoriza a FINEP (Decreto nº 1808, de 07 de fevereiro de1996, no seu Art. 4º) a praticar diversos instrumentos e mecanismos operacionais:

1. conceder a pessoas jurídicas brasileiras, de direito público ou privado, financiamento sob a forma de mútuo, de abertura de crédito, ou, ainda, de participação no capital social respectivo, observadas as disposições legais vigentes;
2. conceder aval ou fiança;
3. contratar serviços de consultoria;
4. celebrar convênios e contratos com entidades nacionais ou estrangeiras, públicas ou privadas e internacionais;

5. realizar as operações financeiras autorizadas pelo Conselho Monetário Nacional;
6. captar recursos no país e no exterior;
7. conceder subvenções;
8. realizar outras operações financeiras sob qualquer modalidade, atendida a legislação em vigor.

Até 5 de março de 1985 a FINEP foi vinculada ao Ministério do Planejamento e Coordenação-Geral, quando mediante Decreto nº 91.146, passou a ser vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

Os recursos financeiros utilizados pela FINEP para o apoio a estudos, projetos e programas são movimentados através do SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal. No SIAFI, a FINEP opera seis Unidades Gestoras (UGs):

- UG 360001: Unidade Gestora Contratos e Convênios;
- UG 365001: escritório da Empresa FINEP, no Rio de Janeiro;
- UG 365002: escritório da Empresa FINEP, em São Paulo;
- UG 365004: escritório da Empresa FINEP, em Brasília.
- UG 410049: FUNTTEL - Operações não reembolsáveis;
- UG 240131: Programa de Ações Especiais do MCT/FINEP

Através da Unidade Gestora Contratos e Convênios, a FINEP administra e repassa recursos de terceiros, normalmente através de convênios com órgãos governamentais, para financiamento de projetos, recebendo desses terceiros um montante que pelo menos cubra os custos administrativos da atividade. Como recursos de terceiros podemos citar como exemplos aqueles transferidos à FINEP pela Agência Nacional de Cinema (ANCINE), pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS), pelo Ministério do Turismo (MTur) e pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). As atividades executadas no âmbito destes convênios encontram-se detalhadas no item 6 deste relatório.

Nas Unidades Gestoras que se referem aos três escritórios da FINEP são movimentados os recursos da própria empresa e aqueles captados de terceiros para serem utilizados em operações de financiamento reembolsável, como os do FNDCT, do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (FUNTTEL). Nessas operações a FINEP arca com o risco de crédito e remunera-se com o diferencial entre os encargos pagos (custo de captação) e os encargos cobrados das instituições financiadas.

Na UG 410049 a FINEP movimenta, como Agente Financeiro, os recursos do FUNTTEL para concessão de recursos na modalidade não reembolsável, conforme detalhado no item 6.1.

No tocante à UG 240131 - Programa de Ações Especiais do MCT/FINEP, são movimentados os recursos referentes a programas antigos, tais como Programa Apoio a Núcleos de Excelência (PRONEX), Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PADCT) e recuperação de recursos do Ministério da Cultura (MinC). Essa UG deverá ser extinta, tão logo sejam finalizadas as prestações de contas dos convênios contratados com esses recursos, conforme citado no item 20.

2.2 ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

2.2.1 POLíTICAS PÚBLICAS

O ano de 2011 pode ser considerado como um marco na história da FINEP. Ocorreram diversas ações, no âmbito do Governo Federal, de redesenho da Política Pública de Ciência, Tecnologia e Inovação, que contribuíram para fortalecer a sua atuação no fomento às empresas brasileiras inovadoras e consolidar o seu papel no Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI). Todas as medidas corroboram a valorização do fomento à inovação, entre as quais se destacam:

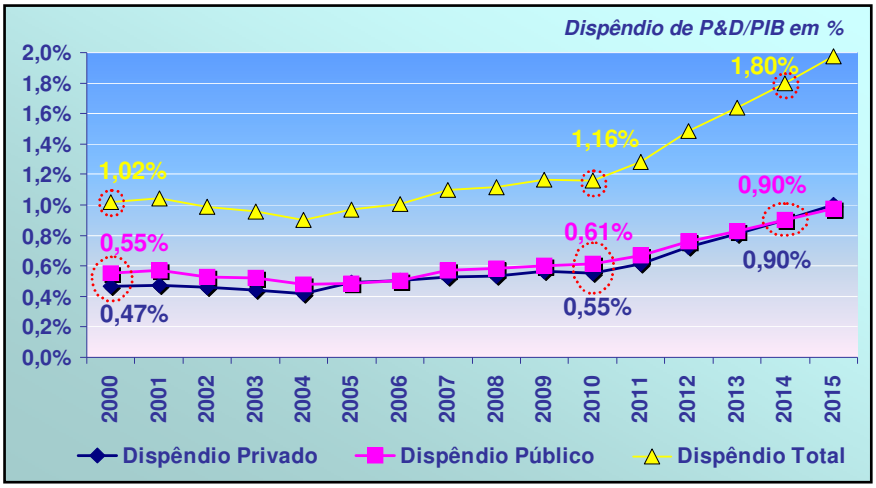
- a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI), nova política definida pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI);
- o Plano Brasil Maior (PBM), estruturado pelo Ministério do Desenvolvimento Industrial e do Comércio Exterior (MDIC);
- o Programa de Sustentação do Investimento (PSI), que ampliou os recursos para a concessão de crédito subsidiado para empresas inovadoras;
- o aumento considerável dos recursos orçamentários destinados ao financiamento reembolsável de projetos, registrados na Lei Orçamentária Anual (LOA) do FUNTTEL e na LOA das "Operações Oficiais de Crédito".

Tratam-se de políticas públicas articuladas, que no seu conjunto buscam contribuir para a promoção da competitividade sistêmica da economia brasileira mediante deslocamento da participação dos investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) de 1,16% em 2010 para 1,80% em 2014. A meta delineada é ambiciosa e para atingí-la estima-se que a taxa de crescimento real do investimento em P&D tenha que alcançar 15% ao ano.

O segmento principal a ser mobilizado é o setor produtivo, já que a assimetria do perfil dos investimentos no Brasil caracteriza-se exatamente pelo baixo patamar do dispêndio privado para inovação em relação ao dispêndio público. Enquanto nos países mais desenvolvidos o dispêndio privado é muito superior ao dispêndio público, no Brasil, segundo a projeção apresentada no Gráfico I, os montantes apenas se igualarão em 2014.

GRÁFICO I – Dispêndio Total em P&D como percentual do PIB

Valores Realizados 2000-2010 e Estimativa 2011-2015



Fonte: MCTI

Para apoiar o setor produtivo neste desenvolvimento, a disponibilidade de financiamento para inovação com taxas de juros reduzidas é uma das medidas fundamentais, através da qual são oferecidos encargos financeiros semelhantes àqueles obtidos pelas empresas estrangeiras concorrentes das brasileiras.

2.2.2 CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Em consonância com a meta estipulada pelo Plano Brasil Maior (PBM) e associado ao crescente aumento da demanda por crédito para inovação, que hoje atinge o patamar de R$ 5,5 bilhões (Quadro XIV), a FINEP, no cumprimento de sua missão, vem adotando uma política de fomento ao setor produtivo, para incentivar o investimento em inovação pelas empresas. Nesse sentido, faz-se necessária a ampliação dos recursos para financiamento às empresas inovadoras. Para isso, a FINEP tem realizado ações com objetivo de aumentar suas fontes de captação e respectivos valores.

O Quadro II apresenta os valores das captações globais da FINEP de 2007 a 2011. Os dados demonstram a disponibilidade de recursos captados em cada exercício, entretanto, cabe destacar que em relação a 2011 não refletem necessariamente os valores que ingressaram no caixa da empresa.

QUADRO II: Evolução da Captação de Recursos para Operações de Crédito

Valores em R$ milhões correntes

Fonte de Recursos [3] (crédito)	2007	2008	2009	2010	2011
FAT	230,0	180,0	180,0	0,0	220,0 [1]
FND	120,0	120,0	0,0	-	-
FUNTTEL	0,0	0,0	0,0	50,0	50,0
Tesouro/PSI	-	-	-	0,0	3.750,0 [2]
FNDCT	38,0	225,0	619,2	406,5	794,7
Total	**388,0**	**525,0**	**799,2**	**456,5**	**4.814,7**

Notas:
(1) FAT – Captação: R$ 220,0 milhões / Ingresso: R$ 63,0 milhões;
(2) Tesouro/PSI Empréstimo – Captação: R$ 3,0 bilhões / Ingresso: R$ 999,9 milhões;
(2) Tesouro/PSI Agente Financeiro – Captação: R$ 750,0 milhões / Ingresso: R$ 102,4 milhões;
(3) Não contempla os recursos do Fundo Setorial do Audiovisual – FSA/ANCINE, em função da característica das suas operações que, diferentemente das fontes citadas, são operações de investimento, e não de crédito.
Fonte: FINEP - APLA/AFC

Em 2010, uma tradicional fonte de captação, o FAT, cuja política de aplicação de recursos contemplava empresas inovadoras de todos os portes, passou a concentrar o seu foco de atuação nas micro e pequenas empresas. Em 2011, foram realizadas negociações com o objetivo de flexibilizar a utilização desses recursos. No entanto, como a autorização para utilização desta fonte em empresas de maior porte ocorreu tardiamente, dos R$ 220,0 milhões captados conforme a Resolução do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT) nº 661, de 24/02/2011, apenas R$ 63,0 milhões ingressaram no caixa da FINEP.

Com objetivo de compensar uma possível perda de captação no FAT, dada a incerteza sobre a política de aplicação de recursos desta fonte, a FINEP deu continuidade às ações de captação de novas fontes, como o Tesouro através do Programa de Sustentação do Investimento (PSI), e de reativação das fontes existentes que não estavam sendo acessadas, como o FUNTTEL que retornou em 2010. Esta estratégia também foi motivada pela necessidade de obter recursos suficientes para atender à demanda crescente por recursos destinados à inovação.

Este movimento permitiu à FINEP atingir, em 2011, o nível mais elevado da captação de recursos para a concessão de crédito ao setor empresarial já obtido na história da empresa, principalmente no que diz respeito ao Programa Inova Brasil, destinado ao financiamento de médias, médias-grande e grandes empresas inovadoras.

No caso do FUNTTEL, até o ano de 2009 a FINEP atuava apenas como gestora das operações, deixando para o Fundo o risco de crédito; até então o Conselho Gestor aprovava cada operação. A partir de 2010, a FINEP passa a captar recursos diretamente no FUNTTEL, remunerando-se com o diferencial entre o custo de captação dessa fonte e a taxa cobrada dos financiamentos concedidos. O risco de crédito passa a ser da FINEP, e o Conselho Gestor do Fundo tem a incumbência de estabelecer uma política de prioridades para nortear a política de investimentos a ser seguida pela FINEP. Neste contexto, a negociação com o Conselho Diretor do FUNTTEL para a aprovação de uma linha de crédito à FINEP destinada ao apoio a empresas do setor de telecomunicações resultou em dois contratos de R$ 50 milhões, sendo um referente aos

recursos de 2010 e outro para o exercício de 2011. Estes recursos são destinados a empréstimos para empresas que se enquadrem no arcabouço legal do apoio do FUNTTEL.

Em 2010 foi estabelecido um acordo com o BNDES para operação dos recursos do Tesouro a partir da linha do Programa de Sustentação do Investimento (PSI) na modalidade indireta, no valor de até R$ 750 milhões. No entanto, dificuldades de aplicação de critérios de avaliação e enquadramento resultante de culturas diferentes entre os agentes inviabilizaram a utilização destes recursos em 2010. Dessa forma, esta linha entrou em operação efetiva apenas em 2011, tendo sido liberados à FINEP R$ 102,4 milhões.

Ainda no que diz respeito ao PSI, a FINEP firmou em 2011 uma parceria que permitiu a celebração de dois contratos de financiamento mediante abertura de crédito, na operação de duas linhas de financiamento a taxas subsidiadas pelo Tesouro Nacional (PSI capital inovador e PSI inovação tecnológica). Das operações derivadas destes dois contratos, no valor de R$ 1 bilhão e R$ 2 bilhões, respectivamente, foram efetivamente transferidos à FINEP R$ 999,9 milhões.

No tocante aos recursos do FNDCT, foram firmados três contratos de empréstimo em 2011, totalizando uma captação de R$ 794,7 milhões. Conforme observado no Quadro II, o FNDCT tem se apresentado como uma fonte relevante para a FINEP, uma vez que os valores captados tem aumentado ao longo dos anos, com crescimento de 95% em 2011, em relação ao ano anterior.

Portanto, no que tange à captação total de recursos em 2011, a maior participação coube aos recursos oriundos do Tesouro/PSI (78%) e do FNDCT (16%), os quais somados representaram 94% do total captado no exercício.

O acesso aos recursos do PSI propiciou à FINEP um salto relevante no patamar de operações apoiadas. Este programa de financiamento do governo integra a política industrial e de inovação e estabelece orientações comuns e condições equivalentes para a atuação conjunta do BNDES e FINEP no fomento à inovação. Ao mesmo tempo, amplia a oferta de recursos destinados à concessão de crédito subsidiado e rompe com as limitações orçamentárias estabelecidas na LOA do FNDCT, no que tange aos recursos destinados à equalização de recursos para o financiamento reembolsável oferecido pela FINEP. Todavia, trata-se de uma política anticíclica e, portanto, de caráter transitório.

De uma maneira geral, na estratégia da FINEP de captação de recursos está sendo levado em consideração a perspectiva de crescimento ancorada num novo padrão de financiamento, que se iniciou com o FNDCT, após a sua regulamentação com a Lei nº 11.540 em 2007, agora ampliou-se com o PSI (Medida Provisória nº 526/2011), e poderá ser consolidado com o início da operação do Fundo Social, criado pela Lei nº 12.351/2010, ainda não regulamentada.

O Fundo Social tem como fonte de arrecadação os *royalties* do petróleo, inclusive de parcela que hoje compõe parte expressiva da arrecadação do FNDCT. A previsão é que o FNDCT sofra uma queda de arrecadação de aproximadamente 45% após 31/12/2015, tal como disposto no Decreto nº 7.657/2011, o que restringiria o alcance de suas aplicações.

A lei do Fundo Social estabeleceu na seção III, que detalha a sua política de investimentos, que a aplicação nos programas e projetos das áreas sociais (aplicação não reembolsável) será iniciada após a obtenção de retornos sobre o capital resultante das operações que serão realizadas com as instituições financeiras federais (Arts. 47 e 51 da Lei nº 12.351/2010). Portanto, se a FINEP não se qualificar como instituição financeira, não poderá ter acesso a esta nova e importante fonte

de recursos para a inovação nas modalidades de financiamento reembolsável e de investimento.

Tais perspectivas estão alinhadas com o Eixo de Sustentação do ENCTI *Novo Padrão de Financiamento do Desenvolvimento Científico e Tecnológico,* o qual objetiva ampliar recursos destinados ao desenvolvimento da base científica nacional e à inovação tecnológica.

A expansão do patamar de captação de recursos de fontes públicas resgata a questão relacionada à definição do modelo jurídico institucional da FINEP. Isto porque as operações de empréstimos do Tesouro Nacional para instituições financeiras não causam impacto no orçamento fiscal. Todavia, esse entendimento não é automaticamente estendido à FINEP, pois a empresa ainda não é supervisionada pelo BACEN, bem como foi tipificada como instituição financeira desde o estabelecimento das normas prudenciais brasileiras no início da década de 1990. Em 2011 foi realizado um estudo sobre o modelo jurídico institucional que melhor se adequa à missão da FINEP, conforme detalhado no item 17.1.

2.2.3 AÇÕES DE GESTÃO

Em decorrência dos desafios que se configuram para a FINEP, a atual Diretoria tomou uma série de medidas para assegurar que a empresa possa aumentar sua capacidade de contribuição para as políticas públicas federais. Dentre estas iniciativas destacam-se as seguintes:

- Definição do modelo institucional a ser proposto para a FINEP, conforme detalhado no item 17.1.

- Elaboração de proposta de revisão do Estatuto da FINEP, com vistas a formalizar a criação de vaga para representação funcional no Conselho de Administração e outras alterações estratégicas. No momento esta proposta encontra-se em análise pelas instâncias superiores.

- Elaboração do Regimento Interno da FINEP, com vistas a fortalecer a dimensão institucional da empresa.

- Alteração do organograma da FINEP, trazendo as Áreas de Recursos Humanos e Jurídica para a estrutura de subordinação direta à Presidência e criando uma área específica para o Desenvolvimento Organizacional para congregar os diferentes projetos relacionados aos processos internos e sistemas de informática da empresa. O organograma vigente em 31/12/2011 encontra-se no Anexo I.

- Implementação, em curso, do projeto de modernização de processos e sistemas de informação - MODERNIZE, detalhado no item 17.2, que tem o objetivo de promover o desenvolvimento dos novos sistemas informatizados da FINEP.

- Encaminhamento ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST) de proposta da ampliação do número de vagas, aprovada por este órgão ainda em 2011.

- Encaminhamento ao DEST de proposta do Novo Modelo de Gestão de Pessoas (NMGP), aprovado em 2011, entretanto com ressalvas, o que inviabilizou sua implementação no exercício.

- Discussão sobre novas formas e instrumentos de apoio à inovação, de modo a criar bases para uma atuação mais precisa junto às empresas, universidades e instituições de pesquisa.

- Elaboração da minuta da política operacional, com objetivo de estabelecer diretrizes para a análise das demandas que poderão resultar na celebração de contratos, convênios e termos de cooperação, além de melhorar a integração entre os instrumentos de financiamento atualmente disponíveis.

- Elaboração do novo modelo operacional da FINEP, a ser implementado em 2012. Este novo modelo estabelece substancial mudança na etapa da Consulta Prévia (CP) que passa a realizar análise mais apurada de mérito tecnológico, de recomendação de enquadramento de fontes, de análise econômico-financeira retrospectiva e de definição do *rating* para os clientes FINEP. Além disso, o modelo introduz na etapa da consulta a recomendação de priorização das operações. Essas alterações visam a melhoria da qualidade das análises e o melhor acompanhamento operacional do processo. Com o intuito de reduzir o tempo total do processo de análise foi recomendada a revisão do formulário de Solicitação de Financiamento (SF) que deverá focar na construção do plano de trabalho e do orçamento numa versão mais simplificada que o atual, dando maior objetividade às análises de projetos.

Com o novo modelo operacional, foi criado um novo comitê interno, o Comitê de Enquadramento e Priorização (CEP), introduzindo alterações nas atuais competências estabelecidas para o processo operacional. Inicialmente, todas as Consultas Prévias (CP's) deverão ser submetidas à apreciação do CEP, que deverá recomendar à Diretoria, semanalmente, os projetos analisados.

2.2.4 INSTRUMENTOS DE APOIO AO SETOR PRODUTIVO

Neste relatório de gestão o foco é a destinação dos recursos repassados pela instituição financeira FINEP, direcionado às empresas. A atuação da FINEP como Secretaria Executiva do FNDCT está melhor registrada no Relatório de Gestão do FNDCT.

No entanto, para se compreender a estratégia de atuação da FINEP como instituição financeira é indispensável a apresentação do quadro geral da alocação de recursos com o setor produtivo, onde se integram as suas atribuições, da Secretaria Executiva do FNDCT e da instituição financeira FINEP, bem como, os instrumentos e modalidades de financiamento operados.

De modo geral, todos os instrumentos utilizados para o financiamento às empresas estão previstos no Estatuto da FINEP e na Lei nº 11.540/2007, que regulamentou o FNDCT, são eles:

- **Subvenção econômica:** concessão de recursos não reembolsáveis para empresas (Ação 0A29 da LOA do FNDCT)

- **Crédito:** concessão de recursos reembolsáveis para empresas (Ação 0A37 da LOA das "Operações Oficiais de Crédito", sob supervisão do FNDCT)

- **Equalização de taxa de juros:** instrumento que permite à FINEP conceder às empresas crédito subsidiado (Ação 0741 da LOA do FNDCT)

- **Investimento:** operações de participação minoritária em fundos de investimentos privados (Ação 0745 da LOA do FNDCT)

- **Garantia de liquidez:** instrumento de mitigação parcial do risco inerente às aplicações nos fundos de investimento, atualmente utilizado no âmbito do Programa Inovar Semente, garantindo aos investidores privados retorno do principal investido. (Ação 0748 da LOA do FNDCT)

Cabe registrar que destes instrumentos apenas o primeiro (subvenção econômica) é operado pela FINEP exclusivamente na função de Secretaria Executiva do FNDCT.

A política operacional da FINEP leva em consideração a natureza das atividades de inovação que devem ser desenvolvidas e o perfil das instituições a serem apoiadas, para aplicar os instrumentos mais adequados a cada caso.

Os projetos e atividades financiados pela FINEP cobrem todo o espectro da inovação, desde a pesquisa básica, o desenvolvimento de novos produtos e processos, a infraestruturas de pesquisa, até a popularização da ciência, sendo o risco inerente a cada uma dessas fases muito diferenciado. Por esta razão, existe uma simetria entre o esforço realizado na área da inovação, a instituição envolvida nesse esforço e as condições financeiras necessárias ao desenvolvimento do programa, projeto ou ação. Portanto, existem atividades, como a pesquisa básica, que se caracteriza como etapa ainda distante da apropriação dos resultados, que somente Instituições de Ciência e Tecnologia (ICT's), sustentadas por subvenções sociais (financiamento não-reembolsável), são capazes de realizar. As empresas raramente desenvolvem essas atividades e, quando o fazem, é porque dispõem de reservas financeiras ou estão sendo subsidiadas pelo poder público. Por outro lado, há atividades que devem ser desenvolvidas por empresas, pelas suas características finalísticas e destinadas ao mercado, mas que sem a subvenção econômica, o capital de risco ou o crédito subvencionado, não seriam realizadas.

Apresentamos, a seguir, um quadro com as operações aprovadas no exercício de 2011 pela FINEP, divididas pelos instrumentos disponíveis aos clientes do setor produtivo.

QUADRO III – Operações com o Setor Produtivo Aprovadas em 2011

Instrumentos de Financiamento do Setor Produtivo	FINEP (Reembolsável)		FNDCT (Não Reembolsável)
	Fundos de Investimento (1)	Operações de Crédito (2)	Subvenção Econômica (3)
Nº de Operações Aprovadas	1	127	122
Valor Financiado (R$ milhões)	35,0	2.364,0	267,5

Notas:
(1) A FINEP é quotista de 24 Fundos de Investimento: 21 em operação, 2 aprovados e 1 desinvestido, assistindo 88 empresas.
(2) Os empréstimos concedidos pela FINEP contam, em sua grande maioria, com o benefício da equalização de juros.
(3) Em 2011 foram aprovados 107 projetos no montante de R$ 251,61 milhões referentes ao Edital lançado no final de 2010 e 15 outras operações relativas ao Prêmio FINEP e recursos de Chamadas de exercícios anteriores.
Fonte: FINEP – APLA / ASC / AINV

2.2.4.1 NOVAS LINHAS DE ATUAÇÃO

Uma das ações de 2011 que merece destaque foi a implementação do Plano Conjunto BNDES-FINEP de Apoio à Inovação Tecnológica Industrial dos Setores Sucroenergético e Sucroquímico (PAISS), lançado em março de 2011. Esta ação tem estreita relação com uma das diretrizes do Plano de Gestão Estratégica (PGE) – "Integrar instrumentos financeiros e mecanismos de promoção da inovação, ampliando sua capacidade de apoio a programas de longo prazo".

O novo programa, resultado de iniciativa conjunta da FINEP e do BNDES, contará com R$ 1 bilhão para o período 2011-2014. Seu objetivo é apoiar e estimular projetos que visem o desenvolvimento, a produção e a comercialização de novas tecnologias industriais destinadas ao processamento da biomassa proveniente da cana-de-açúcar, com a finalidade de organizar a entrada de pedidos de apoio financeiro no âmbito das duas agências e permitir uma maior coordenação das ações de fomento e melhor integração dos instrumentos de apoio financeiro disponíveis.

Os projetos selecionados terão apoio das agências, de uma e/ou de outra, com base nas linhas de financiamento, programas e fundos já existentes, ou seja, as instituições poderão obter financiamento dentro das diversas linhas e programas da FINEP e do BNDES (financiamento reembolsável, não reembolsável, subvenção econômica e, inclusive, participação acionária por intermédio do BNDES Participações S.A. – BNDESPAR), de acordo com as características dos projetos.

Em 2011 foi concluída a etapa referente ao processo de seleção dos planos de negócios das empresas participantes do Programa. A partir de 2012, FINEP e BNDES elaborarão Planos de Suporte Conjunto (PSC) para cada um dos planos de negócio selecionados, que terão como objetivo apontar os instrumentos financeiros mais adequados, tanto da FINEP quanto do BNDES, para apoiar os projetos decorrentes dos planos selecionados.

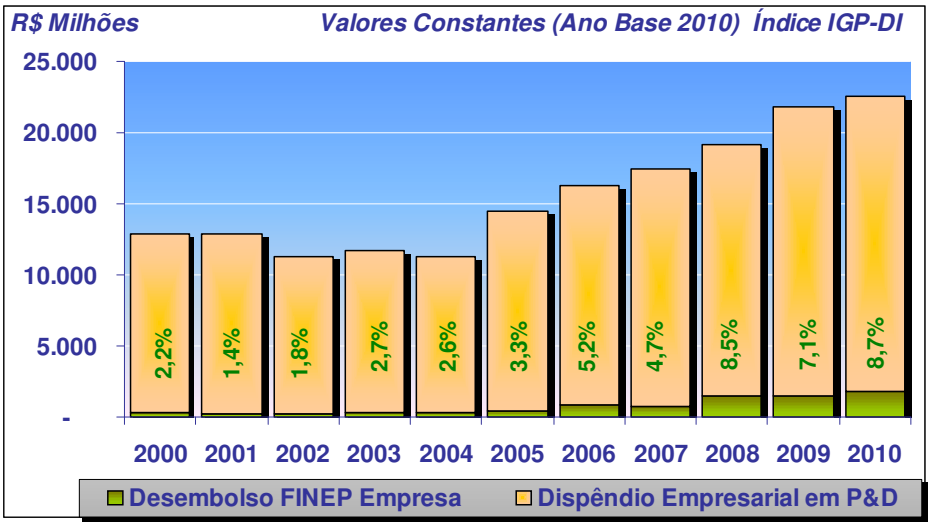
2.2.5 IMPACTO ECONÔMICO DO APOIO DA FINEP

No Gráfico II é demonstrado como vem evoluindo a participação da FINEP no dispêndio empresarial anual com P&D. Os dados de 2011 referentes a este dispêndio ainda não estão disponíveis, mas estima-se que o apoio da FINEP deve superar o patamar de 10%, tendo em vista que o desembolso com as operações de crédito cresceu cerca de 44% em 2011 em relação a 2010.

Na última década houve uma mudança no padrão de financiamento à inovação. Em 2000 apenas a FINEP concedia crédito, participando com 2,2% do gasto em P&D do setor produtivo. Ao longo da década a renúncia fiscal da Lei do Bem entrou em operação, bem como as linhas de crédito do BNDES.

Estima-se atualmente que os instrumentos operados pela FINEP e BNDES, acrescidos da renúncia fiscal, representem cerca de 30% do dispêndio empresarial em P&D. No entanto, esses dispêndios duplicaram na década, demonstrando que os recursos públicos alavancaram novos investimentos em P&D, o que permite considerar que a taxa de crescimento do investimento, efeito desejado para alcançar a meta de governo, possa ser conseguido com a ampliação da oferta de recursos financeiros.

GRÁFICO II – Participação dos Desembolsos da FINEP no Dispêndio Empresarial em P&D



Fonte: MCTI / FINEP

2.3 PROGRAMAS E AÇÕES SOB A RESPONSABILIDADE DA FINEP

2.3.1 EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO

A FINEP executou em 2011 algumas das ações pertencentes a programas do Plano Plurianual (PPA) do Governo Federal geridos pelo MCTI. Na função de Secretaria Executiva do FNDCT, atuou em 23 ações de quatro programas. Na função de instituição financeira, a FINEP atuou exclusivamente em quatro ações (0A37, 0741, 0745 e 0748) do Programa 1388, conforme listado abaixo.

Programa 1388 – Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE)

- **Ação 0A37** – Financiamento de Projetos de Desenvolvimento Tecnológico de Empresas
- **Ação 0741** – Equalização de Taxa de Juros em Financiamento à Inovação Tecnológica
- **Ação 0745 –** Estímulo às Empresas de Base Tecnológica mediante Participação no Capital
- **Ação 0748 –** Incentivo ao Investimento em Ciência e Tecnologia pela Implementação de Instrumentos de Garantia de Liquidez

Embora estas ações sejam executadas pela FINEP, a gestão do programa 1388 é de responsabilidade do MCTI. Dessa forma, as informações consolidadas deste programa serão apresentadas pelo próprio MCTI.

Destaca-se que a Ação **0A37**, diferentemente das demais, não está incluída na LOA do FNDCT, mas sim no orçamento das "Operações Oficiais de Crédito", na forma de "Recursos sob supervisão do FNDCT / MCTI".

2.3.2 PRINCIPAIS AÇÕES DOS PROGRAMAS DE GOVERNO

Neste Relatório de Gestão 2011 – FINEP se encontram apresentadas apenas as ações de governo que são de responsabilidade da FINEP enquanto instituição financeira, visto que as demais ações executadas pela FINEP foram detalhadas no respectivo Relatório de Gestão do FNDCT. Note-se que no caso da ação **0A37** – Financiamento de Projetos de Desenvolvimento Tecnológico de Empresas, os recursos são repassados do FNDCT para a FINEP, sob a forma de empréstimo de longo prazo, para prover o financiamento reembolsável dos projetos de empresas. Já no caso das ações **0741** – Equalização de Taxa de Juros em Financiamento à Inovação Tecnológica, **0745** – Estímulo às Empresas de Base Tecnológica mediante Participação no Capital e **0748** – Incentivo ao Investimento em Ciência e Tecnologia pela Implementação de Instrumentos de Garantia de Liquidez, a FINEP opera como um agente financeiro que repassa os recursos do FNDCT.

Vale destacar que a elaboração das metas físicas não é realizada sobre uma metodologia de projetos, e se dá em junho do exercício anterior, ainda na fase de proposição do Projeto de Lei Orçamentária (PLOA). Além disso, muitas vezes ocorrem alterações no volume e na distribuição dos recursos sem que sejam feitas revisões nas metas físicas propostas anteriormente.

Os mecanismos de construção e revisão das metas físicas ainda precisam ser reavaliados e aperfeiçoados, para melhor representar o esforço da FINEP na área de Ciência, Tecnologia e Inovação. Finalmente, vale destacar que as metas físicas para 2012 já foram construídas com a metodologia atual e, portanto, alguns desvios ocorridos no exercício de 2011 poderão se repetir no exercício de 2012.

2.3.2.1 Ação 0A37 – Financiamento de Projetos de Desenvolvimento Tecnológico de Empresas

QUADRO IV: Execução Física da Ação 0A37

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
19	572	1388	0A37	OP	3	Projeto Financiado	25	57	50

Fonte: FINEP - APLA

Esta ação é implementada através do repasse de recursos do FNDCT à FINEP, sob a forma de empréstimo de longo prazo, para atendimento ao financiamento reembolsável de projetos de desenvolvimento tecnológico de empresas, aderentes à Política Industrial do Governo que, para efeitos do exercício de 2011, correspondia à Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP[1]). As condições dos empréstimos da FINEP são condizentes com as condições aplicáveis aos projetos financiados através dos programas estabelecidos.

Financiamento reembolsável para empresas é uma ação de caráter permanente da FINEP, que apoia, junto com outras fontes de recursos, projetos de P&D de empresas. Esses financiamentos são geralmente com encargos subsidiados através da equalização da taxa de juros com recursos oriundos da ação 0741, descrita no item 2.3.2.2 a seguir.

Os recursos do orçamento de 2011 referentes ao empréstimo do FNDCT para financiamento de projetos de empresas (ação 0A37) no valor de R$ 794,7 milhões (R$ 500 milhões – valor Lei – mais R$ 294,7 milhões – créditos adicionais) foram totalmente transferidos para a FINEP, gerando uma execução orçamentária e financeira de 100%. Deste montante, R$ 550 milhões foram liberados às empresas, representando 31,4% do total de recursos liberados em 2011 para projetos reembolsáveis. Com estes recursos foram efetuadas 79 liberações referentes a 57 projetos financiados da carteira de projetos em desembolso (176 projetos).

Os recursos captados pela FINEP (FAT, empréstimo FNDCT, recursos próprios, etc.) para apoio às operações de financiamento reembolsáveis para empresas compõem uma cesta de moedas para apoio aos projetos contratados. No entanto, com exceção dos projetos enquadrados nas linhas do BNDES, os demais projetos não são contratados por fonte específica de recursos captados. Estes poderão, na fase de liberação, receber recursos de quaisquer fontes disponíveis ao longo do seu cronograma financeiro. Desta forma, considerando o exposto, e que o empréstimo do FNDCT faz parte desta cesta de moedas, a FINEP entende que não faz sentido o estabelecimento de metas específicas para esta ação.

[1] A Política de Desenvolvimento Produtivo foi substituída pelo Plano Brasil Maior (PBM) a partir de agosto de 2011.

2.3.2.2 Ação 0741 - Equalização de Taxa de Juros em Financiamento à Inovação Tecnológica

QUADRO V: Execução Física da Ação 0741

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
19	845	1388	0741	OP	3	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

Fonte: FINEP - APLA

O objetivo dessa ação é reduzir o custo dos financiamentos à inovação tecnológica para as empresas. Assim, os recursos desta ação cobrem a diferença entre os encargos compensatórios dos custos de captação e operação da fonte do risco de crédito, incorrido pela FINEP, e os encargos compatíveis com o desenvolvimento de projetos de inovação tecnológica.

A Câmara Técnica de Políticas de Incentivo à Inovação (CTPII), vinculada ao MCTI, delibera através de resoluções trimestrais os parâmetros para aplicação dos recursos e o limite máximo anual a ser utilizado para equalização de encargos das operações de crédito a serem contratadas pela FINEP. A partir do terceiro trimestre de 2011 a CTPII, através da Resolução nº 02 de 05 de julho de 2011, alterou a concessão do benefício da equalização, de acordo com a proposta de linhas de atuação propostas pela Diretoria da FINEP. A concessão do benefício foi ratificada na Resolução 03 de 30 de setembro de 2011.

A concessão do benefício da equalização ficou dividida em cinco grupos:

1. Linha 1 – Inovação Tecnológica: projetos de inovação de natureza tecnológica que envolvam risco tecnológico e oportunidades de mercado e que busquem o desenvolvimento de: produtos ou processos novos ou; produtos ou processos significativamente aprimorados (pelo menos para o mercado nacional). A parcela a ser equalizada dos encargos será igual ao valor necessário para que o custo final do projeto seja de 4% a.a.;

2. Linha 2 – Capital Inovador: projetos em capitais tangíveis, incluindo infraestrutura física, e capitais intangíveis, que deverão ser consistentes com as estratégias de negócios de empresas e serem apresentados conforme plano de investimento em atividades de inovação que capacitem as empresas a desenvolver atividades inovativas em caráter sistemático. A parcela a ser equalizada dos encargos será igual ao valor necessário para que o custo final do projeto seja de 5% a.a.;

3. Linha 3 – Projetos de pré-investimento e de engenharia consultiva, intensivos em conhecimento, enquadrados nas políticas governamentais prioritárias. A parcela a ser equalizada dos encargos será igual ao valor necessário para que o custo final do projeto seja de 8% a.a.;

4. Para Projetos da área de Tecnologia de Informações e Comunicações que, enquadrados em pelo menos um dos itens dispostos no art. 2º da Resolução 02 do CTPII de 2011 , se enquadrem no âmbito do FUNTTEL. A parcela a ser equalizada dos encargos das operações será de 1,5% a.a.;

5. Para os projetos apresentados no âmbito do Programa Juro Zero que, enquadrados em pelo menos um dos itens dispostos no art. 2º da Resolução 02 do CTPII de 2011 que sejam executados por microempresas ou pequenas empresas. A parcela a ser equalizada dos encargos das operações será de até 10% a.a.

Em 2011 foram aprovados 48 novos projetos reembolsáveis no valor total de R$ 506,2 milhões, com benefício da equalização da taxa de juros com recursos desta ação.

O orçamento aprovado na LOA 2011 para a ação, R$ 191,7 milhões, foi totalmente utilizado (execução orçamentária de 100%). A ação não possui meta física na LOA, referindo-se somente ao comprometimento dos recursos de forma global.

Analisando a disponibilidade de recursos da ação no Quadro VI, verifica-se que o orçamento de 2011 para equalização foi totalmente comprometido com a carteira de projetos reembolsáveis da FINEP que receberam esse benefício. Esta carteira é formada por: projetos contratados totalmente desembolsados, projetos contratados em desembolso e projetos aprovados em contratação. O total comprometido a equalizar refere-se ao estoque do valor total do conjunto da carteira que aponta o valor comprometido de R$ 863,9 milhões e, portanto, superior ao saldo atual já garantido de R$ 436,7 milhões.

No entanto, sob a ótica de fluxo de recursos, considerando que a demanda de equalização é feita de acordo com o andamento dos cronogramas de amortização dos projetos, e ainda a disponibilidade de novos recursos da ordem de R$ 196,6 milhões na LOA do FNDCT 2012, a necessidade adicional da ordem de R$ 230,6 milhões se configura como demanda futura a partir de 2012.

QUADRO VI – Disponibilidade Orçamentária Ação 0741 - Equalização

Valores em R$

			posição em 31 de dezembro de 2011
Saldo Anterior (30.06.11)	336.263.041,47		
Valor Aplicado (Recursos Recebidos do FNDCT)	29.632.549,58		
Rendimentos Apurados	16.241.045,95		
Total Resgatado (Pagamento de Juros Equalizados)	(32.411.254,14)		
Saldo Disponível em 31.12.11	**349.725.382,86**	→	**349.725.382,86**
Empenhados e não transferidos	**86.987.406,92**	→	**86.987.406,92**
Saldo Atual Garantido			**436.712.789,78**
Projetos Contratados Totalmente Desembolsados	347.814.703		
Projetos Contratados em Desembolso	433.293.239		
Projetos Aprovados em Contratação	76.386.584		
Programa Juro Zero (contratados)	6.406.733		
Total Comprometido a Equalizar	**863.901.259**	→	**(863.901.259,00)**
Saldo Líquido Atual			**(427.188.469,22)**
Recursos no Orçamento para Equalização - FNDCT em 2012		→	**196.611.987,48**
Necessidade de orçamentos futuros - a partir de 2013		→	**230.576.481,74**

Fonte: FNEP - AFC

De qualquer forma, como os recursos do FNDCT são limitados pela LOA, fica clara a necessidade de um acompanhamento mais detalhado da disponibilidade orçamentária dos recursos da equalização em face da demanda crescente por recursos de crédito equalizado para inovação no Brasil.

2.3.2.3 Ação 0745 - Estímulo às Empresas de Base Tecnológica mediante Participação no Capital

QUADRO VII: Execução Física da Ação 0745

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
19	845	1388	0745	OP	3	Contrato de risco registrado	7	1	2

Fonte: FINEP - APLA

A FINEP operacionaliza esta ação através do Programa INOVAR, que é constituído do INOVAR Fundos, o INOVAR Semente, o Venture Fórum FINEP e o Seed Fórum FINEP. Através deste Programa são apoiadas empresas inovadoras com alto potencial de crescimento através de investimento em fundos de capital semente, *Venture Capital* (VC) e fundos de *Private Equity* (PE).

Em 2011, treze empresas foram investidas através dos fundos Inovar, porém não houve a aprovação de nenhum fundo novo. O Fundo FSCRec não atingiu a captação mínima para entrar em operação e foi cancelado. O Fundo de Fundos CD Brasil teve sua aprovação revogada devido ao desligamento da maioria dos membros da equipe-chave do fundo e da consequente e prejudicial ampliação do tempo de captação de recursos.

O orçamento total aprovado para essa ação em 2011 foi de R$ 61,0 milhões, dos quais foram empenhados R$ 58,7 milhões, com uma execução orçamentária de 96%.

Em relação à execução física, um fundo foi contratado e aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e entrou em operação. Cabe registrar que a meta estabelecida não condiz com a realidade da atividade de investimento em fundos da FINEP tendo em vista, principalmente, o volume de orçamento e a demanda de mercado.

Atualmente a carteira da FINEP é composta de 24 fundos: 21 em operação, 2 aprovados e 1 desinvestido, conforme Quadro VIII. Até o momento, 88 empresas inovadoras foram apoiadas pelos fundos.

No exercício de 2011, foram realizadas as seguintes atividades: o 19º *Venture Forum* FINEP, durante o congresso anual da ABVCAP; 2 edições do *Seed Forum* FINEP, em São Paulo e no Rio de Janeiro; o 6º Fórum Abertura de Capital, em parceria com a BM&F BOVESPA; e o 1º Fórum Sul Brasileiro, em que a FINEP transferiu metodogia para a Federação das Indústrias do Paraná (FIEP). Durante estes eventos, foram avaliadas 103 empresas na banca de seleção, e 53 empresas receberam um programa de capacitação com duração de 6 semanas pelos analistas da FINEP antes da apresentação para uma plateia de investidores.

Desde o início da atividade, em 2000, já foram realizadas 19 edições do *Venture Forum* e 11 do *Seed Forum*, além de 6 edições do Fórum Brasil Abertura de Capital, evento para grandes empresas que foi retomado este ano. Estas ações já receberam mais de 4.250 cadastros através do portal *Venture Capital* FINEP (www.venturecapital.gov.br). Destas empresas, 345 foram capacitadas, sendo 105 apenas nos últimos dois anos, isto é, pouco mais de 30% das empresas foram capacitadas apenas neste período. Do total, 75 receberam alguma modalidade de investimento.

QUADRO VIII: Fundos de Investimento Apoiados pela FINEP

FUNDO	GESTOR	PATRIMÔNIO TOTAL (R$ Milhões)	PARTICIPAÇÃO FINEP
GP Tecnologia	GP Investimentos	44,2	5,25%
SPTEC	CRP Companhia de Participações	24	13,33%
Stratus GC I	Stratus Investimentos	24,1	19,96%
RB Investech II	Rio Bravo Investimentos	35,3	14,16%
Novarum	Jardim Botânico Partners	12,8	29,80%
CRP VI	CRP Companhia de Participações	61,5	16,26%
Stratus GC III	Stratus Investimentos	60	20,00%
FIPAC	DGF Gestão de Fundos	102	13,72%
Fundotec II	FIR Capital Partners	77,4	18,09%
JB VC I	Jardim Botânico Partners	100	10,00%
RB Nordeste II	Rio Bravo Investimentos	131,8	11,38%
Brasil Governança	BR Educacional	600	5,00%
Capitaltech	Invest Tech	31,4	28,66%
HorizonTI	SPE HorizonTI (Confrapar)	19,9	37,22%
Terra Viva	DGF Gestão de Fundos	296,2	6,75%
Brasil Agronegócio	BRZ Investimentos	840	5,00%
CAPITAL MEZANINO II	Neo Gestão de Recursos	288,8	6,93%
CRP VII	CRP Companhia de Participações	313	9,58%
Fundo SC	SPE Fundo SC (FIR Capital Partners)	12	49,00%
NascenTI	SPE NascenTI (Confrapar)	35	40,00%
Burril Brasil I	Burril Brasil Investimentos	200	10,00%
DGF Inova	DGF Gestão de Fundos	50	70,00%
Performa SC I	Performa Investimentos	26,6	48,96%
Portfolio FIR DFJ	SPE Portfolio FIR DFJ	50	70,00%
TOTAL		**3.436,00**	

Legenda:
- Fundos Encerrados
- Fundos em Operação
- Fundos Aprovados em Captação

Fonte: FINEP - AINV

2.3.2.4 Ação 0748 - Incentivo ao Investimento em Ciência e Tecnologia pela Implementação de Instrumentos de Garantia de Liquidez

QUADRO IX: Execução Física da Ação 0748

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
19	845	1388	0748	OP	3	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

Fonte: FINEP - APLA

O Fundo de Garantia de Liquidez foi criado para incentivar investidores privados a investir através de fundos de investimentos em empresas nascentes inovadoras, de forma que esses investidores possam ter garantia de retorno do principal investido ao término do período de vida do fundo do qual participam. Este Fundo vem sendo utilizado no âmbito do Programa Inovar Semente e garante o retorno do principal investido até o limite de 20% do patrimônio total comprometido do Fundo.

Os recursos alocados nessa ação compõem um Fundo de Reserva Técnica, com o objetivo de dar liquidez aos investimentos privados em empresas inovadoras no conceito da lei, através de Fundos regulados pela CVM.

Em 2011 não houve saque pela FINEP, tendo em vista que os fundos que utilizam essa garantia de liquidez estão em operação e esta garantia só é realizada no final da vida útil do fundo. Além disso, não houve nenhuma Chamada Inovar Semente. No momento a FINEP investe em 6 fundos sementes, 3 em operação e 3 aprovados.

Em relação ao orçamento de R$ 784 mil aprovado para esta ação, houve execução orçamentária de 88%. A ação não requer meta física, referindo-se apenas ao comprometimento de recursos privados nos fundos semente.

2.3.3 PROGRAMA PRÊMIO FINEP DE INOVAÇÃO

O Prêmio FINEP de Inovação é uma iniciativa da FINEP criada em 1998, na região Sul, para identificar, divulgar e premiar os esforços inovadores desenvolvidos e aplicados no país. No ano 2000 foi estendido às demais regiões, tendo a final nacional sido realizada no Palácio do Planalto e prestigiada pelo presidente da República. Nesses 13 anos de existência, o Prêmio FINEP reconheceu os esforços inovadores de quase 400 empresas e instituições de C,T&I, vencedoras das etapas regional e nacional.

De 2005 a 2007, o Prêmio contou com seis categorias: Produto, Processo, Pequena Empresa, Média e Grande Empresa, Instituição de C&T, e Inovação Social, além da categoria especial Inventor Inovador, realizada em parceria com o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), responsável por selecionar os inventores que já possuam patente concedida.

Em 2008, o Prêmio abandonou o eixo puramente tecnológico, voltando-se à inovação no sentido mais amplo. As categorias Produto e Processo foram extintas e as inscrições foram restritas às categorias Micro/Pequena Empresa, Média Empresa, Grande Empresa, Instituição de Ciência e Tecnologia, Tecnologia Social e Inventor Inovador. Em 2009, o mesmo formato foi seguido, e o número de inscrições, que haviam caído para 278 em 2008, chegou a 571. Em 2010, foi incluída a categoria Gestão em Inovação para empresas de todos os portes. Esse ano foi marcado pelo número recorde de inscrições - 885, além do primeiro vencedor nacional vindo da região Norte do país na categoria Tecnologia Social.

Em 2011 o Prêmio FINEP constou de duas etapas, Regional e Nacional, com as seguintes categorias:

- Etapa Regional

  → Micro/Pequena Empresa
  → Média Empresa
  → Instituição Científica e Tecnológica – ICT
  → Tecnologia Social
  → Inventor Inovador

- Etapa Nacional

  → Grande Empresa
  → Inovar – Empresas gestoras de fundos *seed*, *venture capital* e *private equity*,
  → Demais Categorias – Cada vencedor regional concorre automaticamente, em uma segunda etapa, ao prêmio nacional dentro de sua categoria

Para o 1º lugar da etapa regional, além de troféu, selo (exceto categoria inventor inovador), convite para participação em *workshop* oferecido pela FINEP e o INPI, são disponibilizados recursos financeiros não reembolsáveis para desenvolvimento de projetos de inovação para as categorias Tecnologia Social, inventor inovador e ICT´s e subvenção econômica para as empresas ganhadoras nas categorias micro/pequena e média empresa. Para concessão do financiamento, os vencedores devem seguir as condições exigidas na análise dos projetos pela FINEP.

Para os concorrentes da etapa Nacional também são disponibilizados recursos não reembolsáveis para todas as categorias entre outras premiações como, por exemplo, selo alusivo ao prêmio.

O número total de inscrições em 2011 foi de 388, sendo 12 inscrições do Prêmio INOVAR, que em 2011 se inseriu como uma categoria especial do Prêmio FINEP de Inovação.

QUADRO X – Distribuição Regional das Inscrições – Prêmio FINEP

Região	Nº de Inscritos
Norte	24
Nordeste	47
Centro-oeste	37
Sudeste	149
Sul	119
Total	**376**

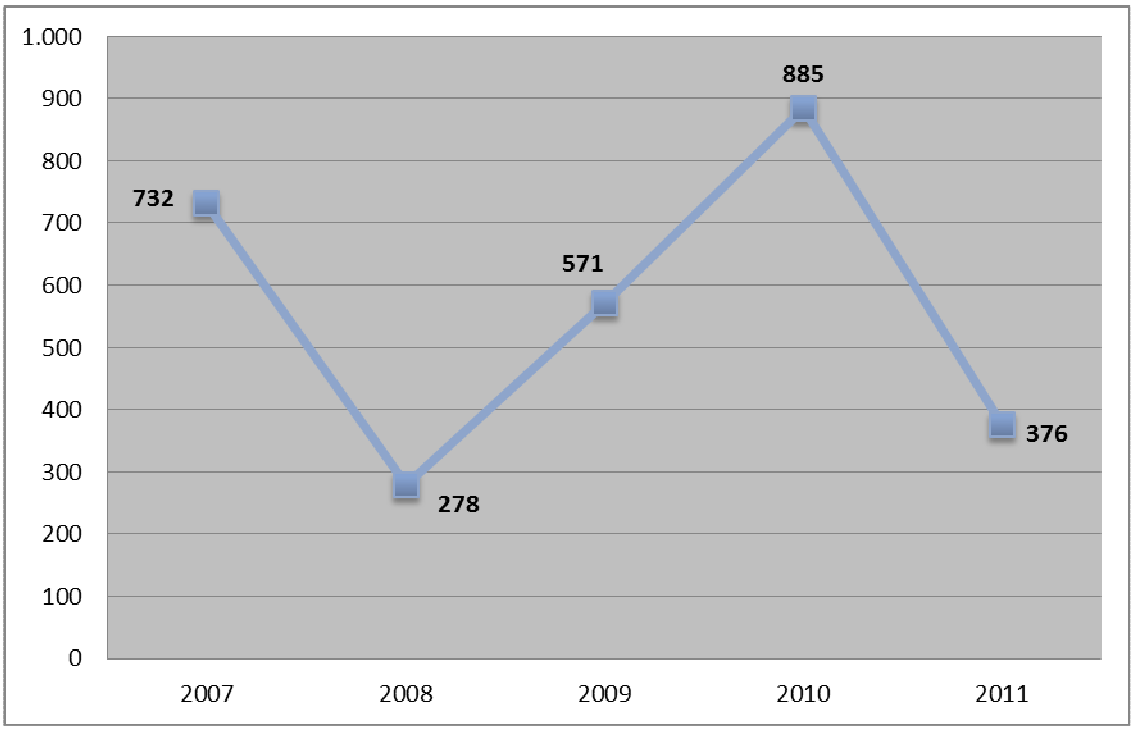
Nota: Não inclui as inscrições referentes ao Prêmio Inovar.
Fonte: FINEP – DEPRO

O ano de 2011 foi um ano atípico em relação à demanda de inscrições para o Prêmio FINEP (Gráfico III). Vários fatores contribuíram para uma expressiva redução no número de candidatos:

- dispersão da equipe original da FINEP dedicada a esta ação;
- diminuição das ações presenciais nas regiões e;
- atraso no lançamento do cronograma do Prêmio.

De qualquer forma, houve um grande esforço de prospecção e identificação de empreendimentos inovadores, o que fez com que o nível dos projetos inscritos não tivesse redução em sua qualidade. Pelo contrário, foi ressaltado por todos os jurados e agentes do Sistema Nacional de C,T&I (SNCTI) a excelência dos projetos inscritos, o que foi confirmado pelo grande impacto da premiação nacional no Palácio do Planalto.

GRÁFICO III - Prêmio FINEP - Evolução da Quantidade de Inscrições – 2007 a 2011



Fonte: FINEP - DPRO

2.4 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

2.4.1 PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

Os itens solicitados pelo TCU referentes a Programação e Execução Orçamentária das Despesas não se aplicam à natureza jurídica da FINEP, pois a FINEP é uma empresa pública de direito privado, não dependente e não integrante do orçamento fiscal e da seguridade social, portanto, não recebe nem executa créditos orçamentários. A FINEP integra apenas o orçamento de investimentos das empresas estatais.

2.4.2 AVALIAÇÃO DO PLANO DE DISPÊNDIOS GLOBAIS – PDG

O Programa de Dispêndios Globais (PDG) consiste em um conjunto de informações financeiras, que reflete o orçamento das empresas estatais no exercício. Assim, o PDG identifica as origens de recursos, inclusive as captações junto a terceiros para aplicação na atividade finalística da FINEP, bem como as aplicações previstas para serem realizadas no período.

O PDG é o instrumento utilizado pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST) para acompanhar o desempenho das instituições financeiras federais. Serve, portanto, como parâmetro para negociação e estabelecimento de metas junto ao DEST, além de fixar limites anuais de dispêndios.

2.4.2.1 ORIGENS DE RECURSOS

Para fins do PDG, as Origens de Recursos são divididas em 2 grupos:

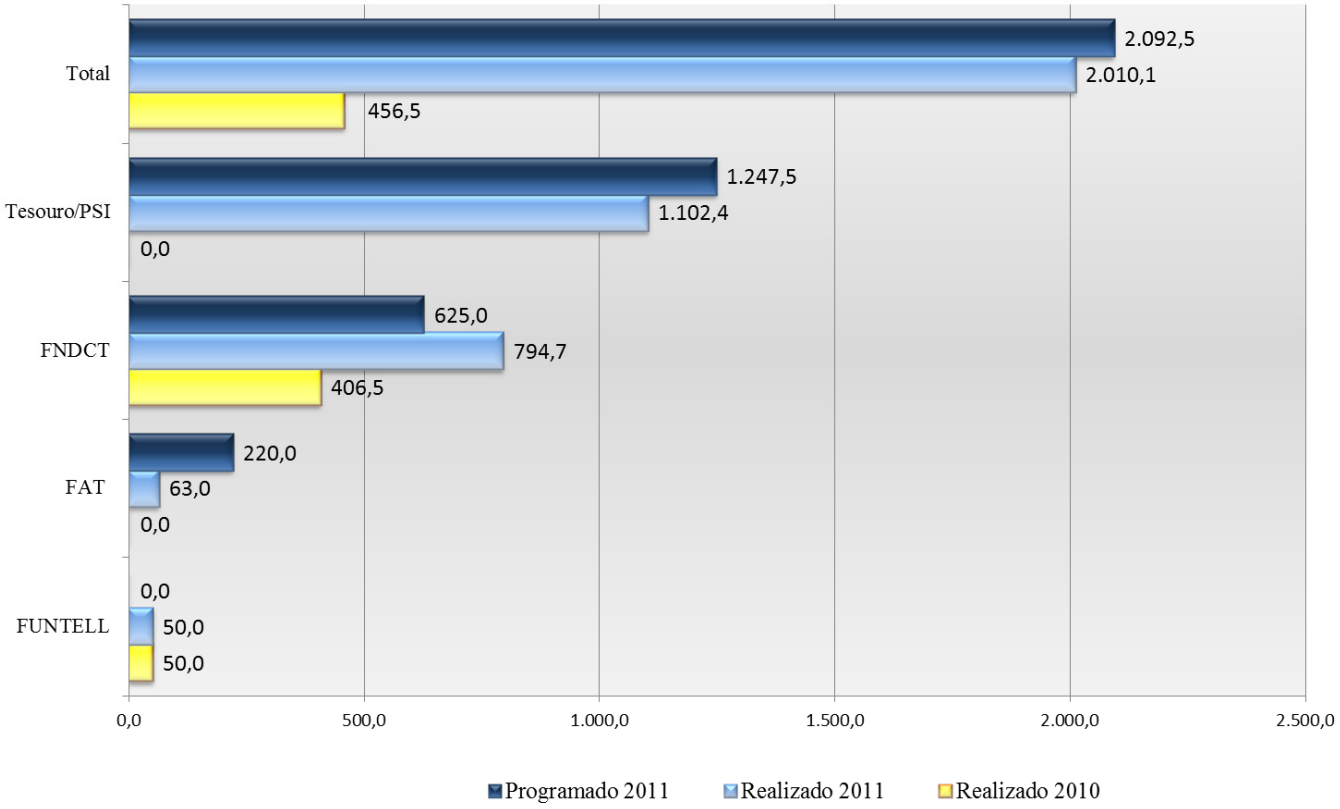
- Recursos (captação);
- Receitas.

O grupo Recursos reflete o esforço de captação da empresa, compreendendo recursos de terceiros destinados às operações de crédito da FINEP. Em 2011 foram captados recursos das seguintes fontes: Tesouro/PSI – Programa de Sustentação do Investimento, FNDCT, FAT e FUNTTEL.

O Gráfico IV demonstra a captação projetada para 2011, o esforço de captação realizado no exercício, que atingiu o valor de R$ 2,01 bilhões, e a captação executada em 2010.

GRÁFICO IV – Captação de Recursos por Fonte – Programado 2011 x Realizado 2011 x Realizado 2010

Em R$ milhões correntes

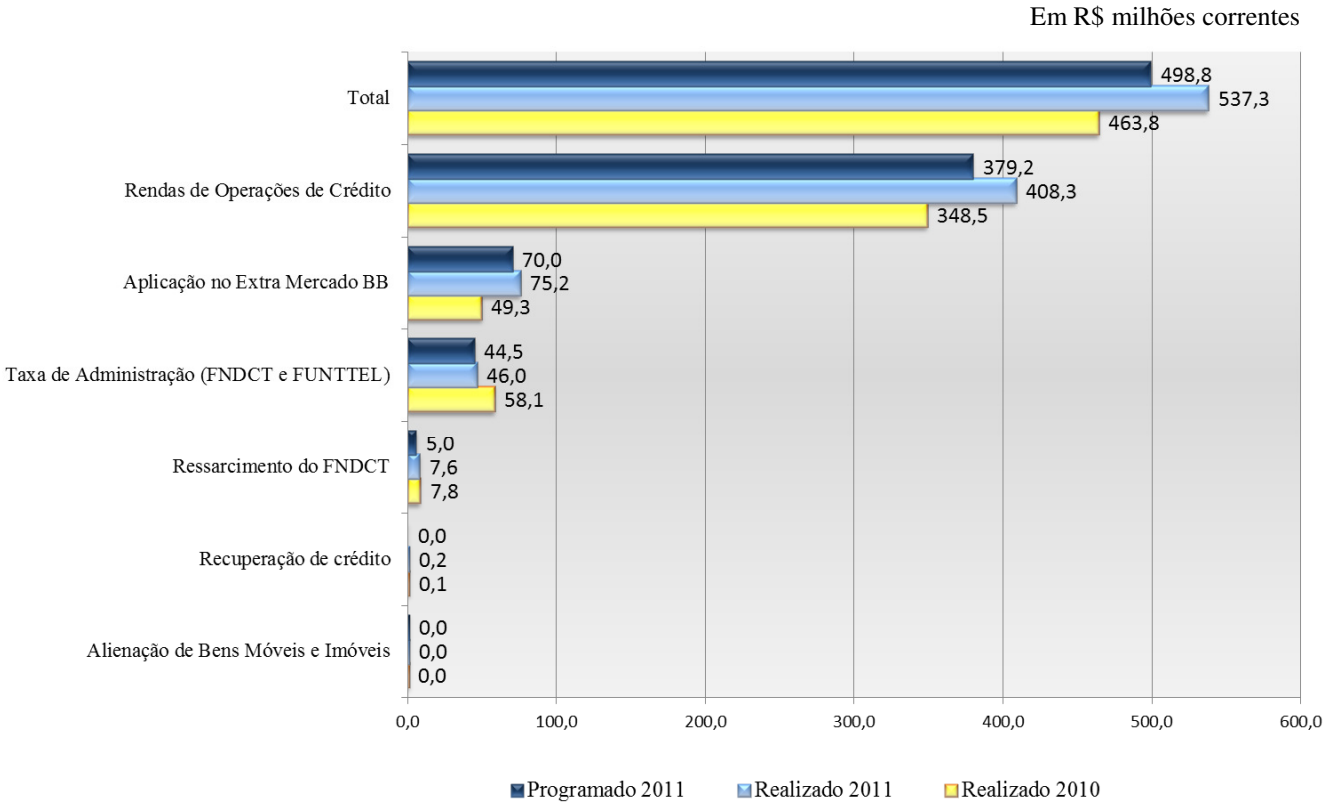


Fonte: FINEP - AFC

Comparando-se a captação de recursos realizada em 2010 com a executada em 2011, observa-se um incremento de 440%, bem como a diversificação das fontes que, além do FNDCT e do FUNTTEL, passaram a incluir os recursos do Tesouro na operação do Programa de Sustentação do Investimento (PSI) por meio de repasses do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O grupo Receitas reflete o resultado das operações da FINEP, compreendendo recursos oriundos das rendas de operações de crédito, do rendimento das aplicações no extra mercado do Banco do Brasil (BB), do recebimento de taxa de administração de recursos administrados pela FINEP (FUNTTEL e FNDCT), do ressarcimento pelo FNDCT das despesas operacionais do Fundo que são pagas pela FINEP, da recuperação de crédito e da alienação de bens móveis e imóveis, conforme detalhado no Gráfico V.

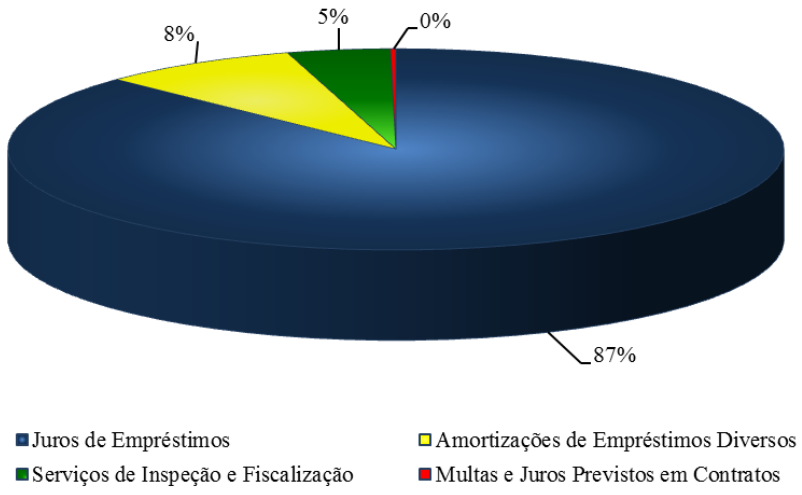
GRÁFICO V – Recebimento de Receitas – Programado 2011 x Realizado 2011 x Realizado 2010



Fonte: FINEP - AFC

Em relação às receitas, os valores programados para 2011 foram superados em 7,7%. Como pode ser observado no Gráfico V, este resultado decorre principalmente do incremento das rendas de operações de crédito, que está associado à ampliação do valor da carteira de operações reembolsáveis. As rendas de operações de crédito são compostas pelos juros de empréstimos, multas e juros contratuais, as cobranças de serviços de inspeção e fiscalização de cada um dos contratos assinados pela FINEP e as amortizações de empréstimos diversos, conforme ilustrado no Gráfico VI.

GRÁFICO VI – Composição das Rendas de Operações de Crédito em 2011



Fonte: FINEP - AFC

Dentre as Rendas de Operações de Crédito, cabe destacar as "amortizações de empréstimos diversos" que correspondem ao pagamento à FINEP, por parte de seus credores, de amortizações de dívidas recuperadas no exercício, que já haviam sido levadas à baixa contábil. Esta categoria é considerada como receita uma vez que, por ocasião do recebimento desses valores, o ressarcimento às fontes de recursos já havia sido realizado pela FINEP.

Já as amortizações da carteira regular de financiamento da FINEP são consideradas como despesas e são classificadas na conta "Aplicações em Operações de Crédito" (item 2.4.2.3 deste Relatório).

2.4.2.2 APLICAÇÕES

As Aplicações no PDG são divididas em três grupos:

- Dispêndios de Capital;
- Dispêndios Correntes;
- Aplicações em Operações de Crédito.

As Aplicações em Operações de Crédito serão detalhadas no item 2.4.2.3.

Os Dispêndios de Capital incluem as despesas com pagamento de amortizações, investimentos no ativo imobilizado, inversões de capital e pagamento de dividendos.

Os Dispêndios Correntes incluem as despesas com pessoal próprio (remuneração, encargos sociais e benefícios), prestação de serviços de terceiros (terceirização de mão de obra, locação de equipamentos, diárias, passagens, publicidade e estagiários), pagamento de juros às fontes, utilidades e serviços (telecomunicações e energia elétrica), tributos, encargos financeiros parafiscais e outros dispêndios correntes (aluguel, condomínio, material de consumo, multas, PLR e demandas trabalhistas).

O Quadro XI apresenta os dispêndios executados em 2011, agrupados conforme a sua distribuição no PDG, comparando-os com os valores projetados para 2011 e os executados em 2010.

QUADRO XI – Dispêndios – Executados em 2011 x Projetados para 2011 x Executados em 2010

Valores em R$ milhões correntes

Discriminação	Executado 2011 (R$ milhões)	Projetado 2011 (R$ milhões)	Execução / Projeção (%)	Executado 2010 (R$ milhões)	2011 / 2010 (%)
Dispêndios de Capital	**212,15**	**248,00**	**0,86**	**211,03**	**1,01**
Amortização	156,85	135,52	1,16	130,23	1,20
Investimentos	2,11	17,48	0,12	1,16	1,81
Inversões de Capital	32,74	75,00	0,44	59,83	0,55
Dividendos	20,45	20,00	1,02	19,80	1,03
Despesas Correntes	**364,58**	**414,90**	**0,88**	**298,36**	**1,22**
Pessoal e Encargos Sociais	128,73	150,32	0,86	124,64	1,03
Serviços de terceiros	19,18	26,67	0,72	21,79	0,88
Pagamento de Juros	143,14	147,02	0,97	101,65	1,41
Utilidades e Serviços	1,46	2,07	0,70	1,53	0,95
Tributos e Encargos Parafiscais	53,85	72,09	0,75	35,71	1,51
Outros Dispêndios Correntes	18,22	16,74	1,09	13,04	1,40
Dispêndios Totais	**576,73**	**662,91**	**0,87**	**509,39**	**1,13**

Fonte: FINEP - AFC

A seguir são descritas algumas considerações sobre as variações apresentadas no Quadro XI:

- **Amortização:** considera os pagamento de amortizações das dívidas da FINEP com suas fontes de captação de recursos. Um dos componentes deste grupo é a devolução de recursos ao FAT, que em 2011 ocorreu em volume superior ao projetado para o ano e ao executado em 2010.

- **Investimentos:** os valores projetados para investimentos têm como principal componente as despesas relacionadas aos sistemas de tecnologia da informação, cuja execução foi abaixo do previsto, devido ao atraso na execução de projetos de infraestrutura, ao ajuste do cronograma de atividades do Projeto Modernize e à aquisição de microcomputadores, mesa telefônica e arquivos por valores inferiores ao previsto.

- **Inversões de Capital:** este item inclui os investimentos em fundos de participação em empresas emergentes projetados para 2011, cujo ritmo de execução não acompanhou o estimado, representando, inclusive, metade do valor do ano de 2010. Isto ocorre porque os investimentos em fundos de participação são aplicações de longo prazo e, por isso, o desembolso ocorre a medida em que são realizados os investimento em empresas.

- **Pessoal e encargos sociais:** este grupo engloba as despesas com remuneração, gratificações, horas extras, encargos sociais (férias, 13º salário, FGTS e INSS), benefícios (previdência complementar e reembolsos médico e odontológico) e auxílio transporte. Os

valores projetados no PDG de 2011 para este grupo de despesa foram calculados com base nas expectativas de reajuste salarial nos meses de setembro de 2010 e 2011, no ingresso de novos funcionários ao longo dos dois anos e na implementação do novo plano de carreiras em junho/2011, sendo que a execução de tais premissas ocorreu de forma distinta do projetado, conforme a seguir:

→ o reajuste salarial realizado em 2011 foi 2,5% superior ao projetado para este exercício;
→ em virtude da assinatura do Termo de Ajuste de Conduta (TAC) com o Ministério Público do Trabalho e da autorização do DEST para aumento do quadro de pessoal terem ocorrido no 2º semestre de 2011, o ingresso de novos funcionários só teve início em novembro de 2011;
→ não houve a implementação do novo plano de carreiras no âmbito do Novo Modelo de Gestão de Pessoas (NMGP), prevista para 2011.

- **Serviços de terceiros:** a execução de 2011 foi inferior tanto aos valores projetados quanto aos realizados em 2010. Isto ocorreu em parte em função da substituição de terceirizados por concursados em novembro de 2011.

- **Pagamento de juros:** este item também apresentou execução superior a 2010, tendo em vista que a dívida do FNDCT cresce a cada ano conforme o incremento do processo de captação.

- **Utilidades e serviços:** este grupo inclui serviços de telecomunicações, comunicações em geral (serviços postais) e energia elétrica. Em 2011, a execução abaixo do projetado deve ser atribuída à instalação de nova mesa telefônica e à modernização de parte das instalações elétricas da sede da FINEP.

- **Tributos e encargos parafiscais:** no exercício de 2011 as provisões constituídas no balanço foram inferiores àquelas consideradas em 2010, provocando aumento na base de cálculo dos impostos e consequentemente no valor do Imposto de Renda e na Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

- **Outros dispêndios correntes:** neste grupo, entre outros, estão considerados os valores pagos a título de Participação nos Lucros e Resultados (PLR), materiais, aluguéis, condomínios e demandas trabalhistas. O acréscimo no total de dispêndios deste grupo, em relação a 2010, deve ser atribuído principalmente aos seguintes fatores: (i) reajuste nos valores de aluguéis e condomínios das instalações da FINEP, que acompanharam a elevação verificada no mercado imobiliário; (ii) despesas com demandas trabalhistas, como pagamento de indenizações e custas processuais, que representaram cerca de R$ 5 milhões em 2011 contra R$ 200 mil em 2010.

2.4.2.3 APLICAÇÕES EM OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As aplicações em operações de crédito refletem a variação do saldo total aplicado, ou seja, é a diferença entre o montante de financiamentos concedidos e as amortizações resultantes destes financiamentos (que deverão retornar para as fontes de captação da FINEP). Para o exercício de 2011, a disponibilidade para aplicações foi projetada em R$ 1,29 bilhão.

O Quadro XII demonstra a projeção e execução das Aplicações em Operações de Crédito para 2011.

QUADRO XII – Aplicações em Operações de Crédito em 2011

Valores em R$ milhões correntes

Aplicações em Operações de Crédito		
Discriminação	**Projetado**	**Executado**
Financiamentos concedidos (A)	1.960,0	1.753,3
Outros [1] (A)		90,8
Recebimento de Amortizações (B)	665,0	636,6
Outros [2] (B)		37,7
Aplicações em Operações de Crédito (A-B)	**1.295,0**	**1.169,8**

Notas:
(1) Atualização monetária, variação cambial e correções.
(2) Baixa contábil, variação cambial e correções.
Fonte: FINEP - AFC

A execução dos financiamentos concedidos corresponde aos desembolsos realizados no período para as operações de crédito. Cabe observar que o valor projetado para 2011 (Quadro XII) é inferior ao volume de recursos captados (R$ 2,01 bilhões) apresentado no Gráfico IV. Isto ocorre devido às características de parte dos recursos captados. No caso da fonte Tesouro/PSI/BNDES, os valores captados correspondem ao valor total das operações contratadas, cujos desembolsos irão ocorrer num prazo de 24 a 36 meses. Em contrapartida, o valor captado nas fontes FAT, FUNTTEL e FNDCT, correspondem aos desembolsos realizados no próprio exercício.

2.4.3 ANÁLISE DE DESEMPENHO EM OPERAÇÕES DE CRÉDITO

O Quadro XIII demonstra o comparativo do esforço operacional de 2010 e 2011 referente às etapas de processamento das operações reembolsáveis. Em relação ao valor das operações, 2011 apresentou um crescimento expressivo em todas as fases operacionais, com destaque para a demanda inicial (CPs recebidas), que foi de aproximadamente 5 bilhões, ou seja, 52% superior à demanda de 2010.

QUADRO XIII – Comparativo do Nº e Valor das Operações de Crédito Processadas em 2010 e 2011

Em valores correntes

	Nº de Propostas			Valor (R$ Milhões)		
	2010	2011	Variação	2010	2011	Variação
CPs Recebidas	239	267	12%	3.301,21	5.005,78	52%
CPs Enquadradas	121	142	17%	2.453,97	3.462,02	41%
SFs Recebidas	132	101	-23%	2.028,49	2.489,10	23%
SFs Aprovadas	64	127	98%	1.360,68	2.364,04	74%
SFs Contratadas	73	104	42%	1.510,42	1.991,61	32%

Notas :
CP – Consulta Prévia: Solicitação apresentada pelas empresas, através da qual a FINEP analisa o mérito tecnológico da proposta de financiamento e realiza a análise econômico-financeira retrospectica da empresa para fins de enquadramento.
SF – Solicitação de Financiamento: Solicitação apresentada pelas empresas após o enquadramento da CP, através da qual a FINEP analisa o projeto do ponto de vista orçamentário e econômico-financeira prospetiva para fins concessão de financiamento reembolsável.
Fonte: FINEP - APLA

O Quadro XIV apresenta o montante, ao final de cada exercício, referente ao saldo total da carteira contratada a desembolsar mais o saldo integral da demanda potencial relativa às operações em contratação e em análise. Esses dados indicam uma necessidade crescente de recursos para honrar os compromissos assumidos e atender novas demandas de crédito.

O montante em dezembro de 2011 era de R$ 5,5 bilhões, sendo R$ 1,9 bilhões referente às operações em desembolso, R$ 643,4 milhões da carteira em contratação e R$ 2,9 bilhões da carteira em análise.

QUADRO XIV: Evolução da Demanda por Financiamento

Em R$ milhões correntes

Status das Operações	dez/07	dez/08	dez/09	dez/10	dez/11	Nº de Operações em Dez 2011
Saldo Contratado a Desembolsar	**559**	**732,0**	**912,7**	**1.706,3**	**1.919,0**	**187**
Em Contratação	**46,5**	**240,8**	**466,7**	**309,6**	**643,4**	**34**
Demanda em Análise	**751,7**	**1.377,2**	**3.599,6**	**3.305,6**	**2.966,6**	**166**
SF em Análise	310,2	535,2	2.342,6	1.550,7	934,5	44
Aguardando SF	425,4	655,5	706,4	760,8	1.493,4	74
CP em Análise	16,1	186,5	550,6	994,1	538,7	48
Total	**1.357,2**	**2.350,0**	**4.979,0**	**5.321,5**	**5.529,0**	**387**

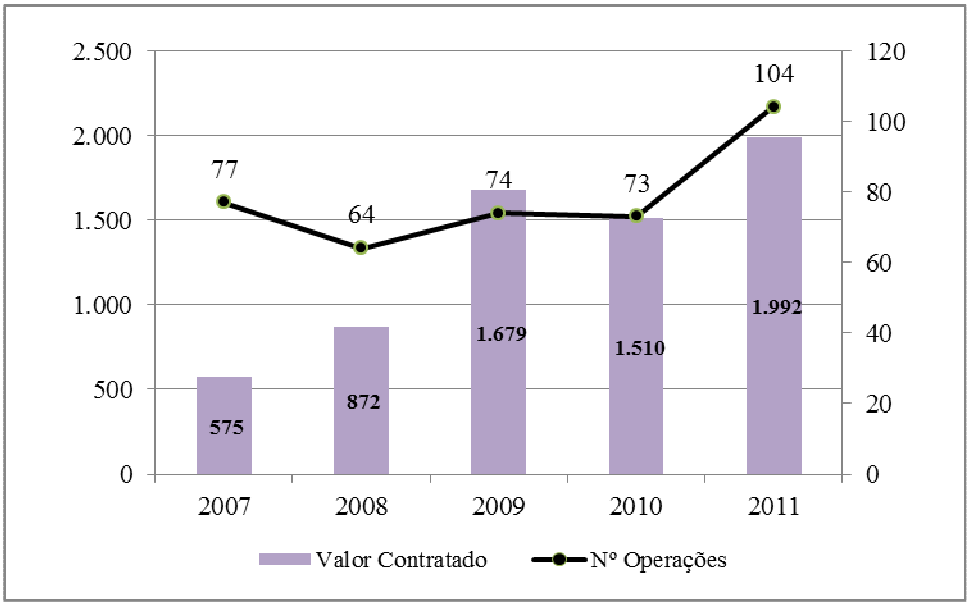
Fonte: FINEP - AFC / APLA

2.4.3.1 EVOLUÇÃO DAS CONTRATAÇÕES

Em 2011, houve a contratação de 104 novos projetos reembolsáveis, totalizando R$ 1,9 bilhões. O número e o valor das contratações em 2011 cresceram 42% e 32% respectivamente em relação a 2010, conforme Gráfico VII.

GRÁFICO VII – Evolução das Contratações 2007 a 2011

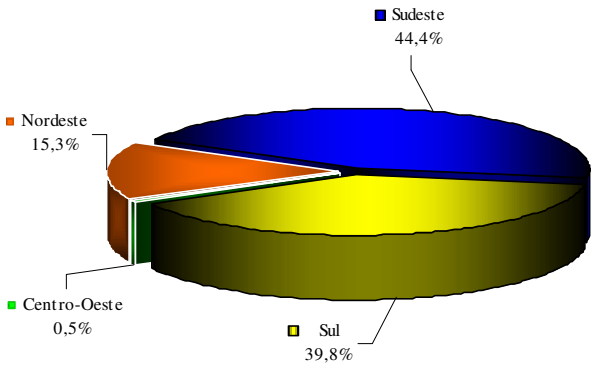
Valores em R$ milhões correntes



Fonte: FINEP - AFC / APLA

A distribuição regional das operações contratadas em 2011, segundo o volume de recursos, está ilustrada no Gráfico VIII. A concentração dos recursos das operações contratadas nas regiões Sul e Sudeste pode ser atribuída ao fato dos financiamentos da FINEP serem acessados em sua maior parte por grandes empresas, que estão localizadas predominantemente nessas regiões.

GRÁFICO VIII – Valor das contratações por Região

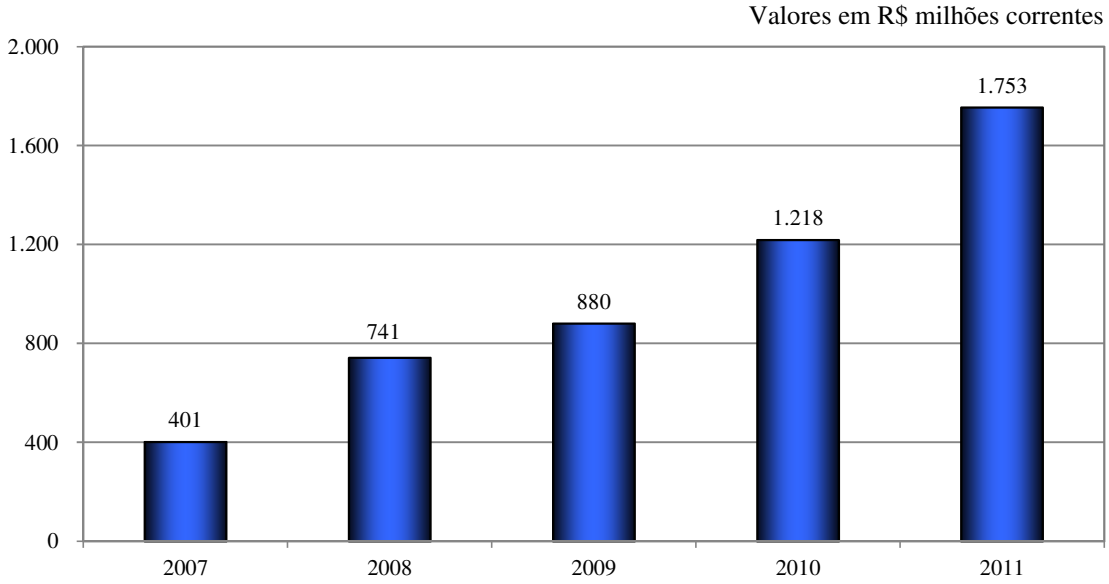


Fonte: FINEP - AFC

2.4.3.2 EVOLUÇÃO DAS LIBERAÇÕES

O incremento do volume de contratações foi acompanhado pelo aumento dos desembolsos em operações reembolsáveis, que cresceram 44% em relação a 2010, conforme Gráfico IX.

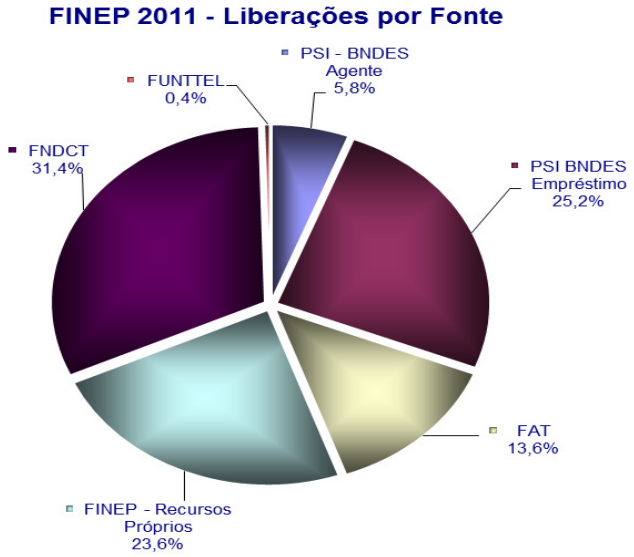
GRÁFICO IX – Evolução dos Desembolsos das Operações Reembolsáveis 2006 - 2011



Fonte: FINEP – AFC

Como é possível observar no Gráfico X, do total de R$ 1,8 milhões liberados em 2011, 13,6% foram com recursos provenientes do FAT, 31,4% do empréstimo do FNDCT à FINEP, 23,6% com recursos próprios, 0,4% com recursos do FUNTTEL, 5,8% com recursos do Tesouro/PSI Agente e 25,2% com recursos do Tesouro/PSI Empréstimo.

GRÁFICO X – Liberações Efetuadas em 2011 por Fonte de Recursos

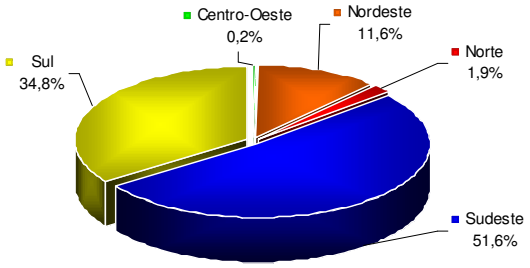


Fonte: FINEP - AFC

Em relação à distribuição regional das liberações das operações de crédito, existe uma concentração de operações nas regiões Sul e Sudeste (Gráfico XI), que acompanha a distribuição regional da economia brasileira.

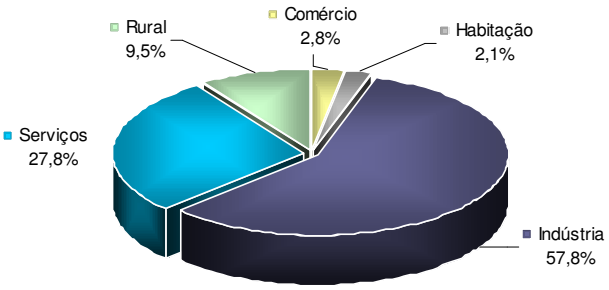
Os setores mais atendidos pelas liberações em 2011 foram o industrial e o de serviços, conforme Gráfico XII.

GRÁFICO XI – Liberações Efetuadas em 2011 por Região



Fonte: FINEP – AFC

GRÁFICO XII – Liberações Efetuadas em 2011 por Setor

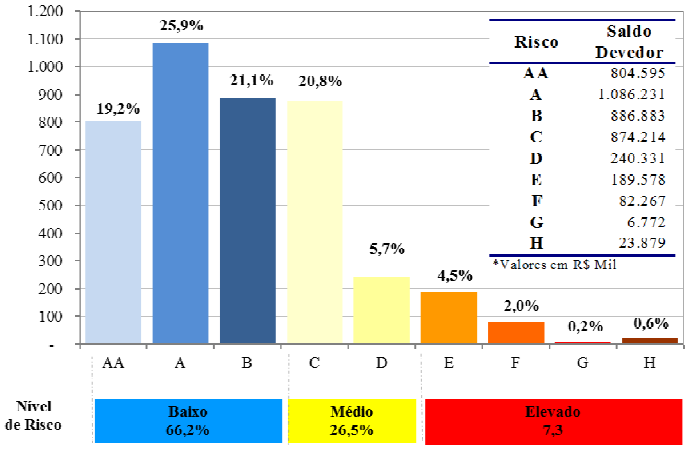


Fonte: FINEP - AFC

2.4.4 CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DE CARTEIRA - OPERAÇÕES DE CRÉDITO

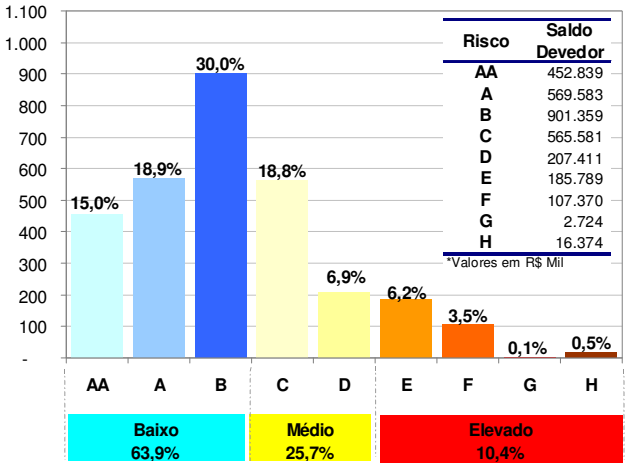
Em 31/12/2011, a carteira de projetos em acompanhamento era de 348 contratos em vigor de 273 empresas, totalizando um saldo devedor de R$ 4,2 bilhões, o que representa 97,8% do Realizável correspondente às rubricas Financiamentos-Contratos no valor de R$ 4,3 bilhões, conforme consta no Balanço Patrimonial da FINEP (Anexo XX). Esta carteira apresenta um bom perfil de risco, com destaque para a concentração nas categorias A e B, que são associadas ao nível de risco "Baixo", conforme apresentado no Gráfico XIII.

GRÁFICO XIII – Carteira de Operações que compõe o Ativo de Créditos Concedidos em 31/12/2011



Fonte: FINEP / ACRD

GRÁFICO XIV – Carteira de Operações que compõe o Ativo de Créditos Concedidos em 31/12/2010



Fonte: FINEP - ACRD

Ao comparar esse resultado com o apresentado no final de 2010 (Gráfico XIV), pode-se perceber a diminuição no risco da carteira em virtude de uma maior participação do risco classificado como "Baixo", que representava 63,9% da carteira e passou a representar 66,2%. Este fato está relacionado, principalmente, à contratação em 2011 de 27 empresas que apresentam rating "AA", "A" e "B" e que, juntas, possuem um Saldo Devedor que representa 11% do total da Carteira de Acompanhamento.

Em 2011 foi realizado um trabalho que teve o objetivo de caracterizar a carteira de operações de crédito de acordo com a localização, porte e setor das empresas financiadas. O trabalho evidenciou que as empresas de grande porte estão localizadas na região Sul e Sudeste. Quanto aos setores de atividade, a carteira de crédito se caracteriza por possuir uma grande diversidade de segmentos, sendo que os setores de agroindústria e informática/serviços foram os que apresentaram o maior percentual de risco elevado. No tocante ao porte das empresas, as de pequeno porte e microempresas são aquelas que concentram nível mais alto de risco.

2.4.5 ACOMPANHAMENTO DE GARANTIAS DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A garantia é um dos componentes mitigadores do risco de crédito das empresas proponentes dos financiamentos, sendo obrigatória para a contratação de operações de crédito reembolsáveis. No entanto, alguns tipos de garantia podem representar um ônus financeiro a mais para o projeto e até, em alguns casos, inviabilizar o financiamento. Assim, são necessários estudos constantes que procurem formas alternativas de garantias, adequando-se a dinâmica do mercado de crédito à segurança exigida pelo credor.

Dentre as garantias oferecidas para os financiamentos reembolsáveis tem-se: hipotecas, alienação fiduciária, penhor, fiança bancária, bloqueio de contas e aval-fiança corporativo. Destaca-se que em um mesmo financiamento pode haver mais de um tipo de garantia.

No ano de 2011 foram realizadas 78 análises em laudos de avaliação de bens móveis e imóveis, 23 análises de carta de fiança bancária, 16 estudos acerca da garantia de aval-fiança

corporativo e 9 análises de bloqueio de contas, para o total de 98 operações de crédito contratadas referentes às operações do Programa Inova Brasil.

O Quadro XV apresenta o valor atribuído às garantias e os respectivos percentuais, referentes às operações contratadas no exercício 2011.

QUADRO XV – Garantias das Operações Contratadas em 2011

	Valores (R$ milhões)	Participação percentual
Hipoteca	197,36	9,26%
Alienação fiduciária	97,08	4,55%
Penhor	5,98	0,28%
Fiança bancária	930,92	43,65%
Bloqueio de Contas	187,03	8,77%
Aval-fiança	714,09	33,49%
Total	**2.132,46**	**100,00%**

Fonte: FINEP - ACRD

2.4.6 PREVENÇÃO E TRATAMENTO DA INADIMPLÊNCIA DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Considera-se como inadimplência a situação de atraso no pagamento das parcelas nas datas fixadas contratualmente. Caso não ocorra a quitação da dívida no prazo estabelecido, pode o devedor abrir junto a FINEP processo de renegociação dos valores devidos. Não havendo iniciativa do financiado em renegociar a dívida ou ainda não ocorrendo acordo entre as partes, é aberto um processo de cobrança judicial.

A cobrança dos valores devidos ocorre em duas instâncias: Cobrança extrajudicial ou judicial. No primeiro caso, a inadimplência é tratada internamente pela FINEP, estando fora do âmbito judicial (operações em atraso e em renegociação), e no segundo caso, a inadimplência é executada judicialmente, podendo se apresentar em dois estágios: em execução ou em tramitação para execução judicial.

Como resultado das atividades de recuperação de crédito (renegociação de dívidas), o índice de inadimplência tem apresentado queda ano após ano. O Quadro XVI e o Gráfico XV mostram a evolução da inadimplência e do Ativo Realizável da FINEP no período de 2008 a 2011. Pode-se observar que houve uma redução significativa do Índice de Inadimplência, que diminuiu 83,6% de 2008 para 2011 e 44,4 % em relação a 2010. Essa redução é explicada, por um lado, pelo crescimento do Ativo Realizável Total, relacionado diretamente ao aumento das operações de crédito da FINEP, bem como pela concentração deste Ativo em operações de menor risco.

QUADRO XVI: Inadimplência e Realizável Contábil

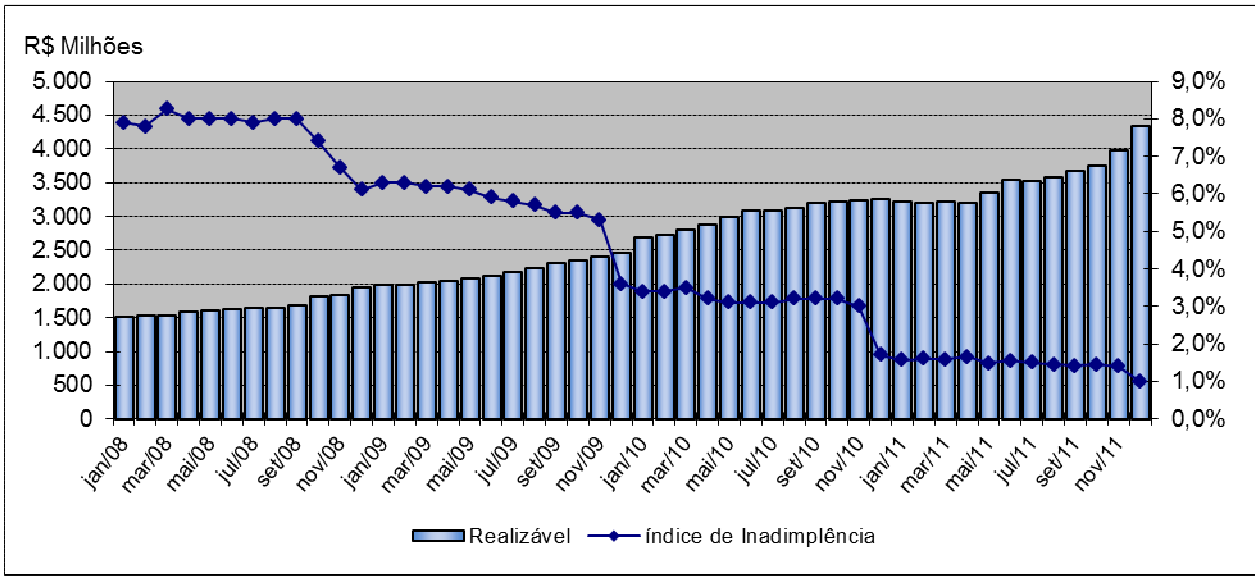
Valores em R$ mil correntes

DESCRIÇÃO	dez/08	dez/09	dez/10	dez/11
1. Inadimplência (A)	**118.844**	**88.104**	**56.480**	**43.197**
1.1. Cobrança extrajudicial	**11.967**	**10.320**	**12.320**	**13.470**
1.1.1. Atraso	1.021	182	124	344
1.1.2. Renegociação	10.946	10.138	12.196	13.126
1.2. Cobrança judicial	**106.877**	**77.784**	**44.160**	**29.726**
1.2.1. A executar	5.612	19.919	18.230	11.198
1.2.2. Em execução [1]	101.265	57.865	25.930	18.528
2. Realizável Líquido (B)	**1.941.585**	**2.450.168**	**3.218.067**	**4.330.484**
2.1. Realizável Bruto [2]	1.966.671	2.504.718	3.318.212	4.432.264
2.2. Provisão para perdas prováveis [1]	-25.086	-54.550	-100.145	-102.541
Índice de Inadimplência (A / B)	**6,1%**	**3,6%**	**1,8%**	**1,0%**

Notas:
(1) Regularmente ocorrem reavaliações e baixas contábeis nos valores a receber das empresas em execução. Nesses casos, a variação é computada nos itens 1.2.2 e 2.2 do quadro.
(2) O Realizável Bruto corresponde ao somatório das rubricas do Balanço Patrmonial da FINEP (Anexo XX): Financiamentos-contratos, Encargos s/ Empréstimos e Financiamentos e Cobrança Judicial
Fonte: FINEP – ACRD

GRÁFICO XV – Evolução do Realizável e do Índice de Inadimplência

Em valores correntes



Fonte: FINEP - ACRD

Outro fator importante foi o reconhecimento de parte dos valores em cobrança judicial na conta Provisão para Perdas Prováveis, que resultou na redução do nível de inadimplência (item 1 do Quadro XVI), que é composto pelas operações em atraso, em renegociação e em cobrança judicial. O Gráfico XV mostra duas quedas abruptas do índice de inadimplência, em dezembro de 2009 e em dezembro de 2010. Essas reduções foram ocasionadas, principalmente, pela realização de provisões para perda prováveis da ordem de R$ 26,4 milhões e de R$ 45,6 milhões, respectivamente.

Cabe observar ainda que a inadimplência da FINEP é composta, principalmente, por operações da carteira antiga da FINEP e, que, em grande parte, estão em cobrança judicial. Nesse sentido, destaca-se o papel fundamental das análises de crédito e de garantias mais criteriosas para a manutenção do baixo nível de inadimplência nas operações novas.

Em relação às operações em cobrança judicial, destaca-se a maior interação entre os Departamentos de Recuperação de Crédito (DREC) e Jurídico de Contencioso (DJCT), visando a formulação de propostas de renegociação adequadas às realidades das empresas e dos processos judiciais. Essa interação, aliada à utilização dos novos critérios de renegociação e das novas alçadas decisórias, que foram aprovados pela Diretoria no final de 2009, contribuiu para um aumento considerável nos depósitos recebidos através de renegociação.

QUADRO XVII: Valores Recuperados e Resultados da FINEP

Valores em R$ milhões correntes

	2008	2009	2010	2011
(A) Recebimentos de Renegociação	24,3	20,3	30,1	43,2
(B) Receita de Intermediação Financeira	303,3	347,9	471,7	541,7
(A/B) Participação dos Recebimentos sobre a Receita	**8,0%**	**5,8%**	**6,4%**	**8,0%**

Fonte: FINEP – ACRD

O Quadro XVII mostra que os valores recebidos através de renegociação em 2011 alcançaram o montante de R$ 43,2 milhões, o que corresponde a um incremento de 113,5% em relação à recuperação de crédito obtida no exercício de 2009. Pode-se perceber ainda que, mesmo com o crescimento da Receita Operacional Bruta da FINEP, houve aumento da participação do valor desses recebimentos, sendo de 8,0% em 2011.

Ao longo de 2011 foram aprovadas 19 propostas de renegociação, das quais 15 se referem a operações em cobrança judicial. No Quadro XVIII pode-se verificar que 80% do saldo devedor renegociado já havia sido reconhecido como perda pela FINEP (baixa contábil), ou seja, a recuperação desses créditos trouxe impacto positivo direto nos seus resultados financeiros. Adicionalmente, observa-se que as renegociações aprovadas geraram recebimentos da ordem de R$ 21,7 milhões já em 2011, o que representa 22,5% do saldo devedor total renegociado e 50,2% do montante total recebido de renegociações no ano (Quadro XVII).

QUADRO XVIII – Renegociações Aprovadas em 2011

Valores em R$ mil correntes

Situação do Contrato	Número de Operações	%	Saldo Devedor Renegociado	%	Valor Recebido em 2011	%
(A) Renegociação	4	21,1%	4.776	4,9%	2.198	10,1%
(B) Cobrança Judicial	15	78,9%	91.735	95,1%	19.576	89,9%
(B.1) Baixa Contábil	12	63,2%	77.200	80,0%	16.426	75,4%
TOTAL (A + B)	**19**	**100,0%**	**96.511**	**100,0%**	**21.774**	**100,0%**

Fonte: FINEP – ACRD

Por fim, cumpre ressaltar que esse bom desempenho está diretamente relacionado aos novos critérios de renegociação e às novas alçadas decisórias, que tem contribuído para a maior agilidade e eficiência no processo de recuperação de crédito. São utilizados critérios de recálculo das dívidas em cobrança judicial, considerando a real capacidade financeira dos devedores e a situação das garantias de cada operação, bem como a perspectiva de conclusão do processo judicial.

2.4.7 INDICADORES INSTITUCIONAIS

Com o apoio do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), em 2009/2010 foi elaborado um estudo para a construção de metodologia de avaliação operacional a partir de indicadores econômicos. A primeira etapa foi a apresentação de um trabalho sobre a Construção de Metodologia e Indicadores para o Monitoramento da Gestão Estratégica da FINEP.

O trabalho permitiu o mapeamento e a avaliação de 239 objetos e indicadores de gestão ou do roadmap do PGE. Após a realização de oficinas e reuniões técnicas foram selecionados 150 indicadores, e destes priorizados 29, que foram finalmente classificados em 3 graus de complexidade e submetidos à apreciação do Comitê de Planejamento e da Diretoria. Em 27/09/2010, foram validados 14 indicadores.

A utilização destes indicadores ainda necessita de um trabalho técnico de detalhamento das metas, métricas, periodicidade e outros parâmetros referentes à sua construção. A continuidade deste trabalho estava prevista para ser realizada com apoio do CGEE. No entanto, a emissão do Acórdão TCU 2.569/11 – 2ª Câmara, de 26/04/2011 criou uma situação de impasse, pois identificou como inadequada a forma de apoio do CGEE à elaboração dos indicadores. Este acórdão alerta, em seu item 9.7.1, que a falta de correlação entre as ações orçamentárias e as metas/ações pactuadas no contrato de gestão com o CGEE infringe diversos dispositivos legais. Especificamente, o referido Acórdão menciona, no item 9.7.2, que "(...) a inclusão, no contrato de gestão firmado com o CGEE, de metas relacionadas à prestação de apoio administrativo, a exemplo de "7.1 – Internalização do planejamento Estratégico", 10.1 – Indicadores de desempenho" (...) contraria as finalidades elencadas no art. 1º da Lei nº 9.631/1998". Este artigo qualifica as organizações sociais e define que suas respectivas atividades sejam dirigidas à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde. Neste sentido, o TCU entende que as atividades realizadas para a construção dos indicadores não sejam aderentes à finalidade do CGEE.

Diante do exposto, a FINEP, que já havia se planejado para, em 2011, finalizar o estudo dos indicadores e alcançar os produtos que seriam apresentados no próximo Relatório de Gestão e subsequentes, ficou impossibilitada de permanecer com a parceria com o CGEE para conclusão deste trabalho. No entanto, cabe registrar que está prevista no escopo do Projeto Modernize, detalhado no item 17.3, a determinação de indicadores de desempenho referentes aos processos de negócio e de tecnologia da informação (TI), com apoio da consultoria TOTVS. Em função disso, a FINEP irá acompanhar o trabalho de desenvolvimento destes indicadores, de forma a buscar a compatibilidade destes com aqueles já validados pela Diretoria.

Adicionalmente, foi iniciada em 2011 a elaboração de indicadores operacionais capazes de fornecer informações a serem utilizadas para acompanhar o desempenho cotidiano das atividades da FINEP. Estes indicadores contemplam tanto as operações reembolsáveis quanto as não-reembolsáveis, provenientes dos recursos do FNDCT. A proposta do conjunto de indicadores foi apresentada à Direção da FINEP e, no momento, encontra-se em fase de teste da metodologia.

Segue no Quadro XIX alguns indicadores que foram elaborados a partir de informações já abordadas ao longo do relatório e que, neste item, serão detalhadas para fins de avaliação do desempenho da FINEP no exercício de 2011, em relação aos anos anteriores.

QUADRO XIX – Evolução dos Valores Captados, Contratados, Liberados e Realizável Bruto

Valores em R$ milhões correntes

	2008	2009	2010	2011
Valores Captados (1)	525	799	456	4.815
Valor Contratado	872	1.679	1.510	1.992
Valor Liberado	741	880	1.218	1.753
Realizável Bruto (2)	1.966	2.504	3.318	4.432

Nota:
(1) Os valores contratados, liberados e o realizável bruto não referem-se necessariamente à captação realizada em cada exercício, visto que para algumas fontes os valores captados podem ser utilizados inclusive ao longo de outros exercícios.
(2) O Realizável Bruto corresponde ao somatório das seguintes rubricas do Balanço Patrimonial da FINEP (Anexo XX): Financiamentos-contratos, Encargos s/ Empréstimos e Financiamentos e Cobrança Judicial
Fonte: FINEP – APLA (Dados do Relatório)

Conforme observado no Quadro XIX, 2011 representou um ano histórico em relação à captação de recursos, o que ocorreu principalmente em função da captação de nova fonte - recursos do Tesouro concedidos através do Programa de Sustentação do Investimento (PSI).

Em relação aos valores contratados, houve aumento de 32% em 2011 em relação a 2010, retornando a uma tendência de crescimento observada até 2009.

Quanto à liberação de recursos, o percentual de crescimento vem aumentando ao longo dos anos, sendo em 2011 os valores liberados foram 44% superiores aos de 2010.

O Realizável Bruto, que representa os valores devidos à FINEP pelas empresas financiadas, também tem crescido significativamente, em grande parte em função do aumento do valor da

carteira de operações de crédito. Em 2011 o Realizável Bruto teve um crescimento de 34% comparado a 2010.

3 INFORMAÇÕES SOBRE RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Não se aplica à natureza jurídica da FINEP. A FINEP é uma Empresa Pública de direito privado, não dependente do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

4 INFORMAÇÃO SOBRE RESTOS A PAGAR

Não se aplica à natureza jurídica da FINEP. A FINEP é uma Empresa Pública de direito privado, não dependente do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

5 INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS

A FINEP é uma empresa pública federal e, por isso, é regida pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), não operando, portanto, sob o regime geral da Lei 8.112/90. Devido a sua natureza jurídica foram necessárias algumas alterações no Relatório de Gestão, conforme detalhado nos itens a seguir.

5.1 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE EMPREGADOS ATIVOS

5.1.1 DEMONSTRAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO À DISPOSIÇÃO DA FINEP

Em função das especificidades da FINEP, nos quadros a seguir o termo "servidor" foi substituído por "empregado", e o termo "grupo Direção e Assessoramento superior" foi substituído por "Cargo em Comissão".

Os cargos em comissão são de livre nomeação e exoneração, ou seja, não há a necessidade de serem ocupados exclusivamente por empregados efetivos da FINEP. Atualmente são estes os cargos em comissão existentes: Presidente, Diretor, Superintendente, Chefe de Departamento, Chefe Adjunto da Auditoria, Chefe de Gabinete da Presidência, Assessor, Assessor Especial, Assistente dos Colegiados, Secretária da Diretoria, Secretária da Presidência e Motorista.

Já as "funções gratificadas" são ocupadas exclusivamente por empregados efetivos da FINEP, sendo essas: Coordenador do Grupo de Trabalho de Novos Sistemas, Membros da Comissão Permanente de Licitação, Membros do Grupo de Trabalho de Novos Sistemas, Responsável pela Conformidade de Gestão, Secretário Técnico, Coordenador de Compliance e Normalização, Coordenador de Apoio Logístico, Coordenador de Organização Arquivística, Coordenador de Ação Especial e Coordenador de Prestação de Contas.

QUADRO XX – Força de Trabalho da FINEP – Situação apurada em 31/12/11

Tipologia de Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Empregados em cargos efetivos (1.1 + 1.2 + 1.3)		**652**	**46**	**11**
1.1. Empregados de carreira da FINEP sem função ou cargo em comissão		556	46	11
1.2. Empregados de carreira da FINEP com função gratificada		24	0	0
1.3. Empregados de carreira da FINEP com cargo em comissão		72	0	0
2. Empregados não efetivos (2.1 + 2.2)		**17**	**11**	**17**
2.1. Empregados de outros órgãos e esferas ocupando Cargos de Comissão na FINEP		5	4	6
2.2. Empregados sem vínculo ocupando Cargos em Comissão na FINEP		12	7	11
3. Total de Empregados (1+2)	**754 [1]**	**669**	**57**	**28**

Nota: (1) O Departamento de Controle e Coordenação das empresas Estatais (DEST) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) não especifica a distribuição do total de vagas autorizadas por tipologia de cargos.
Fonte: FINEP - ARH

O Departamento de Controle e Coordenação das empresas Estatais - DEST do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) autorizou a ampliação do quadro do pessoal da FINEP de 642 para 754 vagas. Destas, 86 serão utilizadas para a substituição dos terceirizados e 26 para o projeto de Soluções Integradas relacionado ao Passivo de Prestação de Contas da FINEP. Das 86 vagas para substituição de terceirizados, 12 vagas já foram ocupadas por secretárias(os) provenientes do Concurso Público realizado em 2011, restando 74 vagas para substituição.

5.1.2 SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA FINEP

QUADRO XXI – Situações que reduzem a força de trabalho da FINEP

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	**10**
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	10
1.2. Exercício de Função de Confiança	
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	**0**
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Gradução Stricto Sensu no País	
3. Licença remunerada (3.1+3.2)	**0**
3.1. Doença em pessoa da família	
3.2. Capacitação	
4. Licença não remunerada (4.1+4.2+4.3+4.4+4.5)	**4**
4.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	
4.2. Serviço militar	
4.3. Atividade política	
4.4. Interesses particulares	4
4.5. Mandato classista	
5. Total de empregados afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4)	**14**

Fonte: FINEP - ARH

5.1.3 QUANTIFICAÇÃO DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS

QUADRO XXII – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ

Situação em 31/12/2011

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargo em comissão		**89**	**11**	**17**
1.1. Empregados de carreira da FINEP		72	0	0
1.2. Empregados de outros órgãos e esferas		5	4	6
1.3. Empregados sem vínculo com a FINEP ou outros órgãos e esferas		12	7	11
2. Funções gratificadas		**24**	**0**	**0**
2.1. Empregados de carreira da FINEP		24	0	0
2.2. Empregados de outros órgãos e esferas		0	0	0
2.3. Empregados sem vínculo com a FINEP ou outros órgãos e esferas		0	0	0
3. Total de empregados em cargo e em função (1+2)		**113**	**11**	**17**

Fonte: FINEP - ARH

5.1.4 QUALIFICAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL SEGUNDO A IDADE

QUADRO XXIII – Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa

Situação em 31/12/2011

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)					
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60	Total
1. Empregados em cargos efetivos (1.1 + 1.2 + 1.3)	**76**	**140**	**118**	**224**	**94**	**652**
1.1. Empregados de carreira da FINEP sem função ou cargo em comissão	73	117	95	190	81	556
1.2. Empregados de carreira da FINEP com função gratificada	2	4	5	8	5	24
1.3. Empregados de carreira da FINEP com cargo em comissão	1	19	18	26	8	72
2. Empregados não efetivos	**2**	**2**	**2**	**7**	**4**	**17**
3. Total de Empregados (1+2)	**78**	**142**	**120**	**231**	**98**	**669**

Fonte: FINEP - ARH

5.1.5 QUALIFICAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL SEGUNDO A ESCOLARIDADE

QUADRO XXIV – Composição do Quadro de Recursos Humanos por nível de escolaridade

Situação em 31/12/2011

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	Total
1. Empregados em cargos efetivos (1.1 + 1.2 + 1.3)	0	0	0	0	110	364	114	53	11	652
1.1. Empregados de carreira da FINEP sem função ou cargo em comissão	0	0	0	0	110	307	95	35	9	556
1.2. Empregados de carreira da FINEP com função gratificada	0	0	0	0	0	12	6	6	0	24
1.3. Empregados de carreira da FINEP com cargo em comissão	0	0	0	0	0	45	13	12	2	72
2. Empregados não efetivos	**0**	**0**	**0**	**0**	**7**	**3**	**2**	**2**	**3**	**17**
3. Total de Empregados (1+2)	**0**	**0**	**0**	**0**	**117**	**367**	**116**	**55**	**14**	**669**

LEGENDA:
Nível de Escolaridade:
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 - Doutorado

Fonte: FINEP – ARH

5.2 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE EMPREGADOS INATIVOS E PENSIONISTAS

Não se aplica à natureza jurídica da FINEP, pois é uma empresa pública federal e, por isso, é regida pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), não operando, portanto, sob o regime geral da Lei 8.112/90.

5.3 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

QUADRO XXV – Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa do exercício (Valores em R$ mil)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	**243**	**257**	**257**	**285**	**1.574,7**
1.1 Área Fim	102	101	96	104	609,1
1.2 Área Meio	141	156	161	181	965,6
2. Nível Médio	**32**	**31**	**32**	**30**	**378,6**
2.1 Área Fim	14	14	14	12	146,4
2.2 Área Meio	18	17	18	18	232,2
3. Total (1+2)	**275**	**288**	**289**	**315**	**1.953,3**

Fonte: FINEP – APLA

5.4 DEMONSTRAÇÃO DOS CUSTOS DE PESSOAL

QUADRO XXVI – Custos de Pessoal em 2011, 2010 e 2009

Em R$ mil correntes

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
Empregado de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2009	88.364,7							
2010	48.853,4	285,5	2.430,1	10.514,5	1.041,4	3.049,2	6.417,5	72.591,6
2011	51.295,3	2.018,5	2.776,2	12.627,9	656,9	4.089,5	5.435,4	78.899,7
Empregado Cedidos com ônus ou em Licença								
2009								
2010	1.666,8	78,5	81,6	432,5	0,7	72,1	142,4	2.474,6
2011	1.459,1	4,1	75,2	363,6	3,0	87,8	107,4	2.100,0
Empregado ocupantes de Cargos em Comissão								
2009	4.235,6							
2010	5.857,8	8.880,5	732,1	3.200,7	332,9	562,5	1.154,3	20.720,7
2011	6.924,6	8.343,5	899,8	3.134,3	271,9	663,2	843,9	21.081,1
Empregado ocupantes de Funções gratificadas								
2009								
2010	3.239,3	567,9	191,9	862,4	106,3	206,1	351,0	5.524,9
2011	3.108,1	719,1	205,9	1.121,0	38,5	207,5	265,4	5.665,5

FINEP - ARH

5.5 TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA PELA FINEP

A FINEP e o Ministério Púbico do Trabalho (MPT) assinaram em 15/08/2011 um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) de nº 1097/2011, com o compromisso de substituir funcionários terceirizados por concursados até 2014. Este acordo se aplica somente aos terceirizados lotados em cargos previstos no Plano de Carreiras da FINEP, ou seja, secretárias(os) e profissionais de nível médio. O pessoal terceirizado ocupado em serviços de limpeza e higiene, vigilância, além dos contínuos, recepcionistas e manutenção não precisarão ser substituídos.

Por conta do TAC e seguindo orientação do Tribunal de Contas da União (TCU), a FINEP solicitou ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST) a expansão do quadro de funcionários. A autorização foi publicada no DOU de 12/09/11, permitindo à empresa contratar mais 112 funcionários por concurso. Com isso, a lotação autorizada passou de 642 para 754 empregados.

Em setembro de 2011, o DARH deu início ao processo de substituição de 12 secretárias terceirizadas por concursados culminando com a efetivação de 12 novos funcionários em 01/11/2011. Entretanto, a FINEP ainda conta com terceirizados que, à medida em que forem se desligando, serão substituídos por profissionais provenientes de concurso público.

5.5.1 INFORMAÇÕES SOBRE TERCEIRIZAÇÃO DE CARGOS E ATIVIDADES DO PLANO E CARGOS DA FINEP

QUADRO XXVII – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da FINEP

Descrição dos cargos e atividades do plano de cargos do órgão em que há ocorrência de servidores terceirizados	Quantidade no final do exercício			Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	2011	2010	2009		
Secretária	0	13	13	0	13
Assistente de Administração	49	52	51	0	3
Técnico de Suporte à Rede	3	3	3	0	0
Programador Visual	1	1	1	0	0
Análise crítica da situação da terceirização no órgão					
As secretárias foram substituídas por técnicos de nível médio concursados a partir de 01/11/2011. O cargo "Técnico" contempla todas as funções administrativas que não exigem nível superior. Os terceirizados nos cargos de Assistente de Administração, Tec. de Suporte à Rede e Programador Visual serão substituídos até outubro de 2012 por convocados do concurso público vigente.					

Fonte: FINEP - ARH

QUADRO XXVIII – Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados

Nome do empregado terceirizado substituído	Cargo que ocupava na FINEP	Data do D.O.U. de publicação da dispensa
Agda Angélica Silva Dias	Secretária	Não se aplica
Cláudia Janize F. Goulart da Rosa	Secretária	Não se aplica
Elizabeth A Oliveira	Secretária	Não se aplica
Isabel Cristina da C. Loureiro	Secretária	Não se aplica
Kátia Gomes Sotelino Cascais	Secretária	Não se aplica
Maria Julia Dionísio	Secretária	Não se aplica
Maria Natalina Bacelar Filadelfo	Secretária	Não se aplica
Marlucia Cavalcante A da Silva	Secretária	Não se aplica
Sheila Figueira Coelho	Secretária	Não se aplica
Sheila Ribeiro de Oliveira	Secretária	Não se aplica
Suely Inácio dos Santos	Secretária	Não se aplica
Vera Lucia Romeiro da S. Terra	Secretária	Não se aplica
Notas: (1) Todas as secretárias foram substituídas pelo cargo de carreira denominado "Técnico" no Plano de Carreira e Remuneração (PCR). (2) Uma das 13 secretárias que foram dispensadas em 2011 não foi substituída, portanto não consta neste Quadro.		

Fonte: FINEP - ARH

5.5.2 AUTORIZAÇÕES EXPEDIDAS PELO MPOG PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS PARA SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADOS

Não se aplica, em virtude da FINEP ser uma empresa pública, o que significa que não depende de autorização para a realização de concursos públicos, assim como ocorre com órgãos da Administração Direta e Autarquias. Apenas a ampliação da lotação depende de autorização.

5.6 CONCURSOS PÚBLICOS REALIZADOS

A FINEP, na qualidade de empresa pública federal, realiza, desde a Constituição de 1988, a concursos públicos para formação e recomposição de seu corpo funcional. Desde a vigência desse novo ordenamento jurídico, a empresa realizou cinco concursos públicos (2000, 2001, 2006, 2009 e 2011).

No concurso público realizado em 2009, homologado pelo DOU 110 de 11/06/2010, cuja validade foi até 12/04/2011, foram contratados 77 concursados, sendo que 4 no período de janeiro a abril/2011, conforme demonstrado no Quadro XXIX:

QUADRO XXIX – Concursados contratados em 2011 – Concurso 2009

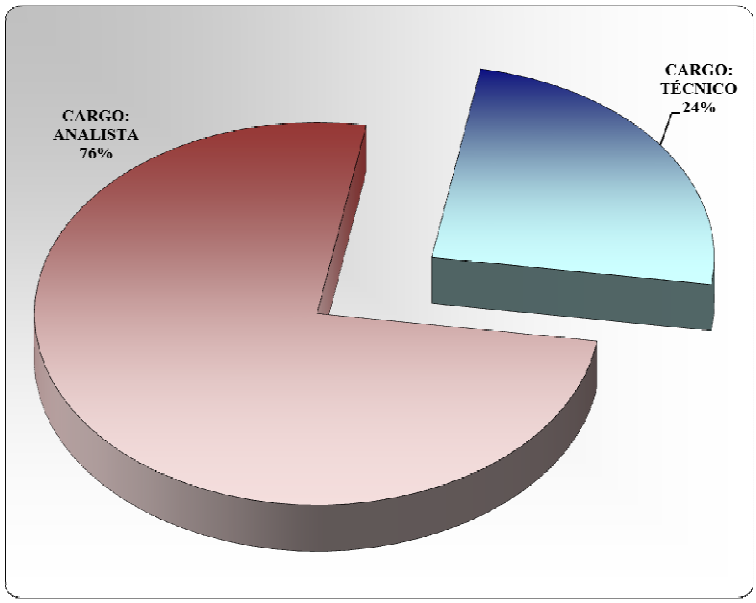
Mês	Concursados contratados
Janeiro	1
Fevereiro	1
Março	2
Abril	0
Total	**4**

Fonte: FINEP - ARH

Em função do término da vigência do concurso de 2009 e da necessidade de substituição de terceirizados conforme estabelecido no TAC, em 2011 houve realização de novo concurso público, cujo resultado final foi publicado no DOU nº 178 em 15/09/2011.

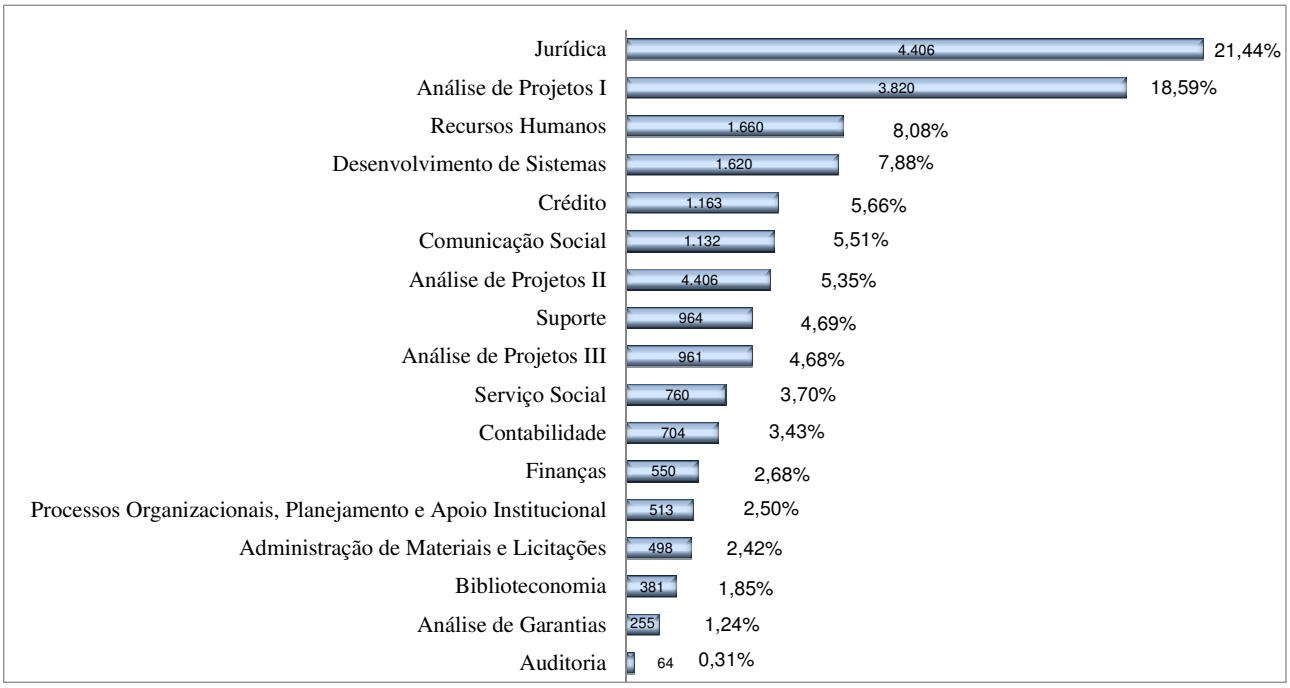
O processo seletivo registrou 27.214 inscrições, um aumento de 23,7% em relação ao concurso 2009, e promoveu a formação de cadastro de reserva para os cargos analista (nível superior – 17 áreas de conhecimento) e técnico (nível médio – 3 áreas de conhecimento). As inscrições foram concentradas no cargo de analista, conforme Gráfico XVI. A distribuição das inscrições por área de conhecimento encontra-se detalhada nos Gráficos XVII e XVIII.

GRÁFICO XVI – Concurso Público 2011 – Distribuição de inscritos por Cargo



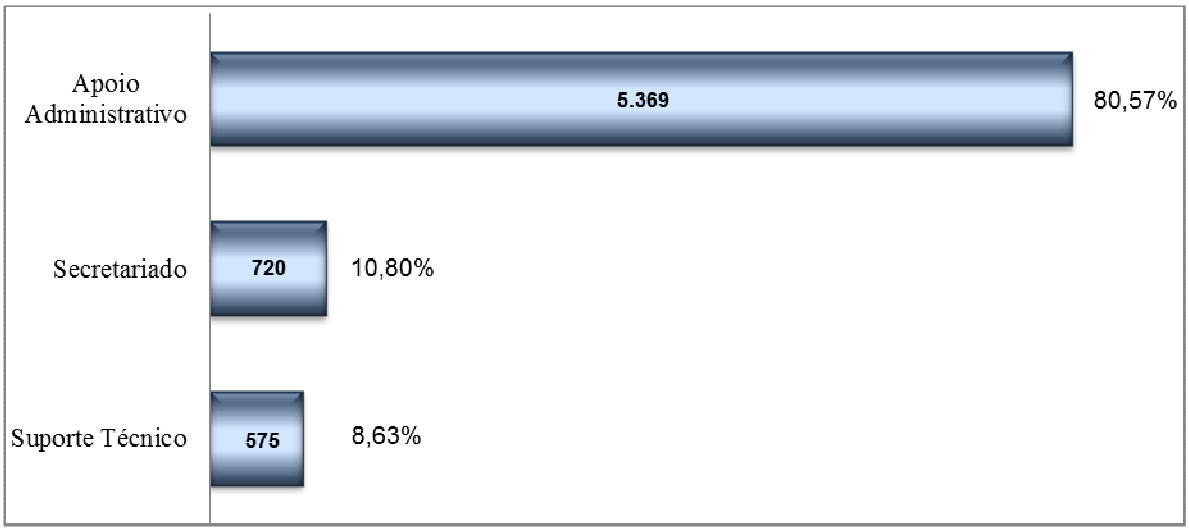
Fonte: FINEP / ARH

GRÁFICO XVII – Concurso Público 2011 - Distribuição de inscritos por Área de Conhecimento – Cargo Analista



Fonte: FINEP – ARH

GRÁFICO XVIII – Concurso Público 2011 - Distribuição de inscritos por Área de Conhecimento – Cargo Técnico



Fonte: FINEP – ARH

A validade deste concurso é de 12 meses, prorrogável por mais 12, sendo que até o final de 2011 foram contratados 39 profissionais, conforme Quadro XXX.

QUADRO XXX – Concursados contratados em 2011 – Concurso 2011

Mês	Concursados contratados
Novembro	12
Dezembro	27
Total	**39**

Fonte: FINEP - ARH

5.7 CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

5.7.1 CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Vide Anexo II.

5.7.2 CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Vide Anexo III.

5.8 INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS

5.8.1 ROTATIVIDADE

QUADRO XXXI – Rotatividade dos empregados

A	Nº de funcionários desligados em 2011	28
B	Nº de funcionários no 1º dia do ano de 2011	637
C	Nº de funcionários no último dia do ano de 2011	669
D	Efetivo médio de funcionários em 2011 = (B + C)/2	653
E	**Taxa de rotatividade em 2011 = A / D**	**4,30%**

Fonte: FINEP – ARH

5.8.2 EDUCAÇÃO CONTINUADA

Nos eventos de capacitação realizados em 2011, foi gasto aproximadamente R$ 1 milhão, conforme especificado no Quadro XXXII.

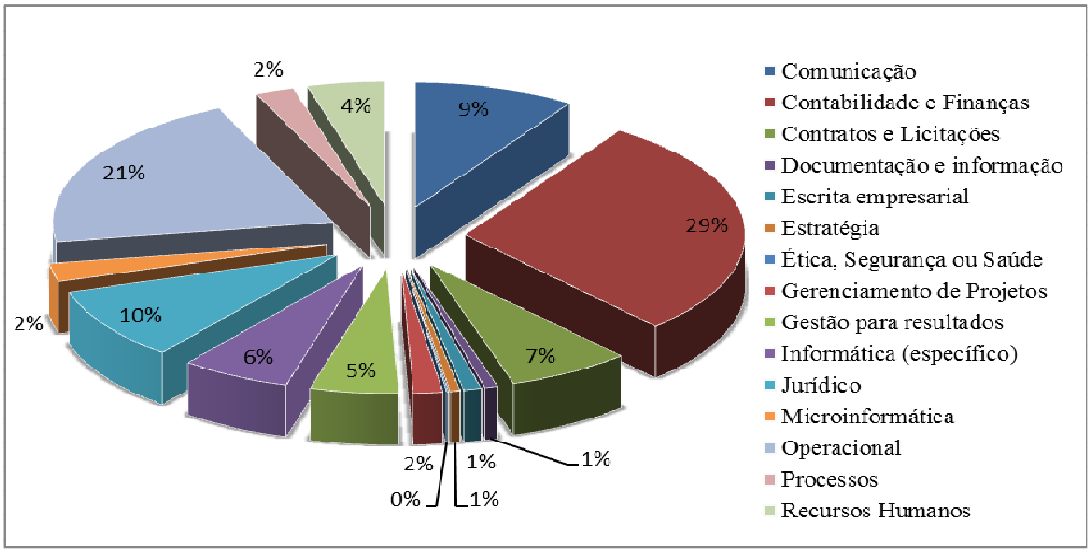
QUADRO XXXII – Valores investidos em capacitação de pessoal

Foco	Valor (R$ mil)
Treinamentos pontuais + in company	**716,5**
Comunicação	47,9
Contabilidade e Finanças	158,4
Contratos e Licitações	73,8
Documentação e informação	3,7
Escrita empresarial	8,3
Estratégia	11,7
Ética, Segurança ou Saúde	0,0
Gerenciamento de Projetos	16,8
Gestão para resultados	38,8
Informática (específico) (1)	60,5
Jurídico	61,0
Microinformática (2)	28,1
Operacional	120,1
Processos	26,9
Recursos Humanos	60,4
Pós-graduação	**268,2**
Graduação	**8,9**
Idiomas	**47,8**
Total	**1.041,3**

Notas:
(1) Cursos relativos às atividades dos departamentos de TI da FINEP.
(2) Pacote Office (Access, Excel, Word e PowerPoint)
Fonte: FINEP / ARH

No Gráfico XIX é apresentada a distribuição da carga horária, considerando o foco dos treinamentos pontuais + *in company*.

GRÁFICO XIX – Distribuição por carga horária – Treinamentos pontuais + *in company*



Fonte: FINEP – ARH

Por último, seguem indicadores adicionais dos treinamentos pontuais e *in company* realizados em 2011:

QUADRO XXXIII – Indicadores de Treinamento

Empregados treinados	
Total de empregados em 31/12/2011	**669**
Quantidade de empregados treinados em 2011	**277**
Percentual de empregados treinados	**41,4%**
Horas de treinamento	
Quantidade média de horas de T&D por empregado	**19,97**
Quantidade média de horas de T&D por empregado treinado	**48,23**
Horas de treinamento / horas trabalhadas (%, em 1 mês) [1]	**0,9%**
Investimento	
Investimento médio em T&D por empregado	**R$ 1.070,97**
Investimento médio em T&D por empregado treinado	**R$ 2.586,56**

Nota: (1) Considerando (a) o total de empregados e (b) 22 dias úteis.
Fonte: FINEP / ARH

5.8.3 ACIDENTES DE TRABALHO

A Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) é o órgão interno da FINEP responsável pelas ações voltadas à segurança e saúde do ambiente de trabalho. Formada por voluntários, a CIPA atua em coordenação com a Área de Recursos Humanos (ARH) e Área de Serviços Corporativos (ASEC). Para a realização de sua missão, a CIPA conta ainda com o serviço permanente de um Técnico de Segurança do Trabalho.

No ano de 2011, foram realizadas campanhas voltadas para a prevenção de acidentes, a exemplo da Semana de Interna de Prevenção de Acidentes (SIPAT). No âmbito da segurança do ambiente do trabalho realizou-se um treinamento da brigada voluntária, mobilizando mais de 15 empregados que aprenderam técnicas de combate direto a incêndio, bem como prestação de primeiros socorros.

No que diz respeito ao perfil acidentário, a CIPA contabilizou três acidentes (todos tipificados como de trajeto, momento em que o empregado se desloca de casa para o trabalho, ou vice-versa) com empregados do quadro efetivo. Os acidentes foram devidamente registrados em Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT), conforme a legislação em vigor.

5.9 NOVO MODELO DE GESTÃO DE PESSOAS

Como parte das primeiras etapas do Projeto Novo Modelo de Gestão de Pessoas (NMGP), dois Novos Planos de Carreiras foram submetidos à aprovação: o Plano de Cargos Efetivos (PCE) e o Plano de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas (PCG). Após serem objeto de consulta pública junto ao corpo funcional da FINEP, aprovação pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração da Empresa, os planos foram encaminhados para apreciação do DEST.

Os planos foram aprovados com ressalvas pelo DEST, não sendo implementados em 2011 face à necessidade de renegociação junto àquele órgão, de forma que os planos atendam às expectativas da FINEP e viabilizem a máxima adesão do quadro de funcionários.

Além dos novos Planos de Carreiras, o NMGP contempla a elaboração de uma nova metodologia de avaliação de desempenho, estruturação de política de treinamento e desenvolvimento (T&D). Estes são três dos principais produtos previstos no projeto.

6 INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS NO EXERCÍCIO

A FINEP é uma Empresa Pública de direito privado, não dependente do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, portanto não transfere recursos orçamentários para outras Unidades Gestoras, não sendo as informações solicitadas pelo TCU referentes a este item aplicáveis à natureza jurídica da FINEP.

No entanto, a FINEP atua com parceira/agente financeiro de outros Ministérios, Órgãos de Governo e do FNDCT na execução de ações e programas de abrangência nacional, movimentando esses recursos nas seguintes Unidades Gestoras:

- UG 410049 – FUNTTEL - Agente Financeiro - Operações não reembolsáveis
- UG 360001 – Contratos e Convênios

No âmbito dessas parcerias a FINEP financia projetos selecionados através de chamadas públicas ou encomendas. Esses projetos são acompanhados pelas áreas competentes da FINEP por meio de visitas in loco, análise de relatórios técnicos e financeiros, reuniões e seminários de avaliação de resultados parciais ou finais, utilizando consultoria *ad-hoc* quando necessário

A relação das parcerias e seus respectivos valores encontram-se detalhadas no Anexo IV.

A seguir apresentamos as ações realizadas pela FINEP com recursos de terceiros.

6.1 OPERAÇÕES REALIZADAS COM RECURSOS DE TERCEIROS – Unidade Gestora 410049 - FUNTTEL - Operações Não Reembolsáveis

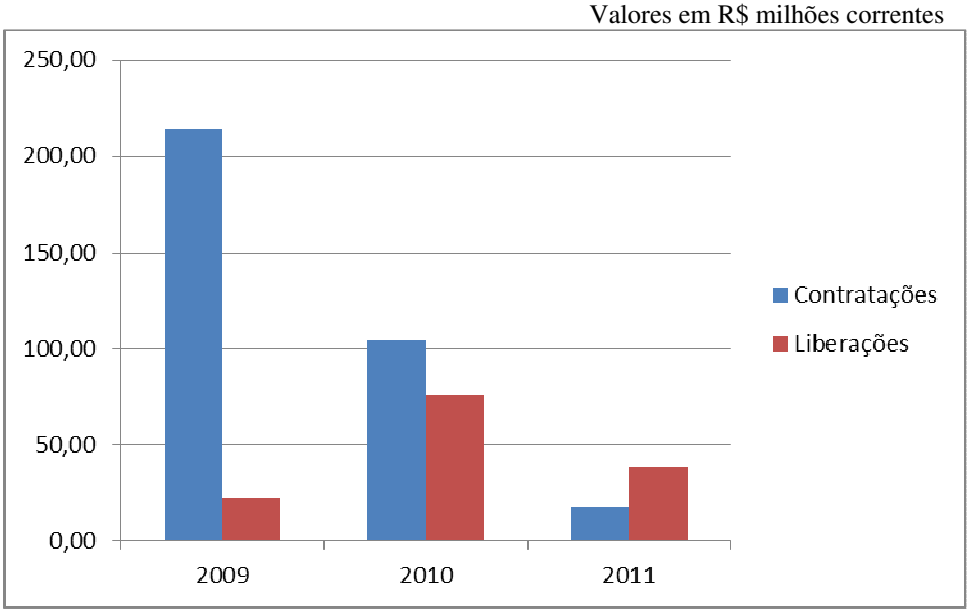
O Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (FUNTTEL) tem como objetivos estimular o processo de inovação tecnológica, incentivar a capacitação de recursos humanos, fomentar a geração de empregos e promover o acesso de pequenas e médias empresas a recursos de capital, de modo a ampliar a competitividade da indústria brasileira de telecomunicações (Lei 10.052 de 2000). FINEP é um dos agentes financeiros do FUNTTEL e realiza operações nas modalidades reembolsáveis e não reembolsável.

Na modalidade não reembolsável, a FINEP contratou apenas uma operação em 2011, no valor de R$ 17,9 milhões referente à transferência que faz parte do Plano de Aplicação de Recursos (PAR) da Fundação CPqD - Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações aprovado pelo Conselho Gestor do FUNTTEL (CGF). Este tipo de operação é destinada à preservação da capacidade de pesquisa e desenvolvimento tecnológico da Fundação CPqD e determinada pela Lei do FUNTTEL (Lei nº 10.052/00) e pela Lei Geral das Telecomunicações (Lei nº 9.472/97). O restante das liberações referem-se às operações contratadas no âmbito de chamadas públicas, encomendas e as transferências legais ao CPqD que estão em execução, num total de R$ 38,56 milhões.

O Gráfico XX apresenta os valores das contratações e das liberações ocorridas no período de 2009 a 2011.

GRÁFICO XX – FUNTTEL – Contratações e Liberações Operações não reembolsáveis

Valores em R$ milhões correntes



Fonte: FINEP – APLA

O pico nas contratações apresentado em 2009 corresponde ao início da operação das transferências legais à Fundação CPqD pela FINEP.

No Anexo V estão listados os projetos que tiveram desembolso em 2011.

6.2 OPERAÇÕES REALIZADAS COM RECURSOS DE TERCEIROS – Unidade Gestora UG 360001 – Contratos e Convênios

A partir de 2008 as parcerias com outros Ministérios e Órgãos de Governo essas parcerias passaram a ser realizadas pelo FNDCT na Gestão 240901 (exceto os recursos referentes ao Fundo Audiovisual transferidos pela Agência Nacional de Cinema - ANCINE). No entanto, ainda há projetos ativos oriundos das parcerias realizadas antes de 2008.

6.2.1 RECURSOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE (MS)

As parcerias com o Ministério da Saúde (MS) na gestão 360001 tiveram início em 2007 através dos seguintes convênios:

- **Convênio MS x FINEP -** Portaria 1371/07 - R$ 8.367.990,00
- **Convênio MS x FINEP -** Portaria 0130/07 - R$ 43.039.746,07
- **Convênio MS x FINEP -** Portaria 0689/07 - R$ 6.932.153,00

Os recursos transferidos são destinados ao apoio a projetos de pesquisas com os propósitos de contribuir para o combate a doenças que afligem a sociedade brasileira, possibilitando a

transferência de tecnologia de produtos, processos e de serviços para o setor produtivo, especialmente aos diretamente vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Em 2011 foi dado prosseguimento ao acompanhamento dos projetos e liberação de parcelas de recursos do Fundo Nacional de Saúde (FNS) previstas para projetos selecionados por meio de Chamadas Públicas lançadas em parceria com o FNDCT em exercícios anteriores e encomendas da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos (SCTIE) do Ministério da Saúde.

Foi liberado o montante de R$ 1,8 milhões para oito projetos contratados com recursos do convênio 130/07 (Anexo VI), de um total de 49 operações em desenvolvimento com apoio dessa parceria. A relação dos projetos que tiveram pagamentos com recursos do convênio 130/07 está detalhada no Anexo VI. Em relação projetos contratados com recursos dos convênios 1371/07 e 689/07, não houve liberação em 2011.

6.2.2 RECURSOS DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE) / SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (SENAES)

6.2.2.1 Parceria com Ministério do Trabalho e Emprego-MTE/ (MTE/SENAES)

Os recursos transferidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego (TEM) para a FINEP no final do exercício 2007 tinha como objetivo apoiar instituições de ensino superior, organizações não-governamentais e organizações governamentais que desenvolvam projetos e/ou programas de pesquisa, formação e acompanhamento técnico de cooperativas e formas associativas de trabalho, implementação e alimentação de Sistemas Estaduais de Informação de Economia Solidária (SIES), assim como identificar e implantar iniciativas inovadoras de geração de trabalho e renda.

Em 2011 a FINEP realizou análise das prestações de contas técnica e financeira das operações contratadas e preparou a prestação de contas final a ser enviada ao concedente em 2012. Não houve liberação de recursos financeiros desta fonte para projetos em 2011.

6.2.2.2 Convênio com o Ministério do Trabalho e Emprego-MTE/ Secretaria Nacional de Economia Solidária (MTE/SENAES) - Convênio 005/2007

O convênio 005/2007 celebrado entre a FINEP tem por objetivo implementar ações de desenvolvimento tecnológico e disseminação de informações aplicadas à Economia Solidária, por meio do apoio a incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), formação de núcleos temáticos e regionais em incubação de EES, ampliação do Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES) e produção de estudos e pesquisas que visem à geração de trabalho e renda em iniciativas econômicas solidárias.

Em 2011 foram realizadas atividades de acompanhamento técnico e financeiro das operações contratadas até 2010. A liberação de recursos financeiros em 2011 oriundos desta fonte totaliza R$ 0,5 milhão. A relação dos projetos que tiveram recursos pagos em 2011 está detalhada no Anexo VII.

6.2.3 RECURSOS DO MINISTÉRIO DO TURISMO (MTUR)

Em 2007 a FINEP assinou o convênio 599/2007 com o Ministério do Turismo (MTur) com o objetivo de fomentar a incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) por meio de apoio a projetos para a inclusão social na cadeia produtiva do turismo e a produção de conhecimento associado a este processo.

No exercício 2011 a FINEP realizou acompanhamento técnico e financeiro das operações contratadas até 2010. A liberação de recursos financeiros oriundos desta fonte em 2011 totaliza o montante de R$ 1,17 milhão. A relação dos projetos que receberam recursos dessa fonte em 2011 encontra-se detalhada no Anexo VIII.

6.2.4 RECURSOS DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (MCTI)

O convênio nº 15/2004 foi formalizado entre a Agência Espacial Brasileira (AEB), Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação (MCTI) e a FINEP em dezembro de 2004 para o desenvolvimento do Projeto de Reconstrução da Torre Móvel de Integração (TMI) e Lançamento do Veículo Lançador de Satélites (VLS), no Centro de Lançamento de Alcântara.

Em 2011 foi assinado o 5º termo aditivo para prorrogação de prazo de execução das metas pactuadas, no entanto não houve liberação de recursos. A seguir estão destacadas as principais atividades realizadas no exercício:

- O projeto executivo do Sistema de Potência Elétrica foi concluído;
- Foi iniciada a revisão do projeto de automação e Sistema de Detecção e Alarme Contra Incêndio (SDACI);
- As interligações entre subestação, painéis e quadros foram realizadas e testadas;
- Foi iniciada a colocação das malhas do Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA);
- Os softwares de automação foram desenvolvidos e acompanhados pelo Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE);
- Os exaustores, ventiladores, barras de descargas atmosféricas, câmeras de Circuito Fechado de Televisão (CFTV) e os cilindros de gás para o SDACI foram instalados;
- Foram instalados todos os sistemas da Plataforma.

6.2.5 RECURSOS DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO (MD)

A FINEP atuou em conjunto com a Empresa Brasileira de Infra-Estrututa Aeroportuária (INFRAERO), na busca de soluções de gerenciamento adequado das águas em aeroportos, preferencialmente aquelas que envolvem gestão de uso e reuso dos recursos hídricos em sítios portuários gerenciados pela INFRAERO.

No âmbito da parceria estabelecida entre a FINEP e a INFRAERO, em 2005 foi lançada pela FINEP a Chamada Pública MCT/FINEP/CT-HIDRO-Águas em Aeroportos-03/2005. Essa Chamada contou com recursos do Fundo Setorial CT-Hidro e da INFRAERO para apoio financeiro a projetos de uso e conservação de recursos hídricos em ambiente aeroportuários nos temas: engenharia, arquitetura e demais especialidades, otimização do consumo, reciclagem, tratamento de esgoto, reuso, drenagem de pistas e áreas externas (macrodrenagem), aqüíferos e tecnologia e ferramentas de apoio à gestão.

Como resultado da Chamada, foram contratados oito projetos no valor de R$ 2,09 milhões, estando os projetos totalmente desembolsados em fase de prestação de contas final. Dos recursos desembolsados, R$ 1,63 milhão refere-se aos recursos do CT-hidro e R$ 0,46 milhão refere-se aos recursos da INFRAERO. O convênio celebrado entre a FINEP e a INFRAERO deverá ser encerrado em abril de 2012.

Dentre os projetos financiados, pode-se destacar o projeto "Conservação e reuso de água em sistemas aeroportuários", desenvolvido pela Universidade de São Paulo (USP), que concluiu que o uso das membranas, como barreiras seletivas sintéticas, mostrou-se adequada e compatível com as demandas de qualidade para implementar a prática de reuso de água no aeroporto de Guarulhos.

6.2.6 RECURSOS DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA (ANCINE)

A FINEP é credenciada pelo Comitê Gestor do Fundo Setorial de Audiovisual (FSA) para atuar em parceria com a Agência Nacional do Cinema (ANCINE) com o objetivo de apoiar políticas públicas de incentivo ao desenvolvimento da indústria cinematográfica brasileira na execução das linhas de atuação do FSA.

Em 2011, dando continuidade à parceira estabelecida, a FINEP operou as seguintes linhas de ação:

- ***LINHA A – Produção Cinematográfica***: Investimento na produção de obras cinematográficas de longa-metragem;
- ***LINHA B – Produção Independente para TV***: Investimento na produção independente de obras audiovisuais para o mercado de televisão, privada ou pública, aberta ou por assinatura;
- ***LINHA C – Aquisição de Direitos de Distribuição***: Investimento na aquisição de direitos de exploração comercial de obras cinematográficas de longa-metragem nos diversos segmentos de mercado visando à sua posterior distribuição;
- ***LINHA D – Comercialização***: Investimento na comercialização de obras cinematográficas de longa-metragem em salas de cinema

Em 2011, dando prosseguimento ao processo de contratação de projetos selecionados para investimento do FSA nas Chamadas Públicas lançadas nos anos anteriores, foram contratadas 56 operações, no valor total R$ 50,5 milhões. O desembolso no ano atingiu o montante de R$ 31,1 milhões para pagamentos referentes a 32 dos projetos contratados em 2011 e a 8 projetos que foram contratados em exercícios anteriores, conforme detalhado no Anexo IX.

Além disso, foram aprovados projetos da Chamada Prodecine 03/2010, lançada em 2010.

6.2.7 RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (FNDCT)

Entre os anos de 2003 e 2008 a FINEP, como Agência Financeira Oficial de Fomento do Governo Federal, utilizou um procedimento intitulado PTF - Proposta de Transferência Financeira, que consistia na transferência de recursos do Orçamento Geral da União (Unidade Gestora 240901 – FNDCT) para a FINEP (Unidade Gestora 36001 – Gestão Contratos e Convênios), para posterior financiamento não reembolsável de projetos oriundos de chamadas públicas e encomendas.

No total foram aprovadas 77 PTFs, das quais 48 (62,3%) já foram encerradas, sendo que 16 foram encerradas no exercício 2011. O processo de encerramento de uma PFT consiste na devolução ao FNDCT de possíveis saldos referentes à diferença entre os recursos transferidos por este à FINEP e os recursos pagos para os projetos enquadrados nas respectivas PTFs. Este processo é feito somente após o desembolso integral dos recursos dos projetos nela enquadrados, ou ainda após o vencimento do prazo de execução dos projetos.

Em 2012 estima-se o encerramento de, no mínimo, 5 PTFs por não apresentarem projetos com saldo a liberar, com a previsão de devolução de R$ 19,8 milhões de recursos para o FNDCT, conforme Quadro XXXIV.

QUADRO XXXIV – PTFs com previsão de encerramento em 2012

Nº da PTF	Descrição	Saldo Total (em R$)
026/03	Encomendas -Projeto RENORBIO - Biotecnologia e Estudos de Interesse para Biotecnologia	105.721
037/03	Encomendas -Projeto RENORBIO - Biotecnologia e Estudos de Interesse para Biotecnologia	4.119.322
040/05	Apoio à Ação Transversal 2005 Cooperação ICTs - Pequenas e Micro Empresas Executada em Parceria com o SEBRAE	13.116.354
051/05	Encomendas Transversais - Ação Nanotecnologia/Laboratórios Estratégicos	714.887
072/06	PROMOVE e Projetos Estratégicos Relativos à Encomendas de 2006	1.767.312
Total		**19.823.597**

Fonte: FINEP - AFC

Permanecem ativas 29 PTFs, por apresentarem projetos vigentes. O saldo dessas PTFs em 31/12/2011 totaliza o montante de R$ 65,06 milhões.

O Anexo X apresenta a relação de projetos que tiveram pagamento com recursos de PTFs em 2011.

7 DECLARAÇÃO DA ÁREA RESPONSÁVEL – NOS SISTEMAS SIASG E SICONV

7.1 SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS - SIASG

Compete à FINEP inserir no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG) os contratos administrativos e as compras realizadas por meio de dispensa. O produto desta atividade pode ser verificado acessando o Portal da Transparência Pública, onde as informações a respeito destes processos são de livre acesso. A FINEP também opera dentro do SIASG para publicação, realização e homologação de licitações através do Portal de Compras - Comprasnet.

Desde agosto de 2011, estes procedimentos foram prejudicados devido a alterações realizadas no âmbito do SIASG e do Sistema de Adiministração Financeira do Governo Federal – SIAFI que estão impedindo o registro das atualizações contratuais. No intuito de solucionar o problema, a FINEP contatou ou SERPRO, mas até o momento não foi obtido êxito no pedido. Como medida paliativa estas informações estão sendo registradas no site da FINEP.

A declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos administrativos e às compras realizadas por meio de dispensa estão disponíveis e atualizadas no SIASG, encontra-se no Anexo XI.

7.2 SISTEMA DE GESTÃO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE - SICONV

Para garantir o cumprimento do Decreto 6.170/2007 e da Portaria Interministerial nº 127/2008, especialmente quanto ao registro dos convênios e contratos de repasse no SICONV, a Diretoria Executiva da FINEP instituiu, em julho de 2008, um Grupo de Trabalho para estudar o novo marco legal e o próprio SICONV. Em consequência, foi realizado um trabalho que identificou as limitações do SICONV para um tratamento adequado a projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P,D&I), bem como a inexistência de funcionalidades inerentes a um processo de gestão de convênios pela FINEP. Assim, a Diretoria Executiva decidiu pela estratégia de intercâmbio informatizado de dados entre o sistema da FINEP e o SICONV.

Como resultado da interação com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e considerando as especificidades da FINEP, exaustivamente discutidas com aquele ministério e com a Comissão Gestora do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse, foi publicada a Portaria 342 de 05/11/2008, que excepcionalizou os projetos da Lei de Inovação da obrigatoriedade de registro no SICONV. Este entendimento foi formalizado pelo MPOG, através do Oficio nº10 / DLSG-MP de 06/01/2010. Desta forma, todos os projetos apoiados pela FINEP ficaram isentos de registro no SICONV. Apesar disso, cabe destacar que todos os convênios do FNDCT são registrados no SIAFI.

Para consolidar esta posição, a FINEP avançou na elaboração de um marco regulatório próprio, implementando a Instrução Normativa (IN) 01/2010, aprovada pelo Conselho Diretor do FNDCT. Além disso, considerando as excepcionalidades da FINEP e a necessidade da correta gestão dos convênios celebrados por esta, em 2011 foi criado o Portal do Cliente.

Entretanto, em 12/12/2011 foi publicado o decreto nº 7.641, que alterou o decreto nº 6.170/2007, incluindo novo artigo que determina que a partir de 16/01/2012 o SICONV seja utilizado por todos os órgãos e entidades que realizem transferências de recursos oriundos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União por meio de convênios, contratos de repasse ou termos de parceria. Este mesmo artigo define que, no caso dos órgãos ou entidades que possuam sistema próprio de gestão desses instrumentos, deverá ser promovida sua integração com o SICONV.

Tendo em vista que o decreto foi publicado apenas ao final de 2011, no início de 2012 a FINEP, em conjunto com o MCTI, realizou os encaminhamentos necessários, através do Ofício nº 19/2012-SEXEC, de 16/01/2012, buscando a ratificação da posição do MPOG em relação à não obrigatoriedade da utilização do SICONV pela FINEP. Esta ratificação foi formalizada através da da Nota Técnica nº 66/DeGST/SLTI-MP, de 27 de março de 2012, elaborada pelo MPOG. Este documento estabelece que continuam fixadas as justificativas que permitem essa insubmissão.

8 INFORMAÇÕES SOBRE CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES RELACIONADAS À ENTREGA E TRATAMENTO DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDA

A FINEP segue a Lei nº 8.730/1993, em relação à entrega das declarações de bens e rendas (DBR) dos ocupantes de funções de confiança.

Todos os empregados da FINEP foram informados sobre a obrigatoriedade de apresentar declaração de bens e valores que compõem o seu patrimônio privado conforme determinam a Lei 8.429/92 e o Decreto 5.483/2005. Referindo-se ao Decreto 5.483/2005, os empregados ficaram cientes de que, em caso de recusa do cumprimento desta determinação, o funcionário estará sujeito às penalidades previstas na Lei 8.429/92.

Para cumprir a obrigação legal os funcionários podem optar pelas seguintes alternativas:

- entregar anualmente, dentro do prazo estabelecido, cópia da Declaração de Bens apresentada à Delegacia da Receita Federal. O referido documento é recebido no Departamento de Administração de Recursos Humanos (DARH), em envelope lacrado, com o nome, matrícula e o ano a que se refere a declaração.

- entregar ao DARH, uma única vez, o formulário de Autorização de Acesso à Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física apresentada à Secretaria da Receita.

Todos estes documentos ficam arquivados no DARH.

O formulário de autorização e os instumentos legais sobre a questão estão disponíveis na intranet no link “Declaração de Bens e Valores” inserido no campo Recursos Humanos.

QUADRO XXXV – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e empregados da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	36	35	113
	Entregaram a DBR	*	*	*
	Não cumpriram a obrigação	*	*	*

Nota: * O prazo determinado pela ARH para a entrega da Declaração de Bens e Rendas só se extingue em 31/05/12, logo até a finalização deste Relatório não foi possível verificar a quantidade de empregados que não cumpriram a obrigação.
Fonte: FINEP - ARH

9 FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

A FINEP possui um Sistema de Controle Interno (SCI) que garante a conformidade na execução de suas atividades.

A principal ferramenta desse sistema é a *intranet,* sistema informatizado interno da empresa composto por uma extensa gama de subsistemas (operacional, institucional, serviços, noticias, etc). O acesso à intranet é permitido a todos os empregados e controlado por meio de senha pessoal. O sistema garante ao mesmo tempo a publicidade de informações de caráter geral, o acompanhamento de operações em execução na empresa, a divulgação das deliberações de caráter formal (resoluções, decisões, portarias, criação de grupos de trabalho, comissões permanentes, normativos, entre outras). Além disso, permite, também por meio do uso de senha pessoal, hierarquicamente distribuída, o acesso a informações técnicas e gerenciais sobre os projetos financiados. Utilizam-se ainda, como ferramentas do SCI, diretórios virtuais de compartilhamento de informações, geralmente classificados por unidades da empresa e garantindo acesso restrito aos funcionários das respectivas unidades.

Outra ferramenta que faz parte do sistema de controle interno é o próprio Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), uma vez que todas as movimentações de recursos são feitas através deste. Desta forma, a utilização do SIAFI Gerencial tem sido ferramenta muito útil para extração de relatórios e analises financeiras e orçamentárias.

Outras ferramentas importantes de divulgação e comunicação são: o correio eletrônico institucional, a Política de Comunicação, a Revista Inovação em Pauta e o próprio sítio da FINEP na internet (www.finep.gov.br)

Em sua estrutura organizacional a empresa conta com unidade de Auditoria Interna (AUDI), vinculada aos conselhos de Administração e Fiscal, que realiza suas atividades com base em Plano Anual de Atividades, submetido previamente ao Conselho de Administração da empresa e ao órgão de controle interno – Controladoria-Geral da União (CGU). A AUDI apresenta suas constatações e recomendações por meio de suas produções técnicas (Relatórios, Notas de Auditoria, Notas Técnicas e Pareceres), sendo que todos os trabalhos são formalmente encaminhados para conhecimento e providências das unidades relacionadas com os assuntos verificados pela AUDI.

A preocupação com a manutenção de controles internos adequados e condizentes com o porte das operações executadas na empresa é constante na pauta de demandas internas. Assim, ações para fortalecimento e/ou atualização dos processos, normativos e sistemas relacionados à Tecnologia da Informação, que dão suporte a gestão das atividades pelo seu corpo funcional, estão sempre presentes na FINEP.

Além disso, há na FINEP o Plano de Gestão Estratégica (PGE), que orienta as atividades da Empresa até 2025 e estabelece doze diretrizes estratégicas para o alcance de sua visão, "Transformar o Brasil por meio da Inovação". Estas diretrizes encontram-se distribuídas em cinco dimensões priorizadas no processo – Ambiente Político-Institucional, Sistema Nacional de C,T&I, Sustentabilidade Financeira, Gestão Operacional, Gestão Organizacional e Gestão Humana.

Os marcos referenciais da FINEP definidos no PGE geraram um Mapa Estratégico, que fornece aos tomadores de decisão os meios para identificar, avaliar e selecionar alternativas/ações estratégicas para atingir as metas e objetivos definidos. A partir do Mapa Estratégico foram

definidas 47 ações vinculadas às doze diretrizes estabelecidas e, posteriormente, foi desenvolvido o Plano de Ação 2010-2011, que priorizou 13 destas ações. A priorização considerou o "Perfil de Atuação" definido no processo de elaboração do PGE: "Atuar em toda a cadeia da inovação, com foco em ações estratégicas, estruturantes e de impacto, para o desenvolvimento sustentável do Brasil".

No Anexo XII estão detalhados alguns aspectos da estrutura de controles internos da FINEP.

Neste contexto, cabe destacar também as seguintes iniciativas:

- *Compliance* (detalhado no item 9.1);
- Gestão de Processos (detalhado no item 9.2);
- Normalização de Documentos (detalhado no item 9.3);

9.1 COMPLIANCE

Tendo em vista a necessidade de reduzir os riscos de sanções legais e regulamentares, perdas financeiras ou mesmo perdas reputacionais decorrentes da falta de cumprimento de disposições legais e regulamentares, em 2011 foi criada a Função de *Compliance* na FINEP. Para tal, foi iniciada a construção de um Plano de *Compliance*, cujo objetivo é assegurar a adequação, o fortalecimento e o funcionamento do sistema de controles internos da instituição, de forma a mitigar os riscos de acordo com a complexidade de seus negócios, disseminar a cultura de controles para assegurar o cumprimento dos documentos normativos existentes, além de se antecipar a eventuais questionamentos dos órgãos fiscalizadores e reguladores.

9.2 GESTÃO DE PROCESSOS

Em 2011 a FINEP consolidou importantes iniciativas para a gestão de seus processos, em geral relacionadas a projetos estratégicos em curso neste exercício. Estes projetos e respectivas atividades realizadas encontram-se descritos no Quadro XXXVI.

QUADRO XXXVI – Gestão de Processos – Atividades Realizadas no Exercício

Projeto	Atividades realizadas
Implantação do Comitê de Enquadramento e Priorização – CEP (Desenho de processo de enquadramento e priorização de projetos na fase de planejamento das operações)	Redesenho do processo de análise de CP – Consulta Prévia;
	Redesenho do processo de análise de SF – Solicitação de Financiamento: - Etapa de transição - Implementação plena (modificações e novos sistemas desenvolvidos e homologados)
Melhoria do Programa Inova Brasil	Elaboração de Relatório conclusivo - construção de diretrizes e apresentação de propostas e oportunidades de melhoria para os indicadores de desempenho do Programa INOVA BRASIL
Implantação da Ouvidoria	Desenho dos processos da Ouvidoria
Modernize	Atuação, em conjunto com a consultoria TOTVS, na revisão dos modelos dos processos atuais

Fonte: FINEP - ADES

9.3 NORMALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS

A FINEP iniciou, em 2009, o processo de reestruturação e aperfeiçoamento de gestão do acervo de documentos normativos. Desde o seu início, o processo de normalização já produziu diversos documentos normativos, aprovados e publicados na Intranet e divulgados para as unidades impactadas.

Registra-see que a normalização dos processos da FINEP está perfeitamente alinhada ao Plano de Gestão Estratégica da FINEP (PGE).

Segue no Anexo XIII a relação dos principais documentos normativos publicados em 2011, relacionados às operações de crédito e à gestão de recursos humanos.

10 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Vide Anexo XIV.

11 GESTÃO DO PATRIMÔNIO

11.1 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DE BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL

Não ocorreu no período. A FINEP não possui bens classificados como "Bens de uso Especial" de propriedade da União ou locados de terceiros.

11.2 DISCRMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA FINEP

Imóvel: Pilotis do Edifício Praia do Flamengo (cessão de uso)
Endereço: Praia do Flamengo, 200, Pilotis – CEP: 22210-065 – Rio de Janeiro – RJ
Locatário: Condomínio do Edifício Praia do Flamengo (CNPJ: 28.180.933/0001-27)
Gastos incorridos com aluguel: R$ 110.449,78

Imóvel: 7º andar do Edifício Praia do Flamengo – Escritório da FINEP no Rio de Janeiro
Endereço: Praia do Flamengo, 200, 7º andar – CEP: 22210-065 – Rio de Janeiro – RJ
Locatário: Núcleos – Instituto de Seguridade Social (CNPJ: 30.022.727/0001-30)
Gastos incorridos com aluguel: R$ 997.494,60

Imóvel: 6º andar do Edifício Praia do Flamengo – Escritório da FINEP no Rio de Janeiro
Endereço: Praia do Flamengo, 200, 6º andar – CEP: 22210-065 – Rio de Janeiro – RJ
Locatário: BigBurger Ltda. (CNPJ: 45.737.905/0001-87)
Gastos incorridos com aluguel: R$ 913.518,93

Imóvel: 5º andar do Edifício Praia do Flamengo – Escritório da FINEP no Rio de Janeiro
Endereço: Praia do Flamengo, 200, 5º andar – CEP: 22210-065 – Rio de Janeiro – RJ
Locatário: Rosa Maria Ida Moses Boscoli (CPF: 002.985.657-49)
Gastos incorridos com aluguel: R$ 944.079,70

Imóvel: Parte do 4º andar do Edifício Praia do Flamengo – Escritório da FINEP no Rio de Janeiro
Endereço: Praia do Flamengo, 200 – CEP: 22210-065 – Rio de Janeiro – RJ
Locatário: Federação Nacional de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares (CNPJ: 33.792.235/0001-12)
Gastos incorridos com aluguel: R$ 562.024,32
Gastos incorridos com melhorias: R$ 253.253,25

Imóvel: Depósito
Endereço: Locação de imóvel na Praia do Flamengo nº 224 - Loja
Locatário: Cia de Seguros Aliança da Bahia (CNPJ: 15.144.017/0001-90)
Gastos incorridos com aluguel: R$ 51.000,00 (iniciado em Novembro/2011)

Imóvel: Escritório da FINEP em São Paulo - Superintendência Regional de São Paulo (SRSP)
Endereço: Av. das Nações Unidas, 10.989 / 15º andar / conj. 152 – CEP: 04578-000 – São Paulo – SP
Locatário 1: Panorama Adm. e Participação Ltda. (CNPJ: 62.209.663/0001-78)
Gastos incorridos com aluguel: R$ 132.330,00
Locatário 2: Espólio de Alice Ulhoa Mendes Caldeira (CPF: 033.872.598-91)
Gastos incorridos com aluguel: R$ 132.330,00

Imóvel: Escritório da FINEP em Brasília – Locação de Sala
Endereço: SCN, Quadra 2, Bloco D, Sala 1102 - Edifício Liberty Mall
Locatário: Unidas Consultoria e Participações Ltda (CNPJ: 37.985.538/0001-02)
Gastos incorridos com aluguel: R$ 157.005,26

Cabe registrar que, além dos gastos incorridos com imóveis locados de terceiros, a FINEP investiu R$ 997.270,68 no 8º andar, de sua propriedade, a título de benfeitorias.

12 GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A FINEP está desenvolvendo um projeto de modernização de processos e de sistemas de informação – MODERNIZE, conforme detalhado no item 17.2. Mais detalhes sobre a gestão de tecnologia da informação estão disponibilizados no Anexo XV.

13 CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

Não se aplica à natureza jurídica da FINEP.

14 RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS

Não ocorreu no período. Não existem Programas de Renúncia Fiscal aplicados à FINEP.

15 PROVIDÊNCIAS PARA ATENDER TCU E OCI

15.1 TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

No exercício de 2011 a FINEP recebeu onze Acórdãos emitidos pelo Tribunal de Contas da União (TCU) tratando de temas relacionados à (i) governança de TI, (ii) análise de processos e tomadas de contas (TCE), (iii) atos de contratação e aposentadoria, e (iv) Projeto Modernize.

Quanto à situação de atendimento dos Acórdãos, na avaliação da FINEP, considera-se que todos as deliberações do Tribunal foram atendidas, sendo que para o Acórdão nº 7312/2010 – 2ª Câmara – a entrega do Plano de Ação foi considerada como medida de atendimento, porém aguarda-se avaliação conclusiva do TCU. Estão também incluídos na situação de 'atendido' os Acórdãos nº 1866/2010 – TCU – 1ª Câmara e nº 0757/2010 – TCU – 2ª Câmara, que haviam sido recebidos pela empresa ao final de 2010 e, portanto, não houve tempo suficiente para adoção de providências até o encerramento daquele exercício, tendo os mesmos sido informados como pendentes de atendimento no Relatório de Gestão de 2010.

15.1.1 DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Vide Anexo XVI.

15.1.2 DELIBERAÇÕES DO TCU PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO

Não ocorreu no período.

15.2 CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

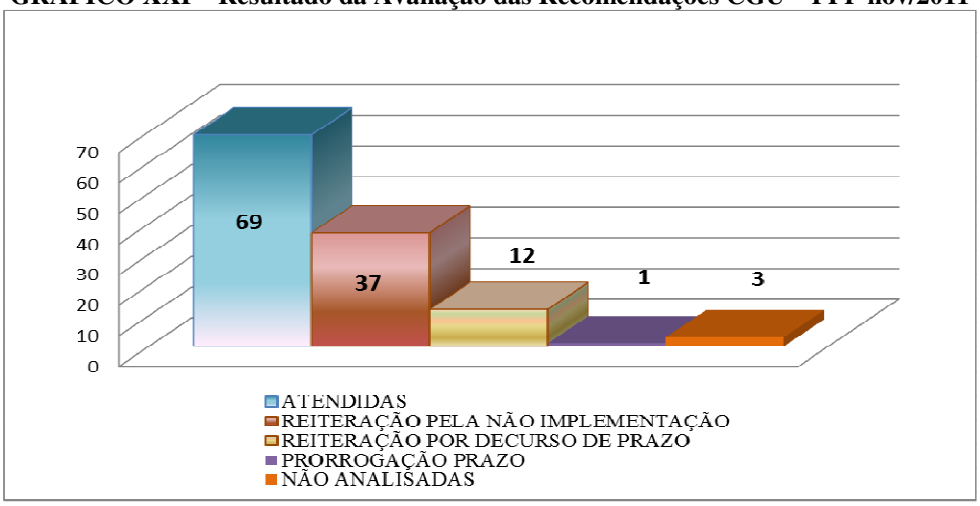
Por determinação contida em normativos da Controladoria-Geral da União (CGU), as recomendações expedidas pelo Órgão de Controle Interno (OCI) são incorporadas ao Plano de Providências Permanente (PPP), documento que é constantemente atualizado pela FINEP e encaminhado, em periodicidade definida pela CGU, para avaliação daquele órgão.

Em novembro de 2011 uma versão atualizada do Plano, contendo 122 recomendações que abrangiam tanto a UG FINEP quanto a UG FNDCT, foi submetida à avaliação da CGU, sendo que o órgão de controle procedeu à análise e emitiu a Nota Técnica nº 534/12 (2/3/2012) com o resultado de sua avaliação.

Assim, neste Relatório de Gestão estão detalhadas as recomendações tratadas na última versão do Plano de Providências Permanente da FINEP (PPP nov/2011) e que foram consideradas ainda pendentes de atendimento pelo OCI (excluídas as recomendações que foram apresentadas no Relatório de Gestão do FNDCT em que a FINEP atua como Secretaria Executiva do Fundo).

Em sua avaliação a CGU considerou como 'atendidas' 57% das recomendações totais incluídas no Plano, conforme detalhado no Gráfico XXI, que evidencia a quantidade de recomendações por *status* definido pela CGU:

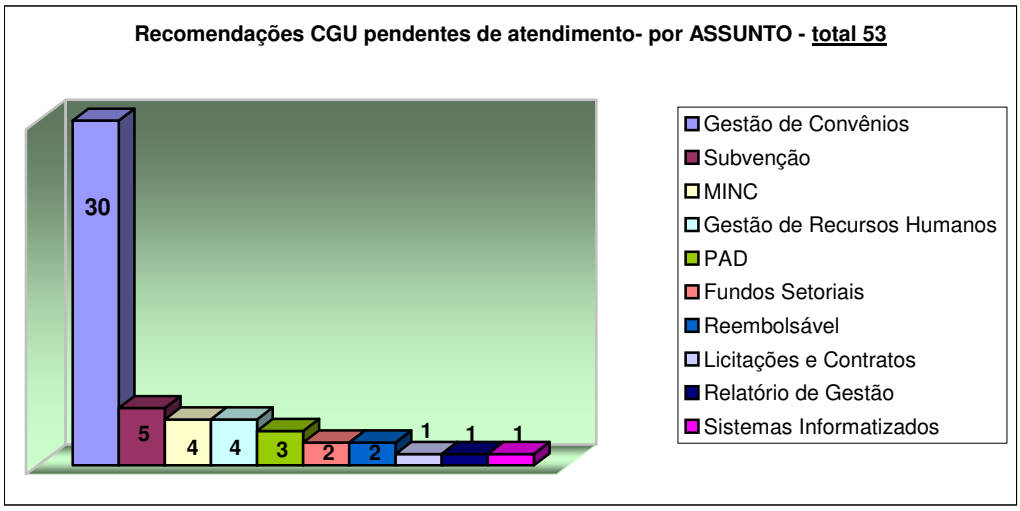
GRÁFICO XXI – Resultado da Avaliação das Recomendações CGU – PPP nov/2011



Fonte: FINEP - AUDI

Quanto às recomendações ainda pendentes de atendimento (envolvendo a UG FINEP e FNDCT), no Gráfico XXII encontram-se evidenciados os temas relativos a essas pendências, representadas por 53 recomendações incluídas na versão do PPP de nov/2011 que ainda necessitam de providências da FINEP.

GRÁFICO XXII – Recomendações CGU Pendentes de Atendimento – por assunto



Fonte: FINEP - AUDI

15.2.1 RECOMENDAÇÕES DO OCI – SITUAÇÃO NO EXERCÍCIO

No Anexo XVII encontra-se uma versão parcial do Plano de Providências Permanente (excluídas as recomendações da UG FNDCT, as recomendações consideradas atendidas pelo OCI e os anexos incorporados na versão entregue à CGU) detalhando as recomendações emitidas para a FINEP e que foram consideradas pendentes de atendimento na avaliação do órgão de controle interno.

As constatações e recomendações contidas no Plano estão separadas em duas partes: (*i*) Relatórios; e, (*ii*) Notas de Auditoria e Notas Técnicas, de acordo com o tipo de documento emitido pela CGU.

16 INFORMAÇÕES SOBRE TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

As informações apresentadas baseiam-se nas avaliações da Área de Auditoria Interna (AUDI) realizadas sobre atividades exercidas pela FINEP empresa pública e FINEP na função de Secretaria Executiva do FNDCT.

A manifestação da unidade de Auditoria Interna toma por base os trabalhos técnicos realizados no exercício (12 relatórios, 11 Notas Técnicas e 3 Notas de Auditoria).

Especificamente quanto ao cumprimento das recomendações da AUDI, registramos que todos os relatórios e outros documentos técnicos produzidos pela unidade são encaminhados formalmente às unidades demandadas nas recomendações produzidas, para providências quanto ao acolhimento e/ou apresentação de justificativas para não acolhimento, exceto aqueles trabalhos cujo encaminhamento depende de deliberação da Diretoria Executiva.

A manutenção de realização de reuniões de encerramento dos trabalhos da AUDI tem representado um fórum adequado para ocorrência de ajustes de recomendações e também para interpretações, o que tem ocasionado a geração de recomendações adequadas e aderentes ao saneamento de constatações da AUDI e, concomitantemente, alinhadas à melhor aplicação dos recursos operacionais disponíveis na empresa, visando sempre solucionar os apontamentos.

O acompanhamento de recomendações da unidade é inserido em novos trabalhos que tratem do mesmo assunto, visando identificar reincidências e/ou melhorias.

No exercício de 2011 destaca-se que na execução das produções técnicas foram detectadas evidências de aprimoramento dos controles relacionados ao Programa de Subvenção Econômica (executado na função de Secretaria Executiva do FNDCT), pois decorrente do levantamento de recomendações expedidas e da avaliação das ações implementadas, identificou-se que expressiva parcela das recomendações anteriormente emitidas pela AUDI e órgãos de controle havia sido atendida.

Na atuação como Agente Financeiro dos recursos do Fundo Setorial de Audiovisual (FSA) foram constatadas necessidades de aprimoramentos, em especial quanto à definição das atribuições, imputadas à empresa e ao concedente dos recursos financeiros. Durante e após a conclusão da ação de auditoria foram detectados atos de gestão em andamento visando aprimorar o processo, considerando as recomendações da AUDI.

Na ação de auditoria que verificou os procedimentos relativos ao gerenciamento de convênios relacionadas com a Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016 verificou-se que alguns acompanhamentos haviam sido temporariamente descontinuados, tendo sido iniciadas correções após a indicação da AUDI.

No acompanhamento da execução de contratos administrativos constatou-se a necessidade de adoção de procedimentos e rotinas mais rigorosos quanto à verificação do atendimento de condicionantes contratuais, a fim de assegurar a adequada fiscalização sobre a execução de contratos firmados, o que foi considerado pela unidade responsável no momento de revisão dos normativos.

Com relação ao atendimento das orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade através de resoluções, a AUDI promoveu o monitoramento contínuo de suas recomendações relacionadas a controles necessários para melhor implementação das práticas contábeis em observância aos pronunciamentos aplicáveis às operações da empresa, verificando que durante o exercício de 2011 houve envolvimento dos gestores visando obter maior eficiência dos controles e, consequentemente, melhor divulgação de suas informações contábeis.

Face às recomendações da AUDI e da CGU, procedimentos relativos à verificação do atendimento de condicionantes contratuais aplicáveis a projetos reembolsáveis foram revistos, tendo sido objeto de emissão de normativo (N-OPE-020-12).

Assim, entendemos como satisfatório o encaminhamento dado pelos gestores às recomendações da Auditoria Interna.

17 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

17.1 MODELO JURÍDICO INSTITUCIONAL

No presente exercício, por força do cenário descrito, a empresa foi impelida a retomar as discussões em torno da questão da definição do modelo jurídico institucional. Esta questão já tinha sido considerada como fator crítico para implantação das reformas necessárias à modernização da FINEP, pois interfere diretamente na especificação das suas atividades finalísticas, e, portanto, na modelagem de processos e sistemas operacionais. Os registros dessas preocupações aparecem no Plano de Gestão Estratégica (PGE) da FINEP.

A especificação do modelo jurídico contou com a iniciativa e liderança do MCTI, pois se trata de reconfigurar o escopo de atuação de uma empresa estatal federal e esta decisão não está na alçada da FINEP. Por esta razão, coube ao MCTI a contratação de estudos, por intermédio do CGEE, sobre as alternativas de modelos institucionais, a tipologia da instituição financeira a ser considerada como referência para a FINEP, bem como a elaboração de propostas de atos normativos necessários à implantação do novo modelo.

No item 2.1. foi destacado que na sua origem a FINEP contou com a autorização legal, e inclusive do BACEN, para conceder crédito às empresas, no entanto seu estatuto é pouco detalhado no que se refere ao espectro de instrumentos e mecanismos financeiros operados. Além dos ajustes no seu estatuto, seus processos operacionais e sistemas de informação deverão ser adequados às exigências da autoridade reguladora.

Neste momento, a definição sobre o futuro modelo institucional é muito importante, pois habilita a instituição a acessar os recursos que necessita para continuar cumprindo a sua missão.

17.2 PROJETO MODERNIZE

Dada a importância da FINEP no âmbito do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI) - na condição de principal agência brasileira da inovação, atuando inclusive como Secretaria Executiva do FNDCT - e a necessidade de dotá-la com as melhores práticas de gestão, bem como de processos e sistemas mais ágeis e robustos, foi criado em 2008 o Grupo de Trabalho dos Novos Sistemas (GTNS), o qual desenvolve o Projeto de Modernização de Processos e de Sistemas da Informação da FINEP. A partir da RES/DIR/0292/11, de 19/09/2011, o empreendimento passou a ser denominado Projeto MODERNIZE.

O objetivo do Projeto é prover uma solução integrada à FINEP, aliando a modelagem dos processos de negócio à reestruturação de suas arquiteturas de sistemas e de tecnologia. O Projeto pretende, ainda, contribuir para o alcance de um estágio mais avançado de maturidade gerencial e organizacional da FINEP, condizente com o seu papel no desenvolvimento nacional, e para o atendimento dos requisitos que ora se colocam para o seu reconhecimento como instituição financeira pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), classificação que exigirá um grande esforço corporativo de adequação. Cabe ressaltar que o projeto abrange todos os processos da FINEP, inclusive aqueles executados na função de Secretaria Executiva do FNDCT.

O empreendimento busca obter as seguintes vantagens e benefícios:

- Visão de trabalho orientada por processos;
- Aumento da eficácia administrativa e operacional;
- Redução de prazos e riscos operacionais;
- Redução de burocracia;
- Melhoria da qualidade da informação;
- Criação de condições mais favoráveis para a adoção de ferramentas de apoio à tomada de decisões;
- Aprimoramento dos mecanismos de gestão e controle interno;
- Incorporação das melhores práticas de mercado;
- Apoiar o desenvolvimento das competências das pessoas;
- Redução de interfaces entre sistemas isolados;
- Disponibilização tempestiva de informações;
- Redução do retrabalho e inconsistências;
- Melhoria no atendimento aos clientes;
- Adoção de um sistema de melhoria contínua;
- Constituição e aperfeiçoamento de governança de tecnologia da informação e de processos.

17.2.1 FASES DO PROJETO

Com estimativa de investimento global da ordem de R$ 90 milhões e cerca de sete anos de duração, o projeto Modernize, iniciado em outubro de 2008, tem um total de seis Fases e diversas subfases, apresentadas a seguir:

- **Fase 1 - Definição do Modelo Conceitual:** Consistiu, essencialmente, num período para estudos de alternativas e de riscos, experiências similares - de sucesso ou fracassadas, a definição dos grandes marcos, da ordem de grandeza do orçamento, além de preparação da equipe. Funcionou, portanto, como um pré-projeto.

- **Fase 2 - Elaboração de Editais:** Tratou da elaboração de dois Editais de Licitação relativos à contratação de (1) uma empresa de consultoria em Gestão e TI e (2) uma auditoria independente que auxilie a FINEP a averiguar a qualidade dos produtos e serviços produzidos pela consultoria. Este último serviço é geralmente chamado de "controle de qualidade".

- **Fase 3 - Licitações:** Cuidou da publicação dos citados Editais e de todas as atividades necessárias ao andamento dos dois processos licitatórios, incluindo o tratamento de possíveis questionamentos, além de todo o rito de contratação.

- **Fase 4 - Preparação Interna para a Fase Subsequente:** Consistiu, fundamentalmente, em preparar o ambiente para a chegada da consultoria de Gestão e TI e da auditoria independente. Entre as atividades estão a disponibilização de estrutura física e os preparativos para a divulgação do início dos trabalhos.

- **Fase 5 - Definição da Solução Integrada:** É o momento onde serão levantados,

modelados e diagnosticados os processos de negócio e a TI atuais (modelagem da situação atual) para, a seguir, serem redesenhados (modelagem da situação futura). Ao término desta Fase teremos um Plano de Implementação daquilo que chamamos de Solução Integrada FINEP, que é um conjunto de processos, práticas e sistemas que serão os alicerces para a transformação da FINEP. Divide-se em cinco subfases:

- Subfase 5.1 - Planejamento e Organização do Projeto: Tratará, por exemplo, da estrutura organizacional do projeto e sua governança, dos planos de comunicação e de gestão da mudança, do cronograma físico-financeiro e da validação da visão de futuro da FINEP;

- Subfase 5.2 - Análise da Situação Atual: Identificará a situação vigente dos processos de negócio e da TI e colherá percepções de clientes internos e externos;

- Subfase 5.3 - Desenho da Situação Futura: Permeará aspectos como o modelo futuro de processos, de estrutura organizacional e de governança de processos e de tecnologia da informação (TI), além de estudos de tendências da TI;

- Subfase 5.4 - Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica: Consistirá em avaliação e seleção de alternativas para as arquiteturas de sistemas e de tecnologia;

- Subfase 5.5 - Plano de Implementação: Contemplará todo o planejamento necessário à implementação da solução proposta.

- **Fase 6 - Implementação da Solução Integrada:** É a implementação propriamente dita da Solução Integrada. Tratará da execução dos planos estabelecidos, com a assessoria da consultoria. Entre os serviços empreendidos estarão: o apoio à gestão do projeto; o detalhamento dos novos processos, a assessoria para a elaboração de Editais e o acompanhamento das Licitações. Nesta fase, espera-se mais de uma dezena de Licitações - algumas simultâneas - para as aquisições e contratações necessárias à Solução Integrada. Divide-se em quatro subfases:

  - Subfase 6.1 - Preparação para a implementação. Essencialmente, buscará atualizar os originais do Planejamento e Organização do Projeto, do Plano de Gestão da Mudança e do Plano de Comunicação. Executará, ainda, a mobilização interna - recursos humanos, físicos e logísticos, etc. - conforme estabelecido nos planos de implementação;

  - Subfase 6.2 - Implementação. É o cerne da execução do projeto, onde ocorrerão as aquisições e contratações previstas nos planos de implementação, os desenvolvimentos, a integração das soluções, bem como a transferência da tecnologia, com o apoio da consultoria. Estão previstos diversos serviços de assessoria técnica;

  - Subfase 6.3 - Acompanhamento pós-implementação e ajustes. Trata-se de um período para observar a acomodação da solução implementada e realizar os ajustes que forem necessários, em quaisquer das questões tratadas no projeto;

  - Subfase 6.4 - Encerramento do projeto. É a consolidação dos resultados alcançados - incluindo, por exemplo, uma pesquisa de satisfação com clientes internos e

externos, um estudo comparativo dos níveis de indicadores de performance passados e atuais, melhorias em processos, sistemas, estruturas, gerenciamento em geral, gerenciamento de riscos, confiabilidade, etc. Oferecerá, ainda, um relatório de lições aprendidas e um relatório de conclusão com recomendações.

Atualmente, o Projeto MODERNIZE encontra-se na Fase 5 – Definição da Solução Integrada. No Anexo XVIII encontra-se um resumo da situação do Projeto, com a descrição das ações programadas e respectivos prazos para conclusão.

17.2.2 FUNDING

A estabilidade das fontes de financiamento do projeto é uma das formas de buscar garantir a sua continuidade ao longo das administrações. A estratégia de financiamento também visa proporcionar o fortalecimento institucional e político do empreendimento, alçando-o a um projeto de interesse nacional. Neste sentido, três ações tiveram lugar:

- Busca de financiamento externo, proveniente de organismos multilaterais: as atividades foram iniciadas em julho de 2009. Ao longo do ano de 2010 foi submetida uma proposta ao BID, com passagem e aprovação prévia pela Comissão de Financiamentos Externos (COFIEX) do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (MPOG), tendo sido aprovada uma doação no valor de US$ 500.000,00. Em Dezembro de 2010 a FINEP e o BID iniciaram a construção da minuta de Convênio. Em Agosto de 2011 foi assinado o Convênio de Cooperação Técnica Não-Reembolsável Nº ATN/KF-12521-BR. Os desembolsos estão previstos para o primeiro semestre de 2011;

- Em março de 2010, o Conselho de Administração da FINEP deliberou pela reserva orçamentária para o empreendimento de cerca de R$ 35 milhões, referente ao saldo remanescente dos lucros acumulados em 2009. Em dezembro de 2010, o Ministério da Fazenda aprovou o procedimento. O uso dos recursos teve início no segundo semestre de 2011, após a contratação da empresa TOTVS S/A, na qualidade de Consultoria em Gestão e TI, conforme abaixo descrito;

- Considerando que o conteúdo do Projeto MODERNIZE abrange tanto os processos da FINEP quanto os do FNDCT, foram definidos critérios de utilização de recursos de forma a regular o rateio entre as fontes de financiamento do empreendimento (FINEP, BID e FNDCT). Tais critérios foram formalmente instituídos por meio da RES/DIR/0199/11, de 04/07/2011.

17.2.3 REAVALIAÇÃO DO PRINCIPAL EDITAL PELO TCU

O primeiro Edital do Projeto, a Concorrência FINEP 01/2010, lançado em Abril de 2010, com o objetivo de contratar serviços de consultoria em gestão e TI, foi alvo de questionamentos do Tribunal. Em dezembro do mesmo ano, após os esclarecimentos prestados pela FINEP, o Órgão deu parecer favorável ao andamento do certame, por meio do Acórdão 3359/2010.

Entendendo a necessidade de esclarecer ou suprimir determinados pontos do referido Acórdão, a FINEP submeteu ao TCU, em Fevereiro de 2011, Pedido de Reexame. As modificações solicitadas foram acatadas pelo Tribunal por meio do Acórdão 2430/2011, o qual tornou insubsistente o Acórdão anterior.

17.2.4 CONTRATAÇÃO DAS EMPRESAS TOTVS E PATH ITTS

A empresa TOTVS S/A venceu a licitação (Concorrência FINEP 01/2010) referente aos serviços de consultoria em gestão e TI que auxiliarão a FINEP a repensar seus processos e sistemas.

A PATH ITTS Ltda. foi a vencedora do Pregão Eletrônico FINEP 08/2011, tendo como escopo de trabalho assessorar a FINEP quanto ao recebimento de determinados Produtos a serem entregues pela TOTVS S/A. Os Produtos que serão auditados pela PATH - 14 dos 34 previstos para a presente Fase do empreendimento (Fase 5 - Definição da Solução Integrada) – foram selecionados com base na sua criticidade para o empreendimento, valor financeiro e complexidade.

18 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

18.1 DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL

Segue no Anexo XIX a Declaração do Contador, que substitui as demonstrações contábeis das seguintes Unidades Gestores:

- UG 410049: FUNTTEL - Operações não reembolsáveis;
- UG 240131: Programa de Ações Especias do MCT/FINEP

Para as demais UGs contempladas neste relatório, são apresentadas as demonstrações contábeis (item 18.3).

18.2 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PREVISTAS NA LEI Nº 4.320/64

Não se aplica à natureza jurídica da FINEP.

18.3 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PREVISTAS NA LEI Nº 6.404/76

Vide os seguintes Anexos:

- Anexo XX - Demonstrações Contábeis FINEP (UGs: 365001, 365002 e 365004)
- Anexo XXI - Demonstrações Contábeis Contratos e Convênios (UG 360001)

18.4 COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL

Vide Anexo XXII.

18.5 PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Vide Anexo XXIII.

19 CONTEÚDO ESPECÍFICO

19.1 AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA

A FINEP concentrou suas ações de publicidade e propaganda nas categorias Publicidade Institucional, Publicidade de Utilidade Pública e Patrocínio. Seguindo a orientação da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM), a FINEP não realiza Publicidade Mercadológica, por não promover a comercialização direta de produtos.

Para o desenvolvimento de ações de publicidade e propaganda, a FINEP contou com recursos próprios e recursos do FNDCT, conforme Quadro XXXVII.

QUADRO XXXVII – Valores Executados com Publicidade Institucional, Publicidade de Utilidade Pública e Patrocínio

Categoria	Valores Executados (R$ mil)		Total (R$ mil)
	FINEP	FNDCT *	
Publicidade de Utilidade Pública	0,00	3.430,48	3.430,48
Publicidade Institucional	0,45	0,00	0,45
Patrocínio	100,00		100,00
	100,45	**0,00**	**100,45**

Nota: (*) Os recursos utilizados do FNDCT referem-se a Despesas Operacionais
Fonte: FINEP - DMKT

O Quadro XXXVIII demonstra os contratos vigentes em 2011 referentes a despesas com publicidade institucional e patrocínio.

QUADRO XXXVIII – Especificações dos contratos de Publicidade e Patrocínio

Categoria	Agência/Beneficiário	Nº Contrato	Data de Vigência do Contrato	Valor do Contrato (R$ mil)
Publicidade Institucional	Agência 3 Comunicação Integrada Ltda - CNPJ 04.180.208/0001-09 *	20.09.0088.00/01/02	30/09/2012	7.000,00
Patrocínio	Instituto Cultural Cravo Albin - CNPJ 04.364.740/0001-68	20.10.0154.00	09/01/2012	200,00
				7.200,00

Nota: (*) O contrato 20.09.0088.00 foi firmado em 02/10/2009 e aditado em 12 meses em 01/10/2010.
Fonte: FINEP – DMKT

Os recursos relativos a despesas com publicidade institucional referem-se ao contrato formalizado em 2009 com a Agência 3 Comunicação Integrada Ltda. Em 2011 foram utilizados R$ 3,43 milhões na veiculação de sete campanhas:

- Prêmio FINEP de Inovação – lançamento
- Prêmio FINEP de Inovação – resultado
- Prêmio Inovar – lançamento
- Prêmio Inovar – resultado
- Fórum Abertura de Capital
- Inova Brasil
- Espaço Cultural

O objetivo das campanhas foi tornar os instrumentos e programas da FINEP mais conhecidos pelo público empresarial e prestar serviços de utilidade pública.

A campanha para divulgar o período de inscrições ao Prêmio FINEP de Inovação foi veiculada entre agosto e setembro e incluiu inserções nas revistas Pequenas Empresas Grandes Negócios, Época Negócios, Exame PME, Ciência Hoje, Scientific American, Info, Pesquisa FAPESP, Primeiro Plano, Com Ciência Ambiental, TAM nas nuvens, Gol, Avianca e Trip. Foi veiculada também em portais na internet a saber: Exame, Época Negócios, PEGN, O Globo online, Folha online, Valor online e Primeiro Plano.

Em relação ao Prêmio Inovar**,** a campanha teve como objetivo a divulgação da abertura das inscrições. O esforço de comunicação foi focado exclusivamente em revistas segmentadas dirigidas para o mercado financeiro e de investimento, como Capital Aberto, Investidor Institucional, Revista Valor 1.000, Revista Valor Investe, Conjuntura Econômica, Newsweek e Jornal Brasil Econômico. A campanha de resultado repetiu as inserções nos mesmos veículos.

A campanha do Fórum Abertura de Capital foi uma iniciativa mais pontual e focada para geração de público para o evento realizado no dia 8 de novembro, na Bovespa. Foram quatro inserções em revistas dirigidas: Valor Financeiro, Investidor Institucional, Brasileiros e Bravo,

Para promover a linha de crédito da FINEP para projetos inovadores, foi criada a campanha de divulgação do Programa Inova Brasil. O Plano de Mídia contemplou os seguintes meios e veículos:

- TV : Globo News, Band News, Record News, CNN, Bloomberg;
- Mídia aeroporto e Elemídia nas principais capitais do País;
- Revistas: Exame, Isto É Dinheiro, Época Negócios, Brasileiros, TAM, Gol, Avianca, Trip e 29 Horas;
- Publicações específicas dos seguintes setores: Aeroespacial, Agronegócio, Mineração, Química, Energia, Saúde, Tecnologia, Telecomunicações;
- Divulgação em canais de negócios dos seguintes portais: Uol, G1, Infomoney, Globo online, Folha online, Estadão e MSN.

A campanha do Espaço Cultural FINEP teve o objetivo de reforçar a marca da sala de espetáculos da FINEP como promotora de importantes eventos culturais gratuitos no Rio de Janeiro. O Plano de Mídia abrangeu os Mica Cards, cartões postais veiculados através de *displays* exclusivos localizados em pontos estratégicos com grande circulação de pessoas, e 1.320 inserções em 55 monitores do Elemídia de nove edifícios comerciais localizados nas redondezas da FINEP e de universidades.

Os recursos executados referentes a despesas com patrocínio referem-se ao contrato celebrado em 2010 com o Instituto Cultural Cravo Albin. O patrocínio teve como objetivo vincular

a marca da FINEP à personalidade de Vinícius de Moraes, cuja influência literária e musical promoveu a divulgação da Bossa Nova no Brasil e no exterior. O patrocínio destinou à confecção de um livro capa dura, com sofisticado *design* para celebrar a promoção do poeta a Embaixador da República. O livro, intitulado "Vinícius de Moraes Embaixador do Brasil", contém artigos de Ricardo Cravo Albin, Celso Amorim, Jerônimo Moscardo, Afonso Arinos de Mello Franco, introduções de familiares e encarte de dois CDs sobre a vida e obra do poeta.

As despesas realizadas com publicidade institucional foram destinadas à Latin Stock Brasil Produções Ltda. para cessão de direito de uso de imagem para capa da revista da FINEP Inovação em pauta nº 12.

19.2 REMUNERAÇÃO PAGA AOS ADMINISTRADORES

No Anexo XXIV encontram-se detalhados os valores recebidos pelos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva.

19.3 PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS

A FINEP têm obrigações antigas de longo prazo, referentes a empréstimos tomados junto ao Banco Paribas e Tesouro Francês em 1982, que fizeram parte da renegociação da dívida externa brasileira.

QUADRO XXXIX – Evolução dos Saldos Devedores de Empréstimo Externo

Obrigações	Taxa de Juros	Vencimento	Saldo Devedor em 2009	Saldo Devedor em 2010	Saldo Devedor em 2011
Mercado Externo – Clube de Paris	8,25% a.a.	31/12/2024	USD 154.716,00	USD 142.689,00	USD 130.662,00

Fonte: FINEP / AFC

O pagamento da dívida teve início em 1999 e o valor pago anualmente é de aproximadamente USD 12,000.00. O vencimento da obrigação ocorrerá somente em 2024, estando a FINEP impossibilitada de quitá-la antecipadamente em virtude da consolidação de toda dívida brasileira.

Cabe registrar que os recursos foram aplicados na aquisição de equipamentos para modernização na área de saúde e os projetos apoiados com recursos oriundos desse empréstimo foram finalizados a contento.

19.4 PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA PELA FINEP

Durante o ano de 2011, a Fundação de Previdência Complementar dos Empregados ou Servidores da FINEP, do IPEA, do CNPq, do INPE e do INPA – FIPECq (CNPJ: 00.529.958/0001-74), registrou no Plano de Previdência Complementar (PPC) as seguintes operações:

- **Benefícios Concedidos:**
  - → 3 Aposentadorias por Tempo de Serviço
  - → 1 Aposentadoria por Idade
  - → 4 Pensões
  - → 9 Pecúlios
  - → 27 Auxílios Doença
- **Benefícios Extintos:**
  - → 5 Aposentadorias por Tempo de Serviço
  - → 2 Aposentadoria por Idade
  - → 1 Invalidez
  - → 2 Pensões
  - → 31 Auxílios Doença
- **Portabilidade:**
  - → 1 Plano Recepcionado
  - → 2 Planos Enviados
- **Autopatrocinio:** 3 Manutenções de Inscrição
- **Adesões ao Plano:** 48 novas adesões
- **Pedidos de Cancelamento:** 9 (sendo 8 por motivo de rescisão de contrato com a Patrocinadora e 1 por suspensão de contrato na Patrocinadora)
- **Devolução de 38 reservas individuais:** 6 cancelamentos em 2011 e 32 reservas retidas em anos anteriores.

Os ativos financeiros do Plano de Previdência Complementar - PPC atingiram R$ 815.177,7 mil, ao final de 2011, e encontravam-se alocados nos investimentos: Títulos Públicos R$ 20.208,4 mil, que correspondia a 2,5%, Créditos Privados e Depósitos R$ 343.408,5 mil, que representava 42,1%, Ações – Mercado à Vista R$120.774,6 mil, participação de 14,8%, Fundos de Investimentos R$ 304.766,9 mil, correspondendo a 37,4 %, empréstimos R$ 24.238,0 mil, com 3,0%, outros realizáveis R$ 1.293,7 mil e disponível R$ 487,6 mil, que correspondiam a 0,1% do total dos recursos investidos.

Os investimentos obtiveram no ano uma receita financeira líquida de R$ 39.377,9 mil. A rentabilidade nominal da carteira de investimentos foi de 5,1% a.a. As aplicações em títulos de renda fixa e fundos de investimentos apresentaram uma rentabilidade de 13,2% a.a., Mercado de

Ações e Fundos de Investimentos em Ação de (-) 10,0% a.a., as Operações com Participantes (empréstimos) de 14,6% a.a. e Outros Realizáveis uma rentabilidade de 23,9% a.a.

QUADRO XL: Demonstrativo Anual 2011

Demonstrativo	Valores (R$)
1)Valor total da Folha de pagamento dos empregados Participantes (FINEP)	64.636.628,84
1.1) Salário de Participação	64.636.628,84
2) Valor total das contribuições pagas pelos empregados Participantes (FINEP)	5.012.614,18
2.1) Contribuição Participante	4.782.127,15
2.2) Jóia	222.356,55
2.3) FIPECqPREV	8.130,48
3) Valor total das contribuições pagas pela Patrocinadora (FINEP)	4.919.929,32
3.1) Contribuição Patronal	4.826.737,49
3.2) Contribuição Relativa ao PDA	27.181,81
3.3) Rateio/FIPECq	66.010,02
4) Valor total de outros recursos repassados pela Patrocinadora (FINEP)	4.468.907,15
4.1) Empréstimos de Participantes	4.468.907,15
5) Valor total por tipo de aplicação e respectiva fundamentação legal	815.177.687,20
5.1) Disponível	487.619,99
5.2) Títulos Públicos	20.208.365,14
5.3) Créditos Privados e Depósitos	343.408.457,81
5.4) Ações	120.774.591,23
5.5) Fundos de Investimento	304.766.922,43
5.6) Empréstimos e Financiamentos	24.237.991,91
5.7) Outros Realizáveis	1.293.738,69

Fonte: FIPECq

Observações:

(1) Aplicações do Plano de Previdência Complementar-**PPC** estão em conformidade ao estabelecido na Resolução nº. 3.792 de 24/09/2009 do Conselho Monetário Nacional – CMN.

(2) Os recursos repassados que não se configuram como contribuições, constituem-se em empréstimos de participantes da FIPECq, contraídos junto à Fundação, descontados em Folha de Pagamento pela Patrocinadora.

QUADRO XLI: Demonstrativo das Contribuições Pagas pela FINEP e seus Empregados e Outros Recursos Repassados no Exercício de 2011 (Regime de Competência)

MÊS	PARTE PATRONAL			PARTE PARTICIPANTE				
	CONTR. PREV.	RATEIO/FIPECq	PDA	CONTR. PREV.	JÓIAS	FIPECqPREV	EMPRESTIMOS	TOTAL
Janeiro	366.091,69	2.091,55	8.808,92	366.618,67	18.521,94	826,29	359.372,46	1.122.331,52
Fevereiro	354.938,63	2.139,21	8.808,92	354.938,63	17.571,37	775,29	361.482,32	1.100.654,37
Março	353.006,35	2.039,35	6.391,18	353.006,35	18.009,61	775,29	366.116,66	1.099.344,79
Abril	350.544,36	2.109,70	6.391,18	350.544,36	18.063,71	979,29	368.190,38	1.096.822,98
Maio (*)	359.549,59	2.151,80	7.815,90	351.850,32	17.793,86	877,29	368.684,00	1.108.722,76
Junho (**)	371.803,37	1.972,40	6.391,18	353.657,83	18.145,54	877,29	369.817,41	1.122.665,02
Julho	367.735,26	2.118,13	5.978,60	367.276,81	18.803,88	571,29	373.267,58	1.135.751,55
Agosto	352.924,00	2.057,42	5.141,86	352.924,00	18.301,27	571,29	377.574,58	1.109.494,42
Setembro	360.366,39	2.001,67	5.141,50	360.366,39	18.481,47	469,29	378.744,53	1.125.571,24
Outubro	354.989,58	2.025,84	5.140,78	354.989,58	17.830,65	469,29	381.420,02	1.116.865,74
Novembro (***)	402.970,07	4.288,46	-	383.798,80	19.171,27	469,29	381.172,21	1.191.870,10
Dezembro	831.818,20	2.186,28	-	832.155,41	21.661,98	469,29	383.065,00	2.071.356,16
TOTAL	**4.826.737,49**	**27.181,81**	**66.010,02**	**4.782.127,15**	**222.356,55**	**8.130,48**	**4.468.907,15**	**14.401.450,65**

Fonte: FIPECq

Notas:

(*) Em maio foi recebido o valor de R$ 7.699,27 relativo contribuição patronal em atraso de José Carlos de Souza Carvalho

(**) Em junho foi recebido o valor de R$ 18.145,54 indevidamente, relativo parte patronal, o qual foi devolvido à FINEP em 08/08/2011.

(***) Em novembro foi recebido o valor de R$ 19.171,27 indevidamente, relativo parte patronal, o qual foi devolvido à FINEP em 29/12/2011.

A Política de Investimento de cada plano de benefício administrado pela FIPECq foi encaminhada à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), em atendimento ao disposto no artigo 16 da Resolução CMN Nº.3.792/2009, que dispõe sobre as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos administrados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

Registre-se que não há manifestação da Secretaria de Previdência Complementar com relação ao Balanço Patrimonial da Fundação, visto que a PREVIC não emite certidões. Além disso, no exercício de 2011 a FIPECq não sofreu fiscalização da PREVIC.

Vide os seguintes Anexos:

- Anexo XXV: Demonstrativo das Aplicações nos Planos de Previdência da FIPECq;
- Anexo XXVI: Política de Investimento do Plano de Previdência Complementar PPC;
- Anexo XXVII: Política de Investimento do Plano de Benefícios FIPECqPREV;
- Anexo XXVIII: Parecer Atuarial dos Planos PPC e FIPECqPREV;
- Anexo XXIX: Parecer da Auditoria Independente sobre os Planos de Previdência patrocinados pela FINEP.

20 PROGRAMA DE AÇÕES ESPECIAIS MCT/FINEP

A UG 240131 - Programa de Ações Especiais MCT/FINEP foi criada com a finalidade de operacionalizar a nova sistemática implantada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para execução do orçamento a partir de 1993, para quitação de dívida externa de responsabilidade da União.

A partir de 2009, toda a dívida foi transferida para a STN, encerrando qualquer tipo de atividade financeira e orçamentária nesta UG. Esta Unidade Gestora está em processo de extinção e permanecerá ativa enquanto existirem saldos nas contas de compensação referente a créditos a serem recebidos de operações reembolsáveis efetuadas com recursos do convênio Secretaria de Desenvolvimento Audiovisual (SDAv) do Ministério da Cultura (MINC) e encerramento das prestações de contas de convênios referentes a programas antigos, tais como PRONEX e PADCT.

A FINEP mantém contabilidade separada para a Unidade Gestora, onde são registrados:

- a entrada, como receita financeira e orçamentária, das descentralizações feitas pela União;
- a saída direta dos recursos, para aplicação nos pagamentos de programas e convênios;
- o lucro/prejuízo apurado.

Em 2011 o prejuízo apurado foi de R$ 26.732,62, resultado da devolução do saldo de operações reembolsáveis ao Ministério da Cultura (MinC).

21 RESULTADOS E CONCLUSÕES

O presente Relatório de Gestão mostra os resultados alcançados pela Agência Brasileira da Inovação, FINEP, no fomento público ao Sistema Nacional Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI). O destaque é dado às informações relacionadas ao financiamento direto às empresas através de sua principal linha de crédito - Programa Inova Brasil, abordando também todas as ações que atingem as empresas brasileiras inovadoras.

Além disso, são apresentadas outras atividades desenvolvidas pela empresa que ampliam sua capacidade de atuação na cadeia da inovação, com foco em ações estratégicas, estruturantes e de impacto para o desenvolvimento sustentável do Brasil. Neste contexto, são apresentadas algumas informações sobre as atividades da FINEP como Secretaria Executiva do FNDCT, destacando apenas aquelas que têm foco no setor produtivo (Operações Especiais) como: subvenção econômica à inovação, capital de risco, equalização de taxa de juros e a garantia de liquidez aos fundos de investimento. O apoio às Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs) através do FNDCT – Fundos Setoriais estão apresentadas no Relatório de Gestão do FNDCT.

O exercício de 2011 foi marcado pela superação das dificuldades encontradas em 2010 para operacionalização de recursos do Tesouro/PSI/BNDES e FUNTTEL e pela captação recorde de R$ 0,8 bilhões no FNDCT ampliando significativamente as disponibilidades para aprovação, contratação e liberação de recursos para operações de crédito. Dessa forma, os resultados mais expressivos foram observados nas liberações e contratações das operações de crédito. Foi registrado um crescimento de 44% no volume de liberações, alcançando o montante de R$ 1,8 bilhão, que representa a execução de 90% dos recursos previstos no Plano de Dispêndios Globais da FINEP (PDG). Também em relação ao indicador de número e valor das operações de crédito contratadas no exercício, registrou-se um crescimento de 42% e 32%, respectivamente, em relação a 2010.

O conjunto de atividades e formas de apoio da FINEP aos diferentes atores do SNCTI, incluindo suas funções de instituição financeira e Secretaria Executiva do FNDCT, representaram uma movimentação de recursos em 2011 da ordem de R$ 3,8 bilhões. sendo R$ 1,8 bilhão de crédito, e R$ 2,0 bilhões do FNDCT. Desse montante global movimentado em 2011, R$ 2,3 bilhões foram direcionados para empresas, o que inclui recursos de crédito (R$ 1,8 bilhão), subvenção econômica (R$ 0,3 bilhão) e outras operações especiais do FNDCT direcionadas a empresas (R$ 0,2 bilhão), enquanto que a parcela de R$ 1,4 bilhão foi direcionada às ICTs. Essa aplicação de recursos, mantém o mesmo patamar global movimentado em 2010, mesmo com o contingenciamento do orçamento do FNDCT. De qualquer maneira, os números consolidam a FINEP como principal agente do SNCTI.

Vale destacar que a demanda por crédito ao final do exercício continuou indicando uma tendência de crescimento em relação aos anos anteriores, alcançando valores da ordem R$ 5,5 bilhões. Esse número mantém a importância do foco da FINEP na ampliação e manutenção das fontes de crédito para a inovação. Destaca-se, nesse caso, que qualquer captação adicional deverá prever também recursos para equalização, uma vez que o modelo idealizado com o aporte do FNDCT encontra-se esgotado.

No plano gerencial, a FINEP está firmemente empenhada em tornar a empresa mais transparente e eficiente na sua ação e nos seus resultados, buscando fortalecer seu papel no cenário nacional de fomento à C,T&I.

Alguns projetos se destacaram no exercício de 2011, como a busca pela tipificação da FINEP como instituição financeira, o aumento das fontes de financiamento, a prospecção de operações em setores estratégicos para a economia brasileira, a elaboração do regimento interno, a reestruturação de processos e sistemas e os esforços para estabelecer novo plano de carreira.

Esses projetos têm trazido melhorias nas atividades operacionais, na regulamentação do setor, na operacionalização e no gerenciamento das atividades fins da empresa. Todos esses projetos se enquadram no Plano de Gestão Estratégica (PGE).

Dentre esses projetos, destacamos:

- a realização dos estudos sobre as alternativas de modelos jurídicos institucionais para a FINEP, a tipologia de instituição financeira a ser considerada como referência, bem como a elaboração de propostas de atos normativos necessários à implantação do novo modelo;

- o Projeto de Modernização de Processos e de Sistemas da Informação da FINEP – MODERNIZE alcançou sua fase 5 de definição da solução integrada com a modelagem dos processos de negócio atuais e futuros, para a futura definição das arquiteturas de sistemas e de tecnologia a serem adquiridos.

Como os resultados de investimentos em C,T&I são, tradicionalmente, de médio e longo prazo, permanece o desafio de estabelecer novas formas sustentáveis de captação de recursos que garantam a manutenção das taxas de crescimento observadas nos últimos anos, de modo a garantir a viabilidade de que a visão da FINEP de "Transformar o Brasil por meio da Inovação" se consolide como um objetivo estratégico para o país.

Para que a inovação se transforme em um dos vetores decisivos para o crescimento da economia brasileira, atingindo as metas definidas nas políticas públicas, é necessária uma ampliação contínua e decisiva dos recursos, o aperfeiçoamento e a segurança do marco legal regulatório e a articulação entre agentes públicos e privados de modo a criar e estabilizar um ambiente favorável à inovação no país.

Glauco Arbix
Presidente da FINEP

LISTA DE ANEXOS

ANEXO I – ITEM 2.2.3: Organograma da FINEP

ANEXO II – ITEM 5.7.1: Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva

ANEXO III – ITEM 5.7.2: Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra

ANEXO IV – ITEM 6: Administração de Recursos de Parceiros

ANEXO V – ITEM 6.1: Administração de Recursos de Parceiros – Ministério das Telecomunicações / FUNTTEL

ANEXO VI – ITEM 6.2.1: Administração de Recursos de Parceiros – Ministério da Saúde

ANEXO VII – ITEM 6.2.2.2: Administração de Recursos de Parceiros – Ministério do Trabalho e Emprego

ANEXO VIII – ITEM 6.2.3: Administração de Recursos de Parceiros – Ministério do Turismo

ANEXO IX – ITEM 6.2.6: Administração de Recursos de Parceiros – Agência Nacional do Cinema

ANEXO X – ITEM 6.2.7: Administração de Recursos de Parceiros – FNDCT

ANEXO XI – ITEM 7.1: Declaração de Registros Atualizados no SIASG

ANEXO XII – ITEM 9: Estrutura de Controles Internos

ANEXO XIII – ITEM 9.3: Documentos Normativos Publicados em 2011

ANEXO XIV – ITEM 10: Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

ANEXO XV – ITEM 12: Gestão de Tecnologia da Informação

ANEXO XVI – ITEM 15.1.1: Deliberações do TCU Atendidas em 2011

ANEXO XVII – ITEM 15.2.1: Recomendações do OCI – Situação no Exercício

ANEXO XVIII – ITEM 17.2.1: Projeto Modernize – Situação no Exercício

ANEXO XIX – ITEM 18.1: Declaração do Contador Responsável

ANEXO XX – ITEM 18.3: Demonstrações Contábeis – Unidade Gestora FINEP

ANEXO XXI – ITEM 18.3: Demonstrações Contábeis – Unidade Gestora Contratos e Convênios

ANEXO XXII – ITEM 18.4: Composição Acionária do Capital Social

ANEXO XXIII – ITEM 18.5: Parecer da Auditoria Independente sobre as Demonstrações Contábeis

ANEXO XXIV – ITEM 19.2: Remuneração Paga aos Administradores

ANEXO XXV – ITEM 19.4: Demonstrativo das Aplicações nos Planos de Previdência da FIPECq

ANEXO XXVI – ITEM 19.4: Política de Investimento do Plano de Previdência Complementar PPC

ANEXO XXVII – ITEM 19.4: Política de Investimento do Plano de Benefícios FIPECqPREV

ANEXO XXVIII – ITEM 19.4: Parecer Atuarial dos Planos PPC e FIPECqPREV

ANEXO XXIX – ITEM 19.4: Parecer da Auditoria Independente sobre os Planos de Previdência patrocinados pela FINEP

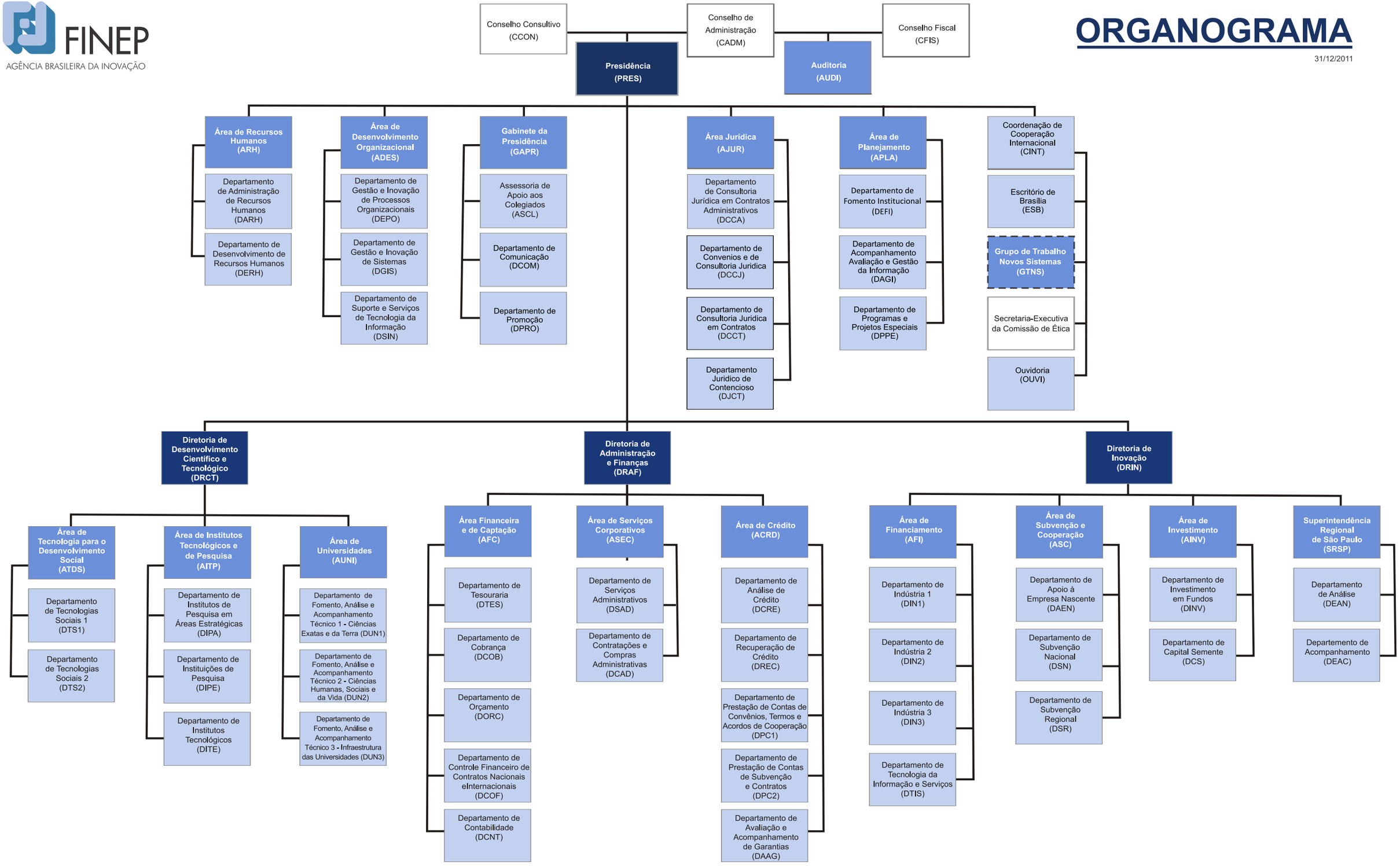
ANEXO I – ITEM 2.2.3

Organograma da FINEP

FINEP
AGÊNCIA BRASILEIRA DA INOVAÇÃO

ORGANOGRAMA

31/12/2011



ANEXO II – ITEM 5.7.1

Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva

ANEXO II – ITEM 5.7.1 - Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva

Unidade Contratante														
Nome: Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP														
UG/Gestão: 365001/36801					**CNPJ: 33749086/0002-90**									
Informações sobre os contratos														
Ano do contrato	**Área**	**Natureza**	**Identificação do Contrato**	**CNPJ da Empresa Contratada**	**Período contratual de execução das atividades contratadas**		**Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados**						**Sit.**
							F		**M**		**S**		
					Início	**Fim**	**P**	**C**	**P**	**C**	**P**	**C**	
2011	V	O	20.11.0054.00	08.471.527/0001-06	15/08/2011	15/08/2012	28	28	-	-	-	-	A
2011	L	O	20.11.0007.00	36.529.998/0001-63	25/01/2011	25/01/2012	46	46	-	-	-	-	A
Observações: Para exercer as funções descritas nos 2 contratos, não se requer nenhum tipo de escolaridade. Sendo que, para o serviço de vigilância é necessário que o profissional tenha curso de vigilante. Para ingressar no curso é necessário ter a 4ª série completa. Considerei que todos os funcionários desses contratos têm ensino fundamental.														
LEGENDA														
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.														
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.														
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.														
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.														

Fonte: FINEP - ASEC

ANEXO III – ITEM 5.7.2

Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra

ANEXO III – ITEM 5.7.2 Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra

Unidade Contratante

Nome: Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP

UG/Gestão: 365001/36801 | **CNPJ: 33.749.086/0001-09**

Informações sobre os contratos

Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	7 - Recepção	O	2010.0016.00	09.244.539/0001-60	19/02/2010	31/10/2011	0	0	11	11	0	0	E
2010	14 -Outros - Contínuos	O	2010.0016.00	09.244.539/0001-60	19/02/2010	31/10/2011	0	0	11	11	0	0	E
2010	14 - Outros - Secretárias	O	2010.0016.00	09.244.539/0001-60	19/02/2010	31/10/2011	0	0	13	12	0	0	E
2011	7 - Recepção	O	2011.0108.00	07.579.905/0001-07	29/11/2011	28/11/2012	0	0	11	11	0	0	A
2011	14 - Outros - Contínuos	O	2011.0108.00	07.579.905/0001-07	29/11/2011	28/11/2012	0	0	13	13	0	0	A
2007	14 - Outros - Auxiliar deArquivo	O	2007.0054.00	32.364.390/0001-75	20/07/2011	21/07/2012	0	0	15	15	6	6	A
2010	4 - Transportes	O	2010.0143.00	08.744.513/0001-19	07/11/2011	06/11/2012	0	0	3	3	0	0	A
2011	14- Apoio Administrativo	O	2010.0132.00	03.062.394/0001-09	29/10/2010	29/10/2011	0	0	73	70	0	0	E
2011	14- Apoio Administrativo	O	2010.0132.00	03.062.394/0001-09	29/10/2011	29/10/2012	0	0	76	71	1	1	A

Observações:

LEGENDA

Área:

1. Conservação e Limpeza;
2. Segurança;
3. Vigilância;
4. Transportes;
5. Informática;
6. Copeiragem;
7. Recepção;
8. Reprografia;
9. Telecomunicações;
10. Manutenção de bens móvies
11. Manutenção de bens imóveis
12. Brigadistas
13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes
14. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: FINEP - DARH / ASEC

ANEXO IV – ITEM 6

Administração de Recursos de Parceiros

ANEXO IV – ITEM 6 : Administração de Recursos de Parceiros

Valores em R$ correntes

ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS DE PARCEIROS*													
				Operação Parceiros / FINEP					FINEP / Convenente				
Identificação da Operação /Data Assinatura	Código da Fonte	Objetivo	Vigência / Prestação de Contas	Valor da operação	Recursos Transferidos à FINEP (Principal)	Saldo a ser desembolsado à FINEP	Rendimento acumulado dos Recursos Transferidos à FINEP	Total Disponivel (Principal + Rendimento)	Liberado até 2010 (**)	Liberado em 2011	Devoluções (Saldo não utilizado pelo convenente) em 2011	Despesas Administrativas	Saldo Disponivel (CAIXA)
MS x FINEP Port.1371/2007 31/dez/07	0280620316	FOMENTO A PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DE INSUMOS ESTRATÉGICOS NO COMPLEXO PRODUTIVO DA SAÚDE	25-mar-12 24-mai-12	8.367.990,00	5.578.660,00	2.789.330,00	1.728.616,57	**7.307.276,57**	1.137.799,40	0,00	0,00	16.299,18	**6.153.177,99**
MS x FINEP Port.130/2007 31/dez/07	0280620317	FOMENTO A PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DE INSUMOS ESTRATÉGICOS NO COMPLEXO PRODUTIVO DA SAÚDE	25-mar-12 24-mai-12	43.039.746,07	28.693.164,06	14.346.582,01	5.696.913,41	**34.390.077,47**	24.630.827,26	1.863.810,40	0,00	145.259,55	**7.750.180,26**
MS x FINEP Port.689/2007 31/dez/07	0280620318	FOMENTO A PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DE INSUMOS ESTRATÉGICOS NO COMPLEXO PRODUTIVO DA SAÚDE	08-mai-12 07-jul-12	6.932.153,00	4.621.435,34	2.310.717,66	1.105.170,33	**5.726.605,67**	5.709.116,26	0,00	0,00	17.489,39	**0,02**
Conv. MTE/SENAES - FINEP 005/2007 26/nov/2007	0280600999	DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES APLICADAS À ECONOMIA SOLIDÁRIA	22-jul-13 20-set-13	21.300.000,00	14.050.000,00	7.250.000,00	1.076.840,24	**15.126.840,24**	8.156.425,75	496.409,80	0,00	150.702,78	**6.323.301,91**
Conv. MTur - FINEP 599/2007 14/dez/2007	0280600366	INCUBAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS PARA INCLUSÃO SOCIAL NA CADEIA PRODUTIVA DO TURISMO	09-set-12 08-nov-12	6.000.000,00	6.000.000,00	0,00	1.431.311,89	**7.431.311,89**	3.841.201,89	1.174.941,60	0,00	53.882,04	**2.361.286,36**
AEB x FINEP 20.05.0009.00 30/dez/04	0280517883	RECONSTRUÇÃO DA TORRE MÓVEL DE LANÇAMENTO	30-jul-12 29-set-12	30.000.000,00	30.000.000,00	0,00	19.690.273,17	**49.690.273,17**	42.910.247,51	0,00	0,00	0,00	**6.780.025,66**
INFRAERO x FINEP Cód.Finep 30.06.0102.00 Conv. 016/2006/0001 01/dez/06	0280368094	DO VLS NO CENTRO DE LANÇAMENTO DE ALCÂNTARA	31-jan-12 30-abr-12	742.115,98	742.115,98	0,00	81.840,66	**823.956,64**	457.620,66	0,00	-7.290,68	0,00	**373.626,66**
Desc. MTE/SENAES - FINEP Memo Gab. MTE/SENAES 1057/05	0280368092	ÁGUA EM AEROPORTOS	(***)	1.812.000,00	1.812.000,00	0,00	335.424,17	**2.147.424,17**	1.672.812,71	0,00	-774,21	26.192,81	**449.192,86**

Notas:

(*) Não inclui as informações referentes a Agência Nacional do Cinema (ANCINE) e FUNTTEL

(**) Valor total liberado subtraído do valor total de devoluções até 2010.

(***) O objetivo, justificativa, metas, indicadores físicos de execução e plano de aplicação dos recursos desta descentralização do MTE/SENAES para a FINEP constam do Ofício MTE/SENAES 285 e 432/2006 e da Nota Técnica MTE/SENAES 51/2006. A Prestação de Contas Final será enviada à Concedente após conclusão da apreciação das prestações de contas técnicas e financeiras das operações financiadas.

Fonte: FINEP - AFC

ANEXO V – ITEM 6.1

Administração de Recursos de Parceiros Ministério das Telecomunicações FUNTTEL

ANEXO V – ITEM 6.1 : Administração de Recursos de Parceiros - Ministério das Telecomunicações / FUNTTEL

ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS DO MINISTÉRIO DAS TELECOMUNICAÇÕES - FUNTTEL NÃO-REEMBOLSÁVEL

PROJETOS COM LIBERAÇÃO EM 2011

Referência	Convênio	Data da Contratação	Demanda	Convenente (Proponente)	Executor	Projeto	Em R$ - Valores Correntes				
							Valor Aprovado (Finep)	Valor Liberado até 2010	Valor Liberado em 2011	Valor Liberado Acumulado	Saldo a Liberar
2014/07	01.08.0220.02	13/06/2008	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FUNTTEL ÁREAS TEMÁTICAS PRIORITÁRIAS 02/2007	ASSOCIAÇÃO SUL RIOGRANDENSE DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE	ASSOCIAÇÃO SUL RIOGRANDENSE DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE	PLATAFORMA DE COMUNICAÇÃO ÓPTICA PARA ACESSO MULTISERVIÇO	3.271.724,00	2.028.724,00	1.243.000,00	3.271.724,00	0,00
1965/07	01.09.0097.01	29/01/2009	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FUNTTEL ÁREAS TEMÁTICAS PRIORITÁRIAS 02/2007	FUNDAÇÃO CPQD CENTRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM TELECOMUNICAÇÕES	FUNDAÇÃO CPQD CENTRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM TELECOMUNICAÇÕES	DESENVOLVIMENTO DE PROCESSOS DE MONTAGEM DE SPLITTERS ÓPTICOS PLC	1.942.390,50	1.638.390,50	152.000,00	1.790.390,50	152.000,00
2009/07	01.08.0310.01	22/07/2008	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FUNTTEL ÁREAS TEMÁTICAS PRIORITÁRIAS 02/2007	UNIÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA	PONTIFICIA UNIVERSIDADE CATOLICA DO RIO GRANDE DO SUL	SISTEMA DE RASTREABILIDADE DE MEDICAMENTOS UTILIZANDO RFID	1.385.970,60	882.970,60	131.000,00	1.013.970,60	372.000,00
2042/07	01.08.0227.01	10/06/2008	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FUNTTEL ÁREAS TEMÁTICAS PRIORITÁRIAS 02/2007	INSTITUTO ATLÂNTICO	INSTITUTO ATLÂNTICO	ATUM	1.144.935,18	935.135,18	209.800,00	1.144.935,18	0,00
1956/07	01.08.0413.02	04/11/2008	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FUNTTEL ÁREAS TEMÁTICAS PRIORITÁRIAS 02/2007	FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE PROJETOS, PESQUISAS E ESTUDOS TECNOLÓGICOS COPPETEC	COPPE/UFRJ	FERRAMENTAS DE MINERAÇÃO DE DADOS E TEXTO PARA GESTÃO DO ATENDIMENTO DE CLIENTES	1.425.301,80	820.619,56	604.682,24	1.425.301,80	0,00
1995/07	01.08.0466.01	27/11/2008	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FUNTTEL ÁREAS TEMÁTICAS PRIORITÁRIAS 02/2007	FUNDAÇÃO PARA INOVAÇÕES TECNOLOGICAS	FUNDAÇÃO PARA INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS - FITEC	DESENVOLVIMENTO DE SISTEMA PON DE ALTA CAPACIDADE	3.731.185,96	2.824.743,96	302.181,00	3.126.924,96	604.261,00
1945/07	01.08.0217.01	29/04/2008	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FUNTTEL ÁREAS TEMÁTICAS PRIORITÁRIAS 02/2007	FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	INTERFACE MULTIMÍDIA DE ACESSO A INTERNET PARA PABX	1.864.627,00	1.300.536,00	564.091,00	1.864.627,00	0,00
1655/08	01.09.0499.01	15/10/2009	ENCOMENDA VERTICAL	FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE PROJETOS, PESQUISAS E ESTUDOS TECNOLÓGICOS COPPETEC	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - COORDENAÇÃO DOS PROGRAMAS DE PÓS GRADUAÇÃO DE ENGENHARIA COPPE	UM NOVO HORIZONTE PARA A INTERNET	2.200.888,04	898.050,24	493.262,62	1.391.312,86	809.575,18
2271/09	01.10.0669.00	01/12/2010	CH. PÚB. MCT/FINEP/MC/FUNTTEL ÁREAS TEMÁTICAS PRIORITÁRIAS 01/2009	SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - DEPARTAMENTO REGIONAL DO RIO GRANDE DO SUL	SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TECNOLOGIAS AVANÇADAS	SOLUÇÃO INTEGRADA PARA PROVIMENTO DE ACESSOS BANDA LARGA ATRAVÉS DA OPTICALIZAÇÃO PROGRESSIVA DE REDE.	2.951.794,00	788.986,00	348.650,00	1.137.636,00	1.814.158,00
2251/09	01.10.0565.00	26/11/2010	CH. PÚB. MCT/FINEP/MC/FUNTTEL ÁREAS TEMÁTICAS PRIORITÁRIAS 01/2009	ASSOCIAÇÃO DO LABORATÓRIO DE SISTEMAS INTEGRÁVEIS TECNOLÓGICOS	ASSOCIAÇÃO DO LABORATÓRIO DE SISTEMAS INTEGRÁVEIS TECNOLÓGICOS	DESENVOLVIMENTO DE UM MIDDLEWARE IPTV PARA O MERCADO GLOBAL	2.826.496,96	983.872,32	382.300,00	1.366.172,32	1.460.324,64
2185/09	01.10.0556.00	10/11/2010	CH. PÚB. MCT/FINEP/MC/FUNTTEL ÁREAS TEMÁTICAS PRIORITÁRIAS 01/2009	ASSOCIAÇÃO SUL RIOGRANDENSE DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE	ASSOCIAÇÃO SUL RIOGRANDENSE DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE	UNIDADE DE REDE ÓPTICA COM DISTRIBUIÇÃO INTEGRADA DE ACESSO ATRAVÉS DE REDE LEGADA	3.341.236,70	1.044.834,68	595.000,00	1.639.834,68	1.701.402,02
2273/09	01.10.0560.00	11/11/2010	CH. PÚB. MCT/FINEP/MC/FUNTTEL ÁREAS TEMÁTICAS PRIORITÁRIAS 01/2009	FUNDAÇÃO CPQD CENTRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM TELECOMUNICAÇÕES	FUNDAÇÃO CPQD CENTRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM TELECOMUNICAÇÕES	INTERCONEXÃO DE REDES VOIP UTILIZANDO MAPEAMENTO ELETRÔNICO DE NÚMEROS	3.773.391,79	1.546.467,90	40.527,00	1.586.994,90	2.186.396,89
2232/09	01.09.0634.01	30/12/2009	CH. PÚB. MCT/FINEP/MC/FUNTTEL ÁREAS TEMÁTICAS PRIORITÁRIAS 01/2009	FUNDAÇÃO CPQD CENTRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM TELECOMUNICAÇÕES	FUNDAÇÃO CPQD CENTRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM TELECOMUNICAÇÕES	ANTENAS ADAPTATIVAS E MÓDULOS DE RADIOFREQUÊNCIA PARA REDES SEM FIO BANDA LARGA APLICADAS À SEGURANÇA PÚBLICA	4.698.826,62	2.864.242,46	358.592,83	3.222.835,29	1.475.991,33

ANEXO V – ITEM 6.1 : Administração de Recursos de Parceiros - Ministério das Telecomunicações / FUNTTEL

ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS DO MINISTÉRIO DAS TELECOMUNICAÇÕES - FUNTTEL NÃO-REEMBOLSÁVEL

PROJETOS COM LIBERAÇÃO EM 2011

Referência	Convênio	Data da Contratação	Demanda	Convenente (Proponente)	Executor	Projeto	Em R$ - Valores Correntes				
							Valor Aprovado (Finep)	Valor Liberado até 2010	Valor Liberado em 2011	Valor Liberado Acumulado	Saldo a Liberar
2190/09	01.09.0632.01	30/12/2009	CH. PÚB. MCT/FINEP/MC/FUNTTEL ÁREAS TEMÁTICAS PRIORITÁRIAS 01/2009	FUNDAÇÃO INSTITUTO NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES	FUNDAÇÃO INSTITUTO NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES	PLATAFORMA DE SERVIÇO DE TELECOMUNICAÇÕES EM REDES IP - TELCO 2.0	2.760.284,56	609.853,21	977.124,94	1.586.978,15	1.173.306,41
2241/09	01.10.0281.01	26/05/2010	CH. PÚB. MCT/FINEP/MC/FUNTTEL ÁREAS TEMÁTICAS PRIORITÁRIAS 01/2009	FUNDAÇÃO PARA INOVAÇÕES TECNOLOGICAS	FUNDAÇÃO PARA INOVAÇÕES TECNOLOGICAS	PRONTUÁRIO MÉDICO ELETRÔNICO EM DISPOSITIVO MÓVEL COM ASSINATURA DIGITAL E LOCALIZAÇÃO	953.353,22	707.973,69	245.379,53	953.353,22	0,00
2300/09	01.10.0549.00	10/11/2010	CH. PÚB. MCT/FINEP/MC/FUNTTEL ÁREAS TEMÁTICAS PRIORITÁRIAS 02/2009	FUNDAÇÃO DE APOIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	INMETRO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL	PLATAFORMA TEÓRICA E EXPERIMENTAL DE SISTEMAS RÁDIO COGNITIVOS PARA SUBSIDIAR ASPECTOS NORMATIVOS E REGULATÓRIOS	4.104.314,76	1.083.000,00	455.400,00	1.538.400,00	2.565.914,76
2622/09	01.10.0210.00	20/05/2010	ENCOMENDA VERTICAL	FUNDAÇÃO CPQD CENTRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM TELECOMUNICAÇÕES	FUNDAÇÃO CPQD CENTRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM TELECOMUNICAÇÕES	SISTEMA INTEGRADO DE OSS E BSS PARA PLATAFORMAS DE SERVIÇOS IP	39.864.799,99	6.500.000,00	3.344.000,00	9.844.000,00	30.020.799,99
2623/09	01.09.0629.00	30/12/2009	ENCOMENDA VERTICAL	FUNDAÇÃO CPQD CENTRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM TELECOMUNICAÇÕES	FUNDAÇÃO CPQD CENTRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM TELECOMUNICAÇÕES	TECNOLOGIAS ÓPTICAS DE 100GB ETHERNET	90.171.198,93	17.284.020,00	500.000,00	17.784.020,00	72.387.178,93
2626/09	01.09.0627.01	30/12/2009	ENCOMENDA VERTICAL	FUNDAÇÃO CPQD CENTRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM TELECOMUNICAÇÕES	FUNDAÇÃO CPQD CENTRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM TELECOMUNICAÇÕES	AUTENTICAÇÃO BIOMÉTRICA MULTIMODAL E ICONOGRÁFICA PARA DISPOSITIVOS MÓVEIS	10.686.586,18	2.870.963,76	2.696.851,00	5.567.814,76	5.118.771,42
2627/09	01.10.0272.00	11/06/2010	ENCOMENDA VERTICAL	FUNDAÇÃO CPQD CENTRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM TELECOMUNICAÇÕES	FUNDAÇÃO CPQD CENTRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM TELECOMUNICAÇÕES	FRAMEWORK UTILIZANDO SÍNTESE DE VOZ PARA DEFICIENTES VISUAIS EM DISPOSITIVOS MÓVEIS	5.255.004,83	1.500.000,00	1.115.682,09	2.615.682,09	2.639.322,74
1641/10	01.11.0028.00	14/02/2011	ENCOMENDA VERTICAL	FUNDAÇÃO CPQD CENTRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM TELECOMUNICAÇÕES	FUNDAÇÃO CPQD CENTRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM TELECOMUNICAÇÕES	TECNOLOGIAS DE SEGURANÇA PARA AMBIENTES MÓVEIS	17.922.210,58	0,00	1.519.000,00	1.519.000,00	16.403.210,58
2336/09	01.10.0299.00	22/06/2010	CH. PÚB. MCT/FINEP/MC/FUNTTEL ÁREAS TEMÁTICAS PRIORITÁRIAS 02/2009	FUNDAÇÃO DE APOIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	INFRAESTRUTURA OBAA-MILOS: INFRAESTRUTURA MULTIAGENTE PARA SUPORTE A OBJETOS DE APRENDIZAGEM OBAA	1.255.420,00	0,00	498.780,00	498.780,00	756.640,00
2225/09	01.10.0806.00	15/12/2010	CH. PÚB. MCT/FINEP/MC/FUNTTEL ÁREAS TEMÁTICAS PRIORITÁRIAS 01/2009	FUNDAÇÃO CENTROS DE REFERÊNCIA EM TECNOLOGIAS INOVADORAS	FUNDAÇÃO CENTROS DE REFERÊNCIA EM TECNOLOGIAS INOVADORAS	PLATAFORMA DE GERÊNCIA DE PERFORMANCE DE SERVIÇOS EM REDES DE BANDA LARGA MÓVEL	3.300.753,00	0,00	757.586,41	757.586,41	2.543.166,59
2332/09	01.10.0273.00	28/05/2010	CH. PÚB. MCT/FINEP/MC/FUNTTEL ÁREAS TEMÁTICAS PRIORITÁRIAS 02/2009	ASSOCIAÇÃO ANTÔNIO VIEIRA	UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS	PLATAFORMA DE CONVERGÊNCIA DIGITAL IPTV/TV DIGITAL	2.838.494,08	889.424,70	1.059.644,69	1.949.069,39	889.424,69
2204/09	01.10.0474.00	06/10/2010	CH. PÚB. MCT/FINEP/MC/FUNTTEL ÁREAS TEMÁTICAS PRIORITÁRIAS 01/2009	FUNDAÇÃO DE APOIO INSTITUCIONAL RIO SOLIMÕES	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS	DESENVOLVIMENTO DE HARDWARE UNIVERSAL INOVADOR PARA MODERNIZAÇÃO E EVOLUÇÃO TECNOÓGICA E INDUSTRIAL DE PRODUTOS DE TELECOMUNICAÇÕES	7.344.022,38	2.588.601,61	1.126.619,14	3.715.220,75	3.628.801,63
2217/09	01.10.0550.00	10/11/2010	CH. PÚB. MCT/FINEP/MC/FUNTTEL ÁREAS TEMÁTICAS PRIORITÁRIAS 01/2009	FUNDAÇÃO DE ENSINO E ENGENHARIA DE SANTA CATARINA	DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA ELÉTRICA/UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	PLATAFORMA DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES DE ÁUDIO DE ALTA FIDELIDADE: PROJETO VOIP-WB	3.259.653,80	0,00	1.086.551,28	1.086.551,28	2.173.102,52
2306/09	01.10.0421.00	11/06/2010	CH. PÚB. MCT/FINEP/MC/FUNTTEL ÁREAS TEMÁTICAS PRIORITÁRIAS 02/2009	FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO DE EXTENSÃO E PESQUISA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	DISPOSITIVOS ÓPTICOS PLANARES APLICADOS EM TELECOMUNICAÇÕES - ESTRUTURAÇÃO DA CENTRAL DE DESENVOLVIMENTO, PRODUÇÃO DE PROTÓTIPOS E SUPORTE EMPRESARIAL	3.027.800,00	0,00	2.465.100,00	2.465.100,00	562.700,00

ANEXO V – ITEM 6.1 : Administração de Recursos de Parceiros - Ministério das Telecomunicações / FUNTTEL

ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS DO MINISTÉRIO DAS TELECOMUNICAÇÕES - FUNTTEL NÃO-REEMBOLSÁVEL

PROJETOS COM LIBERAÇÃO EM 2011

Referência	Convênio	Data da Contratação	Demanda	Convenente (Proponente)	Executor	Projeto	Em R$ - Valores Correntes				
							Valor Aprovado (Finep)	Valor Liberado até 2010	Valor Liberado em 2011	Valor Liberado Acumulado	Saldo a Liberar
2214/09	01.10.0476.00	06/10/2010	CH. PÚB. MCT/FINEP/MC/FUNTTEL ÁREAS TEMÁTICAS PRIORITÁRIAS 01/2009	FUNDAÇÃO PARA INOVAÇÕES TECNOLOGICAS	FUNDAÇÃO PARA INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS	FRAMEWORK PARA IMPLEMENTACÃO DE APLICAÇÕES SIP EM REDES NGN	2.881.886,72	0,00	1.496.266,33	1.496.266,33	1.385.620,39
2240/09	01.10.0814.00	21/12/2010	CH. PÚB. MCT/FINEP/MC/FUNTTEL ÁREAS TEMÁTICAS PRIORITÁRIAS 01/2009	FUNDAÇÃO CENTROS DE REFERÊNCIA EM TECNOLOGIAS INOVADORAS	FUNDAÇÃO CENTROS DE REFERÊNCIA EM TECNOLOGIAS INOVADORAS	PLATAFORMA IP WIRELESS PARA TELEFONES E ÁUDIO CONFERÊNCIA SEM FIO	3.364.686,40	0,00	1.678.027,20	1.678.027,20	1.686.659,20
2621/09	01.09.0631.00	30/12/2009	ENCOMENDA VERTICAL	FUNDAÇÃO CPQD CENTRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM TELECOMUNICAÇÕES	FUNDAÇÃO CPQD CENTRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM TELECOMUNICAÇÕES	REDES DE ACESSO SEM FIO AVANÇADAS	55.092.057,09	8.002.958,55	7.945.041,42	15.947.999,97	39.144.057,12
2255/09	01.10.0479.00	06/10/2010	CH. PÚB. MCT/FINEP/MC/FUNTTEL ÁREAS TEMÁTICAS PRIORITÁRIAS 01/2009	FUNDAÇÃO PARA INOVAÇÕES TECNOLOGICAS	FUNDAÇÃO PARA INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS	PLATAFORMA INTEGRADA DE COMUNICAÇÃO MÓVEL SEGURA EM BANDA LARGA MULTISSERVIÇO PARA ÔNIBUS URBANO	2.965.860,87	0,0	1.356.739,5	1.356.739,49	1.609.121,4
2237/09	01.10.0512.00	28/10/2010	CH. PÚB. MCT/FINEP/MC/FUNTTEL ÁREAS TEMÁTICAS PRIORITÁRIAS 01/2009	FUNDAÇÃO PARA INOVAÇÕES TECNOLOGICAS	FUNDAÇÃO PARA INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS - FITEC	TECNOLOGIAS INOVADORAS DE ACESSO EM BANDA LARGA INTEGRADAS EM PLATAFORMAS DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES BASEADOS NO PROTOCOLO IP.	6.398.062,19	0,0	2.502.571,0	2.502.571,0	3.895.491,18
TOTAL							**R$ 298.005.218,73**	**R$ 60.594.368,92**	**R$ 38.251.451,22**	**R$ 98.845.820,14**	**R$ 199.159.398,59**

Fonte: FINEP - APLA

ANEXO VI – ITEM 6.2.1

Administração de Recursos de Parceiros Ministério da Saúde

ANEXO VI – ITEM 6.2.1 : Administração de Recursos de Parceiros - Ministério da Saúde

ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE - FUNDO NACIONAL DE SAÚDE (FNS) - Convênio 130/07

PROJETOS COM LIBERAÇÃO EM 2011

Referência	Convênio	Data da Contratação	Demanda	Convenente	Executor	Projeto	Em R$ - Valores Correntes				
							Valor Aprovado (Finep)	Valor Liberado até 2010	Valor Liberado em 2011	Valor Liberado Acumulado	Saldo a Liberar
2280/04	01.04.1022.06	17/12/2004	ENCOMENDA VERTICAL	FUNDACÃO PARA O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO EM SAÚDE	FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ	DESENVOLVIMENTO DE METODOLOGIA (NAT) PARA DETECCÇÃO DE ÁCIDO NUCLEICO DE HIV E HCV PARA SER UTILIZADA EM SERVIÇOS DE HEMOTERAPIA DO PAÍS	401.650,00	0,00	401.650,00	401.650,00	0,00
1360/05	01.05.0948.04	22/12/2005	CHAMADA PÚBLICA MCT/MS/FINEP AÇÃO TRANSVERSAL-PESQUISA CLÍNICA-04/2005	FUNDAÇÃO DE APOIO AO ENSINO, PESQUISA E ASSISTÊNCIA DO HC - FM DE RIBEIRÃO PRETO DA USP	HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA USP	CONSOLIDAÇÃO DA UNIDADE DE PC DO HCFMRP-USP	211.128,04	0,00	211.128,04	211.128,04	0,00
1372/05	01.05.0659.04	11/11/2005	CHAMADA PÚBLICA MCT/MS/FINEP AÇÃO TRANSVERSAL-PESQUISA CLÍNICA-04/2005	FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA	HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	CENTRO DE PESQUISAS CLÍNICAS DO HC-FMUSP	335.356,96	0,00	335.356,96	335.356,96	0,00
3466/06	01.06.1023.02	15/12/2006	CC/MCT-MS-FINEP/ATR/COOP ICTS-EMPR/INOV EM PROD TERAP E DIAG 08/2006	FUNDAÇÃO OSWALDO RAMOS	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO	PROJETO DE ESTUDO DE PRINCÍPIO TERAPÊUTICO INDUTOR DA REMODELAÇÃO TECIDUAL EPITELIAL, ÓSSEA E CARTILAGINOSA	305.659,00	0,00	305.659,00	305.659,00	0,00
4242/05	01.06.0278.05	09/06/2006	ENCOMENDA VERTICAL	FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	ESTUDO LONGITUDINAL DA SAÚDE DO ADULTO - MG	393.658,15		393.658,15	393.658,15	0,00
2293/06	01.06.1133.02	27/12/2006	CC/MCT-MS-FINEP/ATR/COOP ICTS-EMPR/INOV EM PROD TERAP E DIAG 08/2006	CENTRO CERÂMICO DO BRASIL - MATRIZ	UNIVERSIDADE ESTADUAL JULIO DE MESQUITA FILHO - CAMPUS DE ARARAQUARA - INSTITUTO DE QUÍMICA	LIBERAÇÃO CONTROLADA DE ATIVOS SUPORTADOS EM MATRIZES POLIMÉRICAS MICROMÉTRICAS E NANOMÉTRICAS	67.352,21	0,00	67.352,21	67.352,21	0,00
1865/07	01.11.0022.01	23/02/2011	CH PÚBLICA MCT/FINEP/MS/SCTIE/DECIT CT-SAÚDE/FNS PESQ CLÍNICA 02/2007	FUNDAÇÃO PRÓ-CORAÇÃO	MINISTÉRIO DA SAÚDE - INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA	ESTUDO DE CUSTO-EFETIVIDADE DOS ANÁLOGOS DE INSULINA RECOMBINANTES À INSULINAS HUMANAS NPH E REGULAR EM PORTADORES DE DIABETES MELLITUS TIPO 1	47.376,00	0,00	47.376,00	47.376,00	0,00
0436/08	01.08.0586.02	22/12/2008	ENCOMENDA VERTICAL	FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA JOSÉ BONIFÁCIO	NUCLEO DE ESTUDOS DE SAÚDE COLETIVA UFRJ	ASSOCIAÇÃO ENTRE O PESO AO NASCER E PREVALÊNCIA DE SOBREPESO, OBESIDADE E HIPERTENSÃO ARTERIAL EM ESCOLARES RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE NITERÓI, RJ.	298.940,84	197.310,80	101.630,04	298.940,84	0,00
TOTAL							**R$ 2.061.121,20**	**R$ 197.310,80**	**R$ 1.863.810,40**	**R$ 2.061.121,20**	**R$ 0,00**

Fonte: FINEP - APLA

ANEXO VII – ITEM 6.2.2.2

Administração de Recursos de Parceiros Ministério do Trabalho e Emprego

ANEXO VII – ITEM 6.2.2.2: Administração de Recursos de Parceiros - Ministério do Trabalho e Emprego

ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - Convênio 005/2007

PROJETOS COM LIBERAÇÃO EM 2011

Referência	Convênio	Data da Contratação	Demanda	Convenente	Executor	Projeto	Em R$ - Valores Constantes				
							Valor Aprovado	Valor Liberado até 2010	Valor Liberado em 2011	Valor Liberado Acumulado	Saldo a Liberar
1262/07	01.09.0391.00	03/09/2009	ENCOMENDA PRONINC MODALIDADE B	UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB	UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB	ITCP/UNEB: AMPLIANDO AÇÕES E CONSOLIDANDO PARCERIAS	296.570,96	169.470,96	127.100,00	296.570,96	0,00
1807/07	01.08.0381.00	15/10/2008	ENCOMENDA PRONINC MODALIDADE B	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU - FURB	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU - FURB	PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA EM BLUMENAU E REGIÃO - ITCP/FURB	229.944,60	122.944,60	107.000,00	229.944,60	0,00
1835/07	01.08.0652.00	30/12/2008	ENCOMENDA PRONINC MODALIDADE B	FUNDAÇÃO DE PESQUISAS FLORESTAIS DO PARANÁ - FUPEF	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - UFPR	ECONOMIA SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL - ITCP DA UFPR	241.758,00	135.000,00	106.758,00	241.758,00	0,00
1710/08	01.09.0457.00	09/10/2009	CHAMADA PÚBLICA MCT/MTE/FINEP - SIES - 01/2008	FUNDAÇÃO SOUSÂNDRADE DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA UFMA - FUFMA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UFMA	MAPEAMENTO DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS, ENTIDADES DE APOIO E POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO MA, CE, PI E RN	924.910,70	769.358,90	155.551,80	924.910,70	0,00
TOTAL							**R$ 1.693.184,26**	**R$ 1.196.774,46**	**R$ 496.409,80**	**R$ 1.693.184,26**	**R$ 0,00**

Fonte: FINEP - ATDS

ANEXO VIII – ITEM 6.2.3

Administração de Recursos de Parceiros Ministério do Turismo

ANEXO VIII – ITEM 6.2.3 : Administração de Recursos de Parceiros - Ministério do Turismo

ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS DO MINISTÉRIO DO TURISMO (MTur) - CONVÊNIO 0599/2007

PROJETOS COM LIBERAÇÃO EM 2011

Referência	Convênio	Data da Contratação	Demanda	Convenente (Proponente)	Executor	Projeto	Em R$ - Valores Correntes				
							Valor Aprovado (Finep)	Valor Liberado até 2010	Valor Liberado em 2011	Valor Liberado Acumulado	Saldo a Liberar
1000/10	02.11.0272.00	30/12/2008	ENCOMENDA MTur	UM MINUTO MARKETING E PRODUÇÕES CULTURAIS LTDA.	UM MINUTO MARKETING E PRODUÇÕES CULTURAIS LTDA.	A GRANDE IDEIA - BRASIL	477.900,00	123.700,00	354.200,00	477.900,00	0,00
0702/10	02.11.0207.00	17/12/2009	CHAMADA PÚBLICA MCT/MTUR/FINEP - EES na Cadeia do Turismo - 01/2008	RADAR CINEMA E TELEVISÃO LTDA	RADAR CINEMA E TELEVISÃO LTDA	JULIE E OS FANTASMAS	517.483,80	109.782,20	407.701,60	517.483,80	0,00
0676/10	02.11.0197.00	25/08/2009	CHAMADA PÚBLICA MCT/MTUR/FINEP - EES na Cadeia do Turismo - 01/2008	UM MINUTO MARKETING E PRODUÇÕES CULTURAIS LTDA.	UM MINUTO MARKETING E PRODUÇÕES CULTURAIS LTDA.	MINUTO NA TV - ESPORTES	533.040,00	120.000,00	413.040,00	533.040,00	0,00
TOTAL							**R$ 1.528.423,80**	**R$ 353.482,20**	**R$ 1.174.941,60**	**R$ 1.528.423,80**	**R$ 0,00**

Fonte: FINEP - ATDS

ANEXO IX – ITEM 6.2.6

Administração de Recursos de Parceiros Agência Nacional do Cinema

ANEXO IX – ITEM 6.2.6 : Administração de Recursos de Parceiros - Agência Nacional do Cinema

ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE

PROJETOS COM LIBERAÇÃO EM 2011

Referência	Convênio	Data da Contratação	Demanda	Convenente (Proponente)	Executor	Projeto	Em R$ - Valores Correntes				
							Valor Aprovado (Finep)	Valor Liberado até 2010	Valor Liberado em 2011	Valor Liberado Acumulado	Saldo a Liberar
1000/10	02.11.0272.00	09/11/2011	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA PRODAV 01/2009	UM MINUTO MARKETING E PRODUÇÕES CULTURAIS LTDA.	UM MINUTO MARKETING E PRODUÇÕES CULTURAIS LTDA.	A GRANDE IDEIA - BRASIL	R$ 195.222,00	R$ 0,00	R$ 175.699,80	R$ 175.699,80	R$ 19.522,20
0702/10	02.11.0207.00	25/08/2011	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA PRODAV 01/2009	RADAR CINEMA E TELEVISÃO LTDA	RADAR CINEMA E TELEVISÃO LTDA	JULIE E OS FANTASMAS	R$ 2.000.000,00	R$ 0,00	R$ 1.800.000,00	R$ 1.800.000,00	R$ 200.000,00
0676/10	02.11.0197.00	19/05/2011	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA PRODAV 01/2009	UM MINUTO MARKETING E PRODUÇÕES CULTURAIS LTDA.	UM MINUTO MARKETING E PRODUÇÕES CULTURAIS LTDA.	MINUTO NA TV - ESPORTES	R$ 200.000,00	R$ 20.000,00	R$ 180.000,00	R$ 200.000,00	R$ 0,00
0672/10	02.11.0216.00	11/09/2011	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA PRODAV 01/2009	LD LABORATORIO DE DESENHOS LTDA.	LD LABORATORIO DE DESENHOS LTDA.	MEU AMIGÃOZÃO	R$ 1.000.000,00	R$ 0,00	R$ 900.000,00	R$ 900.000,00	R$ 100.000,00
0345/10	02.11.0173.00	31/05/2011	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA PRODECINE 02/2009	ANTÔNIO FERNANDES FILMES	ANTÔNIO FERNANDES FILMES	BONITINHA, MAS ORDINÁRIA	R$ 500.000,00	R$ 0,00	R$ 450.000,00	R$ 450.000,00	R$ 50.000,00
0338/10	02.11.0081.00	30/03/2011	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA PRODECINE 02/2009	FREESPIRIT DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA.	FREESPIRIT DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA.	CILADA.COM	R$ 2.000.000,00	R$ 0,00	R$ 2.000.000,00	R$ 2.000.000,00	R$ 0,00
0337/10	02.11.0175.00	06/06/2011	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA PRODECINE 02/2009	RESERVA NACIONAL DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA	RESERVA NACIONAL DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA	AMAZÔNIA - PLANETA VERDE	R$ 1.800.000,00	R$ 0,00	R$ 1.620.000,00	R$ 1.620.000,00	R$ 180.000,00
0335/10	02.11.0104.00	14/07/2011	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA PRODECINE 02/2009	SM DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA	SM DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA	CASAIS INTELIGENTES ENRIQUECEM JUNTOS	R$ 2.000.000,00	R$ 0,00	R$ 1.800.000,00	R$ 1.800.000,00	R$ 200.000,00
0333/10	02.11.0114.00	14/04/2011	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA PRODECINE 02/2009	CANNES PRODUÇÕES S/A	CANNES PRODUÇÕES S/A	A MONTANHA	R$ 1.800.000,00	R$ 0,00	R$ 1.620.000,00	R$ 1.620.000,00	R$ 180.000,00
0329/10	02.11.0166.00	25/05/2011	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA PRODECINE 02/2009	FREESPIRIT DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA.	FREESPIRIT DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA.	O TEMPO E O VENTO	R$ 2.250.000,00	R$ 0,00	R$ 2.025.000,00	R$ 2.025.000,00	R$ 225.000,00
0328/10	02.11.0058.00	15/03/2011	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA PRODECINE 02/2009	W MIX DISTRIBUIDORA LTDA	W MIX DISTRIBUIDORA LTDA	THE BILLI PIG	R$ 1.500.000,00	R$ 0,00	R$ 1.350.000,00	R$ 1.350.000,00	R$ 150.000,00
0321/10	02.11.0202.00	16/08/2011	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA PRODECINE 02/2009	PIPA NATIVA PRODUÇÕES CULTURAIS	PIPA NATIVA PRODUÇÕES CULTURAIS	RITOS DE PASSAGEM	R$ 365.700,00	R$ 0,00	R$ 329.130,00	R$ 329.130,00	R$ 36.570,00
0283/10	02.11.0076.00	14/03/2011	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA PRODECINE 01/2009	OTTO DESENHOS ANIMADOS LTDA	OTTO DESENHOS ANIMADOS LTDA	ATÉ QUE A SBÓRNIA NOS SEPARE (NOVO TÍTULO - ANTES FUGA EM RÉ MENOR PARA KRAUNUS E PLETSKAYA)	R$ 791.000,00	R$ 0,00	R$ 711.900,00	R$ 711.900,00	R$ 79.100,00
0275/10	02.11.0162.00	27/05/2011	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA PRODECINE 01/2009	DE FELIPPES FILMES E PRODUÇÕES LTDA	DE FELIPPES FILMES E PRODUÇÕES LTDA	FAROESTE CABOCLO	R$ 1.000.000,00	R$ 0,00	R$ 900.000,00	R$ 900.000,00	R$ 100.000,00
0261/10	02.11.0176.00	06/06/2011	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA PRODECINE 01/2009	VIDEOFILMES PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA	VIDEOFILMES PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA	TRANSEUNTE	R$ 200.000,00	R$ 0,00	R$ 200.000,00	R$ 200.000,00	R$ 0,00
0243/10	02.11.0250.00	25/10/2011	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA PRODECINE 01/2009	RT2A PRODUÇÕES CINEMATOGRÁFICAS LTDA	RT2A PRODUÇÕES CINEMATOGRÁFICAS LTDA	PROCURA-SE	R$ 914.073,50	R$ 0,00	R$ 822.666,15	R$ 822.666,15	R$ 91.407,35
0225/10	02.11.0192.00	26/07/2011	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA PRODECINE 01/2009	O2 CINEMA LTDA	O2 CINEMA LTDA	XINGU	R$ 1.400.000,00	R$ 0,00	R$ 1.260.000,00	R$ 1.260.000,00	R$ 140.000,00

ANEXO IX – ITEM 6.2.6 : Administração de Recursos de Parceiros - Agência Nacional do Cinema

ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE

PROJETOS COM LIBERAÇÃO EM 2011

Referência	Convênio	Data da Contratação	Demanda	Convenente (Proponente)	Executor	Projeto	Em R$ - Valores Correntes				
							Valor Aprovado (Finep)	Valor Liberado até 2010	Valor Liberado em 2011	Valor Liberado Acumulado	Saldo a Liberar
0215/10	02.11.0172.00	11/05/2011	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA PRODECINE 01/2009	KINOSCÓPIO CINEMATOGRÁFICA LTDA	KINOSCÓPIO CINEMATOGRÁFICA LTDA	BOCA DO LIXO	R$ 215.259,60	R$ 0,00	R$ 193.733,64	R$ 193.733,64	R$ 21.525,96
0199/10	02.11.0147.00	11/05/2011	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA PRODECINE 01/2009	OLHAR IMAGINÁRIO LTDA	OLHAR IMAGINÁRIO LTDA	ANTES DA NOITE	R$ 580.000,00	R$ 0,00	R$ 580.000,00	R$ 580.000,00	R$ 0,00
0195/10	02.11.0074.00	28/03/2011	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA PRODECINE 01/2009	RT COMÉRCIO E SERVIÇOS DE CRIAÇÃO E PRODUÇÃO DE OBRAS COM DIREITOS AUTORAIS LTDA.	RT COMÉRCIO E SERVIÇOS DE CRIAÇÃO E PRODUÇÃO DE OBRAS COM DIREITOS AUTORAIS LTDA.	HELENO, O HOMEM QUE CHUTAVA COM A CABEÇA	R$ 1.000.000,00	R$ 0,00	R$ 900.000,00	R$ 900.000,00	R$ 100.000,00
0188/10	02.11.0241.00	07/10/2011	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA PRODECINE 01/2009	RAIZ PRODUÇÕES CINEMATOGRÁFICAS LTDA. - ME	RAIZ PRODUÇÕES CINEMATOGRÁFICAS LTDA. - ME	O GRANDE KILAPY	R$ 696.747,00	R$ 0,00	R$ 627.072,30	R$ 627.072,30	R$ 69.674,70
0178/10	02.11.0242.00	07/10/2011	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA PRODECINE 01/2009	CAMILA GONZATTO E FREDERICO PINTO LTDA	CAMILA GONZATTO E FREDERICO PINTO LTDA	AS AVENTURAS DO AVIÃO VERMELHO	R$ 829.966,10	R$ 0,00	R$ 746.969,49	R$ 746.969,49	R$ 82.996,61
0174/10	02.11.0139.00	11/05/2011	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA PRODECINE 01/2009	TAIGA FILMES E VÍDEO LTDA.	TAIGA FILMES E VÍDEO LTDA.	SALA DE ESPERA	R$ 700.000,00	R$ 0,00	R$ 630.000,00	R$ 630.000,00	R$ 70.000,00
0173/10	02.11.0177.00	06/06/2011	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA PRODECINE 01/2009	CINEMA BRASIL DIGITAL - ESCRITÓRIO DE PLANEJAMENTO EM EMPREENDIMENTOS AUDIOVISUAIS LTDA.	CINEMA BRASIL DIGITAL - ESCRITÓRIO DE PLANEJAMENTO EM EMPREENDIMENTOS AUDIOVISUAIS LTDA.	O FIM E OS MEIOS	R$ 1.150.000,00	R$ 0,00	R$ 1.035.000,00	R$ 1.035.000,00	R$ 115.000,00
0172/10	02.11.0152.00	17/05/2011	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA PRODECINE 01/2009	SP FILMES DE SÃO PAULO LTDA	SP FILMES DE SÃO PAULO LTDA	CORDA BAMBA	R$ 700.000,00	R$ 0,00	R$ 630.000,00	R$ 630.000,00	R$ 70.000,00
0169/10	02.11.0226.00	19/09/2011	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA PRODECINE 01/2009	CORTE SECO FILMES LTDA	CORTE SECO FILMES LTDA	O ALTAR DO CANGAÇO	R$ 200.000,00	R$ 0,00	R$ 180.000,00	R$ 180.000,00	R$ 20.000,00
0168/10	02.11.0276.00	04/11/2011	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA PRODECINE 01/2009	BURITI FILMES LTDA	BURITI FILMES LTDA	LUTAS - O FILME	R$ 500.000,00	R$ 0,00	R$ 450.000,00	R$ 450.000,00	R$ 50.000,00
0161/10	02.11.0146.00	11/05/2011	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA PRODECINE 01/2009	LUZ XXI CINE VIDEO LTDA.	LUZ XXI CINE VIDEO LTDA.	AOS VENTOS QUE VIRÃO	R$ 500.000,00	R$ 0,00	R$ 450.000,00	R$ 450.000,00	R$ 50.000,00
0160/10	02.11.0070.00	25/03/2011	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA PRODECINE 01/2009	MAC COMUNICAÇÃO E PRODUÇÃO LTDA.	MAC COMUNICAÇÃO E PRODUÇÃO LTDA.	NÃO SE PREOCUPE, NADA VAI DAR CERTO	R$ 982.145,00	R$ 0,00	R$ 982.145,00	R$ 982.145,00	R$ 0,00
0146/10	02.11.0157.00	19/05/2011	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA PRODECINE 01/2009	SOMBUMBO FILMES LTDA ME	SOMBUMBO FILMES LTDA ME	MEU PAÍS	R$ 500.000,00	R$ 0,00	R$ 500.000,00	R$ 500.000,00	R$ 0,00
0143/10	02.11.0182.00	13/07/2011	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA PRODECINE 01/2009	ASACINE PRODUÇÕES LTDA EPP	ASACINE PRODUÇÕES LTDA EPP	A ÚLTIMA ESTAÇÃO	R$ 554.014,15	R$ 0,00	R$ 498.612,74	R$ 498.612,74	R$ 55.401,41
0130/10	02.11.0169.00	25/05/2011	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA PRODECINE 01/2009	TRUQUE PRODUTORA DE CINEMA TV E VÍDEO LTDA	TRUQUE PRODUTORA DE CINEMA TV E VÍDEO LTDA	O HOMEM QUE NÃO DORMIA	R$ 300.000,00	R$ 0,00	R$ 270.000,00	R$ 270.000,00	R$ 30.000,00
0583/09	02.10.0044.00	18/02/2010	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA PRODECINE 02/2008	W MIX DISTRIBUIDORA LTDA	W MIX DISTRIBUIDORA LTDA	O VENDEDOR DE PASSADOS	R$ 2.000.000,00	R$ 0,00	R$ 1.800.000,00	R$ 1.800.000,00	R$ 200.000,00
0580/09	02.09.0557.00	07/12/2009	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA PRODECINE 02/2008	FREESPIRIT DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA.	FREESPIRIT DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA.	SEXDELICIA	R$ 3.000.000,00	R$ 2.700.000,00	R$ 300.000,00	R$ 3.000.000,00	R$ 0,00

ANEXO IX – ITEM 6.2.6 : Administração de Recursos de Parceiros - Agência Nacional do Cinema

ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE

PROJETOS COM LIBERAÇÃO EM 2011

Referência	Convênio	Data da Contratação	Demanda	Convenente (Proponente)	Executor	Projeto	Em R$ - Valores Correntes				
							Valor Aprovado (Finep)	Valor Liberado até 2010	Valor Liberado em 2011	Valor Liberado Acumulado	Saldo a Liberar
0579/09	02.09.0558.00	07/12/2009	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA PRODECINE 02/2008	FREESPIRIT DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA.	FREESPIRIT DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA.	A PRIMEIRA VEZ DE PRISCILA	R$ 2.000.000,00	R$ 1.800.000,00	R$ 200.000,00	R$ 2.000.000,00	R$ 0,00
0192/09	02.10.0402.00	04/08/2010	CH. PUB. MCT/FINEP/FSA PRODECINE 01/2008 - APORTE	CANTO CLARO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA.	CANTO CLARO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA.	SOMOS TÃO JOVENS	R$ 500.000,00	R$ 0,00	R$ 450.000,00	R$ 450.000,00	R$ 50.000,00
0164/09	02.10.0084.00	12/04/2010	CH. PUB. MCT/FINEP/FSA PRODECINE 01/2008 - APORTE	BANANEIRA FILMES LTDA	BANANEIRA FILMES LTDA	AMOR SUJO	R$ 500.000,00	R$ 450.000,00	R$ 50.000,00	R$ 500.000,00	R$ 0,00
0143/09	02.10.0554.00	25/11/2010	CH. PUB. MCT/FINEP/FSA PRODECINE 01/2008 - APORTE	PRODIGO FILMS LTDA.	PRODIGO FILMS LTDA.	A HORA E A VEZ DE AUGUSTO MATRAGA	R$ 500.000,00	R$ 0,00	R$ 450.000,00	R$ 450.000,00	R$ 50.000,00
0138/09	02.10.0426.00	16/08/2010	CH. PUB. MCT/FINEP/FSA PRODECINE 01/2008 - APORTE	PRODIGO FILMS LTDA.	PRODIGO FILMS LTDA.	ESTAÇÃO LIBERDADE	R$ 500.000,00	R$ 0,00	R$ 450.000,00	R$ 450.000,00	R$ 50.000,00
0093/09	02.10.0692.00	20/12/2010	CH. PUB. MCT/FINEP/FSA PRODECINE 01/2008 - APORTE	FRAIHA PRODUÇÃO DE EVENTOS E EDITORA LTDA	FRAIHA PRODUÇÃO DE EVENTOS E EDITORA LTDA	APOLLO FUTEBOL CLUBE	R$ 700.000,00	R$ 0,00	R$ 630.000,00	R$ 630.000,00	R$ 70.000,00
TOTAL							**R$ 39.024.127,35**	**R$ 4.970.000,00**	**R$ 31.147.929,12**	**R$ 36.117.929,12**	**R$ 2.906.198,23**

Fonte: FINEP - ASC

ANEXO X – ITEM 6.2.7

Administração de Recursos de Parceiros FNDCT

ANEXO X – ITEM 6.2.7 : Administração de Recursos de Parceiros - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLOGÍCO (FNDCT) - PTFs

PROJETOS COM LIBERAÇÃO EM 2011

Referência	Convênio	Data da Contratação	Demanda	Convenente	Executor	Projeto	Em R$ - Valores Correntes					Nº PTF	Descrição da PTF
							Valor Aprovado (Finep)	Valor Liberado até 2010	Valor Liberado em 2011	Valor Liberado Acumulado	Saldo a Liberar		
3639/05	01.06.0730.02	13/11/2006	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP - CT-MINERAL REDE GEODINÂMICA 01/2005	FUNDAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS CIENTÍFICOS E TECNOLÓGICOS	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	CAPACITAÇÃO LABORATORIAL DA REDE GEOCRONOS - LABORATÓRIO DE GEOCRONOLOGIA DA UNB	214.500,00	164.900,00	49.600,00	214.500,00	0,00	PTF-041/05	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP - CT - MINERAL - REDE GEODINÂMICA - 01/2005
4242/05	01.06.0278.05	09/06/2006	ENCOMENDA VERTICAL	FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	ESTUDO LONGITUDINAL DA SAÚDE DO ADULTO - MG	1.701.969,59	1.367.431,33	334.538,26	1.701.969,59	0,00	PTF-044/05	CHAMADA PÚBLICA MCT/MS/DECIT /FINEP - MULTICÊNTRICO EM CARDIO E DIABETES - 02/2005
0688/09	01.10.0045.00	03/03/2010	ENCOMENDA VERTICAL	FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA JOSÉ BONIFÁCIO	INSTITUTO DE PSIQUIATRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	IMPLANTAÇÃO E AVALIAÇÃO DE UMA ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO TERAPÊUTICA E PSICOSSOCIAL COM ADOLESCENTES.	958.352,22	530.132,00	428.220,22	958.352,22	0,00	PTF-058/05	ENCOMENDA IMPACTO SOCIAL
0516/09	01.09.0467.01	09/10/2009	ENCOMENDA VERTICAL	FACULDADES CATÓLICAS	FACULDADES CATÓLICAS	FOTODETECTORES PARA O INFRAVERMELHO MÉDIO COM APLICAÇÕES NA ÁREA DE DEFESA.	1.600.000,00	1.400.000,00	200.000,00	1.600.000,00	0,00	PTF-067/05	ENCOMENDA PROJETOS PRIORITÁRIOS
3502/06	01.07.0169.04	24/05/2007	ENCOMENDA VERTICAL	INSTITUTO UNIEMP	INSTITUTO DE PESQUISAS ENERGÉTICAS E NUCLEARES - MATRIZ	RECUPERAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA PREDIAL DAS UNIDADES DE PESQUISA DA CNEN	2.400.000,00	1.200.000,00	1.200.000,00	2.400.000,00	0,00	PTF-072/06	PROMOVE E PROJETOS ESTRATÉGICOS RELATIVOS À ENCOMENDAS DE 2006
0023/07	01.08.0287.02	14/07/2008	ENCOMENDA VERTICAL	FUNDAÇÃO DE APOIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	INSTITUTO DE INFORMÁTICA	REDE H.264 SBTVD	4.096.000,00	2.145.524,00	1.950.476,00	4.096.000,00	0,00	PTF-073/06	PROJETOS ESTRATÉGICOS 2006
4439/06	01.07.0076.00	15/03/2007	CHAMADA PÚBLICA SUBVENÇÃO ECONÔMICA TEMA: BIOTECNOLOGIA	EUROFARMA LABORATÓRIOS LTDA	EUROFARMA LABORATÓRIOS LTDA	DESENVOLVIMENTO PRÉ-CLÍNICO E CLÍNICO DE G-CSF RECOMBINANTE PARA TRATAMENTO DE NEUTROPENIA EM PACIENTES COM CÃNCER	875.000,00	290.000,00	290.000,00	580.000,00	295.000,00	PTF-074/06	SUBVENÇÃO ECONÔMICA
3847/06	01.07.0051.00	26/03/2007	CHAMADA PÚBLICA SUBVENÇÃO ECONÔMICA TEMA: FÁRMACOS E MEDICAMENTOS	CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA - MATRIZ	CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA - MATRIZ	DESENVOLVIMENTO DE MOLÉCULAS E PRODUTOS ANTIRETROVIRAIS	3.525.562,38	775.529,38	957.815,90	1.733.345,28	1.792.217,10	PTF-074/06	SUBVENÇÃO ECONÔMICA
3919/06	01.07.0122.01	03/05/2007	CHAMADA PÚBLICA SUBVENÇÃO ECONÔMICA TEMA:NANOTECNOLOGIA	VIGODENT S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO	VIGODENT S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO	AUTO-SUFICIÊNCIA NA FABRICAÇÃO DE NANOCOMPÓSITOS	971.999,80	755.199,90	216.799,90	971.999,80	0,00	PTF-074/06	SUBVENÇÃO ECONÔMICA
3956/06	01.07.0118.00	27/04/2007	CHAMADA PÚBLICA SUBVENÇÃO ECONÔMICA TEMA: BENS DE CAPITAL	JOSCIL EQUIPAMENTOS PARA CEREAIS LTDA	JOSCIL EQUIPAMENTOS PARA CEREAIS LTDA	SISTEMA DE SECAGEM DE BAGAÇO E BRIQUETE DE CANA DE AÇÚCAR PARA REAPROVEITAMENTO EM ENERGIA TÉRMICA	503.783,60	290.961,20	131.975,60	422.936,80	80.846,80	PTF-074/06	SUBVENÇÃO ECONÔMICA
3966/06	01.07.0086.00	11/04/2007	CH. PÚB. SUBVENÇÃO ECONÔMICA TEMA:APLICAÇÕES MOBILIZADORAS ESTRATÉGICA	EMBRAER S.A.	EMBRAER S.A.	OTIMIZAÇÃO MULTIDISCIPLINAR DE PROJETO DE AERONAVES	3.579.461,28	2.780.868,78	798.592,50	3.579.461,28	0,00	PTF-074/06	SUBVENÇÃO ECONÔMICA
4029/06	01.07.0146.00	18/05/2007	CHAMADA PUBLICA SUBVENÇÃO ECONÔMICA TEMA: TV DIGITAL	SUPERIOR TECNOLOGIA EM RADIODIFUSÃO	SUPERIOR TECNOLOGIA EM RADIODIFUSÃO	UNIDADE CONVERSORA DE SINAL DE TELEVISÃO DIGITAL PADRÃO SBTVD-T PARA SINAL ANALÓGICO	834.586,00	604.912,00	229.674,00	834.586,00	0,00	PTF-074/06	SUBVENÇÃO ECONÔMICA

ANEXO X – ITEM 6.2.7 : Administração de Recursos de Parceiros - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLOGÍCO (FNDCT) - PTFs

PROJETOS COM LIBERAÇÃO EM 2011

Referência	Convênio	Data da Contratação	Demanda	Convenente	Executor	Projeto	Em R$ - Valores Correntes					Nº PTF	Descrição da PTF
							Valor Aprovado (Finep)	Valor Liberado até 2010	Valor Liberado em 2011	Valor Liberado Acumulado	Saldo a Liberar		
4138/06	01.07.0096.00	11/04/2007	CHAMADA PÚBLICA SUBVENÇÃO ECONÔMICA TEMA: BIOTECNOLOGIA	RECEPTA BIOPHARMA S.A.	RECEPTA BIOPHARMA S.A.	APLICAÇÕES DE ANTICORPOS MONOCLONAIS NO TRATAMENTO DO CÂNCER	6.108.440,00	3.610.720,00	887.100,00	4.497.820,00	1.610.620,00	PTF-074/06	SUBVENÇÃO ECONÔMICA
4255/06	01.06.0370.04	29/06/2006	CHAMADA PUBLICA SUBVENÇÃO ECONÔMICA TEMA: TV DIGITAL	CIANET INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - RS	CIANET INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - RS	CODIFICADOR ESCALÁVEL MPEG-4 H.264 PARA TELEVISÃO DIGITAL	780.372,00	623.483,00	156.889,00	780.372,00	0,00	PTF-074/06	SUBVENÇÃO ECONÔMICA
4466/06	01.07.0292.00	03/09/2007	CHAMADA PÚBLICA SUBVENÇÃO ECONÔMICA TEMA:NANOTECNOLOGIA	CLOROVALE DIAMANTES INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	CLOROVALE DIAMANTES INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INDUSTRIALIZAÇÃO DE PRODUTOS NANO-ESTRUTURADOS (DIAMANTE-CVD E DLC)	906.800,00	776.760,00	130.040,00	906.800,00	0,00	PTF-074/06	SUBVENÇÃO ECONÔMICA
4717/06	01.07.0494.00	12/11/2007	CH. PÚB. SUBVENÇÃO ECONÔMICA TEMA:APLICAÇÕES MOBILIZADORAS ESTRATÉGICA	LUIS FELIPE UEBEL - ME	LUIS FELIPE UEBEL - ME	ROBO-SCHOOL: JOGOS ELETRÔNICOS COM ROBÓTICA NO ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO, TÉCNICO E PROFISSIONALIZANTE	392.559,00	310.959,00	40.800,00	351.759,00	40.800,00	PTF-074/06	SUBVENÇÃO ECONÔMICA
1865/07	01.11.0022.00	23/02/2011	CH PÚBLICA MCT/FINEP/MS/SCTIE/DECIT CT-SAÚDE/FNS PESQ CLÍNICA 02/2007	FUNDAÇÃO PRÓ-CORAÇÃO	MINISTÉRIO DA SAÚDE - INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA	ESTUDO DE CUSTO-EFETIVIDADE DOS ANÁLOGOS DE INSULINA RECOMBINANTES À INSULINAS HUMANAS NPH E REGULAR EM PORTADORES DE DIABETES MELLITUS TIPO 1	78.960,00	47.376,00	31.584,00	78.960,00	0,00	PTF/077/08	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/MS/SCTIE/DECIT - CT-SAÚDE E FNS - PESQUISA CLÍNICA - 02/2007
TOTAL							**8.034.105,38**	**25.708.862,0**	**3.819.483,9**	**25.708.862,0**	**3.819.483,9**		

Fonte: FINEP - AFC

ANEXO XI – ITEM 7.1

Declaração de Registros Atualizados no SIASG

DECLARAÇÃO

REGISTROS ATUALIZADOS NO SISTEMA SIASG

Compete à Área de Serviços Corporativos - ASEC inserir no SIASG os contratos administrativos e as compras realizadas por meio de dispensa. Esta atividade é realizada pelo Departamento de Compras e Contratações Administrativas - DCAD. Seu produto pode ser verificado acessando o Portal da Transparência Pública, onde as informações a respeito destes processos são de livre acesso. A FINEP também opera dentro do SIASG para publicação, realização e homologação de licitações através do Portal de Compras - Comprasnet.

Ressalto que desde agosto de 2011, estes procedimentos foram prejudicados devido a alterações realizadas no âmbito do SIASG e SIAFI que estão impedindo o registro pelo citado Departamento das atualizações contratuais. Já contatamos o SERPRO no intuito de solucionar o problema, mas até o momento não foi obtido êxito no pedido.

Como medida paliativa estamos divulgando estas informações no site da FINEP.

Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 2012.

Rodrigo Molinari Mello

Superintendente da Área de Serviços Corporativos - ASEC

ANEXO XII – ITEM 9

Estrutura de Controles Internos

ANEXO XII – ITEM 9: Estrutura de Controles Internos

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
Ambiente de Controle	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.		X			
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					X
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				X	

ANEXO XII – ITEM 9: Estrutura de Controles Internos

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
Informação e Comunicação	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.			X		
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.			X		
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			X		
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			X		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X		
Monitoramento	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Considerações gerais:					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

Fonte: FINEP - AUDI

ANEXO XIII – ITEM 9.3

Documentos Normativos Publicados em 2011

ANEXO XIII – ITEM 9.3: Documentos Normativos Publicados em 2011

	Documento normativo	Finalidade
1	IT-OPE-008/10 - ANÁLISE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CONTRATOS REEMBOLSÁVEIS – Rev 00	Estabelecimento de critérios e procedimentos para análise de prestação de contas de contratos reembolsáveis.
2	N-OPE-007/11 - COBRANÇA - Rev00	Estabelecer os procedimentos para o retorno dos créditos concedidos aos clientes da FINEP a título de financiamento.
3	N-ADM-001/11 - NORMA REGIMENTAL DA COMISSÃO DE ÉTICA - Rev00	Estabelecer regras de funcionamento e de processo para a Comissão de Ética da FINEP
4	N-OPE-013/11 - NORMA DE ENQUADRAMENTO DE OPERAÇÕES DO PROGRAMA INOVA BRASIL - Rev00	Padronização de conceitos, requisitos, critérios, autoridades (alçadas), responsabilidades e principais procedimentos para o enquadramento de operações do Programa Inova Brasil.
5	N-RHM-004/10 - NORMA DE ESTÁGIO DE NÍVEL MÉDIO - Rev01	Inclusão da definição de Bolsa-Auxílio, alteração da definição de Ensino Médio e alteração da redação do item 4.3.1 da N-RHM-004/10, aprovada pela RES/DIR/0089/10, de 29/03/2010.
6	N-RHM-005/10 - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO INDIVIDUAL - Rev. 12	Regulamentar o processo de avaliação de desempenho individual do corpo funcional da FINEP, incluindo empregados de livre nomeação, exoneração e requisitados.
7	N-RHM-012/10 - PROMOÇÃO FUNCIONAL POR MÉRITO - Rev 01	Regulamentar o processo de promoção funcional por mérito na FINEP.
8	N-RHM-014/11 - SISTEMA DE CONTROLE DE INFRAÇÕES DISCIPLINARES - Rev 00	Regulamentar o sistema de controle das infrações disciplinares e os procedimentos a serem adotados na instauração, instrução e julgamento de sindicâncias e processos administrativos disciplinares relacionados aos empregados da FINEP.
9	N-RHM-017/10 PARTICIPAÇÃO EM MÍDIAS SOCIAIS Rev. 00	Orientar a participação da FINEP, seus funcionários, estagiários e prestadores de serviços em mídias sociais.
10	P-OPE-003/11 - POLÍTICA DE FOMENTO AO INVESTIMENTO EMPRESARIAL EM INOVAÇÃO DA FINEP - Rev00	Estabelece as diretrizes para as ações de fomento ao investimento empresarial em inovação
11	IT-OPE-008/11 – ANÁLISE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONTRATO REEMBOLSÁVEL	Estabelecimento de critérios e procedimentos para análise de prestação de contas de contratos reembolsáveis.

Fonte: FINEP - ADES

ANEXO XIV – ITEM 10

Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

ANEXO XIV – ITEM 10: Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?		x			
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			x		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).			x		
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?		x			
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?		x			
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	x				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?			x		
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	x				
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					x
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					x
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.				x	
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, *folders* , comunicações oficiais, etc.)?	x				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, *folders* , comunicações oficiais, etc.)?	x				

ANEXO XIV – ITEM 10: Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Considerações Gerais:
A FINEP vem desenvolvendo algumas iniciativas ainda não coordenadas voltadas para questões de sustentabilidade ambiental. Dentre essas podemos citar:
- Institucionalização da reciclagem de papéis: a Comissão de Coleta Seletiva deu continuidade ao projeto piloto de coleta e reciclagem de papéis. Este piloto contempla alguns andares das instalações da FINEP no Rio de Janeiro e após a avaliação dos resultados, o projeto deverá ser implementado gradativamente em outros andares da empresa. Atualmente a FINEP destina o material coletado ao Condomínio do prédio. No entanto, está em discussão proposta de licitação de cooperativas de catadores que poderão receber este material para reciclagem.
- Coleta seletiva de lixo eletrônico: A Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) tem atuado também no campo da proteção do meio-ambiente, através de campanhas internas permanentes de coleta seletiva de lixo eletrônico. Esta campanha já conta com a adesão do corpo funcional, resultando na coleta seletiva de centenas de itens como baterias de celular, pilhas, cartuchos de impressora, entre outros. No exercício de 2011, foram recolhidos seletivamente 1.966 itens de lixo eletrônico.
- Compras compartilhadas de material sustentável: a FINEP participa do Fórum de Lideranças Executivas de Órgãos Federais no Rio de Janeiro (GesRio), que idealizou as compras compartilhadas sustentáveis. A aquisição dos itens sustentáveis é realizada através do sistema Comprasnet pelo menor preço e em alguns casos, por valor menor ao dos produtos convencionais. Além disso, permite gerar ganhos de escala, uma vez que são adquiridas de forma compartilhada.
- Estruturação de um Núcleo de Sustentabilidade Corporativa: o Grupo de Trabalho instituído em 2010 concluiu em 2011 o Relatório com a proposta de escopo para atuação do Núcleo;

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.

(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.

(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.

(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

Fonte: FINEP - ASEC / APLA

ANEXO XV – ITEM 12

Gestão de Tecnologia da Informação

ANEXO XV – ITEM 12: Gestão de Tecnologia da Informação

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento da área					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.				X	
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.	X				
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ[1].			X		
Perfil dos Recursos Humanos envolvidos					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI[2.] **Notas:** *Inclui servidores que participam do Projeto MODERNIZE (Novos Sistemas de TI) ** Não há terceirizados realizando atividades de desenvolvimento de TI, Todos tereceirizdos estão alocados apenas em atividades de suporte	Servidores: 34* Terceiros: 9**				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade		X			
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.	X				
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.	X				
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.		X			
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.		X			
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.			X		
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.			X		
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	0%				
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.			X		
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.		X			
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados [3]?	X				

Considerações Gerais:
Nota 1: Em 2011 houve revisão da unidade de gerenciamento de TI, causando impacto nas ações do Comitê Diretor de Tecnologia de Informação-CDTI. Por sua vez, o projeto de Modernização de Processos e de Sistemas da Informação - MODERNIZE, e a nova Área de Desenvolvimento -ADES contavam com Comitê específico que atuou como instância gerencial para diversas ações de TI. Em 2012, por meio da RES/DIR 0083/12 DE 19/03/12, o CDTI foi reativado, passando a realizar suas atividades de priorização e alinhamento estratégico.
Nota 2: Devido à reestruturação da Unidade de TI, contratos que contavam terceirizados atuando na área de TI passaram a ser gerenciados pela Área de Serviços Corporativos (ASEC) e, portanto, não compõem mais o quantitativo de pessoal indicado neste quadro. **Nota 3:** Não existem produtos ou serviços estratégicos de TI terceirizados.

Níveis de avaliação:

(**1**) **Totalmente inválida:** Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.

(**2**) **Parcialmente inválida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.

(**3**) **Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

(**4**) **Parcialmente válida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.

(**5**) **Totalmente válida:** Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.

Fonte: FINEP - ADES

ANEXO XVI – ITEM 15.1.1

Deliberações do TCU Atendidas em 2011

1) Acórdão: Nº 7312/2010 – TCU – 2ª Câmara
Processo: 018.044/2010-7
Comunicação: Ofício nº 525/2011-TCU/SECEX-RJ-D1
Ata: 42/2010 - Segunda Câmara
Assunto: **Governança de TI**

1.4.1. determinar à Financiadora de Estudos e Projetos - Finep que:
1.4.1.1. em atenção às disposições contidas no Decreto-Lei 200/67, art. 6º, inciso I, implante, na área de tecnologia da informação da instituição, um processo de Planejamento Estratégico de TI que organize as estratégias, as ações, os prazos, os recursos financeiros, humanos e materiais, tendo como produto a elaboração e aprovação de um Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI, observando as práticas contidas no Cobit 4.1, processo PO1 - Planejamento Estratégico de TI (Achado "Inexistência do PDTI");
1.4.1.2. em atenção à Resolução de Diretoria 122/06 (RD 17/06, de 07/4/2006), que aprovou a criação do Comitê Diretor de Tecnologia da Informação - CDTI, monitore o funcionamento do Comitê de Tecnologia da Informação, de maneira que exerça as suas atribuições (Achado "Falhas relativas ao comitê de TI");
1.4.1.3. em atenção às disposições contidas na Lei nº 8.112/90, art. 13, defina formalmente as atribuições e as responsabilidades de todos os cargos afetos à área de TI, observando as práticas contidas no Cobit 4.1, PO4.6 - Estabelecimento de papéis e responsabilidades (Achado "Inexistência de definição formal de papéis e responsabilidades");
1.4.1.4. em atenção às disposições contidas na Lei nº 4.320/64, art. 75, inciso III, implante controle da execução orçamentária, a fim de se obter prontamente informações acerca dos gastos e da disponibilidade de recursos de TI (Achado "Inexistência de controle da execução do orçamento de TI");
1.4.1.5. implante um processo de elaboração do orçamento de TI, necessário ao cumprimento das disposições contidas Lei nº 12.017/2009 (LDO 2009/2010), art. 9º, II c/c Anexo II, XVIII, ou das que vierem a lhe suceder, de maneira que se faça constar, na Lei Orçamentária Anual, a correspondente previsão e classificação das despesas de tecnologia da informação, observando as práticas contidas no Cobit 4.1, processo PO5.3 - Orçamentação de TI e no Gespública, critério de avaliação 7.3 (Achado "Inexistência de orçamento de TI na LOA");
1.4.1.6. em atenção ao disposto na Lei nº 8.666/93, art. 6º, inc. IX, e às disposições contidas na Instrução Normativa nº 04/2008 - SLTI/MPOG, art. 12, II, defina um processo de software previamente às futuras contratações de serviços de desenvolvimento ou manutenção de software, vinculando o contrato com o processo de software, sem o qual o objeto não estará precisamente definido (Achado "Inexistência de processo de software");
1.4.1.7. em atenção ao disposto no Decreto nº 4.553/2002, art. 6º, § 2º, inciso II e art. 67, crie critérios de classificação das informações a fim de que possam ter tratamento diferenciado conforme seu grau de importância, criticidade e sensibilidade, observando as práticas contidas no item 7.2 da NBR ISO/IEC 27.002 (Achado "Inexistência de classificação da informação");
1.4.1.8. em atenção ao disposto na Instrução Normativa GSI/PR nº 01/2008, art. 5º, VI c/c Norma Complementar 03/IN01/DSIC/GSIPR, item 5.3.7.3, institua Comitê de Segurança da Informação e Comunicações, observando as práticas contidas na NBR ISO/IEC 27.002, item 6.1.2 - Coordenação de segurança da informação (Achado "Inexistência de Comitê de Segurança da Informação e Comunicações");
1.4.1.9. em atenção ao disposto na Instrução Normativa GSI/PR nº 01/2008, art. 5º, V, institua equipe de tratamento e resposta a incidentes em redes computacionais, observando as práticas contidas na Norma Complementar 05/IN01/DSIC/GSIPR (Achado "Inexistência de equipe de tratamento e resposta a incidentes em redes computacionais - ETRI");
1.4.1.10. em atenção ao disposto na Instrução Normativa GSI/PR nº 01/2008, art. 5º, IV e art. 7º, c/c Norma Complementar 03/IN01/DSIC/GSIPR, item 5.3.7.2, nomeie Gestor de Segurança da Informação e

Comunicações, observando as práticas contidas na NBR ISO/IEC 27.002, item 6.1.3 - Atribuição de responsabilidade para segurança da informação (Achado "Inexistência de Gestor de Segurança da Informação e Comunicações");
1.4.1.11. em atenção ao disposto na Instrução Normativa GSI/PR nº 01/2008, art. 5º, VII c/c a Norma Complementar 04/IN01/DSIC/GSIPR, item 5.2.1, estabeleça procedimento de inventário de ativos de informação, de maneira que todos sejam inventariados e tenham um proprietário responsável, observando as práticas contidas no item 7.1 da NBR ISO/IEC 27.002 (Achado "Inexistência de inventário dos ativos de informação");
1.4.1.12. em atenção ao disposto na Instrução Normativa GSI/PR nº 01/2008, art. 5º, VII, implante Política de Segurança da Informação e Comunicações, observando as práticas contidas na Norma Complementar 03/IN01/DSIC/GSIPR (Achado "Inexistência de Política de Segurança da Informação e Comunicações - POSIC");
1.4.1.13. em atenção ao disposto na Instrução Normativa GSI/PR nº 01/2008, art. 5º, VII c/c a Norma Complementar 04/IN01/DSIC/GSIPR, implemente processo de gestão de riscos de segurança da informação (Achado "Inexistência de processo de gestão de riscos de segurança da informação - GRSIC");
1.4.1.14. em atenção às disposições contidas no Decreto nº 5.707/2006, art. 5º, 2º, c/c a Portaria MP nº 208/2006, art. 2º, I e art. 4º, elabore Plano Anual de Capacitação (Achado "Inexistência de plano anual de capacitação");
1.4.1.15. em atenção às disposições contidas na Lei nº 8.666/93, art. 6º, IX, elabore estudos técnicos preliminares anteriormente a elaboração dos termos de referência ou projetos básicos (Achado "Inexistência dos estudos técnicos preliminares");
1.4.2. recomendar à Financiadora de Estudos e Projetos - Finep que, em atenção ao disposto na Constituição Federal, art. 37, caput (princípio da eficiência):
1.4.2.1. em atenção ao Decreto Lei nº 200/67, art. 6º, inciso I, e art. 7º, aperfeiçoe o Processo de Planejamento Estratégico Institucional, considerando o disposto no critério de avaliação nº 2 da Gespública (Achado "Falhas no Plano Estratégico Institucional");
1.4.2.2. em atenção ao Decreto nº 5.707/2006, art. 1º, inciso III, elabore estudo técnico de avaliação qualitativa e quantitativa do quadro da área de TI, com vistas a fundamentar futuros pleitos de ampliação e preenchimento de vagas de servidores efetivos devidamente qualificados, objetivando o melhor atendimento das necessidades institucionais, observando as práticas contidas no Cobit 4.1, PO4.12 - Pessoal de TI (Achado "Inexistência de avaliação do quadro de pessoal de TI");
1.4.2.3. quando do estabelecimento de seu processo de software, considere as Normas NBR ISO/IEC 12.207 e 15.504 (Achado "Inexistência de processo de software");
1.4.2.4. implante uma estrutura formal de gerência de projetos, observando as orientações contidas no Cobit 4.1, processo PO10.2 - Estruturas de Gerência de Projetos e do PMBOK, dentre outras boas práticas de mercado (Achado "Inexistência de processo de gerenciamento de projetos");
1.4.2.5. implemente processo de gestão de configuração de serviços de tecnologia da informação, à semelhança das orientações contidas no Cobit 4.1, processo DS9 - Gerenciar configuração e de outras boas práticas de mercado (como a NBR ISO/IEC 20.000) (Achado "Inexistência do processo de gestão de configuração");
1.4.2.6. implemente processo de gestão de incidentes de serviços de tecnologia da informação, à semelhança das orientações contidas no Cobit 4.1, processo DS8 - Gerenciar a central de serviços e incidentes e de outras boas práticas de mercado (como a NBR ISO/IEC 20.000 e a NBR 27.002) (Achado "Inexistência do processo de gestão de incidentes");
1.4.2.7. estabeleça procedimentos formais de gestão de mudanças, de acordo com o previsto no item 12.5.1 da NBR ISO/IEC 17.799:2005, à semelhança das orientações contidas no Cobit 4.1, processo AI6 - Gerenciar mudanças e de outras boas práticas de mercado (como a NBR ISO/IEC 20.000) (Achado "Inexistência do processo de gestão de mudanças");

1.4.2.8. promova ações para que a auditoria interna realize a avaliação da TI, observando as orientações contidas no Cobit 4.1, ME2 - Monitorar e avaliar os controles internos (Achado "Auditoria interna não realiza avaliação da TI");
1.4.2.9. estabeleça um processo de avaliação da gestão de TI, observando as orientações contidas no Cobit 4.1, itens ME1.4 - Avaliação de desempenho, ME1.5 Relatórios gerenciais, ME1.6 - Ações corretivas e ME2 - Monitorar e avaliar os controles internos (Achado "Inexistência de avaliação da gestão de TI");
1.4.2.10. implemente controles que garantam que o Termo de Referência ou Projeto Básico seja elaborado a partir de estudos técnicos preliminares (Achado "Inexistência de controles que promovam que o Termo de Referência ou Projeto Básico seja elaborado a partir de estudos técnicos preliminares");
1.4.2.11. na elaboração dos estudos técnicos preliminares, considere o conteúdo da "Análise da Viabilidade da Contratação", descrita como uma das etapas da fase de planejamento da contratação, conforme Instrução Normativa nº 04/2008-SLTI/MPOG, arts. 9º e 10 (Achado "Inexistência dos estudos técnicos preliminares");
1.4.2.12. implemente controles que promovam a regular gestão contratual e que permitam identificar se todas as obrigações do contratado foram cumpridas antes do ateste do serviço (Achado "Inexistência de controles que promovam a regular gestão contratual");
1.4.3. alertar a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP quanto as impropriedades constatadas nos seguintes processos:
1.4.3.1. contrato nº 20.06.0020.00:
1.4.3.1.1. inexistência de levantamento das diferentes soluções de TI existentes no mercado, decorrente do descumprimento da Lei 8.666/1993, art. 3º, caput (Achado "Irregularidades na contratação");
1.4.3.1.2. falhas na definição dos níveis de serviço, em desconformidade com o disposto no item 9.1.13.2 do Acórdão nº 2.023/2005 do Plenário do TCU (Achado "Irregularidades na contratação");
1.4.3.1.3. utilização do pregão na forma presencial, em detrimento da eletrônica, decorrente do descumprimento do Decreto nº 5.450/05, art. 4º, § 1º (Achado "Irregularidades na contratação");
1.4.3.1.4. impertinência da sistemática de estimativa do valor da contratação, em desconformidade com o disposto no item 9.3.1 do Acórdão nº 2170/2007 - Plenário (Achado "Irregularidades na contratação");
1.4.3.1.5. impossibilidade de rastrear os serviços executados, decorrente do descumprimento do Lei 4.320/64, art. 63, § 1º, III, e da Lei 8.666/93, art. 67, § 1º (Achado "Irregularidades na gestão contratual");
1.4.3.1.6. não cumprimento de condições contratuais, decorrente do descumprimento da Lei 8.666/93, art. 66, combinado com a cláusula quinta do contrato (prazo para entrega dos lotes), e art. 3º, caput, da mesma lei (Achado "Irregularidades na gestão contratual");
1.4.3.1.7. não aplicação de penalidades, decorrente do descumprimento da Lei 8.666/93, art. 66, combinado com a cláusula sexta do contrato (penalidades), e art. 3º, caput, da mesma lei (Achado "Irregularidades na gestão contratual");
1.4.3.1.8. prorrogação indevida do contrato, decorrente do descumprimento da Lei 8.666/93, art. 57, IV (Achado "Irregularidades na gestão contratual");
1.4.3.2 contrato nº 20.10.0062.00:
1.4.3.2.1. inexistência de levantamento das diferentes soluções de TI existentes no mercado, decorrente do descumprimento da Lei 8.666/1993, art. 3º, caput (Achado "Irregularidades na contratação");
1.4.3.2.2. impertinência da sistemática de estimativa do valor da contratação, em desconformidade com o disposto no item 9.3.1 do Acórdão nº 2170/2007 - Plenário (Achado "Irregularidades na contratação");
1.4.3.2.3. exigência de marcas, em desconformidade com o art. 7º, § 5º da Lei 8.666/1993 (Achado "Irregularidades na contratação");
1.4.3.2.4. impossibilidade de rastrear os serviços executados, decorrente do descumprimento do Lei 4.320/64, art. 63, § 1º, III, e da Lei 8.666/93, art. 67, § 1º (Achado "Irregularidades na gestão contratual");
1.4.3.2.5. aceitação de computadores com placas-mãe em desacordo com os requisitos do edital, em descumprimento do art. 3º, caput, da Lei nº 8.666/93 (Achado "Irregularidades na gestão contratual");

1.4.3.2.6. contrato nº 20.07.0054.00: ausência de comprovação do cumprimento das exigências editalícias para o cargo de bibliotecário especializado, de graduação em Biblioteconomia e doutorado em Ciência da Informação, em desacordo com o art. 3º, caput, da Lei nº 8.666/93 (Achado "Irregularidades na gestão contratual");
1.4.4. determinar à FINEP que, no prazo de **30 (trinta) dias, encaminhe plano de ação** para implementação das medidas ora determinadas , contendo:
1.4.4.1. para cada determinação, o prazo e o responsável (nome, cargo e CPF) pelo desenvolvimento das ações;
1.4.4.2. para cada recomendação, cuja implementação seja considerada conveniente e oportuna, o prazo e o responsável (nome,cargo e CPF) pelo desenvolvimento das ações
1.4.4.3. para cada recomendação cuja implementação não seja considerada conveniente ou oportuna, justificativa da decisão.

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PELA FINEP:

24/5/2011 – Expedido ofício PRES/FINEP Ofício PRES/FINEP nº 005.622/11 – submetendo o Plano de ação à apreciação do TCU.

---

2) Acórdão: Nº 3359/2010 - TCU - Plenário
Processo: 012.952/2010-9
Comunicação: Ofício nº 63/2011-TCU/SECEX-RJ-D1
Ata: 49/2010 – Plenário
Assunto: **GTNS – Concorrência 01**

1.5. Determinações
1.5.1. à Finep que, em relação à Concorrência nº 01/2010:
1.5.1.1. assegure que haja evidências de competitividade entre as licitantes, como condição para homologação do certame, considerando ainda os fatores já enumerados de ausência de parcelamento, vedação de consórcios e experiência anterior;
1.5.1.2. realize análise detalhada da compatibilidade do preço final com os de mercado, quando do cumprimento do disposto no item 8.2.1 do Edital, levantando em planilhas todos os itens envolvidos, incluindo custos administrativos, sociais, trabalhistas e lucro;
1.5.1.3. mantenha, em registro próprio, controle sobre a execução de todos os serviços objeto das fases 5 e 6, de modo a demonstrar que a sua qualidade é compatível com os preços estabelecidos, em especial no tocante à alocação de pessoal por parte da contratada, seus substitutos e eventuais subcontratações, nos termos dos itens 5.3.1, 5.8.5 e 6.3.1 da especificação técnica, anotando a composição das equipes responsáveis pelos produtos e serviços gerados;
1.5.1.4. informe, a partir das contas anuais relativas ao exercício de 2011, sobre o andamento do projeto, encaminhando análise de retorno dos investimentos realizados e cronograma atualizado;
1.5.1.5. informe, no prazo de 15 (quinze) dias, após a homologação do resultado da Concorrência nº 01/2010, as medidas adotadas com vistas ao cumprimento do determinado nos subitens 1.5.1.1 e 1.5.1.2, acima;
1.5.1.6. informe, no prazo de 15 (quinze) dias, após a conclusão das fases 5 e 6 em que se subdivide o projeto objeto da Concorrência nº 01/2010, as medidas adotadas visando ao cumprimento do determinado no subitem 1.5.1.3, acima;
1.6. Recomendar à Finep que envide esforços para que a execução contratual decorrente da Concorrência nº 01/2010 não demande a celebração de termos aditivos em valores superiores ao

permitido para alterações quantitativas do objeto, nos termos da Lei nº 8.666/1993, bem como contratações diretas adicionais.
1.7. Alertar à Finep quanto aos seguintes riscos identificados na Concorrência nº 01/2010:
1.7.1.1. execução de parte dos serviços da fase 6 pela própria contratada da fase 5, com risco de infração ao art. 9º da Lei nº 8.666/1993;
1.7.1.2. influência da contratada, pelos serviços desenvolvidos na fase 5, na definição dos objetos da fase 6, com aumento das horas profissionais a serem remuneradas;
1.7.1.3. falta de capacitação da equipe técnica da Finep, para analisar criticamente o material a ser produzido durante a execução contratual, de modo a garantir a qualidade dos serviços a serem desenvolvidos e a remuneração de quantitativo adequado de horas profissionais;
1.7.1.4. dependência tecnológica da futura contratada, cuja mitigação demanda ações internas da própria Finep rumo a um maior nível de maturidade, além da menção já constante do Edital.

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PELA FINEP:

Acórdão TCU 2430/2011 –Tornou o Acórdão TCU nº 3359/2010-Plenário insubsistente.

---

3) Acórdão: 3643/2011 – Segunda Câmara
Processo TC-022.676/2008-3
Comunicação: Ofício 1430-TCU/SECEX-RJ-D1
Ata: 18/2011 – Segunda Câmara
Assunto: **Prestação de Contas – Exercício 2007**

9.5. **dar ciência à Finep quanto às seguintes impropriedades** constatadas nas presentes contas:
9.5.1. ausência de aplicação das sanções cabíveis a fornecedores por violação a cláusulas contratuais estabelecidas, decorrente do descumprimento dos termos dos arts. 55, inciso VII, 86 e 87 da Lei 8.666/93;
9.5.2. pagamentos a empresas fornecedoras de mão de obra terceirizada em desacordo com as respectivas cláusulas contratuais, decorrente do descumprimento do art. 55, inciso III, da Lei 8.666/93;
9.5.3. ausência de formalização de acordos, convênios, contratos e respectivos aditivos, decorrente do descumprimento do art. 60, parágrafo único, da Lei 8.666/93;
9.5.4. ausência de justificativa para a escolha de fornecedor para a locação de equipamentos e compra de máquinas copiadoras, decorrente do descumprimento do art. 26, parágrafo único, da Lei 8.666/93;
9.5.5. falta de acompanhamento das atividades desenvolvidas pelas empresas contratadas, de forma a garantir que os serviços previstos em contrato estejam sendo realmente prestados, decorrente do descumprimento do disposto no art. 67 da Lei 8.666/93;
9.5.6. ausência de comprovação de entrega dos convites aos licitantes e falta de pesquisa de preços no mercado, no âmbito dos procedimentos licitatórios realizados pela empresa, em decorrência do descumprimento dos art. 38 e 43, inciso IV, da Lei 8.666/93;
9.5.7. falhas nos registros contábeis da empresa comprometendo a integridade das demonstrações financeiras, em decorrência do descumprimento do art. 176 da Lei 6.404/76;
9.5.8. remessa, com atraso, para apreciação do Conselho Fiscal, do balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela empresa, decorrente do descumprimento do art. 163, inciso VI, da Lei 6.404/76;
9.5.9. descumprimento do previsto no Estatuto Social da empresa no que tange à periodicidade de realização de reuniões do Conselho Fiscal em decorrência do descumprimento do art. 163, inciso VI, da Lei 6.404/76;
9.5.10. inventário de bens patrimoniais móveis da entidade e termos de responsabilidade pela guarda dos

mesmos desatualizados, cobrança intempestiva de pagamentos e duplicatas em atraso por parte de clientes da empresa, dedução incorreta, na base de cálculo dos recolhimentos previdenciários de responsabilidade da empresa, relativos aos pagamentos de serviços prestados por terceiros, em decorrência do descumprimento do art. 6º, inciso V, e art. 13 do Decreto-lei 200/67;
9.5.11. falhas no planejamento e na instrução processual para contratação emergencial de prestação de serviços por dispensa de licitação, decorrentes do descumprimento do art. 23, § 2º, da Lei 8.666/93 e do art. 22 da Lei 9.784/99.

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PELA FINEP:

27/12/2011 - Emitida Notificação de Providências nº 279/2011 para dar conhecimento à área de Serviços Corporativos, Área Jurídica, Área Financeira e de Captação e Área de Recursos Humanos do item 9.5 do Acórdão.

---

4) Acórdão: 3465/2011 – Segunda Câmara
Processo: 018.044/2010-7
Comunicação: Ofício 1516/2011-TCU/SECEX-RJ-D1
Ata: 18/2011 – Segunda Câmara
Assunto: **Trata do acolhimento de pedido de prorrogação de prazo para responder o Acórdão 7312/2010-2ª Câmara**

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PELA FINEP:

Não se aplica.

---

5) Acórdão: Nº 2430/2011 /2011 – TCU – Plenário
Processo: 012.952/2010-9
Ata: n° 38/2011 – Plenário
Comunicação: Ofício nº 2349/2011-TCU/SECEX—RJ/D1
Assunto: **Revisão do Acórdão 3359/2010 – GTNS – Concorrência 01/2010**

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Pedido de Reexame interposto pela Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP/MCT contra o Acórdão 3359/2010 - TCU - Plenário,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 286 do Regimento Interno, em:
9.1. conhecer do Pedido de Reexame para, no mérito, e dar-lhe provimento parcial;
9.2. **tornar insubsistente o Acórdão nº 3.359/2010-TCU-Plenário**;
9.3. com fundamento nos arts. 143, inciso V, 235, 237, inciso VI e parágrafo único e 250, incisos I e II, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002, em conhecer da presente Representação, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;
9.4. acolher parcialmente as razões de justificativa apresentadas pelos responsáveis Roberto Chiacchio, Maria das Graças Lemos Ribeiro, Rodrigo Moraes Lima de Araujo Costa e Rodrigo Balthazar da Silveira Novis;

9.5. determinar à Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP/MCT que, em relação à Concorrência nº 01/2010:
9.5.1. realize análise detalhada da compatibilidade do preço final com os de mercado, quando do cumprimento do disposto no item 8.2.1 do Edital, levantando em planilhas todos os itens envolvidos, incluindo, se possível, custos administrativos, sociais, trabalhistas e lucro;
9.5.2. mantenha, em registro próprio, controle sobre a execução de todos os serviços objeto das fases 5 e 6, para demonstrar que a sua qualidade é compatível com os preços estabelecidos, em especial no tocante à alocação de pessoal por parte da contratada, seus substitutos e eventuais subcontratações, nos termos dos itens 5.3.1, 5.8.5 e 6.3.1 da especificação técnica, anotando a composição das equipes responsáveis pelos produtos e serviços gerados;
9.5.3. informe, a partir das contas anuais relativas ao exercício de 2011, sobre o andamento do projeto, encaminhando análise de retorno dos investimentos realizados e cronograma atualizado;
9.6. recomendar à FINEP/MCT que envide esforços para que a execução contratual decorrente da Concorrência nº 01/2010 não demande a celebração de termos aditivos em valores superiores ao permitido para alterações quantitativas do objeto, nos termos da Lei nº 8.666/1993, bem como contratações diretas adicionais;
9.7. informar à FINEP/MCT para a necessidade de adotar as seguintes medidas preventivas que possam garantir o interesse público durante a execução do objeto da Concorrência nº 01/2010:
9.7.1. evitar a influência indevida da contratada no detalhamento dos serviços na fase 6 do objeto da Concorrência FINEP nº 01/2010, para indevidamente maximizar a utilização de horas profissionais a serem remuneradas;
9.7.2. necessidade de a equipe técnica da FINEP, encarregada de realizar o acompanhamento e fiscalização do contrato oriundo da Concorrência nº 01/2010, analisar criticamente os planos de execução e o material a ser produzido durante a implementação contratual, para garantir a qualidade dos serviços a serem desenvolvidos e a remuneração de quantitativo adequado de horas profissionais;
9.8. dar ciência desta deliberação à recorrente.

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PELA FINEP:

Emitida Nota Técnica da Auditoria Interna Nº 8/2011 repassando orientações para cumprimento do Acórdão pelo GTNS.

---

6) Acórdão: Nº 8649/2011 – TCU – 2ª Câmara
Processo: **575.330/1997-0**
Ata: n° 35/2011 – 2ª Câmara
Comunicação: Ofício nº 2481/2011-TCU/SECEX-RJ/D3
Assunto: **Recurso de Reconsideração sobre Acórdão 3.278/2010-2ª Câmara que tratava da Prestação de Contas, exercício de 1996 da Financiadora de Estudos e Projetos - Finep**

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de prestação de contas da Financiadora de Estudos e Projetos – Finep referente ao exercício de 1996, ora em fase de recursos de reconsideração interpostos contra o acórdão 3.278/2010-2ª Câmara.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, com fulcro nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 277, inciso I, 281 e 285 do Regimento Interno/TCU, em:
9.1. conhecer dos recursos de reconsideração em tela, para, no mérito:

9.1.1. dar provimento parcial àquele subscrito pela Srª Leila Miragaya Matz e pelos Sr^es^ Celso Alves da Cruz e Hugo Túlio Rodrigues, de modo a sobrestar a apreciação do presente feito, na etapa processual em que se encontra, até o julgamento definitivo do TC 019.108/2010-9;
9.1.2. não obstante a improcedência dos argumentos constantes do recurso interposto pelo Sr. Lourival Carmo Mônaco, estender a esse recorrente os efeitos do sobrestamento ora determinado;
9.2. dar ciência deste acórdão aos recorrentes e à Finep.

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PELA FINEP:

Acórdão para conhecimento – não houve encaminhamento interno.

---

7) Acórdão: Nº 9015/2011 – TCU – 1ª Câmara
Processo: 022.676/2008-3
Ata: n° 37/2011 – 1ª Câmara
Comunicação: Ofício nº 2508/2011-TCU/SECEX-RJ/D1
Assunto: **Prestação de contas Exercício 2007**
Conteúdo:

ACORDÃO Nº 9015/2011 – TCU – 1ª Câmara
Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c arts. 1º, inciso I, 143, inciso V, alínea "a", 169, inciso IV e 250, inciso I, todos do Regimento Interno, em arquivar os presentes autos de acordo com os pareceres.

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PELA FINEP:

Acórdão para conhecimento – não houve encaminhamento interno.

---

8) Acórdão: Nº 10601/2011 – TCU – 2ª Câmara
Processo: 020.630/2006-9
Ata: n° 39/2011 – 2ª Câmara
Comunicação: Ofício nº 2632/2011-TCU/SECEX-RJ-D3
Assunto: **processo Prestação de Contas exercício 2005**

9.5. determinar à Financiadora de Estudos e Projetos – Finep que:
9.5.1. informe, nas próximas contas, se as medidas administrativas adotadas no âmbito interno foram suficientes para promover o ressarcimento dos valores irregularmente pagos a título de horas-extras aos funcionários a seguir listados, consoante concluído pela Comissão de Inquérito instituída pela Portaria POR/PRES/068/05, de 27/5/2005, efetivando, se necessário, as medidas alvitradas na Instrução Normativa do TCU nº 56, de 5 de dezembro de 2007.

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PELA FINEP:

Cumpre destacar novamente o esforço empreendido pela administração da FINEP na busca de uma solução efetiva para o problema detectado, tendo sempre presente a preocupação de conduzir o processo de forma mais ordenada e detalhada.
Assim, a respeito das providências relativas ao pagamento de horas extras, foram realizados três procedimentos administrativos seqüenciais:

1º: Resolução de Diretoria: RES/DIR/0145/05 de 27/4/2005, deu origem a Portaria POR/PRES/0037/05 também de 27/4/2005, que tratou da Comissão de Sindicância, destinada à apuração detalhada dos processos de controle dos serviços extraordinários. Deliberações da Diretoria foram consignadas na RES/DIR/0170/2005;

2º: Resolução de Diretoria: RES/DIR/0178/05 de 23/5/2005, originou a Portaria POR/PRES/068/05 de 27/6/2005 – abertura do 1º Procedimento Administrativo Disciplinar – PAD. Tratou de verificar as responsabilidades dos ocupantes de níveis hierarquicos superiores. Deliberações da Diretoria foram consignadas na RES/DIR/064/2006 de 21/2/2006;

3º: Por meio da Portaria POR/PRES/Nº 053/2007 foi constituída a comissão responsável pelo PAD previsto na RES/DIR 0064/06, cujo objeto constituiu-se na apuração de responsabilidades dos beneficiados com os pagamentos irregulares de horas extraordinárias. Os resultados foram apresentados à Diretoria em 13/11/2007, por meio do Relatório Final. A deliberação final da Diretoria foi registrada na ata de Reunião de Diretoria nº 04/08 de 28/01/08.

Por meio da RES/DIR/064/2006 a Diretoria da FINEP resolveu "*Adotar a recomendação constante do item 6.3 do Relatório Final para que seja instaurado, mediante portaria a ser editada por essa Presidência, novo processo administrativo disciplinar para apurar a responsabilidade dos beneficiados com os pagamentos irregulares, de acordo com a relação entregue pela Comissão em 14/02/2006, excluída [...], desde que se efetive o disposto no item 3*. O objetivo era justamente identificar o grau de responsabilidade dos destinatários dos pagamentos, de forma obter fundamentação adequada à demanda de devolução dos valores cujo recebimento fosse considerado irregular.(*grifou-se*)

Nesse sentido, a Diretoria da FINEP determinou através da RES/DIR/0064/06 e da POR/PRES/053/2007 a instauração de novo PAD, em 28.06.2007. A Comissão responsável por este PAD teve uma primeira nomeação frustrada por motivo pessoal de um dos participantes, pertencente aos quadros da CNEN, o que acabou por atrasar o início dos trabalhos.

Instaurada posteriormente a Comissão, esta procedeu às diligências que entendeu necessárias e concluiu pelo arquivamento do referido processo, uma vez que julgou "*não haver elementos probatórios suficientes para a punição dos empregados*".
Assim, vê-se que a FINEP esforçou-se por apurar o ocorrido
Após a conclusão dos trabalhos pela Comissão instaurada, entretanto, esta não logrou êxito em obter os elementos probatórios acerca das demais irregularidades apontadas. Assim, restou a FINEP impossibilitada de determinar a devolução dos valores pagos a título de horas extras aos empregados.

Cumpre destacar que, para exigir dos empregados a restituição dos valores percebidos a título de horas extras, deveria restar inequivocamente demonstrado o seu recebimento de má fé por parte do empregado, conforme entendimento corrente do Superior Tribunal de Justiça. Confira-se:

"*ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO.* ***SERVIDOR PÚBLICO. VALORES PAGOS INDEVIDAMENTE PELA ADMINISTRAÇÃO. RESTITUIÇÃO. NÃO-CABIMENTO. MATÉRIA PACÍFICA NO STJ.*** *(...).*

O Superior Tribunal de Justiça, revendo seu posicionamento, ***firmou o entendimento no sentido de que, nos casos em que o pagamento indevido foi efetivado em favor de servidor público, em decorrência de interpretação equivocada ou de má aplicação da lei por parte da Administração e havendo o beneficiado recebido os valores de boa-fé, mostra-se indevido o desconto de tais valores*** *Hipótese que deve ser estendida aos casos em que o pagamento indevido deveu-se a equívoco da Administração. (...)"* (STJ, AgRg no Agrg 752.762-RN, Relator Min. Arnaldo Esteves de Lima, 5ª Turma, julgamento em 29.06.2006)julgamento em 29.06.2006).

Diante do exposto, não tendo restado comprovada a má fé dos empregados que perceberam as horas extras em questão e considerando que esta não pode ser presumida, bem como o fato da Comissão nomeada não ter encontrado elementos probatórios necessários a punição dos empregados, a Diretoria Executiva da FINEP optou por acatar o parecer da Comissão na Reunião de Diretoria nº 04/08, ocorrida em 28.01.2008.

---

9) Acórdão: Nº 5789/2011 – TCU – 2ª Câmara
Processo: **004.659/2010-4**
Ata: n° 28/2011 – 2ª Câmara
Comunicação: Ofício nº 2126/2011-TCU/SECEX-RJ/D1
Assunto: **Contratação de pessoal (atos de aposentado e acumulação de proventos)**

1.6.2. à Financiadora de Estudos e Projetos - Finep que:
1.6.2.1. promova a apuração, no prazo de 90 (noventa) dias, à luz do que estabelece o art. 168 da CLT e o que constou como exigência nos itens 4.8 e 4.9 do Edital nº 1 - Finep, de 19 de maio de 2009, referente ao Concurso Público para Formação de Cadastro de Reserva nos Cargos de Analista e de Técnico, da regularidade da admissão do servidor (...), bem como da sua higidez física para o atual desempenho das funções laborais que lhe estão cometidas, tendo em vista que consta no cadastro de sua matrícula Siape (...) que ele se aposentou, por invalidez permanente, em 7/2/2007, do cargo ocupado no Comando da Marinha, informando a este Tribunal no prazo de 30 (trinta) dias contados da apuração;
1.6.2.2. apure, no prazo de 90 (noventa) dias, em observância ao que dispõe o art. 37, inciso XVI da Constituição Federal e o art. 6º, caput e § 2º da Lei nº 8.745/1993, os seguintes indícios de acumulação indevida de cargos públicos, informando a este Tribunal no prazo de 30 (trinta) dias contados da apuração;
1.6.2.2.1. o funcionário (...) ter sido admitido na Finep em 1º/3/2010, mas ter recebido remuneração integral no mês de março, referente a contrato temporário com o Ministério da Saúde, no qual figurava com a matrícula Siape (...);
1.6.2.2.2. o Sr. (...) ser Diretor de Inovação no Rio de Janeiro e ao mesmo tempo ser professor de 3º grau da Universidade Federal de Minas Gerais, matrícula Siape (...);
1.6.2.3. crie, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, em observância ao art. 6º, inciso V, do Decreto Lei nº 200/1967, mecanismos efetivos de controle de pessoal, incluindo, no sistema de pessoal, recursos que permitam identificar funcionários efetivos, ocupantes de cargos em comissão e funções, cedidos, requisitados, terceirizados, temporários, consultores, estagiários e demais pessoas que desenvolvam

atividades no âmbito da instituição, informando a este Tribunal no prazo de 30 (trinta) dias contados do atendimento desta determinação;

1.6.3.2. dê ciência à Finep sobre as seguintes impropriedades:
1.6.3.2.1. atraso no procedimento licitatório para contratação de locação de veículos e prestação de serviços de transporte, obrigando à prorrogação do contrato 20.04.0311.00, alcançando prazo superior a 60 (sessenta) meses, identificada no item 2.11 do Relatório de Auditoria, o que afronta o disposto no art. 57, § 4º, da Lei nº 8.666/1993;
1.6.3.2.2. atraso no encaminhamento dos atos de admissão de pessoal via sistema Sisac, identificada no item 2.2 do Relatório de Auditoria, o que afronta o disposto no art. 7º da IN 55/2007;
1.6.3.4. arquive os presentes autos após constatado o cumprimento das determinações constantes dos subitens 1.6.1 e 1.6.2.

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PELA FINEP:

11/11/2011 -emitido Ofício PRES FINEP 012.899/2011 apresentando informações e documentos para atender o item 1.6.2.2.1.
4/1/2012– emitido Ofício PRES/FINEP 000.129/2012 informando sobre as providências adotadas: Sindicância para item 1.6.2.1 do Acórdão (POR/PRES/0243/2011); apresentando informações e documentos para atender o item 1.6.2.2.2; apresentação das medidas em curso para atender o item 1.6.2.3. Apresenta também esclarecimentos para o item 1.6.3.1 e providências adotadas para item 1.6.3.2.1 e 1.6.3.2.2.
15/3/2012 – informa sobre nomeação comissão de PAD para item 1.6.2.1.

---

10) Acórdão: Nº 9795/2011 – TCU – 1ª Câmara
Processo: **011.837/2011-1**
Ata: n° 41/2011 – 1ª Câmara
Comunicação: Ofício nº 2729/2011-TCU/SECEX-RJ/D1
Assunto: Trata de processo de TCE do convênio 64.95.0176.00.

Acórdão nº 9795/2011 – TCU – 1ª Câmara
Considerando a presente tomada de contas especial, instaurada por determinação do acórdão 2347/2008-2ª Câmara, item 9.9.7;
Considerando a modicidade dos valores envolvidos, inferiores ao valor fixado pelo Tribunal para instauração e tramitação de tomada de contas especiais, que é de RS 23.000,00;
Considerando que os valores originais de R$ 2.916,90, em 24/05/1995, e de R$ 2.203,82, em 30/11/1996, referentes aos **Convênios 63.95.0216.00 e 63.96.0550.00**, correspondem, respectivamente, a R$ 7.145,37 e R$ 4.308,73, ambos atualizados monetariamente até 31/12/2007, véspera da data da entrada em vigor da IN/TCU 56/2007; e
Considerando, finalmente, a Instrução Normativa TCU 56/2007, e em atendimento aos princípios da racionalidade administrativa e da economia processual,
ACORDAM, os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, por unanimidade, de acordo com o parecer do Ministério Público, com as adequações feitas pela relatora, **em arquivar os presentes autos**, sem prejuízo de dar ciência desta deliberação ao órgão instaurador da tomada de contas especial.

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PELA FINEP:

Emitida Notificação de Providências da Auditoria Interna para o Departamento de Contabilidade proceder a adequação dos registros no SIAFI.(nº66/12)

---

11) Acórdão: Nº 9873/2011 – TCU – 2ª Câmara
Processo: 010.619/2011-9.
Ata: n° 38/2011 – 2ª Câmara
Comunicação: Ofício nº 1.097/2011-TCU/SECEX-GO
Assunto: **Trata de Processo de Tomada de Contas Especial – FUNDEPEC**

ACÓRDÃO Nº 9873/2011 – TCU – 2ª Câmara
Os Ministro do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 20 e 21 da Lei n. 8.443/1992, c/c o art. 211, § 1º, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em considerar as presentes contas iliquidáveis, ordenando o seu trancamento e o consequente arquivamento do processo, sem prejuízo de encaminhar cópia desta deliberação à Financiadora de Estudos e Projetos – Finep, de acordo com o parecer emitido pela Secex/GO:
Processo TC-010.619/2011-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsável: Antenor de Amorim Nogueira (002.718.361-49).
1.2. Órgãos/Entidade: Fundação de Defesa da Pecuária de Goiás – Fundepec.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo em Goiás (Secex/GO).
1.5. Ministro que alegou impedimento na sessão: Aroldo Cedraz.
1.6. Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PELA FINEP:

Emitido memorando AUDI 348/11 para providências do DCNT (efetuada baixa no rol de responsáveis) e, posteriormente, enviada Notificação de Providências da Auditoria Interna para regularização dos registros do convênio 64.95.0176.00 no SIAFI.

---

12) Acórdão: Nº 1866/2010 – TCU – 1ª Câmara
Processo: 013.989/2003-8
Ata: n° 11/2010 – 1ª Câmara
Comunicação: Ofício 721/2010/TCU/SECEX-RJ-D3
Assunto: Prestação de Contas, exercício de 2002
Conteúdo:
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Prestação de Contas da Financiadora de Estudos e Projetos – Finep, relativa ao exercício de 2002.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em: [...]
9.3. determinar à Financiadora de Estudos e Projetos que: [...]
9.3.2. emita relatórios periódicos que demonstrem inadimplências da carteira de projetos a fundo perdido (não- reembolsáveis);

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PELA FINEP:

A forma de tratamento quanto às informações de inadimplência em projetos não reembolsáveis é (i) adoção de rotina de comunicação para o Departamento de Contabilidade sobre correspondências expedidas para inscrição no pré-cadastro de inadimplência do SIAFI (ii) informe semanal, à Diretoria de Administração e Finanças contendo a relação dos convênios que entraram na inadimplência na semana anterior e aqueles que estão cadastrados no pré-SIAFI com prazo de vencimento para resposta nos próximos 30 dias.

---

13) Acórdão: Nº 0757/2010 – TCU – 2ª Câmara
Processo: 926.479/1998-9 [Apenso: TC-575.560/1997-5]
Ata: n° 5/2010 – 2ª Câmara
Comunicação: Ofício 327/2010/TCU/SECEX-RJ-D3
Assunto: Prestação de Contas, exercício: 1997

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Prestação de Contas da Financiadora de Estudos e Projetos – Finep/MCT, relativa ao exercício de 1997,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em: [...]
9.6. determinar à Financiadora de Estudos e Projetos - Finep que:[...]
9.6.3. apure se houve responsabilidade na elaboração de petição inicial inepta, rejeitada pelo Poder Judiciário na ação de execução fiscal impetrada contra a empresa Guilherme Fontes Filmes Ltda.;

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PELA FINEP:

No exercício de 2011 a FINEP emitiu o Oficio 012.900/2011 informando ao TCU que a extinção do processo de execução nº 2000.51.01.021525-4 não ocorreu por falha argumentativa, tendo sido protocolado apenas 3 dias após a publicação da decisão de extinção, nova petição inicial (nº 2000.51.01.028825-7), que encontra-se em curso. Considerando os esclarecimentos e o estabelecido em Norma interna (nº N-RHM-014/11), que trata do Sistema de Controle de Infrações Disciplinares, foi solicitada apreciação quanto à argumentação apresentada e a decisão de não instaurar a sindicância para apuração de responsabilidade.
A FINEP aguarda manifestação do TCU.

ANEXO XVII – ITEM 15.2.1

Recomendações do OCI
Situação no Exercício

PLANO DE PROVIDÊNCIAS PERMANENTE - VERSÃO NOVEMBRO/2011
(*Avaliado pela CGU*)

RELATÓRIO DE AUDITORIA: 224918 – Gestão 2008
UNIDADE EXAMINADA : FINEP
CODIGO : 365001
MUNICIPIO : RIO DE JANEIRO
UF : RJ

1. ITEM Nº 1.1.1.1

CONSTATAÇÃO: *Falhas da FINEP no acompanhamento da execução de contratos de financiamento de obras cinematográficas sob a modalidade de retorno variável, impactando na dificuldade em obter o saldo devedor das produtoras inadimplentes.*

1.1 Recomendação 001: *Agilizar os trâmites para a cobrança das produtoras inadimplentes, principalmente no que se refere aos contratos de financiamento sob a modalidade de recurso variável, visando obter as informações necessárias a aferir o montante das obrigações inadimplidas, de forma que seja possível realizar sua cobrança. (ACRD)*

1.1.1 Providências a serem Implementadas: O Departamento de Recuperação de Crédito – DREC, em conjunto com o Departamento Jurídico de Contencioso e a Assessoria da Diretoria de Administração e Finanças, com relação aos contratos de financiamento sob a modalidade de recurso variável e de entrega do filme, em julho do ano corrente, vem realizando reuniões com representantes da Secretaria de Audiovisual – SAV, do Ministério da Cultura, visando obter junto a ANCINE e a Cinemateca Brasileira, informações com as quais seja possível aferir quais são os contratos inadimplidos, de forma que seja possível realizar a cobrança e/ ou aplicar as penalidades.
No que concerne aos contratos de financiamentos sob as modalidades de recurso variável e de entrega do filme, foi encaminhada correspondência, em 30 de junho de 2009, solicitando novamente à SAV o envio dos documentos necessários para o encerramento dos contratos vinculados à entrega dos filmes e seus direitos, bem como encaminhamento das informações sobre o faturamento dos filmes para os contratos com retorno variável.
Já com relação aos contratos de retorno convencional, a Diretoria de Administração e Finanças desta Financiadora, em maio de 2009, encaminhou à SAV, a contraproposta de algumas produtoras inadimplentes. Nessa mesma correspondência foram enviados "Nota Técnica" e "Parecer Jurídico", os quais demonstram a posição da FINEP quanto ao referido pleito das produtoras.
Assim sendo, o Sr. Sílvio Da-Rin, Secretário do Audiovisual, informou que a área jurídica do Ministério da Cultura deverá analisar a documentação encaminhada, emitindo parecer, permitindo que a FINEP, de posse do citado parecer, possa agir de acordo com as devidas instruções do órgão que originou os recursos.

1.1.2 Prazo: As gestões junto ao Ministério da Cultura no intuito de agilizar os trâmites para a cobrança das produtoras inadimplentes estão sendo realizadas. Entretanto, para cobrança de dívidas incertas nos contratos com retorno variável e com entrega do filme e seus direitos, observa-se a necessidade do acesso às informações que demonstrem que existem obrigações inadimplidas - observa-se que esta Financiadora fez diversas vezes a vindicação de tais documentos. Sem essas informações, não é possível, não só o ajuizamento da respectiva demanda, por falta de pressuposto ou interesse processual, se ainda pendentes de quitação, mas, também, o próprio encerramento dos referidos contratos internamente na FINEP, mesmo que todas as obrigações tenham sido quitadas.

1ª Análise da CGU: O assunto será objeto de monitoramento nas próximas ações de controle.
Por meio da Solicitação de Auditoria n.º 222683/4, solicitamos à FINEP apresentar as atas das reuniões realizadas com representantes do Ministério da Cultura, visando a obtenção de informações sobre o adimplemento dos contratos de financiamento de retorno variável e entrega do filme.

1.1.3 Providências a serem Implementadas (DEZ/2009): Em 18 de setembro de 2009, a Secretaria do Audiovisual (SAV) emitiu Ofício de aprovação expressa da renegociação com as produtoras inadimplentes junto ao Convênio FINEP/MinC (AnexoIII) com a devida especificação dos termos da renegociação ora aprovada.
A partir do posicionamento do Ministério da Cultura, a Diretoria Executiva desta Financiadora, através da RES/DIR/0231/09, de 21/09/2009, resolveu aprovar a realização de acordos, visando a regularização da situação das produtoras de cinema inadimplentes com a FINEP, determinando às Áreas de Crédito, Financeira e Jurídica providências cabíveis (Anexo IV).
Isto posto, em outubro de 2009, o Departamento de Recuperação de Crédito/ACRD, em conjunto com o Departamento Jurídico de Contencioso e a Assessoria da Diretoria de Administração e Finanças, convocou as produtoras inadimplentes no sentido de tornar público os termos do acordo aprovado pelo Ministério da Cultura.
Com relação aos contratos de retorno convencional, aguarda-se pronunciamento da Secretaria do Audiovisual quanto à escolha dos filmes indicados pelas produtoras de acordo com o item "a" do citado Ofício da SAV.
Já no que se refere aos contratos de retorno variável, as produtoras vêm apresentando as declarações solicitadas, de acordo com item "b" também do citado Ofício da SAV. Tal documentação está sendo validada pelo Departamento Jurídico de Contencioso e após validação será encaminhada ao Departamento de Cobrança para emissão do termo de encerramento ou apuração de saldo devedor.

2º Análise da CGU: Embora não tenha sido possível cumprir a recomendação no prazo acordado, entendemos que a FINEP está adotando as providências para agilizar a cobrança das produtoras inadimplentes. O assunto continuará a ser acompanhado pela CGU até sua plena implementação. **Status CGU: "Em análise".**

1.1.4 Providências a serem Implementadas (NOV/10): (ACRD)
Após a convocação das produtoras realizada pelo Departamento de Recuperação de Crédito - DREC, em conjunto com o Departamento Jurídico de Contencioso - DJCT e a Assessoria da Diretoria de Administração e Finanças, em Outubro de 2009, para tornar público e esclarecer os termos do acordo aprovado para a regularização da situação das produtoras inadimplentes com a FINEP, algumas produtoras têm buscado encerrar as respectivas pendências financeiras com a FINEP, providenciando as informações e documentações necessárias.
Em relação aos contratos convencionais, dos 30 (trinta) contratos convencionais existentes, 4 (quatro) produtoras já renegociaram os respectivos contratos e estão em situação regular. Atualmente 26 (vinte e seis) produtoras ainda estão inadimplentes, entretanto, cabe registrar que quatro delas (Taiga, Empório, Rec e Olhar Imáginário) estão em fase de assinatura de instrumento de novação. Adicionalmente, 9 (nove) produtoras ainda estão buscando a regularização da situação dos seus contratos. Dentre estas, 2 (duas) já encaminharam as digibetas dos filmes selecionados para pagamento dos juros e encargos moratórios, conforme prevê o Ofício SAV/GAB/MinC, os que foram encaminhados para a elaboração do laudo pela Cinemateca Brasileira. Nesses casos falta apenas o laudo para a elaboração do acordo de renegociação. As demais produtoras ainda possuem pendências de documentação ou estão aguardando posição da SAV em relação à escolha do filme.
Conforme orientação do Diretor de Administração e Finanças, em Agosto de 2010 foram encaminhadas cartas para as produtoras que permaneciam em situação de inadimplência com objetivo de convocá-las para uma nova tentativa de solução da inadimplência e somente duas produtoras entraram em contato. No total 13 (treze) produtoras não responderam a nenhuma das convocações feitas pela FINEP.

No que se refere aos 45 (quarenta e cinco) contratos de retorno variável, 28 (vinte e oito) produtoras apresentaram a documentação solicitada no item "b" do Ofício supracitado. Essa documentação foi encaminhada para a validação pelo DJCT, visando a emissão dos respectivos termos de quitação. Atualmente 25 (vinte e cinco) contratos já foram devidamente encerrados. Cabe registrar que, entre essas produtoras, cinco apresentaram declarações de Receita Líquida do Produtor (RLP) positiva, sendo que três já quitaram suas dívidas e uma solicitou o parcelamento da dívida.
Em Agosto de 2010, a chefia do DJCT enviou e-mail à Secretaria de Audiovisual (SAV), informando sobre essa situação e solicitando manifestação formal acerca da empresa que informou a existência de RLP e parcelou o pagamento da dívida. Isto porque, neste caso, a produtora, apesar de estar efetuando pagamentos à FINEP, ainda se encontra em situação de inadimplência, uma vez que não há previsão no ofício SAV de situação como esta.
No caso dos contratos, cuja amortização se dá pela entrega do filme e de seus direitos, dos dez contratos existentes, três já foram devidamente encerrados até a presente data. Em relação aos demais contratos, pretende-se solicitar ao MinC a comprovação do recebimento ou não das obras, visando identificar quais são os contratos que permanecem inadimplentes.
Finalmente, cabe registrar que a Diretoria da FINEP, através do Excerto de Ata da RD No. 32/10, realizada em 16/08/2010, resolveu dar a seguinte orientação buscando a resolução definitiva do assunto:
1 - Recomendar a realização de um novo processo de convocação das produtoras inadimplentes com publicação de extrato no Diário Oficial da União;
2 - Dar maior visibilidade ao assunto quer através de cartas à produtoras, quer pela publicação de nota na imprensa;
3 - Orientar a Área Jurídica, através do DJCT, para a implementação do ora estabelecido.
Adicionalmente registramos que este assunto vem sendo acompanhado pela AUDI em seus relatórios trimestrais que periodicamente são remetidos para conhecimento da CGU. Propomos então a retirada deste item do Plano de Providências da CGU e o acompanhamento seja realizado por meio dos relatórios da AUDI.
Obs.: Excerto de Ata em anexo. ANEXO PPP 01 – RELATÓRIO

3º Análise da CGU: JAN/2011 – NT 75/2011
O assunto foi objeto de análise e acompanhamento pela CGU/Regional-RJ, cujas conclusões serão registradas no Relatório CGU/Regional-RJ n.º 253727, em elaboração.
Com relação aos contratos de financiamento de retorno convencional, analisamos a documentação correspondente aos quatro contratos encerrados e não identificamos a comprovação da entrega das obras ao Ministério da Cultura, que é necessária à quitação do pagamento de juros e multas referentes aos referidos contratos. Sobre esse assunto, emitimos a Nota de Auditoria n.º 253727/001, de 08/11/2010.
Com relação aos contratos de financiamento na modalidade de retorno variável, constatamos que foram encerrados contratos sem a documentação comprobatória correspondente. As recomendações pertinentes serão apresentadas no referido Relatório CGU/Regional-RJ n.º 253727, em elaboração.
Os contratos de financiamento na modalidade entrega do filme também foram verificados e sua análise será apresentada no Relatório CGU/Regional-RJ n.º 253727, em elaboração. Não foram identificadas impropriedades relevantes.
Diante do exposto, as recomendações serão mantidas no status "em análise" e o assunto continuará sendo acompanhado pela CGU-Regional/RJ, considerando sua materialidade e criticidade. Ademais, o Acórdão TCU n.º 2347/2008 – Segunda Câmara, em seu item 9.10.2.2, determina à CGU/Regional-RJ que informe no Relatório de Contas da FINEP quanto ao andamento dos processos de cobrança do saldo devedor dos financiamentos concedidos pela FINEP nas obras cinematográficas relacionadas no Acórdão.
Status CGU: Reiteração pela não implementação plena da recomendação

1.1.5 Providências a serem Implementadas (NOV/11):(ACRD) A implementação da recomendação será monitorada nas próximas ações de controle da CGU OS 253727

4º Análise da CGU em 13/03/2012 – NT 534/2012:
Análise do Controle Interno:
Tendo em vista as manifestações anteriores, aguardamos o encaminhamento de informações atualizadas sobre a implementação da recomendação.
Posição da CGU: Reiteração por decurso de prazo (sem manifestação)

1.2 Recomendação 002: Realizar gestões junto ao Ministério da Cultura para obter informações relativas à entrega do filme por parte das produtoras que firmaram contratos de financiamento sob a modalidade de entrega do filme, visando aferir quais são os contratos inadimplidos, de forma que seja possível realizar sua cobrança e/ou aplicar as penalidades cabíveis. (ACRD)

1.2.1 Providências a serem Implementadas: O Departamento de Recuperação de Crédito – DREC, em conjunto com o Departamento Jurídico de Contencioso e a Assessoria da Diretoria de Administração e Finanças, com relação aos contratos de financiamento sob a modalidade de recurso variável e de entrega do filme, em julho do ano corrente, vem realizando reuniões com representantes da Secretaria de Audiovisual – SAV, do Ministério da Cultura, visando obter junto a ANCINE e a Cinemateca Brasileira, informações com as quais seja possível aferir quais são os contratos inadimplidos, de forma que seja possível realizar a cobrança e/ ou aplicar as penalidades.
No que concerne aos contratos de financiamentos sob as modalidades de recurso variável e de entrega do filme, foi encaminhada correspondência, em 30 de junho de 2009, solicitando novamente à SAV o envio dos documentos necessários para o encerramento dos contratos vinculados à entrega dos filmes e seus direitos, bem como encaminhamento das informações sobre o faturamento dos filmes para os contratos com retorno variável.
Já com relação aos contratos de retorno convencional, a Diretoria de Administração e Finanças desta Financiadora, em maio de 2009, encaminhou à SAV, a contraproposta de algumas produtoras inadimplentes. Nessa mesma correspondência foram enviados "Nota Técnica" e "Parecer Jurídico", os quais demonstram a posição da FINEP quanto ao referido pleito das produtoras.
Assim sendo, o Sr. Sílvio Da-Rin, Secretário do Audiovisual, informou que a área jurídica do Ministério da Cultura deverá analisar a documentação encaminhada, emitindo parecer, permitindo que a FINEP, de posse do citado parecer, possa agir de acordo com as devidas instruções do órgão que originou os recursos.

1.2.2 Prazo: As gestões junto ao Ministério da Cultura no intuito de agilizar os trâmites para a cobrança das produtoras inadimplentes estão sendo realizadas. Entretanto, para cobrança de dívidas incertas nos contratos com retorno variável e com entrega do filme e seus direitos, observa-se a necessidade do acesso às informações que demonstrem que existem obrigações inadimplidas - observa-se que esta Financiadora fez diversas vezes a vindicação de tais documentos. Sem essas informações, não é possível, não só o ajuizamento da respectiva demanda, por falta de pressuposto ou interesse processual, se ainda pendentes de quitação, mas, também, o próprio encerramento dos referidos contratos internamente na FINEP, mesmo que todas as obrigações tenham sido quitadas.

1ª Análise da CGU: O assunto será objeto de monitoramento nas próximas ações de controle.
Por meio da Solicitação de Auditoria n.º 222683/4, solicitamos à FINEP apresentar as atas das reuniões realizadas com representantes do Ministério da Cultura, visando a obtenção de informações sobre o adimplemento dos contratos de financiamento de retorno variável e entrega do filme.

1.2.3 Providências a serem Implementadas (DEZ/2009): Em 18 de setembro de 2009, a Secretaria do Audiovisual (SAV) emitiu Ofício de aprovação expressa da renegociação com as produtoras inadimplentes junto ao Convênio FINEP/MinC (AnexoIII) com a devida especificação dos termos da renegociação ora aprovada.
A partir do posicionamento do Ministério da Cultura, a Diretoria Executiva desta Financiadora, através da RES/DIR/0231/09, de 21/09/2009, resolveu aprovar a realização de acordos, visando a regularização da

situação das produtoras de cinema inadimplentes com a FINEP, determinando às Áreas de Crédito, Financeira e Jurídica providências cabíveis (Anexo IV).
Isto posto, em outubro de 2009, o Departamento de Recuperação de Crédito/ACRD, em conjunto com o Departamento Jurídico de Contencioso e a Assessoria da Diretoria de Administração e Finanças, convocou as produtoras inadimplentes no sentido de tornar público os termos do acordo aprovado pelo Ministério da Cultura.
Com relação aos contratos de retorno convencional, aguarda-se pronunciamento da Secretaria do Audiovisual quanto à escolha dos filmes indicados pelas produtoras de acordo com o item "a" do citado Ofício da SAV.
Já no que se refere aos contratos de retorno variável, as produtoras vêm apresentando as declarações solicitadas, de acordo com item "b" também do citado Ofício da SAV. Tal documentação está sendo validada pelo Departamento Jurídico de Contencioso e após validação será encaminhada ao Departamento de Cobrança para emissão do termo de encerramento ou apuração de saldo devedor.

2º Análise da CGU: Embora não tenha sido possível cumprir a recomendação no prazo acordado, entendemos que a FINEP está adotando as providências para agilizar a cobrança das produtoras inadimplentes. O assunto continuará a ser acompanhado pela CGU até sua plena implementação. **Status CGU: "Em análise".**

1.2.4 Providências a serem Implementadas (NOV/10): (ACRD)
Após a convocação das produtoras realizada pelo Departamento de Recuperação de Crédito - DREC, em conjunto com o Departamento Jurídico de Contencioso - DJCT e a Assessoria da Diretoria de Administração e Finanças, em Outubro de 2009, para tornar público e esclarecer os termos do acordo aprovado para a regularização da situação das produtoras inadimplentes com a FINEP, algumas produtoras têm buscado encerrar as respectivas pendências financeiras com a FINEP, providenciando as informações e documentações necessárias.
Em relação aos contratos convencionais, dos 30 (trinta) contratos convencionais existentes, 4 (quatro) produtoras já renegociaram os respectivos contratos e estão em situação regular. Atualmente 26 (vinte e seis) produtoras ainda estão inadimplentes, entretanto, cabe registrar que quatro delas (Taiga, Empório, Rec e Olhar Imáginário) estão em fase de assinatura de instrumento de novação. Adicionalmente, 9 (nove) produtoras ainda estão buscando a regularização da situação dos seus contratos. Dentre estas, 2 (duas) já encaminharam as digibetas dos filmes selecionados para pagamento dos juros e encargos moratórios, conforme prevê o Ofício SAV/GAB/MinC, os que foram encaminhados para a elaboração do laudo pela Cinemateca Brasileira. Nesses casos falta apenas o laudo para a elaboração do acordo de renegociação. As demais produtoras ainda possuem pendências de documentação ou estão aguardando posição da SAV em relação à escolha do filme.
Conforme orientação do Diretor de Administração e Finanças, em Agosto de 2010 foram encaminhadas cartas para as produtoras que permaneciam em situação de inadimplência com objetivo de convocá-las para uma nova tentativa de solução da inadimplência e somente duas produtoras entraram em contato. No total 13 (treze) produtoras não responderam a nenhuma das convocações feitas pela FINEP.
No que se refere aos 45 (quarenta e cinco) contratos de retorno variável, 28 (vinte e oito) produtoras apresentaram a documentação solicitada no item "b" do Ofício supracitado. Essa documentação foi encaminhada para a validação pelo DJCT, visando a emissão dos respectivos termos de quitação. Atualmente 25 (vinte e cinco) contratos já foram devidamente encerrados. Cabe registrar que, entre essas produtoras, cinco apresentaram declarações de Receita Líquida do Produtor (RLP) positiva, sendo que três já quitaram suas dívidas e uma solicitou o parcelamento da dívida.
Em Agosto de 2010, a chefia do DJCT enviou e-mail à Secretaria de Audiovisual (SAV), informando sobre essa situação e solicitando manifestação formal acerca da empresa que informou a existência de RLP e parcelou o pagamento da dívida. Isto porque, neste caso, a produtora, apesar de estar efetuando pagamentos à FINEP, ainda se encontra em situação de inadimplência, uma vez que não há previsão no ofício SAV de situação como esta.

No caso dos contratos, cuja amortização se dá pela entrega do filme e de seus direitos, dos dez contratos existentes, três já foram devidamente encerrados até a presente data. Em relação aos demais contratos, pretende-se solicitar ao MinC a comprovação do recebimento ou não das obras, visando identificar quais são os contratos que permanecem inadimplentes.
Finalmente, cabe registrar que a Diretoria da FINEP, através do Excerto de Ata da RD No. 32/10, realizada em 16/08/2010, resolveu dar a seguinte orientação buscando a resolução definitiva do assunto:
1 - Recomendar a realização de um novo processo de convocação das produtoras inadimplentes com publicação de extrato no Diário Oficial da União;
2 - Dar maior visibilidade ao assunto quer através de cartas à produtoras, quer pela publicação de nota na imprensa;
3 - Orientar a Área Jurídica, através do DJCT, para a implementação do ora estabelecido.
Adicionalmente registramos que este assunto vem sendo acompanhado pela AUDI em seus relatórios trimestrais que periodicamente são remetidos para conhecimento da CGU. Propomos então a retirada deste item do Plano de Providências da CGU e o acompanhamento seja realizado por meio dos relatórios da AUDI.
Obs.: Excerto de Ata em anexo. ANEXO PPP 01 – RELATÓRIO

3º Análise da CGU: JAN/2011 – NT 75/2011
O assunto foi objeto de análise e acompanhamento pela CGU/Regional-RJ, cujas conclusões serão registradas no Relatório CGU/Regional-RJ n.º 253727, em elaboração.
Com relação aos contratos de financiamento de retorno convencional, analisamos a documentação correspondente aos quatro contratos encerrados e não identificamos a comprovação da entrega das obras ao Ministério da Cultura, que é necessária à quitação do pagamento de juros e multas referentes aos referidos contratos. Sobre esse assunto, emitimos a Nota de Auditoria n.º 253727/001, de 08/11/2010.
Com relação aos contratos de financiamento na modalidade de retorno variável, constatamos que foram encerrados contratos sem a documentação comprobatória correspondente. As recomendações pertinentes serão apresentadas no referido Relatório CGU/Regional-RJ n.º 253727, em elaboração.
Os contratos de financiamento na modalidade entrega do filme também foram verificados e sua análise será apresentada no Relatório CGU/Regional-RJ n.º 253727, em elaboração. Não foram identificadas impropriedades relevantes.
Diante do exposto, as recomendações serão mantidas no status "em análise" e o assunto continuará sendo acompanhado pela CGU-Regional/RJ, considerando sua materialidade e criticidade. Ademais, o Acórdão TCU n.º 2347/2008 – Segunda Câmara, em seu item 9.10.2.2, determina à CGU/Regional-RJ que informe no Relatório de Contas da FINEP quanto ao andamento dos processos de cobrança do saldo devedor dos financiamentos concedidos pela FINEP nas obras cinematográficas relacionadas no Acórdão.
Status CGU: Reiteração pela não implementação plena da recomendação

1.2.5 Providências a serem Implementadas (NOV/11):(ACRD) A implementação da recomendação será monitorada nas próximas ações de controle da CGU OS 253727

4º Análise da CGU em 13/03/2012 – NT 534/2012:
Análise do Controle Interno:
Tendo em vista as manifestações anteriores, aguardamos o encaminhamento de informações atualizadas sobre a implementação da recomendação.
Posição da CGU: Reiteração por decurso de prazo (sem manifestação)

2. ITEM Nº 1.2.1.1
CONSTATAÇÃO: *Falhas na definição das variáveis utilizadas para aferir eficiência e economicidade, comprometendo a confiabilidade e a consistência dos indicadores apresentados no Relatório de Gestão.*

2.1 Recomendação 001: *Na construção de indicadores de desempenho, avaliar a utilização de variáveis homogêneas, que independam de fatores externos, conceitualmente estáveis e de fácil acesso às informações primárias. (APLA)*

2.1.1 Providências a serem Implementadas: O indicador "Esforço operacional" procura mostrar o desempenho da Agência e seus empregados. O item "volume de recursos analisados" utilizado representa a soma dos valores solicitados na demanda de propostas recebidas pela FINEP.
No entanto, tendo em vista o entendimento da CGU sobre a interferência externa no montante desses recursos, e dadas às características da FINEP de agente tomador de dinheiro – Orçamento Geral da União e da política de aplicação dos recursos de vários Ministérios-, propõem-se:
- Fazer um levantamento dos indicadores utilizados, a nível nacional e internacional, e avaliar sua adequação para a FINEP;
- Analisar a possibilidade de realização de estudo para a construção de metodologia de avaliação operacional a partir de indicadores econômicos a ser realizado pela própria FINEP, ou por empresa de consultoria especializada;

O prazo proposto é compatível com o término das atividades de desenvolvimento no Plano de Gestão Estratégica (PGE) em curso. O PGE irá contribuir para a definição de novas métricas e indicadores compatíveis com as singularidades inerentes à atuação da FINEP. A adoção de novos indicadores, neste momento sem tais definições do PGE, poderá acarretar o estabelecimento de indicadores pouco aderentes à visão de futuro.
A FINEP deverá utilizar os mesmos indicadores operacionais em contestação durante o ano de 2009, e até que os novos indicadores estejam adotados.

2.1.2 Prazo: 31/10/2009

1ª Análise da CGU: Consideramos que o prazo de atendimento de 31/10/2009, apresentado para a primeira recomendação, não é coerente com a informação de que a FINEP deverá utilizar os mesmos indicadores em contestação durante o exercício de 2009 e até que os novos indicadores sejam adotados.

2.1.3 Providências a serem Implementadas (DEZ/2009): Em 04/09/2009, a APLA reuniu-se com o BNDES para discutir os indicadores utilizados por aquela instituição antes da implementação do planejamento estratégico. O BNDES apresentou a tabela de indicadores de desempenho utilizados nas áreas gerenciais e, a APLA ficou de estudar os dados recebidos.
Em 05/09/2009, houve uma nova reunião no BNDES onde se discutiu, mais uma vez, a adequação para a FINEP dos indicadores elaborados pelo BNDES.
Em 17/11/2009, foi realizado na FINEP, seminário com o Dr. Eduardo Jardim, especialista em indicadores na gestão pública.
O processo de desenvolvimento do PGE sofreu atraso em função da manutenção da premissa de consecução de um processo participativo. Embora já tenhamos definidas as referências básicas - visão, diretrizes estratégicas e valores – ainda não foram definidos os macro-indicadores e respectivas metas. Desta forma, a posição da APLA é de que é necessário, em primeiro lugar, definir os macro-indicadores para, posteriormente, escolher quais os indicadores de gestão mais adequados.
A APLA entende que enquanto estão sendo estudados os novos indicadores e o planejamento estratégico está sendo implementado, os indicadores anteriormente utilizados devem ser mantidos. O Prazo de 31/10/2009, não é para finalização da criação de indicadores, mas sim do estudo para avaliar se será necessário encomendar esta tarefa a uma consultoria e se adequar ao planejamento estratégico.

2ª Análise da CGU: Tendo em vista que se encontram em curso discussões sobre o planejamento estratégico da Entidade e os macroindicadores para, em seguida, serem definidos os novos indicadores, prorrogamos o prazo de implementação da recomendação para 31/05/2010, data final para envio do processo anual de contas da FINEP. Os indicadores apresentados no Relatório de Gestão de 2009 são os mesmos de 2008, portanto ainda suscetíveis a variações externas. A FINEP informou no Relatório de Gestão de 2009 que serão realizados estudos com vistas à reconstrução dos indicadores de desempenho, a partir da implementação do Plano de Gestão Estratégica – PGE da Empresa. **Status: "Em Análise".**

2.1.4 Providências a serem Implementadas PPP Versão (NOV/10): APLA
Em relação ao assunto temos a informar que no âmbito do Plano de Gestão Estratégica – PGE foi realizado de março a outubro de 2010 um projeto de Formulação de Indicadores. O projeto foi desenvolvido com o apoio do CGEE e consultoria do Instituto PUBLIX para o desenvolvimento da Gestão Pública. O trabalho permitiu o mapeamento e a avaliação de 239 objetos e indicadores de gestão ou do roadmap do PGE. Após a realização de oficinas e reuniões técnicas foram selecionados 150 indicadores, e destes priorizados 29, que foram finalmente classificados em 3 graus de complexidade e submetidos á apreciação do Comitê de Planejamento e da Diretoria. Ao final foram validados 14 indicadores que necessitam agora de um trabalho técnico de detalhamento das metas, métricas, periodicidade e outros parâmetros referentes a sua construção. A realização deste trabalho depende da negociação em curso de contratação de serviços adicionais de consultoria para treinamento e capacitação de equipe interna adicionalmente às atividades acima mencionadas. Os indicadores selecionados foram: 1 - Índice de Inadimplência total (Inadimplência sobre o Total liberado); 2 - Ativo total/patrimônio de referência (recomendado pelo BACEN - Risco de Mercado; 3- Percentual de adequação da FINEP para seu reconhecimento como instituição financeira; 4 - Retorno de capital/Patrimônio; 5 - Tempo de análise e aprovação do Reembolsável; 6 - Tempo de análise e aprovação do não reembolsável (Encomenda e Chamada Pública); 7 - Quantidade de convênios não encerrados/não conclusos (backlog) sobre a carteira; 8 - Prazo médio de contratação, liberação, execução e acompanhamento (em dias corridos); 9 - Percentual de processos otimizados; 10 - Índice de empresabilidade (Pesquisa Exame); 11 - Operações FINEP não-reembolsáveis, reembolsáveis e investimentos (número de operações, valor das operações, liberações) / por Programa; 12 - Percentual de recursos financeiros destinados a programas estruturantes e mobilizadores em áreas estratégicas. 13 – Captação de Recursos (volume em relação à carteira); 14 – Grau de implantação/cumprimento das ações do Roadmap (Taxa de execução física consolidada do Roadmap – ações 2010-2011). Esperamos que este trabalho esteja concluído até julho de 2011. Na medida do possível já serão apresentados alguns desses indicadores no Relatório de Gestão de 2010.

Prazo: 31/07/2011

3ª Análise da CGU – JAN/2011 – NT 75/2011
As providências ainda estão em fase de implementação. Dessa forma, a recomendação será mantida e acompanhada durante a Auditoria de Contas relativa ao exercício de 2010.
Status CGU: Prorrogação (solicitação Gestor)
Prazo para Atendimento da Recomendação: 31/07/2011

2.1.5 Providências a serem implementadas (NOV/11) (APLA) A implementação da recomendação será monitorada nas próximas ações de controle (CGU)

4º Análise da CGU em 13/03/2012 – NT 534/2012:
Análise do Controle Interno:
O Relatório CGU Regional-RJ 201109034, referente à auditoria de contas relativa ao exercício de 2010, registrou que, de acordo com o Relatório de Gestão de 2010, foi elaborado um estudo para definição de indicadores para monitoramento da gestão estratégia da FINEP, tendo sido validados 14 indicadores pelo Comitê de Planejamento e pela Diretoria. A sua utilização, contudo, depende de um trabalho técnico de detalhamento dos parâmetros referentes à sua construção. Desta forma, e considerando o prazo prorrogado informado pelo gestor, a recomendação será mantida e acompanhada durante o trabalho de auditoria de contas relativa ao exercício de 2011.
Posição da CGU: Prorrogação (solicitação Gestor)

3. ITEM Nº 4.1.1.3
CONSTATAÇÃO: *Registro incipiente dos atos de movimentação de pessoal no Sistema SISAC.*

3.1 Recomendação 001: Realizar o registro no SISAC de todas as ocorrências de admissão e desligamento pendentes: i) iniciar os registros pelos atos ocorridos entre 2001 e 2009 e concluir os lançamentos até 05/07/2009; e ii) apresentar a previsão de lançamentos dos atos anteriores a 2001 na atualização do Plano de Providências. (ARH)

3.1.1 Providências a serem Implementadas:
i) Foram realizados os lançamentos no SISAC de todas as admissões realizadas a partir de 01/06/2001, no total de 384 atos. Os atos de desligamento referentes aos funcionários ingressos a partir da mesma data, que totalizam 141, serão lançados até o final do mês de agosto/2009.
ii) O lançamento dos atos de admissão dos funcionários ingressos antes de 01/06/2001, terá início no mês de setembro/2009.

3.1.2 Prazo: 31/12/2009

1ª Análise da CGU: A implementação das providências será avaliada na Auditoria de Contas referente ao exercício de 2009.

3.1.3 Providências a serem Implementadas (DEZ/2009): Através do MEMO/DARH/195/09, o DARH informou que:
i)Foram lançados do SISAC todos os atos de admissão e demissão realizados a partir de 01/06/2001;
ii)Não teve início o lançamento dos atos de admissão dos funcionários ingressos antes de 01/06/2001, devido à dificuldade de obtenções necessárias para o devido registro. O DARH entrará em contato com a CGU para expor a situação e solicitar orientações.

2ª Análise da CGU: Em relação aos atos de 2001 a 2009, foram lançados. A CGU manifestou-se pela legalidade dos referidos atos, conforme registrado no Relatório CGU/Regional RJ n.º 240713. Com relação aos atos anteriores a 2001, o prazo anterior apresentado no plano de providências não foi cumprido, contudo, na atualização do plano de providências, o gestor não solicitou novo prazo. **Status: "Em Análise".**

3.1.4 Providências a serem Implementadas (NOV/10): ARH
Posicionamento da ARH:
Todos os registros foram efetuados e os novos atos estão sendo lançados no SISAC dentro do prazo legal estabelecido;
Em relação aos atos dos funcionários ingressos antes de 2001, foram adotadas as seguintes providências pelo DARH:
levantamento das informações existentes no arquivo cadastral;
identificação de ausência de informações para preenchimento dos seguintes campos do formulário do SISAC: concurso público, motivo da vaga e dispositivo que originou a vaga. Tais informações não constam de nosso cadastro, pois de fato não existem, visto que antes de 1988 o ingresso não era efetuado mediante concurso público e não havia limitação do número de vagas para a FINEP;
de forma a buscar orientação sobre o lançamento destas informações, o funcionário do DARH responsável pelos lançamentos no SISAC realizou em 26/10/10 treinamento no TCU em Brasília. A orientação recebida foi a de que todos os dados, sem exceção, devem ser lançados, apesar da nossa argumentação de que tais informações nunca existiram, a orientação foi mantida pelo servidor do TCU que ministrou o treinamento;
diante do exposto o DARH solicitará uma reunião com a equipe da Auditoria Interna, de forma a buscar solução para a questão;
sendo assim, neste momento, o DARH encontra-se impossibilitado de apresentar precisão para o lançamento destes atos.

3ª Análise da CGU – JAN/2011 – NT 75/2011
A recomendação permanece sem atendimento no que se refere ao item ii.. Considerando a informação prestada de que o DARH solicitará uma reunião com a equipe da Auditoria Interna de forma a buscar solução para a questão, o assunto continuará sendo monitorado pela CGU/Regional-RJ.
Status CGU: Reiteração pela não implementação plena da recomendação.

3.1.5 Providências a serem Implementadas (NOV/11): (ARH)
Quanto ao registro no SISAC, informamos que o Departamento de Administração de recursos Humanos – DARH elaborou nova consulta para "Fale SISAC" pois ainda existem dúvidas sobre o preenchimento dos campos relacionados ao "Dispositivo Legal" no referido sistema, no Caso dos funcionários admitidos antes de 2001.(ANEXO PPP 03 – RELATÓRIO).

4º Análise da CGU em 13/03/2012 – NT 534/2012:
Análise do Controle Interno:
Considerando que a recomendação ainda não foi implementada no que se refere ao item ii e que o DARH está tomando providências para atendê-la, a mesma continuará sendo monitorada.
Posição da CGU: Reiteração pela não implementação plena da recomendação.

4. FINEP – 2 RECOMENDAÇÕES ATENDIDAS

5. ITEM Nº 4.2.1.1
CONSTATAÇÃO: *Persistência de fragilidades no registro e controle do serviço extraordinário.*

5.2 Recomendação 002: *Somente permitir a realização de mais de duas horas extras por dia em casos excepcionais e devidamente justificados. (ARH)*

5.2.1 Providências a serem Implementadas: Tal procedimento já está sendo observado pelo Departamento de Administração de Recursos Humanos da FINEP.

5.2.2 Prazo: Imediato

1ª Análise da CGU: Consideramos que as providências estão pendentes de verificação.
Por meio da Solicitação de Auditoria n.º 222683/4, solicitamos à FINEP apresentar a relação dos beneficiários de horas extras no exercício de 2009, discriminando o valor recebido mensalmente e o setor de lotação de cada beneficiário. beneficiário. Também solicitamos a apresentação do parecer da Área Jurídica sobre a alternativa adequada à legislação para os casos em que os servidores fazem suas refeições nas dependências da FINEP, conforme solicitado pela DARH.
A relação de beneficiários de horas extras e as informações pertinentes foram apresentadas mediante o MEMO/ARH/057/09, de 28/10/2009.

5.2.3 Providências a serem Implementadas (DEZ/2009): O DARH informou, através do MEMO/DARH/195/09, que a providência já está implementada.

2ª Análise da CGU: A implementação da recomendação se encontra sob análise da CGU na realização da ação de controle n.º 237143. Constatamos a reincidência da ocorrência de mais de duas horas extras por dia no exercício de 2009, sem justificativa para o desrespeito ao limite legal, conforme Relatório CGU/Regional RJ n.º 244143. **Status: "Em Análise"**

5.2.4 Providências a serem Implementadas (NOV/10): Recomendação considerada sem efeito. O assunto retornará no Relatório 244143.

3ª Análise da CGU – JAN/2011 – NT 75/2011
O Relatório CGU/Regional-RJ n.º 244143 registrou a reincidência da ocorrência de mais de duas horas extras por dia no exercício de 2009, sem justificativa para o desrespeito ao limite legal.
Desta forma, consideramos que a recomendação não foi atendida e o assunto continuará a ser monitorado nas próximas ações de controle.
Status CGU: Reiteração pela não implementação plena da recomendação

5.2.5 Providências a serem implementadas (NOV/11): (ARH)A implementação da recomendação será monitorada nas próximas ações de controle da (CGU)

4º Análise da CGU em 13/03/2012 – NT 534/2012:
Análise do Controle Interno:
O Relatório CGU/Regional-RJ nº 201117764, referente ao acompanhamento da gestão do exercício de 2011, em fase final de elaboração, registrou a reincidência da ocorrência de mais de duas horas extras por dia no exercício de 2011, sem justificava para o desrespeito ao limite legal.
Desta forma, consideramos que a recomendação não foi atendida.
Destacamos que a recomendação, reapresentada no Relatório CGU/Regional/RJ nº 244143 (Auditoria de Gestão do exercício de 2009), foi lá considerada atendida, para ser acompanhada no âmbito do relatório .
Posição da CGU: Reiteração pela não implementação plena da recomendação.

6. FINEP – 2 RECOMENDAÇÕES ATENDIDAS

7. FNDCT – 1 RECOMENDAÇÃO ATENDIDA

8. FNDCT – 2 RECOMENDAÇÕES PENDENTES DE ATENDIMENTO E 1 RECOMENDAÇÃO NÃO ANALISADA

9. ITEM Nº 6.1.1.1

CONSTATAÇÃO: *Não cumprimento de atividades relevantes previstas no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT/2008 e registro parcial do acompanhamento das determinações e recomendações dos órgãos de controle, inclusive para a própria Auditoria Interna.*

9.2 Recomendação 002: *Dotar a Auditoria Interna de ferramentas informatizadas que permitam o monitoramento das determinações e recomendações dos órgãos de controle, inclusive na própria Auditoria Interna. (AUDI)*
9.2.1 Providências a serem Implementadas: A AUDI ainda não dispõe de um sistema informatizado que permita o eficiente monitoramento das informações pertinentes a sua área de atuação.
Considerando a necessidade da revisão trimestral do Plano de Providências, onde será acompanhada cada uma das recomendações contidas nos Relatórios de Auditoria da CGU, Notas de Auditoria e demais recomendações, a AUDI utilizará planilhas em EXCEL como suporte para o seu monitoramento.
No tocante ao sistema próprio, a AUDI consultará o Grupo de Trabalho do Novo Sistema – GTNS, a respeito da viabilidade de investimento em Software de Auditoria (que provavelmente não interagirá com o novo sistema da FINEP) ou se aguarda a sua inclusão no desenho lógico e sistêmico da empresa.

9.2.2 Prazo: 31/12/2009

1ª Análise da CGU: A segunda recomendação será acompanhada nas próximas ações de controle.

9.2.3 Providências a serem Implementadas (DEZ/2009): A AUDI, através do MEMO/AUDI/Nº 856/2006, encaminhou consulta ao GTNS sobre a viabilidade de investimento em Software de Auditoria.

2ª Análise da CGU: Consideramos insuficientes as providências implementadas para dotar a auditoria interna da FINEP de ferramentas informatizadas que a auxiliem em suas atividades. Dada a natureza da FINEP, que atua como empresa pública e Secretaria Executiva do FNDCT, é responsável pela movimentação de vultosos recursos públicos anualmente, através de diversos instrumentos para concessão de financiamento ou de recursos não reembolsáveis. Dessa forma, requer uma Auditoria Interna bem estruturada e dotada de ferramentas informatizadas específicas da área de Auditoria.. Status: "Em análise".

9.2.4 Providências a serem Implementadas (NOV/10):AUDI
Em 2010 a AUDI elaborou minuta do Termo de Referência para realização de licitação. Na oportunidade, o Departamento de sistemas (DSIS) foi consultado sobre a viabilidade do andamento do projeto. O DSIS manifestou-se registrando que os equipamentos servidores em uso na FINEP não suportam o incremento de novo sistema para a Auditoria. Este trabalho será retomado pela AUDI em 2011, já que há previsão de melhorias dos servidores para este ano.

3ª Análise da CGU – JAN/2011 – NT 75/2011
Considerando as informações apresentadas, a recomendação será mantida e monitorada nas próximas ações de controle.
Status CGU: Tipo da comunicação: Reiteração pela não implementação plena da recomendação.

9.2.5 Providências a serem implementadas no PPP (versão NOV/2011): (AUDI). Esta recomendação será monitorada pela CGU

4º Análise da CGU em 13/03/2012 – NT 534/2012:
Análise do Controle Interno:
Tendo em vista as manifestações anteriores, aguardamos o encaminhamento de informações atualizadas sobre a implementação da recomendação.
Posição da CGU: Reiteração por decurso de prazo(sem manifestação)

RELATÓRIO DE AUDITORIA: 224957 – GESTÃO 2008
UNIDADE EXAMINADA : FNDCT
CODIGO : 240901
MUNICIPIO : RIO DE JANEIRO
UF : RJ

10. FINEP – 2 RECOMENDAÇÕES ATENDIDAS

11. FNDCT – 3 RECOMENDAÇÕES ATENDIDAS

RELATÓRIO DE AUDITORIA: 227591 – Gestão 2009
UNIDADE EXAMINADA : FINEP
CODIGO : 365001
MUNICIPIO : RIO DE JANEIRO
UF : RJ

12. FINEP – 3 RECOMENDAÇÕES ATENDIDAS

RELATÓRIO DE AUDITORIA: 227592 – Gestão 2009
UNIDADE EXAMINADA : FINEP
CODIGO : 365001
MUNICIPIO : RIO DE JANEIRO
UF : RJ

13. FNDCT – 3 RECOMENDAÇÕES PENDENTES DE ATENDIMENTO

14. FNDCT – 2 RECOMENDAÇÕES ATENDIDAS

15. FNDCT – 2 RECOMENDAÇÕES ATENDIDAS

16. FNDCT – 1 RECOMENDAÇÃO PENDENTE DE ATENDIMENTO E 8 RECOMENDAÇÕES ATENDIDAS

17. FNDCT – 4 RECOMENDAÇÕES PENDENTES DE ATENDIMENTO

18. FNDCT – 2 RECOMENDAÇÕES PENDENTES DE ATENDIMENTO

RELATÓRIO DE AUDITORIA: 236107 – Gestão 2009
UNIDADE EXAMINADA : FINEP
CODIGO : 365001
MUNICIPIO : RIO DE JANEIRO
UF : RJ

19. FNDCT – 2 RECOMENDAÇÕES PENDENTES DE ATENDIMENTO E 5 RECOMENDAÇÕES ATENDIDAS

20. FNDCT – 1 RECOMENDAÇÃO PENDENTE DE ATENDIMENTO

21. FNDCT – 2 RECOMENDAÇÕES PENDENTES DE ATENDIMENTO E 4 RECOMENDAÇÕES ATENDIDAS

22. FNDCT - 2 RECOMENDAÇÕES PENDENTES DE ATENDIMENTO E 1 RECOMENDAÇÃO ATENDIDA

23. FINEP – 3 RECOMENDAÇÕES ATENDIDAS

24. ITEM Nº 1.1.5.1
CONSTATAÇÃO: (012) *Falhas na normatização do pagamento de horas extras e no controle do seu processamento, no que se refere à limitação do número de horas extras diárias.*

24.1 Recomendação: 001 *Rever a norma interna da FINEP que regulamenta a jornada de trabalho e controle de freqüência para condicionar o pagamento de horas extras à verificação da extrapolação da jornada de trabalho dos empregados, após realizados os ajustes devidos decorrentes do banco de horas.*

24.1.1 Providências a serem Implementadas (NOV/10): ARH
Posicionamento da ARH:
A norma de Jornada de Trabalho e Controle de Freqüência encontra-se em processo de revisão pela ARH, para adequação da questão referente às horas extraordinárias, conforme a recomendação da CGU, e do banco de horas, conforme cláusula do Acordo Coletivo de Trabalho.

Análise da CGU – JAN/2011 – NT 75/2011
A implementação da recomendação será verificada nas próximas ações de controle.
Status CGU: Reiteração pela não implementação plena da recomendação.

24.1.2 Providências a serem implementadas no PPP (Versão NOV/2011) ARH

Informamos que a Norma de Jornada de trabalho e Controle de Freqüência ainda encontra-se em revisão pelo Departamento de Administração de Recursos Humanos – DARH, não só para atendimento às questões levantadas pela CGU, mas também para adequação a outras sugestões apontada pelos funcionários. A revisão da Norma servirá de base para o novo sistema de controle de freqüência.

4º Análise da CGU em 13/03/2012 – NT 534/2012:
Análise do Controle Interno:
O Relatório CGU-Regional/RJ nº201109034, referente à auditoria de acompanhamento do exercício de 2011, em fase final de elaboração, registra pagamento de horas extras a empregado da FINEP, apesar de o empregado apresentar saldo negativo no banco de horas nos meses correspondentes. Considerando a coerência desta falha, associada à informação de que a norma interna que regulamenta a jornada de trabalho e controle de freqüência ainda não foi revisada. Entendemos que a recomendação permanece sem atendimento.
Posição da CGU:Reiteração pela não implementação plena da recomendação.

24.2 Recomendação: 002 – FINEP – ATENDIDA

24.3 Recomendação: 003 *Avaliar o risco de futuras demandas trabalhistas fundamentadas na ausência de registro do intervalo para descanso e alimentação dos funcionários que fazem suas refeições na dependência da Empresa e decidir as medidas que devem ser adotadas, considerando os custos envolvidos na implantação das medidas e no possível contencioso trabalhista.*

24.3.1 Providências a serem Implementadas (NOV/10): ARH
Posicionamento da ARH:
O DARH encaminhará, até o dia 23/12, solicitação à Área Jurídica de avaliação do risco de futuras demandas trabalhistas referentes a esta questão.

Análise da CGU – JAN/2011 – NT 75/2011
De acordo com os esclarecimentos apresentados, encontram-se em curso providências para cumprimento da recomendação, cuja implementação será verificada nas próximas ações de controle.
Status CGU: Reiteração pela não implementação plena da recomendação

24.3.2 Providências a serem implementadas PPP Versão em (NOV/11): (ARH)
Em função da revisão da Norma de Jornada de Trabalho e CONTROLE DE freqüência, está sendo novamente discutida com a Área Jurídica as alternativas para minorar esse risco trabalhista.
Vale ressaltar que em consulta área de Recursos Humanos do BNDES, fomos informados que ele realizam o desconto de 1 hora, automaticamente, caso o funcionário não apresente marcação. Sendo esta, uma das alternativas discutida internamente.

4º Análise da CGU em 13/03/2012 – NT 534/2012:
Análise do Controle Interno:
Aguardamos informações atualizadas sobre a implementação da recomendação.
Posição da CGU:Reiteração pela não implementação plena da recomendação

25. ITEM Nº 1.1.6.3
CONSTATAÇÃO: (015) *Enquadramento indevido em inexigibilidade de licitação das contratações de serviços de telefonia e de coordenação do Coral FINEP e ausência de justificativa adequada para o preço praticado nas contratações dos serviços de telefonia, coordenação do Coral FINEP e de capacitação e treinamento de engenharia de processos de negócios.*

25.1 Recomendação 001: *Promover a realização de procedimento licitatório para a contratação de serviços de telefonia.*

25.1.1 Providências a serem Implementadas (NOV/10): ASEC

O processo de elaboração de termo de referência para contratação de empresa especializada em fornecimento de serviço de telefonia fixa está em vigor desde agosto de 2010. Durante esse período, o Departamento de Serviços Administrativos (DSAD), junto à empresa que hoje presta o serviço, conseguiu:

1. levantar a minutagem consumida pela FINEP por cada tipo de ligação;
2. as tarifas por cada tipo de ligação;
3. os procedimentos necessários para implantação do serviço, caso a empresa vencedora da licitação seja diferente da atual.

Nesse período também foram elaboradas as obrigações que a empresa contratada terá de cumprir e as condições de execução do serviço.

O Departamento encontrou dificuldades em obter os 3 orçamentos necessários para compor a estimativa de preço. A FINEP possui norma que define que toda estimativa de preço deve ser formada por no mínimo 3 orçamentos, fornecidos por empresas diferentes.

O DSAD deverá estar aprovando o edital de licitação e repassando à Comissão Permanente de Licitação para abertura do certame licitatório até o final do ano de 2010.

Outro ponto de influência no edital de prestação de serviço de telefonia fixa é a conclusão da aquisição da nova Central Telefônica pela FINEP. O nosso atual equipamento é altamente defasado. Uma operação neste equipamento seria extremamente arriscada. Dessa forma, iremos casar as duas atualizações, ou seja, iremos proceder a entrada da nova operadora como a instalação do novo PABX. A aquisição da nova Central Telefônica irá ocorrer na primeira quinzena de dezembro e seu prazo de instalação é de três meses. Pelo exposto, teremos a normalização deste serviço em abril/2011.

Prazo: 30 /04 /2011.

Análise da CGU – JAN/2011 – NT 75/2011

A implementação da recomendação será verificada nas próximas ações de controle, de acordo com o prazo de atendimento proposto pelo gestor.

Status CGU: Reiteração pela não implementação plena da recomendação

25.1.2 Providências a serem implementadas (NOV/11): (ASEC)

Em resposta a Notificação a ASEC esclarece: O processo licitatório foi aprovado em maio deste ano, porém, no momento de agendamento do certame foi percebida uma inconsistência a respeito dos valores médios apurados, sendo então necessário a retomada da pesquisa de preços. Em paralelo foi decidido inserir no processo a previsão de fornecimento dos serviços também para o Escritório de Brasília e para a Superintendência de São Paulo. Dessa forma, foi acrescida aos trabalhos a necessidade de estimativa dos serviços para estas representações.

Outra questão que causou impacto nos prazos de liberação do Edital foi a colocação em operação da nova Central de Pabx. Este procedimento foi mais longo do que esperávamos, sendo concluído apenas em setembro.

Neste mês estamos finalizando os últimos ajustes no termo de referência e pretendemos realizar o certame em dezembro.

4º Análise da CGU em 13/03/2012 – NT 534/2012:

Análise do Controle Interno:

Aguardamos informações atualizadas sobre a implementação da recomendação.

Posição da CGU:Reiteração pela não implementação plena da recomendação

25.1 Recomendação 002 – FINEP - ATENDIDA

26. ITEM Nº 1.1.6.5

CONSTATAÇÃO: (027) *Morosidade em apurar responsabilidade pelas falhas na contratação de serviços de criação e produção de vídeo institucional e promocional de divulgação do 13º Fórum Brasil Capital de Risco, ocorrido em 2005, sem fundamento legal para aquisição por dispensa de licitação.*

26.1 Recomendação 001: *Agilizar as providências para apurar responsabilidade pelas falhas na contratação e no atesto do serviço de criação e produção de vídeo institucional do 13º Fórum Brasil Capital de Risco.*

26.1.1 Providências a serem Implementadas (NOV/10): DRAF
Por meio da Resolução de Diretoria RES/DIR 0182/2009 (ANEXO ITEM 35 PPP – RELATÓRIO) a Diretoria Executiva autorizou a realização de processo para apuração de responsabilidade. Aguarda-se a nomeação de comissão.

Análise da CGU – JAN/2011 – NT 75/2011
Destacamos que a RES/DIR 0182/2009 foi expedida em 19/08/2009 e em novembro de 2010 o gestor informou que não havia sido nomeada ainda a comissão correspondente. Reiteramos a morosidade da FINEP em apurar responsabilidade pelas falhas na contratação dos serviços em referência.
Status CGU: Reiteração pela não implementação plena da recomendação

26.1.2 Providências a serem implementadas (NOV/11): (GAB) Esta recomendação será monitorada pela CGU.

4º Análise da CGU em 13/03/2012 – NT 534/2012:
Análise do Controle Interno:
O Relatório CGU-Regional/RJ nº 201109034, referente à auditoria de contas do exercício de 2010, abordou o assunto e registrou que a referida recomendação não foi atendida.
Posição da CGU:Reiteração pela não implementação plena da recomendação.

26.2 Recomendação 002 – FINEP - ATENDIDA

26.3 Recomendação 003 – FINEP - ATENDIDA

27. FNDCT - 1 RECOMENDAÇÃO PENDENTE DE ATENDIMENTO

28. FNDCT - 3 RECOMENDAÇÕES ATENDIDAS

29. FNDCT - 1 RECOMENDAÇÃO NÃO ANALISADA E 2 RECOMENDAÇÕES ATENDIDAS

30. FNDCT – 1 RECOMENDAÇÃO ATENDIDA

RELATÓRIO DE AUDITORIA: 235158 – Gestão 2010
UNIDADE EXAMINADA : FINEP
CODIGO : 365001
MUNICIPIO : RIO DE JANEIRO
UF : RJ

31. FNDCT - 2 RECOMENDAÇÕES PENDENTES DE ATENDIMENTO E 2 RECOMENDAÇÕES ATENDIDAS

32. FNDCT – 3 RECOMENDAÇÕES PENDENTES DE ATENDIMENTO E 1 RECOMENDAÇÃO ATENDIDA

33. FINEP – 1 RECOMENDAÇÃO ATENDIDA

34. FINEP – 1 RECOMENDAÇÃO ATENDIDA

35. FINEP – 1 RECOMENDAÇÃO ATENDIDA

RELATÓRIO DE AUDITORIA: 201109070 – Gestão 2010
UNIDADE EXAMINADA : FNDCT
CODIGO : 240901
MUNICIPIO : RIO DE JANEIRO
UF : RJ

NÃO FORAM EMITIDAS RECOMENDAÇÕES NESTE RELATÓRIO

RELATÓRIO DE AUDITORIA: 227592 – Gestão 2009
UNIDADE EXAMINADA : FINEP
CODIGO : 365001
MUNICIPIO : RIO DE JANEIRO
UF : RJ

36. FNDCT – 1 RECOMENDAÇÃO PENDENTE DE ATENDIMENTO

NOTAS DE AUDITORIA E NOTAS TÉCNICAS DA CGU

NOTA DE AUDITORIA: 222267/002 **DATA: 27/03/2009**
UNIDADE EXAMINADA : FINEP
CODIGO : 365001
MUNICIPIO : RIO DE JANEIRO
UF : RJ

1 FINEP – 1 RECOMENDAÇÃO ATENDIDA

NOTA DE AUDITORIA: 224957/001 **DATA: 30/04/2009**
UNIDADE EXAMINADA : FINEP
CODIGO : 240901
MUNICIPIO : RIO DE JANEIRO
UF : RJ

2 ITEM Nº1
CONSTATAÇÃO: *Falhas no acompanhamento técnico do contrato de financiamento reembolsável n.º 02.07.0510.00.*

2.1 Recomendação 001: *Realizar acompanhamento técnico e financeiro durante a execução dos contratos de financiamento reembolsável, sobretudo os beneficiados pela equalização de taxas de juros, de modo que sejam identificadas tempestivamente eventuais situações de inadimplência técnica que resultem na perda do benefício. (DRIN/ AFI/ ACRD)*

2.1.1 Providências a serem Implementadas: Está prevista na programação do DAFP a realização da visita de acompanhamento e fiscalização do contrato reembolsável 02.07.0510.00 para até dia 30/09/2009.
Com o objetivo de proporcionar ao DAFP a identificação tempestiva de situações que impliquem em inadimplência técnica que resulte na perda do benefício da equalização da taxa de juros, este departamento solicitou ao Departamento de Cobrança (DCOB), em 18/05/2009, que enviasse a relação dos contratos de financiamento reembolsáveis beneficiados por tal equalização. Em 25/05/2009, o DCOB encaminhou ao DAFP a relação solicitada, listando 277 contratos.
O DAFP já iniciou a atividade de mapeamento da situação de cada um destes contratos, identificando se houve o envio dos Demonstrativos de Gastos Parciais e Finais, conforme o caso. O prazo previsto para conclusão deste levantamento é 31/12/2009.
Quanto ao acompanhamento técnico, o Departamento de Competitividade e Inovação 2 – DCI2 informou que o mesmo já é normatizado e realizado regularmente durante a execução de todos os contratos de financiamento reembolsável, de forma que eventuais situações de inadimplência técnica sejam identificadas e as devidas providências para correção/adequação sejam tomadas. Na ocorrência de visita técnica, um parecer/relatório técnico da visita fica arquivado na pasta do projeto.

2.1.2 Prazo: 30/06/2009.

1ª Análise da CGU: Será realizada ação de controle específica para atestar o cumprimento das recomendações.

2.1.3 Providências a serem Implementadas (DEZ/2009): O DAFP realizou visita de acompanhamento financeiro e fiscalização do contrato reembolsável 02.07.0510.00, em 30/09/2009.
A atividade de mapeamento da situação de cada um destes contratos já foi concluída pelo DAFP e apresentou os seguintes cenários:
a) projetos que pertencem à carteira do Escritório de São Paulo - ESP
Providência adotada – O DAFP comunicou ao ESP a necessidade de realizar o mesmo levantamento.

b) projetos totalmente desembolsados cujo Demonstrativo de Gastos acumulados aprovado pela FINEP iguala ou supera o valor do financiamento
Providência adotada – O DAFP encaminhará carta aos beneficiários comunicando que o valor do financiamento foi totalmente demonstrado. O prazo previsto para conclusão desta atividade é 31/03/2010.
C)projetos totalmente desembolsados cujo Demonstrativo de gastos acumulados aprovado pela FINEP não perfaz o valor do financiamento.
Providência adotada – O DAFP encaminhará carta aos beneficiários solicitando o envio de Demonstrativo de Gastos. O prazo previsto para conclusão desta atividade é 31/03/2010.
d) projetos em desembolso, cujo Demonstrativos de Gastos são enviados em função das liberações.

2ª Análise da CGU: De acordos com os esclarecimentos apresentados pelo DAFP, consideramos que estão sendo adotadas providências sob o aspecto financeiro com vistas ao cumprimento da recomendação com prazo previsto para 31/03/2010. Quanto ao aspecto técnico, não houve nova manifestação. O assunto será avaliado nas próximas ações de controle. **Status: "Em análise"**

2.1.4 Providências a serem Implementadas (NOV/10):

2.1.5 Esta recomendação será monitorada pela CGU.
O DAFP/ACRD, em conjunto com as Áreas Operacionais e outras, se for o caso, buscará desenvolver mecanismos que possibilitem o acompanhamento técnico e financeiro durante a execução dos contratos, principalmente daqueles beneficiados pela equalização de taxas de juros, conforme recomendação feita. Trabalho similar foi desenvolvido para acompanhar os contratos celebrados com recursos da Subvenção Econômica, ou seja, foram elaborados Manual e Formulários, já disponíveis no site da FINEP.
Adicionalmente, vide item 12.2.4
[o item 12.2.4 mencionado pelo gestor se refere às providências adotadas com relação à recomendação 2 desta Nota de Auditoria]

3ª Análise da CGU – JAN/2011 – NT 75/2011
As providências informadas pelo gestor ainda não foram implementadas. Ademais, destacamos que o Relatório CGU/Regional-RJ n.º 253726 (Auditoria de Acompanhamento da Gestão do FNDCT de 2010), em elaboração, registra falhas semelhantes no acompanhamento dos contratos de financiamento reembolsável, beneficiados pela equalização das taxas de juros. Desta forma, a recomendação será mantida e monitorada nas próximas ações de controle.
Status CGU: Reiteração pela não implementação plena da recomendação

2.1.6 Providências a serem implementadas no PPP versão NOV/2011 AFI. Esta recomendação será monitorada pelo CGU

4º Análise da CGU em 13/03/2012 – NT 534/2012:
Análise do Controle Interno: O Relatório CGU-Regional/RJ nº 253726, referente ao acompanhamento da gestão do FNDCT no exercício de 2010, registra a mesma falha a respeito de outros contratos de financiamento reembolsáveis, de forma que não consideramos a recomendação atendida.
Posição da CGU: Reiteração pela não implementação plena da recomendação.

2.2 Recomendação 002: *Formalizar os pareceres técnicos quanto à aprovação dos relatórios parciais, assim como registrar em relatório apenso ao processo os resultados das fiscalizações técnicas realizadas pela FINEP. (AFI)*

2.2.1 Providências a serem Implementadas: O DCI2 informou que: "*os pareceres técnicos sobre a aprovação dos relatórios parciais são formalizados em folha de encaminhamento enviada pelos analistas operacionais ao chefe do departamento, juntamente com a carta de aprovação do relatório. O parecer, uma vez aprovado pelo chefe do departamento, segue para ciência da área financeira da Finep e a carta*

assinada, com a formalização da aprovação do relatório, segue para a empresa. Uma cópia desta carta, assinada, mas não carimbada (conforme procedimento vigente na Finep) fica na pasta do projeto. Na ocorrência de visita técnica um relatório/parecer fica arquivado na pasta do projeto."
Adicionalmente, o DCI2 informa que, em atendimento à recomendação, foi formalizada a aprovação dos relatórios parciais.

2.2.2 Prazo: 30/06/2009.

1ª Análise da CGU: Será realizada ação de controle específica para atestar o cumprimento das recomendações.

2.2.3 Providências a serem Implementadas (DEZ/2009): O DIN2 ratificou o entendimento de que as recomendações feitas pela CGU já estão sendo cumpridas pelo corpo de Analistas da Finep, no que tange ao acompanhamento técnico e financeiro. Os documentos comprobatórios constam da pasta do projeto.

2ª Análise da CGU: Com base nas ações de controle realizadas no decorrer do exercício de 2009, não identificamos a formalização dos pareceres técnicos quanto à aprovação dos relatórios parciais. A exemplo dos pareceres financeiros, os pareceres técnicos necessitam de padronização e formalismo quanto aos assuntos sobre os quais o analista técnico deve objetivamente se manifestar. Dessa forma, mantemos a recomendação. **Status: "Em análise"**

2.2.4 Providências a serem Implementadas (NOV/10):

- Cronologia de acompanhamento do projeto (atividades relativas à liberação da 2ª e da 3ª parcelas) - dados constantes na intranet FINEP e na pasta do projeto

24/03/2008 - parecer técnico operacional na intranet – relata visita técnica realizada na empresa entre os dias 19 e 20/03/2008, onde foi constatado que o projeto apresentava bom andamento, mas que existia a necessidade de adequação da lista de itens orçada, através de remanejamento. Além disso, constatou-se que havia problemas de entendimento sobre desembolso da contrapartida, o que dificultou a entrega da 1ª prestação de contas parcial. A analista sugeriu que, em virtude dos questionamentos e dúvidas existentes e considerando o andamento adequado do projeto, a fim de não prejudicar sua execução, a 2ª parcela fosse liberada sem a prestação de contas da 1ª parcela, como é previsto no contrato, ficando a sua apresentação condição para a liberação da 3ª parcela.
29/04/2008 – protocolo 005942.08 e 005943.08 - a empresa encaminha relatório de acompanhamento técnico das atividades referentes ao período de 22/01/2007 a 29/02/2008 e encaminha demonstrativo da utilização de recursos, respectivamente.
13/05/2008 – parecer da analista financeira na intranet - a analista da área financeira ressalta que conforme cláusula contratual, as condicionantes para liberação da parcela são: aprovação do demonstrativo de despesas realizadas com os recursos liberados pela Finep e recursos próprios; aprovação do relatório parcial de andamento das atividades do projeto; apresentação da CND relativa ao INSS emitida pela Receita Federal; carta de fiança bancária, no valor da parcela a ser liberada mais encargos decorrentes do financiamento. É citado parecer anterior da área operacional de 29/04/2008 e a anuência da chefia e da superintendência da área operacional. A documentação foi avaliada pela área jurídica a aprovada. Dessa forma, a analista operacional recomendou a liberação da parcela.
16/10/2008 – protocolos 016564.08 e 16565.08 – a empresa envia demonstrativo da utilização de recursos e solicitação de liberação da 3ª parcela de recursos FINEP, respectivamente. O protocolo 016564.08 foi desconsiderado após reunião realizada com a empresa em 18/12/2008, por conter erros. Novo protocolo, em substituição, foi enviado.
22/12/2008 – protocolo 021404.08 – a empresa encaminha 2º relatório parcial de acompanhamento técnico do projeto, além de outros documentos.
14/01/2009 – e-mails da analista operacional da FINEP à responsável na empresa, informando sobre a impossibilidade de realizar visita técnica em função de agenda da Finep, condicionando a liberação da 3ª parcela apenas à aprovação da prestação de contas e do relatório técnico já enviado. Em função da

impossibilidade de realizar a visita, após análise do relatório foram pedidas informações complementares e comprovações, a fim de esclarecer e evidenciar o cumprimento de alguns pontos específicos do projeto.
15 a 21/01/2009 – a empresa envia as informações complementares e comprovações pedidas em e-mail de 14/01/2009. Estas informações complementares estão anexas ao protocolo 021404.08.
22/01/2009 – protocolo 000929.09 – envio de novo demonstrativo financeiro em substituição ao anterior 016504.08, de 16/10/2008.
27/01/2009 – folha de encaminhamento (5 páginas). Assunto: Análise do 2º Relatório Técnico Parcial. Protocolo: 021404.08 e informações complementares anexas ao protocolo. A analista operacional cita as principais observações decorrentes da análise do relatório técnico enviado, complementadas pelas informações e evidências enviadas. É citado que: o relatório demonstra o atingimento das principais metas físicas propostas, a execução do projeto está de acordo com as atividades inerentes ao processo de P&D dentro do segmento de fármacos, e a mudança da lista de produtos é comum a este tipo de negócio, em função de questões regulatórias, econômicas ou mercadológicas. É requisitado ao chefe do departamento, que se estiver de acordo com a análise, encaminhe a carta anexada comunicando à empresa a aprovação do relatório técnico.
27/01/2009 – protocolo 001264.09 – carta expedida para a SEM acusando o recebimento do segundo relatório técnico parcial referente às atividades do projeto executadas de março a novembro de 2008, bem como dos esclarecimentos e documentação complementar solicitada posteriormente e informa que os mesmos foram aceitos sem restrições. O original desta carta foi assinada pelo chefe do departamento operacional, ficando uma cópia na pasta do projeto.
27/01/2009 - folha de encaminhamento (2 páginas). Assunto: Fluxo de liberação de parcela. Protocolos: 016565.08 e 016593.08. A analista operacional expõe os motivos do atraso nas prestações de contas técnica e financeira, o que está sendo feito para sanar as dificuldades encontradas pela empresa, cita a análise favorável do relatório técnico e a impossibilidade de realizar a visita técnica naquele momento. Sugere ainda que a visita seja feita tão logo possível e que fique como condicionante à liberação da 4ª parcela. Por fim recomenda a liberação da 3ª parcela, condicionada à aprovação do demonstrativo de gastos pela área financeira. Cabe ressaltar que um extrato deste parecer consta na intranet.
27/01/2009 – folha de encaminhamento (2 páginas). Assunto: Fluxo de liberação de parcela Protocolos: 016565.08 e 016593.08. A analista operacional expõe os motivos do atraso nas prestações de contas técnica e financeira, o que está sendo feito para sanar as dificuldades encontradas pela empresa, cita a análise favorável do relatório técnico e a impossibilidade de realizar a visita técnica naquele momento. Sugere ainda que a visita seja feita tão logo possível e que fique como condicionante à liberação da 4ª parcela. Por fim recomenda a liberação da 3ª parcela, condicionada à aprovação do demonstrativo de gastos pela área financeira. Cabe ressaltar que um extrato deste parecer consta na intranet.
26/03/2009 - folha de encaminhamento (1 páginas). Assunto: Liberação da 3ª parcela do contrato 02.07.0510.00 com a EMS S/A. A analista financeira encaminha a SL 09890.03.09 relativa à 3ª parcela do contrato, para o chefe do departamento, uma vez haviam sido atendidas todas as condicionantes para a liberação, conforme cláusula contratual. O parecer favorável que embasa este documento, encontra-se na intranet.

- Análise dos dados apresentados e esclarecimentos

De acordo com Norma interna da FINEP, N-IND2/ 01.00/1998, aprovada em 13/08/1998, que regula Financiamentos com retorno, item 5.2.4.1:
"O acompanhamento das operações contratadas deve ser realizado através da apresentação/análise de relatórios técnico-financeiros parciais e final de execução do projeto e comprovação da utilização de recursos, bem como de visitas, quando necessário e de acordo com os critérios estabelecidos a seguir:

a) operações acima de R$5 milhões: todos os projetos deverão ser visitados ao menos uma vez ao ano;
b) (...)".

No caso do projeto em questão, com base na Norma citada e considerando-se as evidências apresentadas no item anterior *Cronologia de acompanhamento do projeto,* pode-se afirmar que:

RECOMENDAÇÃO 001 – O acompanhamento técnico e financeiro já é normatizado e realizado regularmente durante a execução de todos os contratos de financiamento reembolsável, de forma que eventuais situações de inadimplência técnica sejam identificadas e as devidas providências para correção/adequação sejam tomadas. Na ocorrência de visita técnica, um parecer/relatório técnico da visita fica arquivado na pasta do projeto.

RECOMENDAÇÃO 002 – os pareceres técnicos sobre a aprovação dos relatórios parciais são formalizados em folha de encaminhamento enviada pelos analistas operacionais ao chefe do departamento, juntamente com a carta de aprovação do relatório. O parecer, uma vez aprovado pelo chefe do departamento, segue para ciência da área financeira da Finep e a carta assinada, com a formalização da aprovação do relatório, segue para a empresa. Uma cópia desta carta, assinada, mas não carimbada (conforme procedimento vigente na Finep) fica na pasta do projeto. Na ocorrência de visita técnica um relatório/parecer fica arquivado na pasta do projeto.

Nesse sentido, entendo que as recomendações feitas pelo CGU já são cumpridas pelo corpo de Analistas da Finep, no que tange ao acompanhamento técnico e financeiro dos projetos.

Adicionalmente, informo que, em atendimento à recomendação 002, foi formalizado a aprovação dos relatórios parciais.

Anexo, Norma N-IND2/01.00/1989 – **ANEXO PPP 12 – NOTAS DE AUDITORIA**

3ª Análise da CGU – JAN/2011 – NT 75/2011

As providências informadas pelo gestor referem-se ao contrato de financiamento reembolsável n.º 02.07.0510.00, que foi objeto de análise por esta CGU/Regional-RJ. No entanto, as recomendações apresentadas expandem-se aos contratos de financiamento formalizados pela FINEP, no intuito de aprimorar os controles internos para acompanhamento técnico dos mesmos durante sua execução.

O Relatório CGU/Regional-RJ n.º 253726 (Auditoria de Acompanhamento da Gestão do FNDCT de 2010), em elaboração, registra falhas semelhantes no acompanhamento dos contratos de financiamento reembolsável, beneficiados pela equalização das taxas de juros. Desta forma, a recomendação será mantida e monitorada nas próximas ações de controle.

Status CGU: Reiteração pela não implementação plena da recomendação

2.2.6 Providências a serem implementadas no PPP versão NOV/2011. (AFI) Esta recomendação será monitorada pelo CGU

4º Análise da CGU em 13/03/2012 – NT 534/2012:

Análise do Controle Interno: O Relatório CGU-Regional/RJ nº 253726, referente ao acompanhamento da gestão FNDCT no exercício de 2010, registra falha semelhantes no acompanhamento dos contratos de financiamento reembolsável, beneficiados pela equalização das taxas de juros. Desta forma, a recomendação será mantida e monitorada nas próximas ações de controle.

Posição da CGU: Reiterando pela não implementação plena da recomendação

NOTA DE AUDITORIA: 227592/001 **DATA: 15/09/2009**

UNIDADE EXAMINADA : FNDCT
CODIGO : 240901
MUNICIPIO : RIO DE JANEIRO
UF : RJ

3. ITEM Nº 001

CONSTATAÇÃO 1: *Liberação indevida de R$494.600,00 (quatrocentos e noventa e quatro mil e seiscentos reais), referente à parte da segunda parcela do convênio 01.07.0520.00.*

3.1 Recomendação (1): FNDCT – ATENDIDA

3.2 Recomendação (2): FNDCT – PENDENTE DE ATENDIMENTO

3.3 Recomendação (3): *Apurar responsabilidade pela liberação indevida de R$494.600,00 (quatrocentos e noventa e quatro mil e seiscentos reais), considerando o posicionamento contrário da Superintendência da Área de Universidades.*

3.3.1 Providências a serem Implementadas: Em resposta ao MEMO AUDI nº 729/09 (23/09/09), o Departamento de Sistemas – DSIS informou (MEMO/DSIS/023/09) que detectou, no caso do convênio 01.07.0520.00, a falta de sincronia entre os dois cronogramas (financeiro e orçamentário) utilizados pela FINEP para a realização de remanejamentos e empenhos. E que após reunião realizada com o Departamento de Orçamento – DORC, Departamento de Tesouraria – DTES e com o Departamento de Acompanhamento Financeiro e Prestação de Contas – DAFP, em 08/10/09, houve a definição de uma estratégia de comunicação entre estas áreas sempre que for necessário quebrar parcelas para efetuar liberações. Ao quebrar uma parcela o DAFP, ou o DTES, avisará ao DORC para que sejam feitos os ajustes necessários nos cronogramas, evitando assim que haja liberações a maior.
Também através do MEMO AUDI nº 729/09 (23/09/09), foi solicitado esclarecimentos à Área de Universidades, responsável pelo acompanhamento operacional do convênio. Até o final da elaboração deste trabalho, a AUDI não recebeu um posicionamento conclusivo da área.

3.3.2 Prazo: Imediato.

Análise da CGU: As providências relatadas são de caráter geral, contudo a recomendação foi específica para o Convênio n.º 01.07.0520.00. Dessa forma, consideramos que não foram apresentadas as providências para cumprimento desta recomendação. **Status: "Em análise"**

3.3.3 Providências a serem Implementadas (NOV/10): GAB
Encaminhado à AFC, MEMO solicitando no prazo de 10 dias, nota técnica que esclareça as razões pela qual foi efetuado o pagamento indevido da parcela nº 2 do convênio 01.07.0520.00 para que a Diretoria Executiva possa manifestar-se quanto à recomendação da CGU.

Análise da CGU – JAN/2011 – NT 75/2011
Destacamos a morosidade da FINEP em tomar providências para atender à recomendação, tendo em vista que a mesma foi apresentada em 15/09/2009.
A recomendação permanece sem atendimento e será mantida.
Status CGU: Reiteração pela não implementação plena da recomendação

3.3.4 Providências a serem implementadas PPP Versão NOV/11)(GAB) Esta recomendação será monitorada pela CGU

4º Análise da CGU em 13/03/2012 – NT 534/2012:
Análise do Controle Interno:
Por meio da SA nº 201117764/012, solicitando informações atualizadas sobre o cumprimento da recomendação, porém não foi apresentada resposta.
Desta forma, consideremos que a recomendação não foi atendida.
Posição da CGU: Reiteração por decurso de prazo (sem manifestação)

4. ITEM Nº 002
CONSTATAÇÃO 2: *Utilização indevida dos recursos previstos para custeio da despesa operacional com a implementação das ações do Fundo Verde Amarelo no financiamento do Prêmio FINEP de Inovação.*

4.1 Recomendação (1): FNDCT - PENDENTE DE ATENDIMENTO

4.2 Recomendação (2): *Realizar as despesas com o "Prêmio FINEP de Inovação" por meio da Unidade Gestora do FNDCT, eximindo-se de transferir recursos à FINEP para custeio dessa atividade.*

4.2.1 Providências a serem Implementadas: (...)
1) As ações foram implementadas através de convênios e os recursos liberados foram contabilizados como despesa finalística (cópia das resoluções de diretoria e notas de empenho em anexo).

4.2.2 Prazo: Imediato.

Análise da CGU: Não recebemos o citado documento em anexo. O assunto será analisado nas próximas ações de controle. **Status: "Em análise"**

4.2.3 Providências a serem Implementadas (NOV/10): GAB.
Caso a ação "Premio FINEP de Inovação" venha a ser custeada com recursos do FNDCT- Fundos Setoriais, por ocasião da elaboração do Plano Anual de Investimento pelo MCT, a FINEP solicitará a inclusão da mencionada ação no referido Plano.

Análise da CGU – JAN/2011 – NT 75/2011
A implementação da recomendação será monitorada nas próximas ações de controle.
Status CGU: Reiteração pela não implementação plena da recomendação

4.2.4 Providências a serem implementadas no PPP – versão NOV/2011: GAB Esta recomendação será monitorada pela CGU

4º Análise da CGU em 13/03/2012 – NT 534/2012:
Análise do Controle Interno:
A implementação da recomendação será monitorada nas próximas ações de controle.
Posição da CGU: Reiteração por decurso de prazo (sem manifestação)

NOTA DE AUDITORIA: 237143/001 **DATA: 26/03/2010**
UNIDADE EXAMINADA : FINEP
CODIGO : 365001
MUNICIPIO : RIO DE JANEIRO
UF : RJ

5. FINEP – 1 RECOMENDAÇÃO ATENDIDA

NOTA DE AUDITORIA: 244143/001 DATA: 23/06/2010
UNIDADE EXAMINADA : FINEP
CODIGO : 365001
MUNICIPIO : RIO DE JANEIRO
UF : RJ

6. FINEP – 2 RECOMENDAÇÕES ATENDIDAS

NOTA DE AUDITORIA: 243042/001 **DATA:28/09/2010**
UNIDADE EXAMINADA : FNDCT
CODIGO : 240901
MUNICIPIO : RIO DE JANEIRO
UF : RJ

7. FNDCT – 1 RECOMENDAÇÃO ATENDIDA

8. FNDCT – 1 RECOMENDAÇÃO ATENDIDA

9. FNDCT – 1 RECOMENDAÇÃO ATENDIDA

NOTA DE AUDITORIA: 253726/001	**DATA:19/11/2010**
UNIDADE EXAMINADA : FNDCT	
CODIGO : 240901	
MUNICIPIO : RIO DE JANEIRO	
UF : RJ	

10. FNDCT – 2 RECOMENDAÇÕES ATENDIDAS

11. FNDCT – 1 RECOMENDAÇÃO ATENDIDA

NOTA DE AUDITORIA: 253727/001	**DATA:05/11/2010**
UNIDADE EXAMINADA : FINEP	
CODIGO : 365001	
MUNICIPIO : RIO DE JANEIRO	
UF : RJ	

12. FINEP – 1 RECOMENDAÇÃO ATENDIDA

13. ITEM Nº 002
CONSTATAÇÃO: *Ausência de documentação comprobatória referente à quitação dos juros e multas que compõem o total da dívida das produtoras inadimplentes que firmaram Termo de Confissão de Dívida e Novação com a FINEP.*

13.1 Recomendação 1: *Para a quitação do pagamento de juros e multas referentes aos contratos de financiamento de obras audiovisuais na modalidade de retorno convencional, exigir documento formal do Ministério da Cultura que ateste o recebimento das obras correspondentes. (AFC/ACRD/AJUR)*

13.1.1 Providências a serem Implementadas (NOV/10): AFC/ACRD/AJUR
Em relação à exigência de documentação formal do Ministério de Cultura que ateste o recebimento das obras para a quitação do pagamento de juros e multas referentes aos contratos de financiamento na modalidade convencional, cabe informar que as digibetas das obras selecionadas foram encaminhadas ao DREC, que foi o responsável por encaminhar a Cinemateca Brasileira para Laudo Técnico. Após essa fase, cabe à Secretaria de Audiovisual do MinC informar à FINEP se as obras estavam aptas para o prosseguimento da renegociação. Assim, embora não haja um documento formal do MinC, existe um trâmite que comprova que as produtora encaminharam as obras selecionadas para a quitação dos juros e encargos. No entanto, como há a recomendação do CGU de exigir um documento formal, pretendemos encaminhar ao MinC um Ofício solicitando a comprovação do recebimento das obras.

Prazo: ABRIL/2011

Análise da CGU – JAN/2011 – NT 75/2011
A implementação da recomendação será monitorada nas próximas ações de controle, conforme prazo de atendimento informado pelo gestor.

Status CGU: Prorrogação (pedido gestor)

13.1.2 Providências a serem implementadas PPP Versão (NOV/11): AFC/ACRD/AJUR
Posição do DREC: Embora o trâmite seguido para a renegociação dos contratos de financiamento de obras audiovisuais na modalidade de retorno convencional comprove que o MINC recebeu as obras selecionadas para a quitação dos juros e encargos, encaminhamos e-mail à Sra. Ana Paula Santana da Secretaria de Audivisual do MINC em 29/12/2010, visando atender a recomendação do CGU. Houve confirmação do recebimento do citado e-mail, no entanto até o momento não recebemos nenhuma resposta.
Nesse sentido, é importante registrar que a dificuldade de comunicação com a SaV/MINC tem sido um dos principais fatores que tem contribuído para a ineficácia na negociação com algumas produtoras.
Em relação à recomendação da CGU, o DREC, em conjunto com o DJCT, encaminhou um Ofício (protocolo 012790, de 09/11/11) ao MINC solicitando novamente o envio de um documento formal que ateste o recebimento das obras.

4º Análise da CGU em 13/03/2012 – NT 534/2012:
Análise do Controle Interno:
A implementação da recomendação será monitorada nas próximas ações de controle.
Posição da CGU: Reiteração pela não implementação plena da recomendação.

NOTA DE AUDITORIA: 236107/01 **DATA:18/01/2010**
UNIDADE EXAMINADA : FNDCT
CODIGO : 240901
MUNICIPIO : RIO DE JANEIRO
UF : RJ

14. FNDCT - 1 RECOMENDAÇÃO PENDENTE DE ATENDIMENTO

15. FNDCT - 1 RECOMENDAÇÃO PENDENTE DE ATENDIMENTO E 1 RECOMENDAÇÃO ATENDIDA

16. FNDCT - 1 RECOMENDAÇÃO PENDENTE DE ATENDIMENTO

NOTA TÉCNICA: 2138/2010 – Ofício CGU 30.969 **16/09/2010**
UNIDADE EXAMINADA : FINEP
CODIGO : 365001
MUNICIPIO : RIO DE JANEIRO
UF : RJ

17. FNDCT – 1 RECOMENDAÇÃO NÃO ANALISADA

NOTA DE AUDITORIA: 201001451/01 **DATA:11/02/2011**
UNIDADE EXAMINADA : FINEP
CODIGO : 365001
MUNICIPIO : RIO DE JANEIRO
UF : RJ

18. FNDCT – 1 RECOMENDAÇÃO PENDENTE DE ATENDIMENTO

NOTA DE AUDITORIA: 253727/02 **DATA:07/02/2011**
UNIDADE EXAMINADA : FINEP

CODIGO : 365001
MUNICIPIO : RIO DE JANEIRO
UF : RJ

19. FINEP – 1 RECOMENDAÇÃO ATENDIDA

NOTA DE AUDITORIA: 253726/02 **DATA:12/04/2011**
UNIDADE EXAMINADA : FNDCT
CODIGO : 240901
MUNICIPIO : RIO DE JANEIRO
UF : RJ

20. FNDCT – 2 RECOMENDAÇÕES PENDENTES DE ATENDIMENTO E 1 RECOMENDAÇÃO ATENDIDA

NOTA DE AUDITORIA: 253727/003 **DATA:02/03/2011**
UNIDADE EXAMINADA : FINEP
CODIGO : 365001
MUNICIPIO : RIO DE JANEIRO
UF : RJ

21. ITEM Nº 001
CONSTATAÇÃO: *Ausência de documentação comprobatória da entrega do filme objeto dos contratos de financiamento de obras audiovisuais sob a modalidade de entrega do filme, referente ao Convênio nº 01/93, firmado entre a FINEP e o Ministério da Cultura.*

21.1 Recomendação 01: *Exigir a comprovação da entrega do filme objeto dos contratos de financiamento de obras audiovisuais sob a modalidade de entrega do filme como requisito para o encerramento dos contratos, inclusive dos Contratos nº 84.94.0306.00 e 84.95.0109.00.*

21.1.1.Providências a serem implementadas (NOV/11): (AJUR)
Memo AJUR Nº 20 de 15/03/2011 – Em resposta a Notificação de Providência nº 050/2011 esclarecemos que o DJCT exige a comprovação da entrega do filme objeto do financiamento para encaminhamento do processo ao DCOB com solicitação de elaboração do Termo de Encerramento.

Ocorre que tal comprovação se deu mediante encaminhamento de listagem da Cinemateca Brasileira atestando os filmes lá depositados, após solicitação do Ministério da Cultura. A FINEP ao possui cópia de contrato de depósito de filme e não temos conhecimento sequer de que tal contrato é firmado pela Cinemateca Brasileira ao receber o depósito de uma obra. Este DJCT considerou suficiente como comprovação de depósito do filme a informação da Cinemateca Brasileira. Responsável pela guarda dos filmes.

Por fim, esclarecemos que a despeito de os contratos nº 84.94.0306.00 e 84.95.0109.00 não terem sido encaminhados à CGU, conforme informação constante na Nota de Providências que ora responde, eles constam das pastas dos processos encerrados e atestam que o objeto de tais contratos eram entrega dos filmes Mario Lago, respectivamente.

Para sanar eventuais dúvidas, encaminhamos em anexo os contratos acima indicados para análise pela AUDI e pela CGU.

4º Análise da CGU em 13/03/2012 – NT 534/2012:
Análise do Controle Interno:
Não recebemos a documentação anexa referida. A implementação da recomendação será objeto de acompanhamento nas próximas ações de controle.
Posição da CGU: Reiteração pela não implementação plena da recomendação.

ANEXO XVIII – ITEM 17.2.1

Projeto Modernize
Situação no Exercício

ANEXO XVIII - ITEM 17.2.1: Projeto Modernize - Situação no Exercício

Entregas da FASE 1 - Definição do Modelo Conceitual	Situação
Levantamento da situação atual de TI	100% concluído
Visitas técnicas	100% concluído
Consultas a grandes consultorias de negócios	100% concluído
Consulta fornecedores e implementadores de *ERPs* (*Enterprise Resource Planning*)	100% concluído
Consultas a fornecedoras e implementadoras de GED (Gerenciamento Eletrônico de Documentos) e *Workflow*	100% concluído
Avaliação de necessidades e diretrizes do Banco Central (BACEN)	100% concluído
Avaliação das Necessidades e Diretrizes SICONV (Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse)	100% concluído
Estudo de alternativas para contratação de consultorias, serviços especializados em geral e aquisições	100% concluído
Treinamento básico da equipe	100% concluído
Modelo conceitual	100% concluído
Entregas da FASE 2 - Elaboração de Editais	**Situação**
1º Edital - Objeto: Consultoria em Gestão e TI	
Treinamento Básico Equipe	100% concluído
Reserva Orçamentária Prévia e Autorização de Abertura do Procedimento Licitatório	100% concluído
Versão Zero do Edital e seu conjunto de anexos	100% concluído
Versão 1 do Edital e seu conjunto de anexos (Consulta Interna e ao Mercado)	100% concluído
Versão Final do Edital e seu conjunto de anexos	100% concluído
2º Edital - Objeto: Consultoria em Controle de Qualidade	
Justificativa para a contratação	100% concluído
Preparação das Especificações Técnicas	100% concluído
Formalização do Processo Licitatório	100% concluído
Preparação do Edital e seu conjunto de Anexos	100% concluído
Autorização para abertura do procedimento licitatório	100% concluído
Entregas da FASE 3 - Licitações	**Situação**
1º Edital - Objeto: Consultoria em Gestão e TI (Concorrência Técnica e Preço)	
Lançamento do Edital	100% concluído
Habilitação	100% concluído
Julgamento das Propostas Técnicas	100% concluído
Julgamento das Propostas de Preços	100% concluído
Resultado	100% concluído
Contratação	100% concluído
2º Edital - Objeto: Controle de Qualidade de Produtos da Fase 5 (Pregão Eletrônico)	
Lançamento do Edital	100% concluído
Julgamento das Propostas de Preços	100% concluído
Habilitação	100% concluído
Resultado	100% concluído
Contratação	100% concluído
Entregas da FASE 4 – Preparação Interna	**Situação**
Estrutura física para as Equipes Técnicas e Equipe da FINEP	100% concluído
Definição de papéis das unidades envolvidas no projeto por meio de constituição da Comissão de Solicitação e Recebimento Definitivo de Produtos e Serviços	100% concluído
Entregas da FASE 5 – Definição da Solução Integrada	**Situação**
Desenvolvimento e entrega de 34 Produtos previstos para a Fase.	49% concluído
Entregas da FASE 6 – Implementação da Solução Integrada	**Situação**
Desenvolvimento e entrega de 6 Produtos e 9 Serviços previstos para a Fase.	Não iniciado

Fonte: FINEP - GTNS

ANEXO XIX – ITEM 18.1

Declaração do Contador Responsável

DECLARAÇÃO

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) relativas ao exercício de 2011 refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Rio de Janeiro,10 de fevereiro de 2012.

Ruben Silveira Mello Filho
Contador Responsável pela Unidade Jurisdicionada
CRC/RJ - 56.592/0-7

ANEXO XX – ITEM 18.3

Demonstrações Contábeis
Unidade Gestora FINEP

FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS – FINEP

NOTAS EXPLICATIVAS RELATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO DE 2011

(Valores expressos em Reais Mil)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP é uma empresa pública de direito privado, vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação - MCTI e regida pelo estatuto aprovado pelo Decreto n.º1.808 de 07/fev/96, alterado pelo Decreto n.º 2.209, de 18/abr/97, e Decreto n.º 2.471, de 26/jan/98.

Seu objetivo é apoiar estudos, projetos e programas de interesse para o desenvolvimento econômico, social, científico e tecnológico do país, tendo em vista as metas e prioridades setoriais estabelecidas nos planos do Governo Federal.

Exerce também as funções de Secretaria Executiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT.

Pode ainda exercer a administração de outros fundos instituídos pelo Governo, nas condições que forem estabelecidas, mediante ato do Poder Executivo, além de outras atribuições conexas com as suas finalidades.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Os registros contábeis são efetuados de acordo com o Plano de Contas da União, por intermédio do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI. As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas nas Leis nºs 6.404/76, 11.638/07 e 11.941/09, incluindo os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Regime Contábil

O regime contábil adotado pela entidade é o da competência.

b) Direitos e Obrigações em Moeda Estrangeira

Os direitos e as obrigações em moeda estrangeira são ajustados às taxas cambiais em vigor na data do encerramento do exercício.

c) Correção Monetária

As contas passíveis de correção monetária foram atualizadas até 31/dez/95, já que a Lei nº 9.249 de 26/dez/95 extinguiu a correção monetária de balanço a partir de 1996, para fins societários e fiscais.

d) Créditos e Obrigações por Empréstimos e Financiamentos

Estão acrescidos dos respectivos rendimentos e encargos financeiros acumulados, assim como variações monetárias e cambiais a que estão sujeitos, em conformidade com índices, taxas cambiais e condições contratuais.

e) Ativo Fiscal Diferido

Em 31/dez/11, a Finep reconheceu em seu ativo, parte do imposto de renda e a contribuição social diferidos, no montante de R$ 6.149 mil (R$ 41.939 mil em 2010, sendo R$ 40.000 mil sobre prejuízos fiscais e bases negativas de exercícios anteriores e R$ 1.939 sobre provisões para contingências trabalhistas), sendo todo o montante referente à prejuízos fiscais e bases negativas de exercícios anteriores. Tal montante refere-se à expectativa de realização futura deste crédito fiscal com lucros tributáveis nos próximos dez exercícios sociais. Durante o exercício de 2011 foram realizados R$ 16.209 mil dos créditos fiscais reconhecidos em exercícios anteriores.
A RES/DIR/0357/11 autorizou, com base em estudo técnico em acordo com as Instruções Normativas CVM nº 273 de 1998 e nº 371 de 2002, a constituição de ativo fiscal diferido sobre prejuízos fiscais e bases negativas de exercícios anteriores.

f) Provisão para Devedores Duvidosos

1- A constituição da provisão para perdas sobre os financiamentos concedidos quanto à dedutibilidade das perdas no recebimento dos referidos créditos está fundamentada na Lei nº 9.430, de 27/dez/96, em seus artigos 9º e 12º. A referida provisão totalizou em 31/dez/11 o valor de R$102.541 mil (R$ 100.144 mil em 2010). No exercício de 2011, foi realizada a reversão de créditos vencidos há mais de 5 anos sem que tenha havido a sua liquidação, conforme §2º do inciso 4º do artigo 10º da lei acima citada, no montante de R$ 3.410 mil (R$ 1.416 mil em 2010).

2- Também foi constituída a provisão para Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD, conforme Resolução de Diretoria nº 356/2011 e memorando do Departamento de Recuperação de Crédito nº 092/2011. A referida provisão totalizou em 31/dez/11 o valor de R$ 956 mil.

g) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, acrescido de correção monetária até 31/dez/95.

h) Imobilizado

Está demonstrado ao custo de aquisição, acrescido de correção monetária até 31/dez/95 e de reavaliação espontânea e de custo atribuído (deemed cost), ajustado por depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear a taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil, fixado por espécie de bens, como segue:

- Imóveis	2% a.a.
- Móveis e utensílios	10% a.a.
- Equipamentos de escritório	10% a.a.
- Veículos	20% a.a.
- Equipamentos de processamento de dados	20% a.a.

i) Intangível

Está demonstrado ao custo de aquisição, acrescido de correção monetária até 31/dez/95,ajustado pela amortização acumulada, quando aplicável, calculada pelo método linear, a taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil correspondente a 20% a.a. e de recuperação econômica, fixada por espécie de bens.

j) Provisão para Férias

Foi constituída com base nos direitos adquiridos pelos funcionários até a data do balanço, acrescida dos respectivos encargos sociais.

k) Imposto de Renda e Contribuição Social

Esses impostos são calculados e registrados com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações contábeis. Os impostos diferidos são reconhecidos em função das diferenças temporárias e prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, quando aplicável.

O imposto de renda e a contribuição sócial do exercício, correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mil para imposto de renda e 15% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

4. DISPONIBILIDADES

DESCRIÇÃO	DEZ/2011	DEZ/2010
Banco em moeda nacional	16	2
Banco em moeda estrangeira	-	-
Fundo de aplicação extra-mercado	1.318.709	651.916
Limite de saque com vinculação de pagamento	267.846	1.134
TOTAL	**1.586.571**	**653.052**

5. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

DESCRIÇÃO	DEZ/2011	DEZ/2010
Financiamentos concedidos	768.533	583.755
Juros pró-rata s/ financiamentos	17.751	15.846
Encargos s/ empréstimos e financiamentos	6.805	3.244
Provisão para Perdas Estimadas	(956)	-
TOTAL	**792.133**	**602.845**

6. OUTROS CRÉDITOS

DESCRIÇÃO	DEZ/2011	DEZ/2010
CRÉDITOS POR CESSÃO DE PESSOAL	**2.567**	**5.804**
. Créditos a receber por cessão de pessoal	1.668	1.767
. Provisão para crédito de cessão de pessoal	(1.201)	(1.201)
. Créditos a receber – folha de pagamento	2.100	5.238
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR	**14.022**	**15.737**
. IRPJ a recuperar	11.573	10.899
. Contribuições a recuperar	2.449	4.838
OUTROS	**2.042**	**94**
. Desfalques ou desvios	94	94
. Taxa de administração FUNTTEL	1.948	-
TOTAL CIRCULANTE	**18.631**	**21.635**

DESCRIÇÃO	DEZ/2011	DEZ/2010
OUTROS	**4.849**	**169**
. Depósitos judiciais (ações trabalhistas)	4.849	169
CRÉDITOS ESPECÍFICOS	**25.471**	**25.471**
. Risco cambial	25.471	25.471
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	**104.225**	**114.284**
. IRPJ diferido	65.146	71.433
. CSLL diferido	39.079	42.851
TOTAL NÃO CIRCULANTE	**134.545**	**139.924**

Com base na Resolução do Conselho Monetário Nacional – CMN, de nº066/68, está sendo computada a quantia de R$ 25.471 mil a débito do Tesouro Nacional, correspondente à recuperação do risco cambial. A FINEP há anos tenta se ressarcir e continua mantendo negociações nesse sentido.

7. INVESTIMENTOS

DESCRIÇÃO	DEZ/2011	DEZ/2010
Cotas do FND	60.362	90.330
Bens não destinados a uso	2.439	2.439
TOTAL	**62.801**	**92.769**

No exercício de 2011, foi reconhecida perda de R$ 33.652 mil com autorização através da RES/DIR/0357/11, em função da Lei nº 12.431 de 24 de junho de 2011, que em seu artº 23, extingue o Fundo Nacional de Desenvolvimento e determina que a União sucederá o FND nos seus direitos e obrigações.

8. IMOBILIZADO

Em observância a Resolução CFC nº 1.177/09 (NBC T 19.1 / CPC 27), o quadro abaixo demonstra a conciliação do valor contábil no início e no final do período apresentando as adições, depreciações e outras alterações no período.

Movimentação do Ativo Imobilizado - 31/12/2010 à 31/12/2011

Código	Descrição	Saldo 31/12/2010	Adições	Baixas	Transferências	Saldo 31/12/2011
142110300	Terrenos	20.318	1.685	-	-	22.003
142110600	Salas e Escritórios	53.641	-	-	-	53.641
142118800	CM Compl.Lei 8200/91	11.162	-	-	-	11.162
142119100	Obras em Andamento	748	1.251	-	-	1.998
142120600	Aparelhos Comunicação	336	298	14	-	620
142122600	Instrumentos Musicais	14	-	-	-	14
142123400	Máquinas e Equipamentos	888	81	7	-	962
142123500	Equip. Proc. Dados	3.095	238	277	-	3.056
142123600	Instal.Utens.Escritório	41	-	2	-	39
142124200	Mobiliário em Geral	2.716	239	24	-	2.931
142125200	Veículos Tração Mecânica	98	-	68	-	30
142128800	CM Compl.Lei 8200/91	97	-	10	-	87
142900000	Depreciação	(21.754)	(1.569)	399	-	(22.294)
	S O M A	71.400	2.223	800	-	73.620

As contas de terrenos e de salas e escritórios (edificações) são apresentadas pelo custo de aquisição acrescido dos efeitos da mais valia, resultado do custo atribuído (deemed cost), em conformidade com o Pronunciamento

Técnico 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, ICPC 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado emitidos pelo CPC.

Na análise da aplicação do CPC 01 "Redução ao Valor Recuperável de Ativos" e CPC 27 "Imobilizado", foi entendido que devido às características dos bens utilizados nas operações da FINEP, exceto os terrenos e salas e escritórios (edificações) para os quais foi aplicado o custo atribuído, conforme citado anteriormente, a prática contábil deveria ser mantida em relação às taxas de depreciação, inexistindo sinais de que seus custos registrados sejam superiores aos seus valores de recuperação. Portanto entende-se que não haverá valor residual ao final do tempo de vida útil dos ativos e que não há necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

A relação de ativos dados em garantia está evidenciada em sistema próprio da entidade e representam um custo de aquisição de R$ 8.516 mil.

9. INTANGÍVEL

Composto em quase sua totalidade por software registrado pelo custo de aquisição, com vida útil definida em 60 meses e respectiva amortização de 20% ao ano.

Em observância a Resolução CFC nº 1.139/08, o quadro abaixo demonstra a conciliação do valor contábil no início e no final do período apresentando as adições, amortizações e outras alterações no período.

Movimentação do Ativo Intangível - 31/12/2010 à 31/12/2011

Código	Descrição	Saldo 31/12/2010	Adições	Baixas	Transferências	Saldo 31/12/2011
143300000	Projetos e Softwares	1.149	-	-	(1.149)	-
143900000	Amortizações	(970)	(9)	-	979	-
144100000	Softwares	-	4	-	1.149	1.153
144200000	Marcas e Patentes	0	-	-	-	0
144400000	Conc. uso Comunicação	112	-	-	-	112
144900000	Amortizações	-	(90)	-	(979)	(1.068)
	S O M A	291	(94)	-	-	196

10. RECEITAS

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. Quanto a conciliação entre a receita divulgada na demonstração do resultado e a registrada para fins tributáveis do Imposto de Renda, a única diferença, evidenciada no LALUR – Livro de Apuração do Lucro Real, é a receita com créditos tributários da Contribuição Social Diferida sobre o Lucro Líquido que totalizam, em 31/dez/11, o montante de R$ 2.421 mil.

11. REALIZAÇÃO DO CUSTO ATRIBUÍDO

O efeito no resultado do exercício, oriundo de depreciações do custo atribuído (deemed cost), foi na ordem de R$ 764 mil e a movimentação da conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial está evidenciada na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

A realização e consequente tributação do saldo da referida conta, pelo imposto de renda e contribuição social,

dão-se à medida que ocorrem os fatos previstos pela legislação pertinente. Portanto,os valores mantidos nessa conta estão sujeitos a tributação futura.

12. OBRIGAÇÕES POR REPASSES

As obrigações por repasses no País são demonstradas como segue:

DESCRIÇÃO	DEZ/2011	DEZ/2010
FAT	1.012.896	1.043.237
Empréstimos internos	25.211	14.907
TOTAL CIRCULANTE	**1.038.107**	**1.058.144**
Empréstimos internos	3.319.030	1.376.801
TOTAL NÃO-CIRCULANTE	**3.319.030**	**1.376.801**

A Finep mantém um programa com o Ministério do Trabalho e Emprego com o apoio financeiro do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, que visa o financiamento de projetos previamente selecionados pela empresa e aprovado pelo MTE. Os financiamentos são direcionados para segmentos específicos da economia, capazes de promover ações modernizantes e estruturais, destacando-se os aspectos indutores de inovações, transformações e reestruturações produtivas.

O saldo devedor junto ao MTE/FAT em 31/dez/11 totaliza um montante de R$ 1.012.896 mil.

O valor recebido do FNDCT referente à equalização de juros dos financiamentos já contratados foi atualizado em 31/dez/11 para R$ 365.137 mil (R$ 350.377 mil em 2010), o montante depositado para investimento em empresas emergentes em R$ 129.014 mil (R$ 145.909 mil em 2010), o de garantia de liquidez em R$ 25.528 mil (R$ 23.405 mil em 2010), o de aplicação em fundos de investimentos em R$ 125.478 mil (R$ 106.785 mil em 2010) e o de retorno de investimentos em fundos em R$ 20.398 mil (R$ 1.537 mil em 2010).

As obrigações por repasses do Exterior se referem ao Clube de Paris, sendo representado por R$ 20 mil no circulante (R$ 23 mil em 2010) e R$ 225 mil no Não Circulante (R$ 214 mil em 2010).

As características das obrigações são demonstradas como:

DESCRIÇÃO	MOEDA	VCTO.	TAXA DE JUROS	DEZ/2011	DEZ/2010
Mercado interno					
FNDCT	Real	**	TJLP	2.138.809	1.341.703
FUNTTEL (1º emprést.)	Real	set/36	TR	50.609	50.005
FUNTTEL (2º emprést.)	Real	set/36	TR	50.113	-
BNDES AUTOMÁTICO	Real	dez/19	TJLP + 1%	102.489	-
BNDES EMPRÉSTIMO	Real	dez/21	TJLP + 1%	1.002.219	-
TOTAL				**3.344.239**	**1.391.708**
Mercado externo					
Clube de Paris	Euro	dez/24	8,25% a.a.	225	237
TOTAL				**225**	**237**

** A amortização dos empréstimos do FNDCT são:
(1º emprést. 12/2011 a 12/2021) – (2º emprést. 08/2012 a 08/2022) – (3º emprést. 06/2013 a 06/2023) (4º emprést. 03/2014 a 03/2024) – (5º emprést. 12/2014 a 06/2029) – (6º emprést. 03/2015 a 09/2029) (7º emprést. 09/2015 a 03/2030) – (8º emprést. 05/2016 a 11/2030) – (9º emprést. 12/2016 a 06/2031) (10º emprést.12/2016 a 06/2031).

O montante dos recursos recebidos por linhas de crédito obtidas, mas ainda não utilizados, disponíveis para futuras liberações de financiamentos, monta em 31/dez/11 o total de R$ 270.828 mil, sendo R$ 244.700 do FNDCT (recursos recebidos em 30/dez/11) e R$ 26.128 mil do FUNTTEL.

13. CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS

Com base no parecer jurídico da AJUR, através dos MEMOS 122/2011 e 024/2012 e com respaldo da RES/DIR/0357/11, a provisão sobre o passivo trabalhista, em 31/dez/11, foi mantida em R$ 129.457 mil.

14. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

O imposto de renda e a contribuição social diferidos apresentaram em 2011, respectivamente, a realização de R$ 10.130 mil (R$ 5.814 mil em 2010) e R$ 6.078 mil (R$ 3.497 mil em 2010) sobre prejuízos fiscais e base negativa. Suas atualizações foram autorizadas pela RES/DIR/0357/11 e montam R$ 3.843 mil (R$ 25.000 mil em 2010) para o imposto de renda e R$ 2.306 mil (R$ 15.000 mil em 2010) para a contribuição social.

IMPOSTO E CONTRIBUIÇÃO DIFERIDOS	DEZ/2011	DEZ/2010
ATIVO		
IRPJ	**65.146**	**71.433**
Prejuízos Fiscais	39.149	45.436
Diferenças Temporárias	25.997	25.997
CSLL	**39.079**	**42.851**
Base Negativa	23.481	27.253
Diferenças Temporárias	15.598	15.598
TOTAL	**104.225**	**114.284**
PASSIVO		
IRPJ	14.025	14.216
CSLL	8.415	8.529
TOTAL	**22.440**	**22.745**

IMPOSTO E CONTRIBUIÇÃO A RECUPERAR	DEZ/2011	DEZ/2010
IRPJ	11.572	10.899
CSLL	2.449	4.838
TOTAL	**14.021**	**15.737**

CONTROLE DO PREJUÍZO FISCAL E BASE NEGATIVA

ANO CALENDÁRIO	IRPJ PREJ. FISCAL (-) Prej. / (+) Comp.	CSLL BASE NEGATIVA (-) Prej. / (+) Comp.
2002	(469.726)	(469.543)
2003	(5.062)	(4.775)
2004	5.486	5.571
2005	(1.703)	(1.412)
2006	8.333	8.420
2007	12.760	12.952
2008	1.959	2.071
2009	3.336	3.448
2010	23.257	23.313
2011	40.522	40.522
SALDO	**(380.839)**	**(379.435)**

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Conforme autorização concedida por meio do Decreto nº 7.322, de 30/set/10, o capital social integralizado da Finep é R$ 901.552 mil, representado por 300.000.000 de ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

b) Reserva de Capital

Reserva constituída em exercícios anteriores a 2008 representando o saldo de doação recebida.

c) Reserva de Reavaliação

Reserva constituída em exercícios anteriores cuja realização foi concluída em 2010, com a exceção da parte relativa aos terrenos.

d) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Representa o valor líquido de imposto e de realização do custo atribuído (deemed cost) aplicado sobre as contas de terrenos e salas e escritórios (edificações), em conformidade com o Pronunciamento Técnico 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, ICPC 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado emitidos pelo CPC.

e) Reserva Legal

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido ajustado não excedendo a 20% do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

f) Lucros a Destinar

Representa o saldo dos lucros dos exercícios que será destinado após a deliberação a ser estabelecida em Assembléia Geral.

g) Dividendos e Participação dos Empregados

A FINEP apresentou um lucro líquido no exercício de 2011 no montante de R$ 85.656 mil (R$ 82.808 mil em 2010) elevando o seu Patrimônio Líquido para R$ 1.102.257 mil.

Foi destinado o montante de R$ 20.452 mil (R$ 19.805 mil em 2010) a título de dividendos a pagar ao Tesouro Nacional, conforme o inciso II do artigo 30 do seu Estatuto Social.

Os dividendos a pagar correspondem a R$ 68,17 (R$ 66,02 em 2010) por lote de mil ações do capital social final.

De acordo com a legislação vigente, foi reservado o montante de R$ 5.354 mil (R$ 5.770 mil em 2010) a título de participação dos empregados sobre o lucro do exercício.

Demonstrativo da Destinação do Resultado do Exercício Social

		DEZ/2011	DEZ/2010
(=)	**Lucro Líquido do Exercício**	**85.656**	**82.808**
(+)	Reserva de Reavaliação Realizada	-	204
(-)	IRPJ sobre Reavaliação Realizada	-	51
(-)	CSLL sobre Reavaliação Realizada	-	31
(+)	AAP realizado	764	764
(-)	IRPJ sobre AAP Realizado	191	191
(-)	CSLL sobre AAP Realizado	115	115
(=)	**Base para Destinações**	**86.115**	**83.389**
(-)	Reserva Legal	4.306	4.169
(=)	**Base para Dividendos**	**81.809**	**79.219**
(x)	Alíquota	25%	25%
(=)	**Dividendos Obrigatórios**	**20.452**	**19.805**
(=)	**Saldo Remanescente a Destinar**	**61.357**	**59.414**

16. FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA - FIPECq

A Finep é co-patrocinadora da FIPECq – Fundação de Previdência Privada dos Empregados da Finep, do IPEA, do CNPq, do INPE e do INPA. Seu principal objetivo é completar os benefícios previdenciários, concedidos pelo Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, para os funcionários de sua patrocinadora Finep e a própria FIPECq.

A FIPECq tem planos de benefícios definidos e regime atuarial de capitalização para financiamento desses benefícios.

As patrocinadoras devem assegurar a FIPECq, quando necessário, recursos destinados à cobertura de eventuais insuficiências técnicas reveladas pelo plano de custeio, conforme estabelecido no estatuto da Fundação, consoante legislação vigente.

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC nº 33 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovada pela deliberação CVM nº 600, de 07/out/09, a Finep contratou a Jessé Montello Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda., que emitiu laudo atuarial datado de 09/03/2012, informando não haver passivo atuarial a ser reconhecido pela Finep em 31/dez/11.

17. COBERTURA DE SEGUROS

A Finep possui cobertura de seguros para seus automóveis, com menos de dez anos de uso e para as suas edificações, contratados nas seguintes modalidades:

TIPO DO SEGURO	BENS SEGURADOS
Colisão, incêndio e roubo	Veículos
Incêndio, raio, explosão e danos elétricos	Edificações

Glauco Antônio Truzzi Arbix
Presidente
CPF – 518.652.118-34

João Alberto de Negri
Diretor
CPF – 620.169.979-15

Fernando de Nielander Ribeiro
Diretor
CPF – 627.437.597-04

Roberto Vermulm
Diretor
CPF – 758.889.048-72

Ruben Silveira Mello Filho
Contador-CRC-RJ 056.592/O-7
CPF - 598.262.907-34

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA,TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - MCTI
FINEP / CONTRATOS E CONVÊNIOS
Balanço Patrimonial em 31/12/2011 e 31/12/2010
Em Reais Mil

ATIVO	2011	2010
CIRCULANTE		
Disponibilidades	361.208	315.880
Créditos em Circulação	12.854	47.075
Créditos Tributários	-	-
Operações de Crédito	3.565	4.490
Recursos Especiais a Receber	292	33.588
Devedores Entidades e Agentes	8.997	8.997
Total do Ativo Circulante	**374.062**	**362.954**
NÃO CIRCULANTE		
Operações de Crédito	48.356	24.997
Operações de Crédito	48.356	24.997
Imobilizado	-	-
Total do Ativo Não Circulante	**48.356**	**24.997**
Total do Ativo	**422.419**	**387.951**

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

Glauco Antônio Truzzi Arbix
Presidente
CPF-518.652.118/34

João Alberto de Negri
Diretor
CPF-620.169.979/15

Fernando de Nielander Ribeiro
Diretor
CPF-627.437.597/04

Roberto Vermulm
Diretor
CPF-758.889.048/72

Ruben Silveira Mello Filho
Contador - CRC-RJ 056.592/0-7
CPF-598.262.907/34

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA,TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - MCTI
FINEP / CONTRATOS E CONVÊNIOS
Balanço Patrimonial em 31/12/2011 e 31/12/2010
Em Reais Mil

PASSIVO	2011	2010
CIRCULANTE		
Recursos da União e Depósitos de Diversas Origens	111	53
Obrigações em Circulação	15.176	15.763
Fornecedores	303	91
Exercício	303	91
Convênios a Pagar	2.614	3.123
Exercício	-	1.530
Exercícios Anteriores	2.614	1.593
Contratos de Subvenção a Pagar	12.259	12.549
Do Exercício	-	
Exercícios Anteriores	12.259	12.549
Débitos Diversos	-	-
Credores Entidades e Agentes	-	-
Outras obrigações	-	-
Total do Passivo Circulante	**15.287**	**15.816**
NÃO CIRCULANTE		
Obrigações Exigíveis a Longo Prazo	21.038	21.038
Operações de Crédito Funttel	21.038	21.038
Total do Passivo Não Circulante	**21.038**	**21.038**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Resultado Acumulado	351.098	369.492
Resultado do Período	34.996	(18.394)
Total do Patrimônio Líquido	386.094	351.098
T otal do Passivo	**422.419**	**387.951**

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

Glauco Antônio Truzzi Arbix
Presidente
CPF-518.652.118/34

João Alberto de Negri
Diretor
CPF-620.169.979/15

Fernando de Nielander Ribeiro
Diretor
CPF-627.437.597/04

Roberto Vermulm
Diretor
CPF-758.889.048/72

Ruben Silveira Mello Filho
Contador - CRC-RJ 056.592/0-7
CPF-598.262.907/34

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA,TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - MCTI
FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP
Balanço Patrimonial em 31/12/2011 e 31/12/2010
Em Reais Mil

ATIVO	2011	2010
CIRCULANTE		
Disponibilidades	1.586.571	653.052
Operações de Crédito	792.133	602.845
Outros Créditos	18.631	21.635
Créditos por Cessão de Pessoal	467	566
Impostos e Contribuições a Recuperar	14.022	15.737
Pessoal	2.100	5.238
Outros	2.042	94
Outros Valores e Bens	1.440	762
Almoxarifado	136	93
Despesas Antecipadas	1.304	669
Total do Ativo Circulante	**2.398.775**	**1.278.294**
NÃO CIRCULANTE		
Títulos e Valores Mobiliários	125.759	107.922
Cotas de Fundos em Empresas Emergentes	125.759	107.922
Operações de Crédito	3.537.590	2.615.222
Operações de Crédito	3.640.132	2.715.367
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(102.542)	(100.145)
Outros Créditos	134.545	139.924
Depósitos Judiciais	4.849	169
Créditos com o Tesouro Nacional	25.471	25.471
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	104.225	114.284
Investimentos	62.801	92.769
Imobilizado de Uso	73.620	71.400
Imóveis de Uso	77.642	74.707
Reavaliações de Imóveis de Uso	11.162	11.162
Outras Imobilizações de Uso	7.740	7.285
Depreciações Acumuladas	(22.924)	(21.754)
Intangível	196	291
Total do Ativo Não Circulante	**3.934.511**	**3.027.528**
Total do Ativo	**6.333.286**	**4.305.822**

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

Glauco Antônio Truzzi Arbix Presidente CPF 518.652.118-34	João Alberto de Negri Diretor CPF 620.169.979-15	Fernando de Nielander Ribeiro Diretor CPF 627.437.597-04	Roberto Vermulm Diretor CPF 758.889.048-72

Ruben Silveira Mello Filho
Contador - CRC-RJ 056.592/O-7
CPF 598.262.907-34

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA,TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - MCTI
FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP
Balanço Patrimonial em 31/12/2011 e 31/12/2010
Em Reais Mil

PASSIVO	2011	2010
CIRCULANTE		
Obrigações por Repasses do País	1.038.107	1.058.144
Obrigações por Repasses do Exterior	20	23
Outras Obrigações	183.801	180.055
Fiscais e Previdenciárias	8.512	7.664
Participações sobre o Lucro a Pagar	5.363	5.770
Provisão para Contingências Trabalhistas	129.457	129.457
Provisão para Férias	16.270	14.595
Consignatários e Fornecedores	3.651	2.699
Dividendos a Pagar	20.452	19.805
Outras	96	65
Total do Passivo Circulante	**1.221.928**	**1.238.222**
NÃO CIRCULANTE		
Obrigações por Repasses do País	3.319.030	1.376.801
Obrigações por Repasses do Exterior	225	214
Outras Obrigações	24.292	25.518
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	22.440	22.745
Depósitos e Cauções	1.852	2.773
Receita Diferida e Obrigações sobre Recursos	665.554	628.013
Recursos para Equalização	365.137	350.377
Obrigações sobre Recursos do FNDCT	300.417	277.636
Total do Passivo Não Circulante	**4.009.101**	**2.030.546**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital Social	901.552	901.552
Reserva de Capital	1	1
Outros Resultados Abrangentes	33.659	34.118
Reservas de Lucros	167.045	101.383
Total do Patrimônio Líquido	**1.102.257**	**1.037.054**
Total do Passivo	**6.333.286**	**4.305.822**

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

Glauco Antônio Truzzi Arbix
Presidente
CPF 518.652.118-34

João Alberto de Negri
Diretor
CPF 620.169.979-15

Fernando de Nielander Ribeiro
Diretor
CPF 627.437.597-04

Roberto Vermulm
Diretor
CPF 758.889.048-72

Ruben Silveira Mello Filho
Contador - CRC-RJ 056.592/O-7
CPF 598.262.907-34

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA,TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - MCTI
FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP
Demonstração do Resultado em 31/12/2011 e 31/12/2010
Em Reais Mil

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	2011	2010
Receitas da Intermediação Financeira	541.655	471.688
Operações de crédito	417.294	343.945
Aplicações do disponível e em títulos mobiliários	68.835	61.835
Rendas com administração de fundos	55.526	65.908
Despesas da Intermediação Financeira	(229.082)	(217.811)
Captação - financiamentos e repasses	(215.767)	(170.808)
Provisão para risco de crédito	(13.315)	(47.003)
RESULTADO BRUTO INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	312.573	253.877
Outras Receitas e (Despesas) Operacionais	(179.471)	(182.513)
Provisão para contingências trabalhistas	-	(4.938)
Despesas com pessoal e encargos	(144.559)	(141.595)
Despesas administrativas	(20.481)	(23.819)
Despesas tributárias	(16.163)	(14.104)
Outras receitas operacionais	1.402	711
Outras receitas (despesas)	330	1.232
RESULTADO ANTES DO IRPJ E DA CSLL	133.102	71.364
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	(37.692)	(21.607)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(9.754)	33.051
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	85.656	82.808

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

Glauco Antônio Truzzi Arbix
Presidente
CPF 518.652.118-34

João Alberto de Negri
Diretor
CPF 620.169.979-15

Fernando de Nielander Ribeiro
Diretor
CPF 627.437.597-04

Roberto Vermulm
Diretor
CPF 758.889.048-72

Ruben Silveira Mello Filho
Contador - CRC-RJ 056.592/O-7
CPF 598.262.907-34

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - MCTI
FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP
Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31/12/2011 e 31/12/2010
Em Reais Mil

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	DEZ / 2011	DEZ / 2010
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido do Exercício	85.656	82.808
Despesas e (Receitas) que não afetam as disponibilidades		
Depreciações e amortizações	1.667	2.149
Valor residual do imobilizado alienado	3	2
Ajuste de inventário de bens móveis	(1.698)	(1.233)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	9.754	(33.051)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.628	47.002
Juros capitalizados sobre financiamentos a receber	1.885	(8.954)
Juros capitalizados sobre financiamentos a pagar	125.339	62.725
Variação cambial sobre financiamentos	27	(11)
Atualização de investimentos	(3.684)	-
Juros sobre impostos e contribuições a recuperar	(1.178)	(571)
Juros equalizados	(178.662)	(148.844)
Atualização de obrigações sobre recursos do FNDCT	45.972	37.601
Atualização de depósitos e cauções	141	126
Desvalorização de cotas do FND	33.652	-
Juros sobre dividendos a pagar	2.204	265
Participação de empregados no lucro (PLR)	5.354	2.568
Provisão para contingências trabalhistas	-	4.938
Impostos e Contribuições liquidados por compensação	16.398	17.560
Caixa e equivalentes gerados pelo resultado do exercício	151.458	65.080
Financiamentos concedidos	(1.753.272)	(1.218.110)
Retorno de Financiamentos concedidos	636.363	417.447
Financiamentos tomados	1.947.059	456.500
Pagamento de Financiamentos tomados	(156.849)	(130.230)
Recursos recebidos para equalização	162.757	148.851
Recursos recebidos para aplicação em Fundos de Emergentes	3.820	27.565
Recursos retornados de fundos	3.656	-
Aplicação em quotas de Fundos de Empresas Emergentes	(32.738)	(59.833)
Resgate de aplicações em Fundos de Empresas Emergentes	14.901	700
Dividendos pagos	(22.009)	(12.038)
Imposto de Renda pago por antecipação	(11.056)	(10.898)
Contribuição Social paga por antecipação	(2.449)	(4.838)
Depósitos e cauções recebidos	357	214
Devolução de depósitos e cauções	(1.212)	-
Pagamento do saldo de PLR do exercício anterior	(5.760)	(2.191)
Aumento em outros créditos de longo prazo	(4.679)	-
Variação líquida de outros Ativos e Passivos	5.270	7.268
Recursos gerados (utilizados) nas atividades operacionais	935.617	(314.513)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de Imobilizado	(2.094)	(1.163)
Aquisição de Intangível	(4)	-
Recursos utilizados nas atividades de investimento	(2.098)	(1.163)
(REDUÇÃO) AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTES	933.519	(315.676)
MODIFICAÇÃO NA POSIÇÃO FINANCEIRA		
Caixa e equivalentes no início do exercício	653.052	968.728
Caixa e equivalentes no final do exercício	1.586.571	653.052
(REDUÇÃO) AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTES	933.519	(315.676)

Glauco Antônio Truzzi Arbix
Presidente

João Alberto de Negri
Diretor
CPF 620.169.979-15

Fernando de Nielander Ribeiro
Diretor
CPF 627.437.597-04

Roberto Vermu
Diretor
CPF 758.889.048

Ruben Silveira Mello Filho
Contador - CRC-RJ 056.592/O-7

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - MCTI
FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP
Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido em 31/12/2011 e 31/12/2010
Em Reais Mil

			Outros Resultados Abrangentes			Reservas de Lucros						
	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Reavaliação	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Total	Reserva Legal	Reserva para Expansão e Modernização	Lucro a Destinar	Total	Lucros / (Prejuízos) Acumulados	Total	Demonstração do Resultado Abrangente Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	901.552	1	2.760	31.938	34.698	2.479	-	35.320	37.799	-	974.050	79.507
Aumento de Capital Social	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Absorção de Prejuízos Acumulados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência para Reserva conforme AGO	-	-	-	-	-	-	35.320	(35.320)	-	-	-	-
Realização de Reserva de Reavaliação	-	-	(204)	-	(204)	-	-	-	-	204	-	-
IRPJ e CSLL sobre Realização da Reserva de Reavaliação	-	-	82	-	82	-	-	-	-	(82)	-	-
Constituição de IRPJ e CSLL Diferidos sobre a Reserva de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(764)	(764)	-	-	-	-	764	-	-
IRPJ e CSLL sobre Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	305	305	-	-	-	-	(305)	-	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	82.808	82.808	82.808
Reserva Legal	-	-	-	-	-	4.169	-	-	4.169	(4.169)	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(19.805)	(19.805)	-
Lucro Remanscente a Destinar	-	-	-	-	-	-	-	59.415	59.415	(59.415)	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	901.552	1	2.638	31.480	34.118	6.648	35.320	59.415	101.383	-	1.037.054	82.808
Aumento de Capital Social	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Absorção de Prejuízos Acumulados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência para Reserva conforme DEL/CA/006/11	-	-	-	-	-	-	59.414	(59.414)	-	-	-	-
Realização de Reserva de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IRPJ e CSLL sobre Realização da Reserva de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de IRPJ e CSLL Diferidos sobre a Reserva de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(764)	(764)	-	-	-	-	764	-	-
IRPJ e CSLL sobre Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	305	305	-	-	-	-	(305)	-	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	85.656	85.656	85.656
Reserva Legal	-	-	-	-	-	4.306	-	-	4.306	(4.306)	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(20.452)	(20.452)	-
Lucro Remanscente a Destinar	-	-	-	-	-	-	-	61.357	61.357	(61.357)	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	901.552	1	2.638	31.022	33.659	10.954	94.734	61.357	167.045	-	1.102.258	85.656

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

Glauco Antônio Truzzi Arbix
Presidente
CPF 518.652.118-34

João Alberto de Negri
Diretor
CPF 620.169.979-15

Fernando de Nielander Ribeiro
Diretor
CPF 627.437.597-04

Roberto Vermulm
Diretor
CPF 758.889.048-72

Ruben Silveira Mello Filho
Contador - CRC-RJ 056.592/0-7
CPF 598.262.907-34

FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP
Balanço Patrimonial em 31/12/2011 - Memória de Cálculo
Em R$

	RIO	S.PAULO	BRASÍLIA	TOTAL
A T I V O	**6.333.286.919,61**	**0,00**	**0,00**	**6.333.286.919,61**
Ativo Circulante	**2.398.775.672,49**	**0,00**	**0,00**	**2.398.775.672,49**
Disponibilidades	**1.586.571.377,06**	**0,00**	**0,00**	**1.586.571.377,06**
111129902 Banco do Brasil (Moeda nacional)	14.509,41			14.509,41
111129904 Caixa Econômica Federal	1.100,00			1.100,00
111220000 Bancos C/Movimento (Moeda Estrangeira)				0,00
111131100 Fundo de Aplicação - Extra Mercado	1.318.709.519,04			1.318.709.519,04
112160400 Limite de Saque c/ Vinculação de Pagtº	267.846.248,61			267.846.248,61
Operações de Crédito	**792.132.823,11**	**0,00**	**0,00**	**792.132.823,11**
Operações de Crédito	**793.089.148,45**	**0,00**	**0,00**	**793.089.148,45**
112320100 Financiamentos Concedidos	768.533.305,29			768.533.305,29
112340601 Juros Pró-Rata s/Financiamento	17.750.711,82			17.750.711,82
112350100 Encargos s/Emprest.e Financiamentos	6.805.131,34			6.805.131,34
Provisão para Operações de Liquidação Duvidosa	**-956.325,34**	**0,00**	**0,00**	**-956.325,34**
112390000 Provisão p/ Perdas de Emprest. E Financiamen	-956.325,34			-956.325,34
Outros Créditos	**18.630.934,46**	**0,00**	**0,00**	**18.630.934,46**
Créditos por Cessão de Pessoal	**467.364,64**	**0,00**	**0,00**	**467.364,64**
112190700 Crédito a Rec.p/Cessão de Pessoal	1.668.975,72			1.668.975,72
112199000 Provisão p/dev.duvid.(Cessão de Pessoal)	-1.201.611,08			-1.201.611,08
Diversos	**18.163.569,82**	**0,00**	**0,00**	**18.163.569,82**
Impostos e Contribuições a Recuperar	**14.021.571,85**	**0,00**	**0,00**	**14.021.571,85**
112150300 IRPJ a Compensar- Antecipação				0,00
112150500 IRPJ a Recuperar	11.572.347,67			11.572.347,67
112150800 IRRF a Compensar	0,00			0,00
112150900 CSSL a Recuperar	2.449.224,18			2.449.224,18
112151600 CSSL a Compensar - Antecipação				0,00
112197002 Imposto pago a maior (3560)				0,00
Pessoal	**2.100.369,72**	**0,00**	**0,00**	**2.100.369,72**
112190800 Créditos a Receber-Folha de Pagamento	2.100.369,72			2.100.369,72
Outros	**2.041.628,25**	**0,00**	**0,00**	**2.041.628,25**
112191100 Créditos p/ Pagamentos de Desp. de Terceiros	515,00			515,00
112210100 Entidades Federais	1.947.607,33			1.947.607,33
112290300 Desfalques ou Desvios	58.827,59			58.827,59
112290400 Débitos e Terc.em Prest. de Serviço	333,80			333,80
112290800 Falta ou Irregularidade de Comprovação	34.344,53			34.344,53
112440000 Adiant. A Suprimento de Fundos				0,00
Provisão para Outros Créditos				0,00
Outros Valores e Bens	**1.440.537,86**	**0,00**	**0,00**	**1.440.537,86**
Outros Valores e Bens	**136.421,69**	**0,00**	**0,00**	**136.421,69**
113180100 Material de Consumo	136.421,69			136.421,69
Despesas Antecipadas	**1.304.116,17**	**0,00**	**0,00**	**1.304.116,17**
113220300 Vales, Tickets e Bilhetes	1.301.110,40			1.301.110,40
114110300 Prêmios de Seguro a Apropriar	3.005,77			3.005,77
114119900 Outras Despesas Antecipadas				0,00

FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP
Balanço Patrimonial em 31/12/2011 - Memória de Cálculo
Em R$

	RIO	S.PAULO	BRASÍLIA	TOTAL
Ativo Não Circulante	**3.934.511.247,12**	**0,00**	**0,00**	**3.934.511.247,12**
Títulos e Valores Mobiliários	**125.759.680,17**	**0,00**	**0,00**	**125.759.680,17**
1231302000 Fundos Aplic.Cotas Empresas Emergentes	125.759.680,17			125.759.680,17
Prov. p/ perdas com Títulos e Valores				
Operações de Crédito	**3.537.590.005,34**	**0,00**	**0,00**	**3.537.590.005,34**
Operações de Crédito	**3.640.131.536,77**	**0,00**	**0,00**	**3.640.131.536,77**
122320100 Financiamentos Concedidos	3.518.867.403,80			3.518.867.403,80
122360000 Cobrança Judicial	121.264.132,97			121.264.132,97
Provisão para Operações de Liquidação Duvidosa	**-102.541.531,43**	**0,00**	**0,00**	**-102.541.531,43**
122800000 Prov.p/ Créd.Realiz.L.P. Perdas Prováveis	-102.541.531,43			-102.541.531,43
Outros Créditos	**134.544.307,22**	**0,00**	**0,00**	**134.544.307,22**
Diversos	**4.848.630,68**	**0,00**	**0,00**	**4.848.630,68**
112510200 Depósitos Judiciais (Ações Trabalhistas)	0,00			0,00
121220000 Depósitos Judiciais (Ações Trabalhistas)	4.848.630,68			4.848.630,68
Créditos Específicos	**25.470.709,94**	**0,00**	**0,00**	**25.470.709,94**
122900000 Outros Créditos (Risco Cambial)	25.470.709,94			25.470.709,94
Créditos Tributários de Impostos e Contribuições	**104.224.966,60**	**0,00**	**0,00**	**104.224.966,60**
122151600 (2319) IRPJ Diferido	65.145.795,08			65.145.795,08
122151600 (2469) CSLL Diferida	39.079.171,52			39.079.171,52
	136.617.254,39	**0,00**	**0,00**	**136.617.254,39**
				0,00
Investimentos	**62.801.350,31**	**0,00**	**0,00**	**62.801.350,31**
Outros Investimentos	62.801.350,31			62.801.350,31
141120100 Participações em Empresas-MC	0,34			0,34
141120200 Participações em Fundos-MC	60.361.882,90			60.361.882,90
141310200 Bens Móveis - Obras de Arte	2.439.467,07			2.439.467,07
Imobilizado de Uso	**73.619.449,18**	**0,00**	**0,00**	**73.619.449,18**
142110000 Imóveis de Uso	77.642.316,89			77.642.316,89
142118800 Correção Monetária - IPC/90 de Imóveis de Usc	11.161.609,76			11.161.609,76
142120000 Bens Móveis-Outras Imobilizações de Uso	7.739.762,15			7.739.762,15
142900000 Depreciações Acumuladas	-22.924.239,62			-22.924.239,62
Intangível	**196.454,90**	**0,00**	**0,00**	**196.454,90**
144000000 Intangível	196.454,90			196.454,90
143000000 Diferido				0,00

NOTA: (1) Valor relativo à inscrição de responsabilidade de Carlos Gonçalves de Brito qualificado no processo administrativo disciplinar NR.1200.001465/94-11 conforme relatório da Comissão de Tomada de Contas designada pela POR/PRES/028/95 em análise no TCU em 1995.

(2) Pagamento em duplicidade a Luiz Antonio Vitorino por serviços prestados em 1996 conf. Processo Administrativo Memo/SJUR/097/96, em apuração na Polícia Federal.

FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP
Balanço Patrimonial em 31/12/2011 - Memória de Cálculo
Em R$

	RIO	S.PAULO	BRASÍLIA	TOTAL
P A S S I V O	**6.333.286.919,61**	**0,00**	**0,00**	**6.333.286.919,61**
Passivo Circulante	**1.221.929.470,02**	**0,00**	**0,00**	**1.221.929.470,02**
Obrigações por Repasses do País	**1.038.106.897,52**	**0,00**	**0,00**	**1.038.106.897,52**
211490800 FAT	1.012.896.028,34			1.012.896.028,34
212310202 Empréstimos Internos	5.549.722,35			5.549.722,35
212310203 Juros pró-rata Emprést.Internos	19.661.146,83			19.661.146,83
Obrigações por Repasses do Exterior	**20.028,22**	**0,00**	**0,00**	**20.028,22**
212320200 Empréstimos Externos	16.350,97			16.350,97
212320100 Juros pró-rata Emprést.Externos	3.677,25			3.677,25
Outras Obrigações	**183.802.544,28**	**0,00**	**0,00**	**183.802.544,28**
Fiscais e Previdenciárias	**8.512.450,82**	**0,00**	**0,00**	**8.512.450,82**
211230100 IRRF	3.052.839,97			3.052.839,97
211230200 INSS	2.197.441,01			2.197.441,01
211230600 FGTS	1.034.070,34			1.034.070,34
212140301 Provisão para IRPJ				0,00
212140302 Provisão para CSLL				0,00
212150700 Cofins	1.916.644,73			1.916.644,73
212150900 Pis	311.454,77			311.454,77
Provisão para IRPJ e CSLL Diferidos	0,00			0,00
Participações sobre o Lucro a Pagar	**5.363.106,36**	**0,00**	**0,00**	**5.363.106,36**
212141200 Prov.para Participações e Empregados	5.363.106,36	0,00	0,00	5.363.106,36
Diversas	**169.926.987,10**	**0,00**	**0,00**	**169.926.987,10**
Provisão para Contingências	**129.457.989,29**	**0,00**	**0,00**	**129.457.989,29**
212140700 Prov.para Indeniz.Trabalhistas	129.457.989,29			129.457.989,29
Provisão para Férias e 13º Salário	**16.270.064,28**	**0,00**	**0,00**	**16.270.064,28**
212140100 Provisão para 13º Salário				0,00
212140200 Provisão de Férias	16.270.064,28			16.270.064,28
Consignatários e Fornecedores	**3.651.065,08**	**0,00**	**0,00**	**3.651.065,08**
211150000 Planos de Previd. Assist. Médica	2.770.456,04			2.770.456,04
211160000 Entidades Represent. de Classe	62.970,94			62.970,94
211190000 Diversos Consignatários				0,00
212110100 Fornecedores - Exercício	805.287,70			805.287,70
212110200 Fornecedores - Exercícios anteriores	12.350,40			12.350,40
212210300 Entidades Previd.Complementar				0,00
Dividendos a pagar	**20.452.215,15**	**0,00**	**0,00**	**20.452.215,15**
212180100 Dividendos a pagar - Tesouro Nacional	20.452.215,15			20.452.215,15
Outras	**95.653,30**	**0,00**	**0,00**	**95.653,30**
211410000 Depósitos e Cauções	59.413,66			59.413,66
211480000 Depósitos a Transferir	287,26			287,26
211490100 Depósitos de Terceiros				0,00
212120100 Pessoal a pagar - Exercício	2.908,80			2.908,80
212190400 Obrigações ref.pessoal requisitado	14.111,10			14.111,10
212196001 Diárias				0,00
212196008 Indenizações e Restituições				0,00
212900000 Outras Obrigações	18.932,48			18.932,48

FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP
Balanço Patrimonial em 31/12/2011 - Memória de Cálculo
Em R$

	RIO	S.PAULO	BRASÍLIA	TOTAL
Passivo Não Circulante	**4.009.099.687,28**	**0,00**	**0,00**	**4.009.099.687,28**
Obrigações por Repasses do País	**3.319.028.504,64**	**0,00**	**0,00**	**3.319.028.504,64**
222120000 Contratos Internos	3.319.028.504,64			3.319.028.504,64
Obrigações por Repasses do Exterior	**225.068,74**	**0,00**	**0,00**	**225.068,74**
222220000 Contratos Externos	225.068,74			225.068,74
Outras Obrigações	**24.291.220,28**	**0,00**	**0,00**	**24.291.220,28**
Fiscais e Previdenciárias	**22.439.660,44**	**0,00**	**0,00**	**22.439.660,44**
222310100 IRPJ Diferido	14.024.787,64			14.024.787,64
222310500 CSLL Diferida	8.414.872,80			8.414.872,80
Diversas	**1.851.559,84**	**0,00**	**0,00**	**1.851.559,84**
Depósitos e Cauções	**1.851.559,84**	**0,00**	**0,00**	**1.851.559,84**
2212100000 Depósitos e Cauções	1.851.559,84			1.851.559,84
Receita Diferida e Obrigações s/ Recursos	**665.554.893,62**	**0,00**	**0,00**	**665.554.893,62**
214119100				
Rec. p/Invest. Fundos Empr. Emergentes - 0250365033	129.013.631,74			129.013.631,74
Recursos Aplicados em Fundos Emerg. 0209365003	125.478.461,81			125.478.461,81
Recursos Retornados de Fundos 0209365004	20.397.679,75			20.397.679,75
Rec. p/Garantia de Liquidez dos Fundos 0250365034	25.527.669,92			25.527.669,92
Sub Total	300.417.443,22	**0,00**	**0,00**	300.417.443,22
Recursos para Equalização 0280365001	365.137.450,40			365.137.450,40
Patrimônio Líquido	**1.016.600.062,56**	**1.293,99**	**0,00**	**1.102.257.762,31**
Capital	**901.551.931,35**	**0,00**	**0,00**	**901.551.931,35**
De Domiciliados no País	**901.551.931,35**	**0,00**	**0,00**	**901.551.931,35**
241210000 Capital Social	901.551.931,35			901.551.931,35
Reservas	**115.048.131,21**	**1.293,99**	**0,00**	**115.049.425,20**
242120000 Reservas de Capital	1.500,00			1.500,00
242210000 Reservas de Reavaliação	2.637.543,16			2.637.543,16
242300000 Reservas de Lucros	105.688.193,65			105.688.193,65
243000000 Resultado Acumulado	-24.301.054,29	1.293,99		-24.299.760,30
245000000 Ajustes de Avaliação Patrimonial	31.021.948,69			31.021.948,69
Contas de Resultado	**85.657.699,75**	**-1.293,99**	**0,00**	**85.656.405,76**
Receitas da Intermediação Financeira	541.654.883,19	0,00	0,00	401.848.191,44
Despesas da Intermediação Fiananceira	-229.081.671,61	0,00	0,00	-159.450.399,53
Outras receitas/despesas Operacionais	-173.286.541,00	-810.775,18	-350.508,53	-174.447.824,71
Resultados Compensatórios	-1.159.989,72	809.481,19	350.508,53	0,00
Outras receitas/despesas	330.362,48	0,00	0,00	330.362,48
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	-37.691.881,01	0,00	0,00	-37.691.881,01
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-9.753.937,22	0,00	0,00	-9.753.937,22
Provisão p/participação do Empregados	-5.353.525,36	0,00	0,00	-5.353.525,36

FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP
Demonstração do Resultado em 31/12/2011 - Memória de Cálculo

	RIO	S.PAULO	BRASILIA	TOTAL
1- Receitas da Intermediação Financeira	**541.654.883,19**	**0,00**	**0,00**	**541.654.883,19**
1.1 Operações de Crédito	417.294.187,31	0,00	0,00	417.294.187,31
4.1.6.0.0.02.99 - Outros Serviços Financeiros				0,00
4.1.6.0.0.14.00 - Serviços de Inspeção e Fiscalização	17.520.131,76			17.520.131,76
6.2.3.2.3.05.01 - Juros Semestrais (PSI)	2.564.068,01			2.564.068,01
6.2.3.2.3.05.04 - Juros Vencidos	42.226,22			42.226,22
6.2.3.2.3.05.05 - Juros Equalizados	178.662.717,36			178.662.717,36
6.2.3.2.3.05.08 - Juros Mensais	175.239.563,74			175.239.563,74
6.2.3.2.3.05.10 - Juros Pro-rata	179.971.575,33			179.971.575,33
6.2.3.2.3.05.99 - Juros Renegociados	4.178.094,81			4.178.094,81
6.2.3.2.3.08.00 - Multas	621.476,80			621.476,80
4.1.9.1.9.27.00 - Multas e Juros Previstos em Contratos	931.224,11			931.224,11
4.2.3.0.0.99.00 - Amortizações de Empréstimos Divs.	33.838.892,83			33.838.892,83
4.9.8.0.0.00.00 - Retificações				0,00
6.2.3.2.3.04.02 - Diversos Responsáveis				0,00
6.2.3.2.3.04.03 - Créditos a Receber	1.285.777,15			1.285.777,15
6.2.3.2.3.04.05 - Empréstimos e Financ. Concedidos	617.544,53			617.544,53
5.2.3.1.7.04.00 - Empréstimos e Financiamentos				0,00
5.2.3.1.7.02.10 - Créditos Diversos				0,00
5.2.3.2.3.04.05 - Empréstimos e Finan. Concedidos	-112.072,90			-112.072,90
5.2.3.2.3.06.01 - Empréstimos e Finan. Concedidos	-178.067.032,44			-178.067.032,44
5.2.3.2.3.07.02 - Variação Cambial Não Financeira				0,00
1.2 Resultado com aplic.do disponível e em títulos mobiliários	68.834.586,11	0,00	0,00	68.834.586,11
4.1.3.2.5.00.00 - Remuneração Depósitos Bancários	75.232.277,12			75.232.277,12
4.1.3.2.6.00.00 - Remuneração Depósitos Especiais				0,00
4.1.3.2.9.00.00 - Outras Receitas Valores Mobiliários				0,00
6.2.3.1.7.01.04 - Créditos Tributários	18.999.695,47			18.999.695,47
6.2.3.2.2.01.00 - Valorizações de Títulos e Valores	3.684.058,58			3.684.058,58
6.2.3.2.2.02.07 - Fundos de Aplic.em Cotas/RV	4.570.426,46			4.570.426,46
5.2.3.1.7.10.50 - Investimentos				0,00
5.2.3.2.2.01.00 - Desvalorização de Titulos e Valores	-33.651.871,52			-33.651.871,52
1.3 Rendas com administração de fundos	55.526.109,77	0,00	0,00	55.526.109,77
4.1.6.0.0.13.00 - Serviços Administrativos	45.972.616,15			45.972.616,15
4.1.9.2.2.99.00 - Outras Restituições	7.605.886,29			7.605.886,29
6.2.3.1.7.03.01 - Entidades Devedoras	1.947.607,33			1.947.607,33
2- Despesas da Intermediação Financeira	**-229.081.671,61**	**0,00**	**0,00**	**-229.081.671,61**
2.1 Captação no mercado - financiamentos e repasses	-215.767.089,99	0,00	0,00	-215.767.089,99
3.3.2.9.0.21.01 - Juros Dív.Contratada c/Instit.Financeiras	-94.795.904,00			-94.795.904,00
3.3.2.9.0.21.03 - Juros Dívida Contratada no Exterior	-10.503,07			-10.503,07
3.3.2.9.0.21.99 - Outros Juros da Dívida Contratada	-223,47			-223,47
5.2.3.4.1.03.00 - Encargos	-6.621.083,86			-6.621.083,86
5.2.3.4.1.01.00 - Atualização Monetária Financeira	-113.594.708,24			-113.594.708,24
5.2.3.4.1.02.00 - Atualização Monetária n/ Financeira				0,00
5.2.3.4.1.05.03 - Juros e Encargos -Dív.Contratada Interna	-717.528,46			-717.528,46
5.2.3.4.2.03.00 - Variação Cambial não Financeira Div.	-66.138,19			-66.138,19
6.2.3.3.1.02.00 - Operações de Créditos - em Títulos				0,00
6.2.3.4.1.04.00 - Variação Cambial não Financeira				0,00
6.2.3.4.2.03.02 - Variação Cambial não Financeira Div.	38.999,30			38.999,30
2.2 Provisão para risco de crédito	-13.314.581,62	0,00	0,00	-13.314.581,62
5.2.3.2.3.01.00 - Provisão p/Devedores Duvidosos	-12.358.256,28			-12.358.256,28
5.2.3.2.3.05.00 - Provisão p/Perdas Prováveis	-956.325,34			-956.325,34
6.2.3.2.3.01.00 - Reversão da Prov. p/Dev.Duvidosos				0,00

FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP
Demonstração do Resultado em 31/12/2011 - Memória de Cálculo

	RIO	S.PAULO	BRASILIA	TOTAL
3- Outras Receitas (Despesas) Operacionais	**-178.640.066,36**	**-810.775,18**	**-350.508,53**	**-179.801.350,07**
3.1. Provisão para contingências trabalhistas	0,00	0,00	0,00	0,00
5.2.3.3.1.07.09 - Obrigações Trabalhistas em Litígio				0,00
3.2. Despesas com pessoal	-144.543.684,70	-12.559,42	-2.682,22	-144.558.926,34
3.2.1 Proventos	-90.737.259,61	0,00	-1.436,22	-90.738.695,83
3.3.1.9.0.11.01 - Vencimentos e Salários	-70.767.557,02			-70.767.557,02
3.3.1.9.0.11.05 - Incorporações	-362.842,69			-362.842,69
3.3.1.9.0.11.10 - Adicional de Insalubridade	-3.474,13			-3.474,13
3.3.1.9.0.11.30 - Abono Provisório - Pessoal Civil				0,00
3.3.1.9.0.11.33 - Gratificação p/ Exercício de Funções	-3.785.028,27			-3.785.028,27
3.3.1.9.0.11.42 - Férias Indenizadas	-276.370,94			-276.370,94
3.3.1.9.0.11.43 - 13º. Salário	-7.022.214,97			-7.022.214,97
3.3.1.9.0.11.44 - Férias - Abono Pecuniário	-2.006.628,05			-2.006.628,05
3.3.1.9.0.11.45 - Férias - Abono Constitucional	-3.654.274,08			-3.654.274,08
3.3.1.9.0.11.46 - Férias - Pagamento Antecipado				0,00
3.3.1.9.0.11.96 - Vencimentos e Vantagens-Pagtº Ant.				0,00
3.3.1.9.0.11.99 - Outras Despesas Fixas-Pessoal Civil	-2.676,30			-2.676,30
3.3.1.9.0.13.04 - Contribuição de Salário-Educação				0,00
3.3.1.9.0.16.34 - Aviso Prévio	-163.021,97			-163.021,97
3.3.1.9.0.16.44 - Serviços Extraordinários	-76.399,19			-76.399,19
3.3.1.9.0.17.76 - Auxílio Moradia				0,00
3.3.1.9.0.92.04 - Outras Despesas Variáveis - Civil				0,00
3.3.1.9.0.94.01 - Indenizações Trabalhistas-Ativo Civil	-66.041,08			-66.041,08
3.3.3.9.0.93.02 - Restituições	-461.708,84		-1.436,22	-463.145,06
3.3.3.9.0.93.03 - Ajuda de Custo - Pessoal Civil	-315.697,21			-315.697,21
5.2.3.1.7.02.04 - Créditos por Cessão de Pessoal	-2.523.761,61			-2.523.761,61
5.2.3.1.7.02.08 - Créditos a Receber - Folha de Pagtº				0,00
5.2.3.1.7.05.02 - Adiantamentos Concedidos n/Financ.				0,00
5.2.3.1.7.06.01 - Depósitos Compulsórios				0,00
5.2.3.3.1.07.01 - Provisão p/13º. Salário				0,00
5.2.3.3.1.07.02 - Provisão p/ Férias	-4.452.122,58			-4.452.122,58
6.1.3.1.2.04.00 - Créditos Diversos a Receber				0,00
6.2.3.1.7.02.04 - Créditos por Cessão de Pessoal	2.425.596,35			2.425.596,35
6.2.3.3.1.04.00 - Obrigações de Exerc. Anteriores				0,00
6.2.3.3.1.07.01 - Provisão p/13º. Salário				0,00
6.2.3.3.1.07.02 - Provisão p/Férias	2.776.962,97			2.776.962,97
6.2.3.3.1.07.09 - Obrigações Trabalhista em Litígio				0,00
3.2.2 Benefícios Sociais	-8.222.983,11	-12.559,42	0,00	-8.235.542,53
3.3.1.9.0.08.01 - Auxilio Funeral Ativo Civil				0,00
3.3.1.9.0.08.90 - Integ.Dados Orgão Entid. Parc. SIAFI				0,00
3.3.1.9.0.08.99 - Outros Benefícios Assistenciais				0,00
3.3.3.9.0.08.51 - Auxílio Doença				0,00
3.3.3.9.0.08.54 - Auxílio Funeral	-599,61			-599,61
3.3.3.9.0.08.55 - Auxílio Creche	-604.886,52			-604.886,52
3.3.3.9.0.39.40 - Programa Alimentação-PAT	-7.886.005,22			-7.886.005,22
3.3.3.9.0.39.72 - Vale-Transporte	-367.865,01	-12.559,42		-380.424,43
5.2.3.1.4.00.00 - Baixa de Títulos e Valores	-8.053.211,99			-8.053.211,99
6.2.3.1.4.00.00 - Incorporação de Títulos e Valores	8.689.585,24			8.689.585,24
3.2.3 Honorários da Diretoria e Conselhos	-1.088.320,06			-1.088.320,06
3.3.1.9.0.11.71 - Remuneração de Diretores	-830.459,03			-830.459,03
3.3.3.9.0.36.45 - Jetons a Conselheiros	-257.861,03			-257.861,03
3.2.4 Encargos Sociais	-30.805.951,29			-30.805.951,29
3.3.1.9.0.07.01 - Complem. de Previdência-FIPECQ	-4.885.802,18			-4.885.802,18
3.3.1.9.0.13.01 - FGTS	-7.413.410,92			-7.413.410,92
3.3.1.9.0.13.02 - INSS	-18.506.738,19			-18.506.738,19
3.3.1.9.0.13.16 - Contr.0,5% s/Rem. mês Anterior-LC101				0,00
3.2.5 Assistência Médica	-8.335.645,27	0,00	-1.246,00	-8.336.891,27
3.3.3.9.0.36.30 - Serviços Médicos e Odontológicos	-6.967.865,96		-1.246,00	-6.969.111,96
3.3.3.9.0.39.50 - Serv. Méd.Hosp.,Odont. e Laboratoriais	-1.367.779,31			-1.367.779,31
3.2.6 Benefício a Empregados	-5.353.525,36	0,00	0,00	-5.353.525,36
5.2.3.3.1.07.16 - Provisão de participação de empregados	-5.353.525,36	0,00	0,00	-5.353.525,36

FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP
Demonstração do Resultado em 31/12/2011 - Memória de Cálculo

	RIO	S.PAULO	BRASILIA	TOTAL
3.3 Despesas administrativas	-19.388.319,30	-748.351,66	-344.570,84	-20.481.241,80
3.3.1 Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.667.339,59	0,00	0,00	-1.667.339,59
5.2.3.2.8.01.01 - Administração	-1.577.803,86			-1.577.803,86
5.2.3.2.8.02.00 - Amortizações	-89.535,73			-89.535,73
3.3.2 Locação de Imóveis	-5.660.225,26	-356.549,89	-170.451,56	-6.187.226,71
3.3.3.9.0.36.01 - Condomínios				0,00
3.3.3.9.0.36.15 - Locação de Imóveis	-239.967,38	-132.330,00		-372.297,38
3.3.3.9.0.39.02 - Condomínios	-2.951.006,20	-91.889,89	-13.446,30	-3.056.342,39
3.3.3.9.0.39.10 - Locação de Imóveis	-2.469.251,68	-132.330,00	-157.005,26	-2.758.586,94
3.3.3 Locação de Bens Móveis	-190.771,21	-4.780,00	0,00	-195.551,21
3.3.3.9.0.36.16 - Locação de Bens Móveis Intangíveis				0,00
3.3.3.9.0.39.11 - Locação Softwares	-89.969,95			-89.969,95
3.3.3.9.0.39.12 - Locação de Máquinas e Equipamentos	-80.496,00	-4.780,00		-85.276,00
3.3.3.9.0.39.14 - Locação Bens Móv. outras Nat. Intang.	-20.305,26			-20.305,26
3.3.4 Manutençaõ e Conservação de Bens	-201.936,92	-9.665,03	-11.159,00	-222.760,95
3.3.3.9.0.36.18 - Manut.e Conservação Equipamentos				0,00
3.3.3.9.0.36.20 - Manut.e Conservação de Veículos				0,00
3.3.3.9.0.36.21 - Manut.e Cons.Bens Móv. outras Nat.				0,00
3.3.3.9.0.36.22 - Manut.e Conservação de Bens Imóveis		-450,00		-450,00
3.3.3.9.0.37.06 - Manut.e Conservação de Bens móveis				0,00
3.3.3.9.0.39.16 - Manut.e Conservação de Bens Imóveis	-63.574,47		-1.300,00	-64.874,47
3.3.3.9.0.39.17 - Manut.e Conservação de Maq. e Equip.	-130.379,25	-9.215,03	-9.134,00	-148.728,28
3.3.3.9.0.39.19 - Manut.e Conservação de Veículos				0,00
3.3.3.9.0.39.20 - Manut.e Cons. Bens Móv. outras Nat.	-7.983,20		-725,00	-8.708,20
3.3.3.9.0.39.95 - Manut.e Cons. Equip. de Proces.				0,00
3.3.5 Serviços de Telefonia e Energia	-1.305.488,95	-88.531,39	-39.184,49	-1.433.204,83
3.3.3.9.0.39.43 - Serviços de Energia Elétrica	-547.034,64	-26.481,39	-10.146,21	-583.662,24
3.3.3.9.0.39.58 - Serviços de Telecomunicações	-758.454,31	-62.050,00	-29.038,28	-849.542,59
3.3.6 Serviços Prestados - Pessoa Física	-1.191.327,21	-53.836,79	-988,00	-1.246.152,00
3.3.6.1 Diárias	-403.549,48	-51.740,00	-988,00	-456.277,48
3.3.3.9.0.14.14 - Diárias no País	-314.996,37	-51.740,00	-988,00	-367.724,37
3.3.3.9.0.14.16 - Diárias no Exterior	-43.671,51			-43.671,51
3.3.3.9.0.36.02 - Diárias a Colab.Eventuais no País	-26.889,20			-26.889,20
3.3.3.9.0.36.03 - Diárias a Colab.Eventuais no Exterior				0,00
3.3.3.9.0.36.46 - Diárias a Conselheiros	-17.992,40			-17.992,40
3.3.6.2 Outro Serviços	-787.777,73	-2.096,79	0,00	-789.874,52
3.3.3.9.0.36.04 - Comissões e Corretagens				0,00
3.3.3.9.0.36.05 - Direitos Autorais				0,00
3.3.3.9.0.36.06 - Serviços Técnicos Profissionais	-786.175,73			-786.175,73
3.3.3.9.0.36.27 - Serviços de Comunicação em Geral				0,00
3.3.3.9.0.36.28 - Serviço de Seleção e Treinamento				0,00
3.3.3.9.0.36.34 - Serviços de Perícias Med. p/ Beneficio	-1.602,00	-2.096,79		-3.698,79
3.3.3.9.0.36.35 - Serviços Apoio Adm.,Tec.e Operac.				0,00
3.3.3.9.0.36.39 - Fretes e Transportes de Encomendas				0,00
3.3.3.9.0.36.42 - Juros				0,00
3.3.3.9.0.36.59 - Serviços de Audio, Vídeo e Foto				0,00
3.3.3.9.0.36.96 - Outros Serv de Terc. PF-Pagtº Antecip.				0,00
3.3.3.9.0.36.99 - Outros Serviços				0,00
3.3.7 Serviços Prestados - Pessoa Jurídica	-7.730.281,68	-139.407,43	-22.680,16	-7.892.369,27
3.3.7.1 Diversos Serviços	-2.204.749,33	-4.209,93	-2.690,00	-2.211.649,26
3.3.3.9.0.37.03 - Vigilância Ostensiva	-1.127.546,36			-1.127.546,36
3.3.3.9.0.39.48 - Serviços de Seleção e Treinamento	-1.064.415,09			-1.064.415,09
3.3.3.9.0.39.57 - Serviços de Proces. de Dados				0,00
3.3.3.9.0.39.69 - Seguros em Geral	-13.458,68	-2.915,94	-2.690,00	-19.064,62
3.3.3.9.0.39.77 - Vigilância Ostensiva				0,00
5.2.3.1.7.09.01 - Despesas Antecipadas	-16.974,20	-1.293,99		-18.268,19
6.1.3.1.4.02.00 - Despesas Antecipadas	17.645,00			17.645,00

FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP
Demonstração do Resultado em 31/12/2011 - Memória de Cálculo

	RIO	S.PAULO	BRASILIA	TOTAL
3.3.7.2 Outros Serviços	-5.525.532,35	-135.197,50	-19.990,16	-5.680.720,01
3.3.3.9.0.31.02 - Premiações Artísticas				0,00
3.3.3.9.0.35.01 - Assessoria e Consultoria Técnica ou Jurídica	-33.120,00			-33.120,00
3.3.3.9.0.35.04 - Consultoria em Tecnologia da Informação	-237.178,85			-237.178,85
3.3.3.9.0.37.01 - Apoio Administrativo Tec.e Operacional	-724.588,30			-724.588,30
3.3.3.9.0.37.02 - Limpeza e Conservação	-47.085,28			-47.085,28
3.3.3.9.0.39.01 - Assinaturas de Periódicos e Anuid.	-78.199,29	-2.109,11	-1.955,65	-82.264,05
3.3.3.9.0.39.03 - Comissões e Corretagens				0,00
3.3.3.9.0.39.04 - Direitos Autorais				0,00
3.3.3.9.0.39.05 - Serviços Técnicos Profissionais	-1.546.185,35			-1.546.185,35
3.3.3.9.0.39.08 - Manut.de Software	-25.339,77			-25.339,77
3.3.3.9.0.39.09 - Armazenagem				0,00
3.3.3.9.0.39.22 - Exposições, Congres. e Conferências	-693.146,03			-693.146,03
3.3.3.9.0.39.23 - Festividades e Homenagens				0,00
3.3.3.9.0.39.25 - Taxa de Administração				0,00
3.3.3.9.0.39.29 - Honorários Advocatícios				0,00
3.3.3.9.0.39.45 - Serviços de Gás				0,00
3.3.3.9.0.39.47 - Serviço de Comunicação em Geral	-22.058,12	-22,65		-22.080,77
3.3.3.9.0.39.49 - Produções Jornalísticas				0,00
3.3.3.9.0.39.53 - Serviços de Assistencia Social				0,00
3.3.3.9.0.39.59 - Serviços de Áudio, Vídeo e Foto	-3.123,22			-3.123,22
3.3.3.9.0.39.63 - Serviços Gráficos	-162.199,46	-385,80		-162.585,26
3.3.3.9.0.39.65 - Serviços de Apoio ao Ensino	-1.429.653,53	-63.326,55		-1.492.980,08
3.3.3.9.0.39.66 - Serviços Judiciários	-377.191,35			-377.191,35
3.3.3.9.0.39.67 - Serviços Funerários				0,00
3.3.3.9.0.39.73 - Transporte de Servidores				0,00
3.3.3.9.0.39.74 - Fretes e Transportes de Encomendas	-2.565,74	-2.049,76	-1.300,00	-5.915,50
3.3.3.9.0.39.78 - Limpeza e Conservação	-2.951,00	-63.303,63	-16.734,51	-82.989,14
3.3.3.9.0.39.79 - Serv. de Apoio Adm., Tec. e Operacional				0,00
3.3.3.9.0.39.80 - Hospedagens	-4.284,46			-4.284,46
3.3.3.9.0.39.83 - Serviços de Cópias e Reprod.de Doc.	-12.822,88			-12.822,88
3.3.3.9.0.39.86 - Patrocínio	-100.000,00			-100.000,00
3.3.3.9.0.39.92 - Serviço de Publicidade Institucional	-450,00			-450,00
3.3.3.9.0.39.94 - Aquisição de Softwares de Aplicação				0,00
3.3.3.9.0.39.97 - Comunicação de Dados	-4.614,91			-4.614,91
3.3.3.9.0.39.99 - Outros Serv. Terc. - Pessoa Jurídica	-18.774,81	-4.000,00		-22.774,81
3.3.8 Material de Consumo	-316.878,83	-6.593,13	-8.302,32	-331.774,28
3.3.3.9.0.30.01 - Combustíveis e Lubrif. Automotivos		-50,00		-50,00
3.3.3.9.0.30.04 - Gás e Outros Materiais Engarrafados				0,00
3.3.3.9.0.30.07 - Gêneros de Alimentação	-22.640,00	-2.060,13	-668,38	-25.368,51
3.3.3.9.0.30.09 - Material Farmacológico				0,00
3.3.3.9.0.30.10 - Material Odontológico				0,00
3.3.3.9.0.30.14 - Material Educativo e Esportivo				0,00
3.3.3.9.0.30.15 - Material p/Festividades/ Homenagens				0,00
3.3.3.9.0.30.16 - Material de Expediente	-98.828,34	-1.254,68	-251,80	-100.334,82
3.3.3.9.0.30.17 - Material de Proces. de Dados	-5.073,70		-5.983,60	-11.057,30
3.3.3.9.0.30.19 - Material de Acondic. e Embalagem				0,00
3.3.3.9.0.30.20 - Material de Cama, Mesa e Banho				0,00
3.3.3.9.0.30.21 - Material de Copa e Cozinha	-25.239,39	-936,51		-26.175,90
3.3.3.9.0.30.22 - Material de Limpeza e Prod.Higienização	-98.303,11	-2.067,56	-1.398,54	-101.769,21
3.3.3.9.0.30.23 - Uniformes, Tecidos e Aviamentos				0,00
3.3.3.9.0.30.24 - Material p/Manut. de Bens Imóveis	-53.755,66			-53.755,66
3.3.3.9.0.30.25 - Material p/Manut. de Bens Móveis	-9.897,84	-99,25		-9.997,09
3.3.3.9.0.30.26 - Material Elétrico e Eletrônico	-21.680,19	-125,00		-21.805,19
3.3.3.9.0.30.28 - Material de Proteção e Segurança				0,00
3.3.3.9.0.30.29 - Material p/Audio,Vídeo e Foto				0,00
3.3.3.9.0.30.30 - Material p/Comunicações				0,00
3.3.3.9.0.30.35 - Material Laboratorial				0,00
3.3.3.9.0.30.36 - Material Hospitalar	-180,00			-180,00
3.3.3.9.0.30.39 - Material p/Manutenção de Veículos				0,00
3.3.3.9.0.30.41 - Material p/Utilização em Gráfica				0,00
3.3.3.9.0.30.42 - Ferramentas				0,00
3.3.3.9.0.30.44 - Material de Sinalizaão Visual e Outros				0,00
3.3.3.9.0.30.47 - Aquisição de Softwares de Base				0,00
3.3.3.9.0.30.48 - Bens Móveis Não Ativáveis	-11.491,45			-11.491,45
3.3.3.9.0.30.50 - Bandeiras Flâmulas e Insignias	-280,00			-280,00
3.3.3.9.0.30.96 - Material de Consumo-Pagtº. Antecipado				0,00
3.3.3.9.0.30.99 - Outros Materiais Consumo				0,00
3.3.3.9.0.32.00 - Material de Distribuição Gratuita				0,00
3.3.3.9.0.39.63 - Serviços Gráficos				0,00
5.2.3.1.2.02.01 - Consumo p/Requisição	-200.942,21			-200.942,21
5.2.3.1.2.02.02 - Consumo Imediato	-130.931,60	-6.593,13	-8.302,32	-145.827,05
6.1.3.1.1.02.02 - Bens de Estoque	352.049,68	6.593,13	8.302,32	366.945,13
6.1.3.1.3.04.39 - Incorporação Serv.Terceiros PJ	10.314,98			10.314,98
3.3.9 Transporte de Pessoal	-1.204.412,17	-88.988,00	-91.805,31	-1.385.205,48
3.3.3.9.0.33.01 - Passagens para o País	-1.103.339,96	-160,00		-1.103.499,96
3.3.3.9.0.33.02 - Passagens para Exterior	-25.243,95			-25.243,95
3.3.3.9.0.33.03 - Locação de Meios de Transportes	-74.428,26	-83.967,15	-91.805,31	-250.200,72
3.3.3.9.0.33.05 - Locomoção Urbana	-1.400,00	-1.567,51		-2.967,51
3.3.3.9.0.33.08 - Pedágios		-3.293,34		-3.293,34
3.3.3.9.0.33.96 - Pas. Desp. c/Locomoção- Pagtº.Antecip.				0,00
				0,00

FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP
Demonstração do Resultado em 31/12/2011 - Memória de Cálculo

	RIO	S.PAULO	BRASILIA	TOTAL
3.3.10 Diversos	80.342,52	0,00	0,00	80.342,52
3.3.3.5.0.41.08 - Entidades Representativas de Classe	-455.749,37			-455.749,37
3.3.3.9.0.39.07 - Descontos Financeiros Concedidos				0,00
3.3.3.9.0.39.35 - Multas Dedutíveis	-7.559,55			-7.559,55
3.3.3.9.0.39.36 - Multas Indedutíveis	-80.898,64			-80.898,64
3.3.3.9.0.39.37 - Juros	-14.048,11			-14.048,11
3.3.3.9.0.39.81 - Serviços Bancários	-673,00			-673,00
5.2.3.2.1.04.00 - Bens de Estoque	-17.328,04			-17.328,04
6.1.3.1.4.02.00 - Despesas Antecipadas				0,00
6.2.3.2.1.01.00 - Bens Imóveis	626.000,00			626.000,00
6.2.3.2.1.04.00 - Bens de Estoque	30.599,23			30.599,23
3.4 Despesas Tributárias	-16.109.906,53	-49.864,10	-3.255,47	-16.163.026,10
3.3.3.9.0.47.02 - IPTU	-281.528,69	-37.778,63	-3.255,47	-322.562,79
3.3.3.9.0.47.05 - IPVA	-872,05	-1.846,83		-2.718,88
3.3.3.9.0.47.08 - Imposto s/Serviços de Qualquer Nat.				0,00
3.3.3.9.0.47.09 - IOF	-222.466,73			-222.466,73
3.3.3.9.0.47.10 - Taxas	-33.493,59	-10.238,64		-43.732,23
3.3.3.9.0.47.15 - Multas				0,00
3.3.3.9.0.47.16 - Juros				0,00
3.3.3.9.0.47.18 - Contribuições Prev.-Serviços Terceiros	-210.096,51			-210.096,51
3.3.3.9.0.47.27 - Multas Indedutíveis				0,00
3.3.3.9.0.47.28 - Imposto Transmissão de Imóvel				0,00
6.2.3.1.7.09.01 - Valores Pendentes / Desp. Antecipadas				0,00
3.3.3.9.0.47.11 - COFINS	-13.214.149,64			-13.214.149,64
3.3.3.9.0.47.12 - Contribuição p/o PIS/PASEP	-2.147.299,32			-2.147.299,32
3.5 Outras receitas operacionais	1.401.844,17	0,00	0,00	1.401.844,17
5.2.3.2.3.07.01 - Variação Cambial Financeira				0,00
4.1.3.2.2.00.00 - Dividendos				0,00
6.2.3.2.3.05.07 - Juros sobre Créditos Tributários	1.178.259,98			1.178.259,98
6.2.3.2.3.07.01 - Financeira				0,00
4.1.9.2.2.07.00 - Recuperação de Desp Exerc Anter.	223.584,19			223.584,19
6.2.3.3.1.01.00 - Operações de Crédito - em Contratos				0,00
6.2.3.3.1.18.00 - Obrigações Diferidas				0,00
4- Outras receitas (despesas)	**330.362,48**	**0,00**	**0,00**	**330.362,48**
4.2.2.1.6.00.00 - Alienação de móveis e utensílios	26.280,00			26.280,00
5.2.2.3.1.00.00 - Correspondência de Créditos				0,00
6.2.2.3.1.00.00 - Correspondencia de Débitos				0,00
5.2.3.1.2.01.03 - Perda				0,00
5.2.3.1.2.01.04 - Doações				0,00
5.2.3.1.2.01.07 - Leilão	-401.832,07			-401.832,07
5.2.3.1.2.01.12 - Transferências				0,00
5.2.3.1.2.01.16 - Inservibilidade				0,00
6.2.3.1.2.00.00 - Incorporação de Bens Móveis				0,00
6.2.3.1.2.01.02 - Doações Intra-Orçamentárias				0,00
6.2.3.1.2.01.04 - Doações	1.220,00			1.220,00
6.2.3.1.2.01.13 - Adjudicação	306.179,54			306.179,54
6.2.3.1.2.01.18 - Incorp.Bens Móveis/Localização				0,00
6.2.3.1.2.01.19 - Incorp.Bens Móveis/Classificação				0,00
6.2.3.1.7.03.03 - Diversos Responsáveis - Inscrição				0,00
6.2.3.2.8.01.00 - Reversão da Depreciação	398.515,01			398.515,01
RESULTADO ANTES DO IRPJ E DA CSLL	**134.263.507,70**	**-810.775,18**	**-350.508,53**	**133.102.223,99**
5- Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	**-37.691.881,01**	**0,00**	**0,00**	**-37.691.881,01**
3.3.3.9.0.47.03 - Imposto de Renda	-23.509.353,37			-23.509.353,37
3.3.3.9.0.47.13 - Contribuição Social s/ Lucro	-14.182.527,64			-14.182.527,64
6- Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	**-9.753.937,22**	**0,00**	**0,00**	**-9.753.937,22**
5.2.3.1.7.10.09 - Créditos Tributários (IRPJ)	-10.130.376,89			-10.130.376,89
6.2.3.1.7.10.07 - Créditos Tributários (IRPJ)	3.843.255,58			
6.2.3.3.1.18.00 - Obrigações Diferidas (IRPJ)	190.910,52			190.910,52
6.2.3.1.7.10.07 - Créditos Tributários (CSSL)	2.305.953,34			
5.2.3.1.7.10.09 - Créditos Tributários (CSSL)	-6.078.226,13			-6.078.226,13
6.2.3.3.1.18.00 - Obrigações Diferidas (CSSL)	114.546,36			114.546,36
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**86.817.689,47**	**-810.775,18**	**-350.508,53**	**85.656.405,76**

FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP
Demonstração do Resultado em 31/12/2011 - Memória de Cálculo

	RIO	S.PAULO	BRASILIA	TOTAL
Resultados Compensatórios	**-1.159.989,72**	**809.481,19**	**350.508,53**	**0,00**
3.3.3.9.0.39.57 - Serviços de Proces. de Dados				0,00
3.3.3.9.0.67.02 - Depósitos Judiciais	-4.679.495,79			-4.679.495,79
6.1.3.1.2.03.00 - Depósitos Realizáveis Vinculados	4.679.495,79			4.679.495,79
3.3.3.9.0.39.69 - Seguros em Geral				0,00
6.1.3.1.4.02.00 - Despesas Antecipadas				0,00
3.3.3.9.0.39.94 - Aquisição de Softwares de Aplicação				0,00
6.1.3.1.4.01.00 - Gastos Operacionais				0,00
3.3.3.9.0.39.96 - Outros Serv. Terc. PJ- Pagtº Antecipado				0,00
5.1.3.1.2.04.00 - Créditos Administ. - Recebimentos				0,00
6.1.3.1.2.05.00 - Adiantamentos Concedidos				0,00
3.3.3.9.0.47.10 - Taxas				0,00
3.4.4.9.0.39.00 - Outros Serv.de terceiros - PJ	-3.799,00			-3.799,00
6.1.3.1.1.04.00 - Bens Intangíveis	3.799,00			3.799,00
3.4.4.9.0.61.00 - Aquisição de Imóveis				0,00
3.4.4.9.0.51.00 - Obras e Instalações	-1.250.523,93			-1.250.523,93
6.1.3.1.1.01.00 - Bens Imóveis	1.250.523,93			1.250.523,93
3.4.4.9.0.52.00 - Equipamentos e Mat. Permanente	-843.563,92	-4.613,30	-6.863,47	-855.040,69
6.1.3.1.1.02.01 - Bens Móveis de Uso Permanente	843.563,92	4.613,30	6.863,47	855.040,69
3.4.5.9.0.65.04 - Cotas/ Ações de Fundos	-32.737.769,05			-32.737.769,05
6.1.3.1.1.03.00- Títulos e Valores	32.737.769,05			32.737.769,05
3.4.5.9.0.66.01 - Empréstimos Concedidos				0,00
3.4.5.9.0.66.02 - Financiamentos Concedidos	-1.753.271.729,05			-1.753.271.729,05
6.1.3.1.2.01.00 - Empréstimos e Financiamentos	1.753.271.729,05			1.753.271.729,05
3.4.6.9.0.71.01 - Amort. Dívida Cont.c/Instit.Financeira	-1.866.028,82			-1.866.028,82
3.4.6.9.0.71.03 - Amort.Dívida Contratada no Exterior	-19.900,73			-19.900,73
6.1.3.3.1.00.00 - Operações de Créditos-em Contratos	1.885.929,55			1.885.929,55
5.1.3.3.5.00.00 - Créditos de Exercícios Anteriores				0,00
4.2.1.1.2.00.00 - Obrigações do FND				0,00
4.2.1.1.4.00.00 - Obrigações Créd. Internas-FNDCT	1.947.059.470,07			1.947.059.470,07
5.1.3.3.1.01.01 - Oper.de Créditos Contratuais Internas	-1.947.059.470,07			-1.947.059.470,07
4.2.1.1.9.00.00 - Outras Operações de Crédito Internas				0,00
4.2.2.1.6.00.00 - Alienação de móveis e utensílios				0,00
4.2.2.1.9.00.00 - Alienação de Outros Bens Móveis				0,00
5.1.3.1.1.02.01 - Bens Móveis de Uso Permanente				0,00
4.1.6.0.0.02.01 - Juros de Empréstimos	355.984.070,48			355.984.070,48
4.2.3.0.0.70.02 - Amortizações de Contratos	19.471.606,57			19.471.606,57
4.2.3.0.0.80.01 - Amortizações de Bens				0,00
4.2.3.0.0.80.02 - Amortizações de Projetos	636.569.316,51			636.569.316,51
5.1.3.1.2.01.00 - Empréstimos e Financiamentos	-1.012.024.993,56			-1.012.024.993,56
4.1.3.2.4.04.00 - Fundos de Aplicações em Cotas-R. Var.				0,00
5.2.3.2.2.01.00 - Desvalorização de Titulos e Valores				0,00
5.2.3.1.4.00.00 - Baixa de Títulos e Valores (Ret.Fundo)				0,00
5.2.3.1.7.01.99 - Outros Créditos a Receber				0,00
6.2.3.1.7.99.00 - Incorporação de Outros Direitos				0,00
6.2.3.3.1.04.00 - Obrigações de Exerc. Anteriores				0,00
5.1.3.3.2.00.00 - Aumento de Capital				0,00
5.1.2.1.3.01.00 - Sub-Repasse Concedido	-1.170.846,88	-447,06		-1.171.293,94
6.1.2.1.3.01.00 - Sub-Repasse Recebido	447,06	814.310,90	356.535,98	1.171.293,94
5.2.2.1.3.00.00 - Títulos e Valores				0,00
6.2.2.1.3.00.00 - Títulos e Valores				0,00
5.2.2.2.1.01.00 - Transferências Concedidas				0,00
5.2.2.3.1.00.00 - Corresp. de Créditos SD n/Financeiro		-4.613,30	-6.863,47	-11.476,77
6.2.2.3.1.00.00 - Corresp. de Débito SD n/Financeiro	11.476,77			11.476,77
5.2.2.3.2.00.00 - Corresp. de Créditos SD Financeiro	-1.066,67			-1.066,67
6.2.2.3.2.00.00 - Corresp. de Débito SD Financeiro		230,65	836,02	1.066,67
5.2.2.3.3.07.04 - Ajuste de Sistemas Contábeis - Finan.	-20.452.215,15			-20.452.215,15
6.2.2.3.3.07.03 - Ajuste de Sistemas Contábeis-N/Finan.	20.452.215,15			20.452.215,15

Ruben Silveira Mello Filho
Contador - CRC-RJ 056.592/O-7
CPF 598.262.907-34

ANEXO XXI – ITEM 18.3

Demonstrações Contábeis
Unidade Gestora
Contratos e Convênios

UNIDADE GESTORA - FINEP-CONTRATOS E CONVÊNIOS

NOTAS EXPLICATIVAS RELATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO DE 2011

1. OBJETIVOS DA GESTÃO

1.1- A Unidade Gestora Finep-Contratos e Convênios foi criada com a finalidade de operacionalizar os programas administrados pela FINEP (U.G. 365001) no sentido de que os mesmos não interfiram no resultado operacional da empresa.

2. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

2.1- A FINEP mantém contabilidade separada para a Unidade Gestora Finep/Contratos e Convênios, onde são registradas:

a) A entrada, como receita financeira dos recursos depositados pelos programas;

b) A saída direta dos recursos, para aplicação nos programas de responsabilidade da Finep, contabilizados como despesas;

c) O lucro do exercício no valor de R$ 34.996.03482 está composto pelo resultado da movimentação das contas da própria unidade gestora.

Glauco Antônio Truzzi Arbix
Presidente
CPF – 518.652.118/34

João Alberto de Negri
Diretor
CPF – 620.169.979/15

Fernando de Nielander Ribeiro
Diretor
CPF – 627.437.597/04

Roberto Vermulm
Diretor
CPF –758.889.048/72

Ruben Silveira Mello Filho
Contador-CRC-RJ 056.592/0-7
CPF - 598.262.907/34

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA,TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - MCTI
FINEP / CONTRATOS E CONVÊNIOS
Balanço Patrimonial em 31/12/2011 e 31/12/2010
Em Reais Mil

ATIVO	2011	2010
CIRCULANTE		
Disponibilidades	361.208	315.880
Créditos em Circulação	12.854	47.075
Créditos Tributários	-	-
Operações de Crédito	3.565	4.490
Recursos Especiais a Receber	292	33.588
Devedores Entidades e Agentes	8.997	8.997
Total do Ativo Circulante	**374.062**	**362.954**
NÃO CIRCULANTE		
Operações de Crédito	48.356	24.997
Operações de Crédito	48.356	24.997
Imobilizado	-	-
Total do Ativo Não Circulante	**48.356**	**24.997**
Total do Ativo	**422.419**	**387.951**

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

Glauco Antônio Truzzi Arbix
Presidente
CPF-518.652.118/34

João Alberto de Negri
Diretor
CPF-620.169.979/15

Fernando de Nielander Ribeiro
Diretor
CPF-627.437.597/04

Roberto Vermulm
Diretor
CPF-758.889.048/72

Ruben Silveira Mello Filho
Contador - CRC-RJ 056.592/0-7
CPF-598.262.907/34

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA,TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - MCTI
FINEP / CONTRATOS E CONVÊNIOS
Balanço Patrimonial em 31/12/2011 e 31/12/2010
Em Reais Mil

PASSIVO	2011	2010
CIRCULANTE		
Recursos da União e Depósitos de Diversas Origens	111	53
Obrigações em Circulação	15.176	15.763
Fornecedores	303	91
Exercício	303	91
Convênios a Pagar	2.614	3.123
Exercício	-	1.530
Exercícios Anteriores	2.614	1.593
Contratos de Subvenção a Pagar	12.259	12.549
Do Exercício	-	
Exercícios Anteriores	12.259	12.549
Débitos Diversos	-	-
Credores Entidades e Agentes	-	-
Outras obrigações	-	-
Total do Passivo Circulante	**15.287**	**15.816**
NÃO CIRCULANTE		
Obrigações Exigíveis a Longo Prazo	21.038	21.038
Operações de Crédito Funttel	21.038	21.038
Total do Passivo Não Circulante	**21.038**	**21.038**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Resultado Acumulado	351.098	369.492
Resultado do Período	34.996	(18.394)
Total do Patrimônio Líquido	386.094	351.098
T otal do Passivo	**422.419**	**387.951**

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

Glauco Antônio Truzzi Arbix
Presidente
CPF-518.652.118/34

João Alberto de Negri
Diretor
CPF-620.169.979/15

Fernando de Nielander Ribeiro
Diretor
CPF-627.437.597/04

Roberto Vermulm
Diretor
CPF-758.889.048/72

Ruben Silveira Mello Filho
Contador - CRC-RJ 056.592/0-7
CPF-598.262.907/34

ANEXO XXI – ITEM 18.3 : Demonstrações Contábeis - Gestão Contratos e Convênios

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA,TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - MCTI
FINEP / CONTRATOS E CONVÊNIOS
Demonstração do Resultado em 31/12/2011 e 31/12/2010
Em Reais Mil

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	2011	2010
Receita Operacional Bruta	80.204	72.844
Serviços Financeiros / Operações de Crédito	8.119	47.468
Recebimento de Recursos de Terceiros	72.085	25.377
Despesas Administrativas	(18.906)	(17.904)
Locação e Arrendamentos Mercantil	(2.377)	(1.935)
Serviços Profissionais e Contratados	(14.953)	(13.898)
Material de Consumo	-	(9)
Transporte de Pessoal	(1.576)	(2.062)
Despesas de Convênios	(26.974)	(95.696)
Despesas Financeiras	(39.207)	(14.988)
Receitas Financeiras	39.879	37.350
Lucro / Prejuízo Líquido	**34.996**	**(18.394)**

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

Glauco Antônio Truzzi Arbix
Presidente
CPF-518.652.118/34

João Alberto de Negri
Diretor
CPF-620.169.979/15

Fernando de Nielander Ribeiro
Diretor
CPF-627.437.597/04

Roberto Vermulm
Diretor
CPF-758.889.048/72

Ruben Silveira Mello Filho
Contador - CRC-RJ 056.592/0-7
CPF-598.262.907/34

ANEXO XXI – ITEM 18.3 : Demonstrações Contábeis - Gestão Contratos e Convênios

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA,TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - MCTI
FINEP / CONTRATOS E CONVÊNIOS
Balanço Patrimonial em 31/12/2011 - Memória de Cálculo
Em Reais Mil

ATIVO	**422.418.676,21**
CIRCULANTE	**374.062.323,07**
DISPONíVEL	**361.208.001,65**
DISPONÍVEL EM MOEDA NACIONAL	**361.208.001,65**
1.1.1.1.2.99.02 - Banco do Brasil	
APLICAÇÕES FINANCEIRAS-CONTA ÚNICA	**361.208.001,65**
1.1.1.1.3.11.00 - Fundo de Aplicação - Extramercado	361.208.001,65
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	**12.854.321,42**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**3.565.202,91**
1.1.2.3.2.01.00 - Financiamentos Concedidos	3.558.317,68
1.1.2.3.4.06.01 - Juros Pró-Rata s/ Financiamentos	6.885,23
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	**292.321,85**
1.1.2.1.6.04.00 - Limite de Saque com Vinculação de Pgtº	292.321,85
DEVEDORES ENTIDADES E AGENTES	**8.996.796,66**
1.1.2.2.9.08.00 - Falta ou Irregularidade de Comprovação	8.996.796,66
NÃO CIRCULANTE	**48.356.353,14**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**48.356.353,14**
1.2.2.3.2.01.00 - Financiamentos Concedidos	48.356.353,14
INTANGÍVEL	**-**
Diferido	**-**
1.4.3.3.0.00.00 - Projetos Softwares	660.198,81
1.4.3.9.0.00.00 - Amortizações	-660.198,81

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA,TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - MCTI
FINEP / CONTRATOS E CONVÊNIOS
Balanço Patrimonial em 31/12/2011 - Memória de Cálculo
Em Reais Mil

PASSIVO	**422.418.676,21**
CIRCULANTE	**15.287.112,38**
DEPÓSITOS	**110.735,78**
RECURSOS DA UNIÃO E DEP. DE DIVERSAS ORIGENS	**110.735,78**
2.1.1.2.3.01.00 - Recursos Fiscais	40.458,51
2.1.1.2.3.02.00 - Recursos Previdenciários - GPS a Emitir	70.277,27
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	**15.176.376,60**
FORNECEDORES	**303.105,35**
2.1.2.1.1.01.00 - Do Exercício	303.105,35
2.1.2.1.1.02.00 - De Exercícios Anteriores	
CONVÊNIOS A PAGAR	**2.614.497,90**
2.1.2.1.1.03.01 - Do Exercício	
2.1.2.1.1.03.02 - De Exercícios Anteriores	2.614.497,90
CONTRATOS DE SUBVENÇÃO A PAGAR	**12.258.773,35**
2.1.2.1.1.13.01 - Do Exercício	
2.1.2.1.1.13.02 - De Exercícios anteriores	12.258.773,35
DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	**0,00**
2.1.2.1.9.60.01 - Diárias	
CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	**0,00**
2.1.2.2.3.00.00 - Empréstimos e Financiamentos a Liberar	
OUTRAS OBRIGAÇÕES	**0,00**
2.1.2.9.2.00.00 -Outras obrigações Exercícios Anteriores	
NÃO CIRCULANTE	**21.037.831,23**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - EXTERNA	**21.037.831,23**
2.2.2.2.3.01.00 -Financiamentos do Ativo Permanente	21.037.831,23
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**386.093.732,60**
RESULTADO ACUMULADO	**351.097.697,78**
2.4.3.0.0.00.00 - Lucros ou Prejuízos Acumulados	351.097.697,78
RESULTADO DO PERíODO	**34.996.034,82**

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA,TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - MCTI
FINEP / CONTRATOS E CONVÊNIOS
Demonstração do Resultado em 31/12/2011 - Memória de Cálculo
Em Reais Mil

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	2011
1. RECEITA OPERACIONAL BRUTA	**80.203.988,95**
1.1. SERV. FINANCEIROS/OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**8.119.366,12**
4.1.6.0.0.99.00 - Outras Receitas de Serviços	616.979,46
4.1.9.2.2.07.00 - Recup.de Desp.de Exerc. Anteriores	7.279.260,11
6.2.3.2.3.05.08 - Juros Mensais	216.241,32
5.2.3.2.3.06.01 - Empréstimos e Financiamentos	-110.610,27
6.2.3.2.3.05.10 - Juros Pró-rata	117.495,50
1.2. RECEBIMENTO DE RECURSOS DE TERCEIROS	**72.084.622,83**
4.1.6.0.0.02.06 - Serviços de Remun. Rep. Prog.Des.Economico	63.977.237,69
4.1.6.0.0.02.99 - Outros Serviços Financeiros	8.107.385,14
2. DESPESAS ADMINISTRATIVAS	**-18.906.116,04**
2.2. LOCAÇÃO E ARRENDAMENTO MERCANTIL	**-2.377.246,39**
3.3.3.9.0.36.15 - Locação de Imóveis	-765.807,35
3.3.3.9.0.39.11 - Locação Softwares	-808.846,96
3.3.3.9.0.39.12 - Locação de Máquinas e Equips.	-802.592,08
2.4. SERVIÇOS PROFISSIONAIS E CONTRATADOS	**-14.952.984,35**
3.3.3.9.0.14.14 - Diárias no País	-17.071,60
3.3.3.9.0.14.16 - Diárias no Exterior	-6.659,93
3.3.3.9.0.36.02 - Diárias Colab.Event. no País	-15.948,40
3.3.3.9.0.36.03 - Diárias Colaboradores Event. Exterior	-3.692,00
3.3.3.9.0.36.06 - Serviços Técnicos Profissionais	
3.3.3.9.0.37.01 - Apoio Administrativo Tec.e Operac.	-6.330.099,88
3.3.3.9.0.37.02 - Limpeza e Conservação	-761.861,67
3.3.3.9.0.39.05 - Serviços Técnicos Profissionais	-121.172,40
3.3.3.9.0.39.08 - Manut. de Software	-147.446,17
3.3.3.9.0.39.10 - Locação de Imóveis	-460.200,04
3.3.3.9.0.39.17 - Manut e Conservação de Maq e Equip.	-64.131,84
3.3.3.9.0.39.22 - Exposições, Congressos e Conf.	-612.299,63
3.3.3.9.0.39.47 - Serviços de Comunicação em Geral	-604.798,42
3.3.3.9.0.39.48 - Serviços de Seleção e Treinamento	-62.319,75
3.3.3.9.0.39.57 - Serviços de Processamento de Dados	-4.923,84
3.3.3.9.0.39.63 - Serviços Gráficos Editoriais	-12.853,50
3.3.3.9.0.39.69 - Seguros em Geral	-3.634,00
3.3.3.9.0.39.79 - Serviço de Apoio Administ. Tec. e Oper.	-1.133.611,06
3.3.3.9.0.39.80 - Hospedagem	-6.248,82
3.3.3.9.0.39.81 - Serviços Bancários	-156,65
3.3.3.9.0.39.83 - Serviços de Cópias e Reprodução de Documentos	-880.997,84
3.3.3.9.0.39.92 - Serviços de Publicidade Institucional	-3.487.067,72
3.3.3.9.0.39.95 - Manut. e Conserv. Equip. de Processsamento	-215.789,19
2.5. MATERIAL DE CONSUMO	**0,00**
3.3.3.9.0.30.17 - Material de Proces. de Dados	
5.2.3.1.2.02.02 - Consumo Imediato	
6.1.3.1.1.02.02 - Bens de Estoque	
2.6. TRANSPORTE DE PESSOAL	**-1.575.885,30**
3.3.3.9.0.33.01 - Passagens para o País	-1.489.465,27
3.3.3.9.0.33.02 - Passagens para Exterior	-82.987,41
3.3.3.9.0.33.03 - Locação de Meios de Transporte	-3.432,62

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA,TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - MCTI
FINEP / CONTRATOS E CONVÊNIOS
Demonstração do Resultado em 31/12/2011 - Memória de Cálculo
Em Reais Mil

3. DESPESAS DE CONVÊNIOS	**-26.973.854,12**
3.3.3.5.0.41.01 - Inst. de Caráter Assist. Cult. Educ.	-16.812.438,84
3.3.3.5.0.41.03 - Inst. de Pesquisa e Desenvolv.	-6.335.151,57
3.3.3.6.0.41.02 - Inst.de caráter Industrial	-3.549.686,90
3.3.3.6.0.41.05 - Inst.de caráter Comercial	-276.576,81
4. RESULTADOS COMPENSATÓRIOS	**0,00**
3.4.4.9.0.52.00 - Equipamentos e Material Permanente	
6.1.3.1.1.02.01 - Bens Móveis de Uso Permanente	
3.4.5.9.0.66.02 - Financiamentos Concedidos	-30.697.929,12
6.1.3.1.2.01.00 - Empréstimos e Financiamentos	30.697.929,12
4.1.6.0.0.02.01 - Juros de Empréstimos	216.241,32
4.2.3.0.0.80.02 - Amortização de Projetos	8.359.052,77
5.1.3.1.2.01.00 - Empréstimos e Financiamentos	-8.575.294,09
5.2.2.3.2.00.00 - Correspondência de Créditos	-441.745,81
6.2.2.3.2.00.00 - Correspondência de Débitos	441.745,81
5. DESPESAS FINANCEIRAS	**-39.207.162,97**
3.3.3.9.0.39.35 - Multas Dedutíveis	
3.3.3.9.0.39.37 - Juros	
3.3.3.9.0.93.02 - Restituições	-31.396.954,17
5.2.3.1.2.01.02 - Doações Intra-Orçamentárias	
5.2.3.1.7.01.04 - Créditos Tributários	-7.798.488,18
5.2.3.1.7.03.03 - Diversos Responsáveis - Cancelamento	
5.2.3.2.3.07.02 - Variação Cambial n/Financeira	-11.720,62
6. RECEITAS FINANCEIRAS	**39.879.179,00**
4.1.3.2.5.00.00 - Remun.de Depósitos Bancários	31.561.734,75
4.1.6.0.0.02.01 - Juros de Empréstimos	
4.1.9.1.9.27.00 - Multas e Juros Previstos em Contratos	16.807,31
6.2.3.1.7.01.04 - Créditos Tributários	7.798.488,18
6.2.3.1.7.03.03 - Diversos Responsáveis - Inscrição	
6.2.3.2.3.04.03 - Créditos a Receber	50.787,62
6.2.3.2.3.04.05 - Emprést. e Financ. Concedidos	49.711,14
6.2.3.3.1.04.00 - Obrigações de Exercícios Anteriores	401.650,00
7. LUCRO / PREJUÍZO LÍQUIDO	**34.996.034,82**

ANEXO XXII – ITEM 18.4

Composição Acionária do Capital Social

ANEXO XXII – ITEM 18.4: Composição Acionária do Capital Social

FINEP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
QUADRO 05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL (CONTA - 24.121.00.00)
POSIÇÃO EM : 31.12.2011

D I S C R I M I N A Ç Ã O	VALORES EM R$ 1,00
A FINEP é uma Empresa Pública criada nos termos do Decreto Lei nº 200 de 25.02.67, modificado pelo Decreto-Lei nº 900 de 29.09.69.	
O Capital da FINEP é composto por 300.000.000 (trezentos milhões) de aços ordinárias nominativas sem valor nominal, conforme artigo 7º do estatuto aprovado pelo Decreto nº 1.808, de 7 de fevereiro de 1996 e alterado pelo Decreto nº 2.471 de 26.01.1998 de 26.01.1998, sendo 100% do seu capital de propriedade do Tesouro Nacional.	
Ao Tesouro Nacional é reservado, em qualquer hipótese, a participação mínima no Capital Social com direito a voto,necessária à manutenção do controle acionário, sendo-lhe garantido sempre, em todas as emissões de ações, manter esta situação.	
CAPITAL SOCIAL APROVADO PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA CONFORME ART. 3º DO DECRETO Nº 3.987 DE 29/10/2001.	537.268.098,97
(+) AUTORIZAÇÃO DE AUMENTO DE CAPITAL SOCIAL COM QUOTAS DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO-FND INTEGRALIZADAS PELO TESOURO NACIONAL EM 28.12.2001 CONFORME ARTIGO 4º DO DECRETO 3.987 DE 29.10.2001.	320.000.000,00
VALOR DA CONTA CAPITAL(conta 24.121.00.00) 31/12/2008	857.268.098,97
(+) AUTORIZAÇÃO DE AUMENTO DE CAPITAL SOCIAL COM QUOTAS DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO-FND EM 15/12/2009 CONFORME ARTIGO 1º DO DECRETO S/N E INTEGRALIZADAS EM 18/12/2009 CONFORME CI-FND Nº.078A	524.000.000,00
(-) REDUÇÃO DO CAPITAL SOCIAL CONFORME ARTIGO 2º DO DECRETO S/N DE 15/12/2009 REFERENTE AOS PREJUÍZOS ACUMULADOS ATÉ 31/12/2008.	479.716.167,62
AUTORIZAÇÃO CONCEDIDA PELO DECRETO Nº 7.322 DE 30.09.2010 VALOR DA CONTA CAPITAL (conta 24.121.00.00) EM 31.12.2010.	901.551.931,35

Ruben Silveira Mello Filho
Contador - CRC-RJ 056.592/O-7
CPF - 598.262.907/34

ANEXO XXIII – ITEM 18.5

Parecer da Auditoria Independente sobre as Demonstrações Contábeis

MACIEL
www.macielauditores.com.br
AUDITORES & CONSULTORES
Fone: (51) 3037.5034

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Financiadora de Estudos E Projetos – FINEP
Rio de Janeiro/RJ

Examinamos as demonstrações financeiras da Financiadora de Estudos E Projetos – FINEP do Estado do Rio de Janeiro, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração da Financiadora de Estudos E Projetos – FINEP é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das

estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

OPINIÃO

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

ÊNFASE

A Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP descreve em nota explicativa item n°6 com base na Resolução do Conselho Monetário Nacional – CVM 66/68 que mantém consignada na rubrica Outros Créditos – Créditos Específicos do Ativo Não Circulante o valor de R$ 25.471 mil, valor este a débito do Tesouro Nacional.

Enfatizamos que a assessoria jurídica interna entende que o montante de R$129.457 mil contabilizado na conta Contingências Trabalhistas conforme nota explicativa item n°13 é suficiente para atender as demandas judiciais. Cabe registrar que o parecer da Assessoria Jurídica Externa da FINEP, classificou com possibilidade de perda provável o montante de R$ 241.239mil.

OUTROS ASSUNTOS

Auditoria dos valores referentes ao exercício anterior.

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31/12/2010, apresentados para fins de comparação foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório, datado de 21 de março de 2011, com ênfase semelhante a creditos específicos.

Rio de Janeiro, 16 de Março de 2012.

MACIEL AUDITORES INDEPENDENTES
2 CRC RS – 005460/0-O – "S" – RJ
ROGER MACIEL DE OLIVEIRA
1CRC RS – 71.505/O-3– "S" - RJ
Responsável Técnico

ANEXO XXIV – ITEM 19.2

Remuneração Paga aos Administradores

ANEXO XXIV– ITEM 19.2: Remuneração Paga aos Administradores

Conselho de Administração															
Nome do Conselheiro(a)	**Período**		**Remuneração - Em R$**												
	Início	**Fim**	**jan**	**fev**	**mar**	**abr**	**mai**	**jun**	**jul**	**ago**	**set**	**out**	**nov**	**dez**	**Total**
Paulo Bernardo Silva - Titular	12/08/2011	-								1.783,35	2.815,83	2.815,83	2.815,83	6.438,61	16.669,45
Cezar Santos Alvarez - Titular	27/07/2007	30/07/2011	3.300,97	2.815,83	2.815,83	2.815,83	3.292,32	2.815,83	750,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.607,49
Luiz Antonio Rodrigues Elias - Titular	27/05/2011	30/07/2011	3.300,97	2.815,83	2.815,83	2.815,83	3.292,32	2.815,83	563,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.419,77
Eduardo Martins Pereira - Titular	12/08/2011	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			1.783,35	2.815,83	2.815,83	2.815,83	6.438,61	16.669,45
João Alberto De Negri - Titular	21/12/2007	28/02/2011	3.300,97	2.815,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.116,80
Júlio Alexandre Menezes da Silva - Titular	27/05/2010	-	3.300,97	2.815,83	2.815,83	2.815,83	3.292,32	2.815,83	2.815,83	2.815,83	2.815,83	2.815,83	0,00	0,00	29.119,93
Pedro de Carvalho Pontual - Titular	12/08/2011	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.783,35	2.815,83	2.815,83	2.815,83	6.438,61	16.669,45
Aloízo Mercadante Oliva - Titular	10/08/2011	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.971,08	2.815,83	2.815,83	2.815,83	6.438,61	16.857,18
Total - Conselho de Administração	-	-	13.203,88	11.263,32	8.447,49	8.447,49	9.876,96	8.447,49	4.129,87	10.136,96	14.079,15	14.079,15	11.263,32	25.754,44	139.129,52

Conselho Fiscal															
Nome do Conselheiro(a)	**Período**		**Remuneração - Em R$**												
	Início	**Fim**	**jan**	**fev**	**mar**	**abr**	**mai**	**jun**	**jul**	**ago**	**set**	**out**	**nov**	**dez**	**Total**
Marco Antonio de Oliveira - Titular	27/05/2011	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.815,83	3.285,13	2.815,83	2.815,83	2.815,83	2.815,83	6.438,61	23.802,89
Obdulia Almeida Belmonte - Titular	28/05/2010	30/04/2011	3.300,97	2.815,83	2.815,83	2.815,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.748,46
Luiz Antonio de Mello Rebello - Titular	27/05/2011	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.815,83	3.285,13	2.815,83	2.815,83	2.815,83	2.815,83	6.438,61	23.802,89
Lena Oliveira de Carvalho - Titular	28/05/2010	-	3.300,97	2.815,83	2.815,83	2.815,83	3.292,32	2.815,83	2.815,83	2.815,83	2.815,83	2.815,83	2.815,83	6.438,61	38.374,37
Raul Pequeno Sá Carvalho - Titular	02/09/2010	17/06/2011	3.300,97	2.815,83	2.815,83	2.815,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.748,46
Total - Conselho Fiscal	-	-	9.902,91	8.447,49	8.447,49	8.447,49	3.292,32	8.447,49	9.386,09	8.447,49	8.447,49	8.447,49	8.447,49	19.315,83	109.477,07

Fonte: FINEP - ARH

ANEXO XXIV– ITEM 19.2: Remuneração Paga aos Administradores

Valores em R$ correntes

Identificação do Órgão			
Órgão: Conselho de Administração			
Remuneração dos Administradores	***EXERCÍCIO***		
	2009	***2010***	***2011***
Número de membros:	5	5	5
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)			
a) salário ou pró-labore			
b) benefícios diretos e indiretos			
c) remuneração por participação em comitês			
d) outros			
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i))			
a) bonus			
b) participação nos resultados			
c) remuneração por participação em reuniões	172.664,27	141.090,84	139.129,52
d) comissões			
e) outros			
III – Total da Remuneração (I + II)			
IV – Benefícios pós-emprego			
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo			
VI – Remuneração baseada em ações			

Fonte: FINEP - ARH

Valores em R$ correntes

Identificação do Órgão			
Órgão: Conselho Fiscal			
Remuneração dos Administradores	***EXERCÍCIO***		
	2009	***2010***	***2011***
Número de membros:	3	3	3
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)			
a) salário ou pró-labore			
b) benefícios diretos e indiretos			
c) remuneração por participação em comitês			
d) outros			
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i))			
a) bonus			
b) participação nos resultados			
c) remuneração por participação em reuniões	101.868,39	105.952,52	109.477,07
d) comissões			
e) outros			
III – Total da Remuneração (I + II)			
IV – Benefícios pós-emprego			
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo			
VI – Remuneração baseada em ações			

Fonte: FINEP - ARH

ANEXO XXIV– ITEM 19.2: Remuneração Paga aos Administradores

Valores em R$ correntes

Identificação do Órgão			
Órgão: Diretoria Executiva			
Remuneração dos Administradores	***EXERCÍCIO***		
	2009	***2010***	***2011***
Número de membros:	4	4	4
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	1.192.577,44	1.229.106,59	1.165.986,61
a) salário ou pró-labore	1.123.480,60	1.161.093,67	1.047.864,24
b) benefícios diretos e indiretos	69.096,84	68.012,92	118.122,37
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i))	15.416,00	38.324,00	28.743,00
a) participação nos resultados	15.416,00	38.324,00	28.743,00
III – Total da Remuneração (I + II)			
IV – Benefícios pós-emprego	-	-	-
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-
VI – Remuneração baseada em ações	-	-	-

Fonte: FINEP - ARH

Valores em R$ correntes

Identificação do Órgão			
Órgão: Diretoria Executiva [1]			
Reconhecimento de Bônus e Participação de Resultados	***EXERCÍCIO***		
	2009	***2010***	***2011***
I – Bônus (a+b+c+d)			
a) valor mínimo previsto no plano de remuneração			
b) valor máximo previsto no plano de remuneração			
c) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas			
d) valor efetivamente reconhecido no resultado			
II – Participação no Resultado (e+f+g+h)2	15.416,00	38.324,00	28.743,00
e) valor mínimo previsto no plano de remuneração			
f) valor máximo previsto no plano de remuneração			
g) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas			
h) valor efetivamente reconhecido no resultado			
III – Total (I + II)	15.416,00	38.324,00	28.743,00

ANEXO XXV – ITEM 19.4

Demonstrativo das Aplicações nos Planos de Previdência da FIPECq

ANEXO XXV – ITEM 19.4: Demonstrativo das Aplicações nos Planos de Previdência da FIPECq

DEMONSTRATIVO DAS APLICAÇÕES - Exercício 2011

APLICAÇÃO	PLANOS						CONSOLIDADO	
	PPC		FIPECqPREV		PGA			
	R$	%	R$	%	R$	%	R$	%
Disponível	487.619,99	0,06	32.358,23	0,21	2.520,93	0,01	522.499,15	0,06
Títulos Públicos	20.208.365,14	2,48	343.904,21	2,22	1.292.821,30	3,28	21.845.090,65	2,51
Créditos Privados e Depósitos	343.408.457,81	42,12	6.547.195,11	42,18	18.123.974,39	45,97	368.079.627,31	42,30
Ações	120.774.591,23	14,82	2.314.726,63	14,92	6.317.683,47	16,02	129.407.001,33	14,87
Fundos de Investimento	304.766.922,43	37,39	6.266.135,57	40,38	13.687.599,83	34,72	324.720.657,83	37,32
Investimentos Imobiliários	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	24.237.991,91	2,97	-	-	-	-	24.237.991,91	2,79
Outros Realizáveis	1.293.738,69	0,16	14.742,36	0,09	-	-	1.308.481,05	0,15
				-	-	-		
Total	815.177.687,20	100,00	15.519.062,11	100,00	39.424.599,92	100,00	870.121.349,23	100,00

PPC - Plano de Previdência Complementar
FIPECq*PREV* - Plano Insituido pela FIPECqVIDA
PGA - Plano de Gestão Administrativa

Plano de Previdência Complementar - PPC - Obteve a rentabilidade nominal liquida de mais **5,08%** no decorrer do exercício de 2011.

Plano Instituidor - FIPECq*PREV* - A variação nominal da cotado Plano FIPECq*PREV*, obtida de janeiro a dezembro de 2011, foi de mais **4,42%.**

ANEXO XXVI – ITEM 19.4

Política de Investimento do Plano de Previdência Complementar PPC

Relatório Resumo de Políticas de Investimento
Entidade: 1451-FIPECQ
Plano de Benefícios: 1979001618-PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
Exercício: 2012
Data de Geração: 16/12/2011 12:11:15

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência

Período de Referência	Indexador	Taxa de Juros
01/2012 a 12/2012	INPC	5,00%

Documentação/Responsáveis

Nº da Ata de Aprovação: RCD 11/2011

Data da Aprovação pelo Conselho Deliberativo: 08/12/2011

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado			
Segmento	Nome	CPF	Cargo
PLANO	ROBERTO TEIXEIRA DE CARVALHO	347.166.297-91	Diretor Presidente e de Aplicações Financeiras

Controle de Riscos

Risco de Mercado

Risco de Liquidez

Risco de Contraparte

Risco Legal

Risco Operacional

Alocação dos Recursos

Período de Referência: 01/2012 a 12/2012			
Segmento	**Mínimo**	**Máximo**	**Alvo**
RENDA FIXA	30,00%	100,00%	59,70%
RENDA VARIÁVEL	10,00%	70,00%	29,74%
IMÓVEIS	0,00%	8,00%	1,21%
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00%	15,00%	3,31%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00%	20,00%	4,23%
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00%	10,00%	1,81%

Período de Referência: 01/2012 a 12/2012
Utiliza Derivativos? Sim

Observações

1) Os títulos da carteira de investimentos são marcados a mercado;

2) Cenário Macroeconômico
Projeções

	2012	2013	2014	2015	2016
PIB %	3,50	4,00	5,00	5,00	5,00
Selic Meta %	10,50	9,75	9,00	9,00	9,00
IPCA %	5,57	5,00	4,50	4,50	4,50
Juros Reais %	4,67	4,52	4,31	4,31	4,31

ANEXO XXVII – ITEM 19.4

Política de Investimento do Plano de Benefícios FIPECqPREV

Relatório Resumo de Políticas de Investimento
Entidade: 1451-FIPECQ
Plano de Benefícios: 2006002929-PLANO DE BENEFÍCIOS FIPECQPREV
Exercício: 2012
Data de Geração: 16/12/2011 12:13:44

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência

Período de Referência	Indexador	Taxa de Juros
01/2012 a 12/2012	INPC	5,00%

Documentação/Responsáveis

Nº da Ata de Aprovação: RCD 11/2011

Data da Aprovação pelo Conselho Deliberativo: 08/12/2011

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado			
Segmento	Nome	CPF	Cargo
PLANO	ROBERTO TEIXEIRA DE CARVALHO	347.166.297-91	Diretor Presidente e de Aplicações Financeiras

Controle de Riscos

Risco de Mercado

Risco de Liquidez

Risco de Contraparte

Risco Legal

Risco Operacional

Alocação dos Recursos

Período de Referência: 01/2012 a 12/2012			
Segmento	**Mínimo**	**Máximo**	**Alvo**
RENDA FIXA	30,00%	100,00%	60,45%
RENDA VARIÁVEL	10,00%	70,00%	39,55%
IMÓVEIS	0,00%	0,00%	0,00%
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00%	0,00%	0,00%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00%	20,00%	0,00%
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00%	10,00%	0,00%

Período de Referência: 01/2012 a 12/2012
Utiliza Derivativos? Sim

Observações

1) Os títulos da carteira de investimentos são marcados a mercado;

2) Cenário Macroeconômico
Projeções

	2012	2013	2014	2015	2016
PIB %	3,50	4,00	5,00	5,00	5,00
Selic Meta %	10,50	9,75	9,00	9,00	9,00
IPCA %	5,57	5,00	4,50	4,50	4,50
Juros Reais %	4,67	4,52	4,31	4,31	4,31

ANEXO XXVIII – ITEM 19.4

Parecer Atuarial dos Planos PPC e FIPECqPREV

Plano de Previdência Complementar/PPC

I - Custos para o exercício seguinte em relação ao anterior:

1) A aplicação da metodologia de cálculo atuarial estabelecida para o Plano de Previdência Complementar - PPC da FIPECq, utilizando as hipóteses atuariais apresentadas nestas Demonstrações Atuariais (D.A.) e o cadastro de participantes fornecido pela FIPECq, resultou no custo total de 13,92% da Folha do Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos (excluída a contribuição normal de 5,83% dos participantes aposentados destinada a participar do custeio normal dos benefícios), conforme descrito a seguir:

	CUSTO (%)	
TIPO DE BENEFÍCIO	**Ano Anterior**	**Ano Atual**
APOSENTADORIAS *1	6,75%	6,98%
INVALIDEZ/AUXÍLIO-DOENÇA	2,56%	2,50%
PENSÃO POR MORTE	2,35%	2,35%
SUB-TOTAL (1)	11,66%	11,83%
SUPLEMENTAR	-%	-%
ADMINISTRAÇÃO *2	2,06%	2,09%
SUB-TOTAL (2)	2,06%	2,09%
TOTAL (1)+(2)	13,72%	13,92%

*1: Inclui a cobertura dos Institutos do Resgate, da Portabilidade e do Benefício Proporcional Diferido.
*2: Corresponde a 15% do total das Contribuições Previdenciárias da Patrocinadora e dos Participantes.

NOTA: Na avaliação Atuarial de 2011, a idade média dos participantes ativos é de 50 anos.

2) O custo total reavaliado de 13,92% da Folha dos Salários de Participação dos Participantes Não Assistidos será custeado, no exercício de 2012, pelas contribuições descritas a seguir, dentro dos parâmetros definidos no Regulamento do Plano de Previdência Complementar - PPC da FIPECq, que mantém as alíquotas vigentes tanto para os participantes quanto para o Patrocinador, quais sejam:

Contribuições Normais	**Em %**	
Referência	**Ano Anterior**	**Ano Atual**
Contribuição Normal Média dos Ativos (alíquotas variáveis)	6,86%	6,96%
Contribuição Normal da Patrocinadora	6,86%	6,96%
Sub-Total	13,72%	13,92%
Contribuição Suplementar	-%	-%
Total Contribuições (Patrocinadoras + Participantes Ativos)	13,72%	13,92%
Contribuições Normais dos Assistidos		
Aposentados Assistidos	5,75%	5,83%
Pensionistas Assistidos	-	-

3) A Contribuição Normal Vigente, atuarialmente determinada, de 13,92% da folha do Salário Real de Contribuição corresponde exatamente ao Custo Normal atuarialmente verificado ao final de 2011, de 13,92% da folha do Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos. Tal fato significa que a Contribuição Normal que vem sendo praticada guarda conformidade com o Custo Normal reavaliado no encerramento do exercício de 2011.

II - Variação das Provisões Matemáticas no exercício encerrado em relação ao exercício anterior:

A variação do Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) deste Plano do final do ano de 2010 para o final do ano 2011, considerando a evolução das suas principais grandezas, é a seguinte:

Referência	31/12/2010	31/12/2011	Variação
Provisão de Benefícios Concedidos.....	146.431.164,00	162.527.613,00	10,99%
Provisão de Benefícios a Conceder.....	366.323.740,00	431.113.416,00	17,69%
Provisão Matemática a Constituir	-	-	-
Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial).....	512.754.904,00	593.641.029,00	15,77%

III - Principais riscos atuariais e, se for o caso, medidas para sua mitigação:

1) A situação financeiro-atuarial do Plano de Previdência Complementar - PPC vigente na FIPECq, patrocinado por FINEP, CNPq, INPE, INPA, IPEA e FIPECq, avaliado pelos mesmos regimes/métodos adotados na avaliação atuarial do ano anterior, bem como com as mesmas hipóteses atuariais adotadas na avaliação atuarial do exercício anterior, com exceção da adoção da família efetiva para os assistidos em gozo de benefício de aposentadoria e de pensão por morte e a adoção de uma projeção de crescimento real de salário anual melhor ajustada à situação dos participantes não assistidos, apresentou um Déficit Técnico Acumulado de R$ (31.148.549,06), equivalente a 5,54% do Patrimônio de Cobertura do Plano, então existente, de R$ 562.492.479,94.

2) No encerramento do exercício de 2011, a adoção da família efetiva para os assistidos em gozo de benefício de aposentadoria e de pensão por morte representou um aumento nas Provisões Matemáticas de R$ 9.147.605,00, e a adoção de uma projeção de crescimento real de salário anual melhor ajustada à situação dos participantes não assistidos representou um aumento nas Provisões Matemáticas de R$ 1.666.978,00.

3) Foram adotadas as seguintes hipóteses atuariais:

i) Tábua de Mortalidade Geral: qx da AT-2000 (masculina).
ii) Tábua de Mortalidade de Inválidos: $q_x^i = q_x$ da AT-83 (masculina).

iii) Tábua de Entrada em Invalidez: LIGHT (MÉDIA).
iv) Rotatividade: Considerada Nula.
v) Taxa real de juros/desconto: 5% ao ano.
vi) Projeção de Crescimento Real de Salários: alterada para 3,02% ao ano (em média, ao longo dos anos remanescentes de atividade)
vii) Fator de determinação do valor real dos salários ao longo do tempo: 100% face a se estar trabalhando com o Salário Real de Benefício, que corresponde à média, devidamente atualizada, dos últimos Salários Reais de Contribuição.
viii) Em relação à composição familiar, foi adotada a família efetiva para os assistidos em gozo de benefício de aposentadoria e de pensão por morte, sendo mantida a adoção da Experiência Regional observada no ano de 2009 como composição familiar dos participantes não assistidos.
ix) Fator de determinação do valor real dos benefícios da entidade ao longo do tempo: 98% (compatível com uma inflação anual média da ordem de 4% ao longo dos anos remanescentes de existência desse Plano).

4) Para o exercício de 2012, estão sendo mantidas as contribuições vigentes e, nesse contexto, não está sendo utilizado qualquer parcela do resultado acumulado no exercício anterior, ou seja:

i) Contribuição Normal dos Participantes Não Assistidos e Assistidos:
· a% = 1,40% do Salário Real de Contribuição (Salário de Participação);
· b% = 1,90% da parcela do Salário Real de Contribuição (Salário de Participação) excedente à metade do teto máximo do Salário de Contribuição da Previdência Social; e
· c% = 7,00% da parcela do Salário Real de Contribuição (Salário de Participação) excedente ao teto máximo de contribuição à Previdência Social.
ii) Contribuição Normal da Patrocinadora:
· A contribuição normal da patrocinadora é paritária com o total das contribuições normais recolhidas pelos participantes não assistidos.

5) Tomando-se por base a Resolução CGPC Nº 26/2008 de 29/09/2008, em se considerando que a existência de um Déficit Técnico Acumulado ao final do exercício de 2011 só teria de ser objeto de imediato equacionamento, se fosse de natureza estrutural (e/ou superasse a 10% do total das Provisões Matemáticas), o que, não é o caso, já que, em razão de se ter registrado ao longo de 2011 uma perda R$ (48.846.426,99) decorrente de não ter sido alcançada a meta atuarial de rentabilidade, a totalidade do Déficit Técnico Acumulado, existente em 31/12/2011, de R$ (31.148.549,06) é de natureza conjuntural. Dessa forma, em consonância com a referida Resolução CGPC Nº 26/2008, não há necessidade de se apresentar, ao longo de 2012, um Plano de Equacionamento do Déficit Técnico Acumulado do exercício de 2011.

6) A rentabilidade nominal líquida, obtida pela FIPECq na aplicação do Patrimônio de Cobertura do Plano de Previdência Complementar - PPC (incluindo o correspondente aos Benefícios Saldados), ao longo de 2011, foi de 5,08% contra uma expectativa atuarial de rentabilidade nominal líquida de 11,38% o que, em termos reais, representou obter menos 0,94%, não alcançando assim a meta atuarial de rentabilidade real líquida de 5% ao ano, tomando como indexador base o INPC do IBGE, e adotando o método da taxa interna de retorno (TIR), a partir dos fluxos mensais de receitas e despesas, na obtenção dos referidos percentuais de rentabilidade.

NOTA: Já a rentabilidade real líquida do Patrimônio Total da FIPECq obtida ao longo de 2011, medida também pelo método da Taxa Interna de Retorno (TIR), a partir dos fluxos mensais de receitas e despesas, foi de menos 0,90%.

7) À parte do Patrimônio de Cobertura do Plano de Previdência Complementar - PPC (incluído o correspondente aos Benefícios Saldados) da FIPECq, encontra-se constituído o seguinte Fundo Previdencial, em 31/12/2011: "Fundo Previdencial" constituído para dar cobertura a questionamentos judiciais, que acarretam revisões nos valores dos benefícios do PPC (incluindo os referidos Benefícios Saldados) e, subsidiariamente, a desvios desfavoráveis nas hipóteses atuariais, especialmente as relativas à mortalidade e ao retorno dos investimentos, e, também, em decorrência das autoridades competentes não terem se posicionado em relação a eventuais direitos dos que, sendo participantes celetistas, tiveram seu regime de trabalho transformado, por força de Lei, de Regime CLT para Regime Jurídico Único (RJU): R$ 246.090.366,88 (igual ao valor correspondente à parcela do Patrimônio Líquido da FIPECq não comprometida com Provisões Matemáticas, com a Reserva de Contingência ou Reserva Especial para Revisão de Plano, se existirem, com o Fundo Administrativo e com o Fundo de Seguro-Empréstimos/Financiamentos), merecendo destaque que, em 17/12/2010, foi ajuizada perante a Seção Judiciária do Distrito Federal, Ação Declaratória acerca de titularidade desse Fundo Previdencial, estão, portanto, tal situação "sub-júdice".

NOTA 1: As informações da área contábil da FIPECq nos dão conta da existência, em 31/12/2011, do saldo de R$ 2.168.846,98 no Fundo de Seguro-Empréstimos/Financiamento (Fundo Investimento).

NOTA 2: Também, fora do Patrimônio de Cobertura do PPC (incluindo os Benefícios Saldados) e do "Fundo Previdencial", apresentado neste numeral 7, encontra-se constituída, em 31/12/2011, a Provisão de R$ 5.251.094,14 relativa a questionamentos de expurgos inflacionários envolvendo valores pagos como resgate por este Plano.

IV - Qualidade da Base Cadastral Utilizada:

1) Com relação aos valores registrados como Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder, e como Déficit Técnico Acumulado, atestamos que os mesmos foram avaliados por esta Consultoria Atuarial Independente, adotando as hipóteses atuariais relacionadas no numeral 3 do item V.3. e os regimes/métodos de financiamento referidos no item V.7., bem como utilizando os dados contábeis e cadastrais que nos foram enviados pela FIPECq, sendo que os dados cadastrais foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais do exercício anterior, a qual submetemos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2011, refletida nesta D.A..

Deve-se destacar que o Benefício de Auxílio-Doença está sendo avaliado dentro do custo do Benefício de Aposentadoria por Invalidez, considerando-se o Auxílio-Doença como se fosse uma pré-invalidez, por existirem apenas cerca de 12 Participantes Não Assistidos pelo Plano.

V - Variação do Resultado no exercício encerrado, apontando as causas mais prováveis:

Déficit Técnico Esperado considerando o valor total das Provisões Matemáticas de 31/12/2011 avaliadas por recorrência desde a abertura do exercício de 2011 (partindo da avaliação atuarial de dezembro de 2010)	R$ (295.947,50) (*1)
Perda decorrente da meta atuarial de rentabilidade de 11,38% não ter sido alcançada.....	R$ (48.846.426,99)
Adoção da família efetiva nos benefícios concedidos de aposentadoria e de pensão por morte.....	R$ (9.147.605,00)
Adoção de uma projeção de crescimento real de salário anual melhor ajustada à situação dos participantes não assistidos	R$ (1.666.978,00)
Outros fatores pulverizados e de origens diversas	R$ 28.808.408,43
Déficit Técnico Apurado na Reavaliação Atuarial de 31/12/2011.....	R$ (31.148.549,06) (*2)

(*1) R$ 562.492.479,94 - R$ 562.788.427,44 = R$ (295.947,50), onde R$ 562.492.479,94 é o valor do Patrimônio de Cobertura do Plano em 31/12/2011 e onde R$ 562.788.427,44 é o valor total das Provisões Matemáticas avaliadas por recorrência (partindo da Reavaliação Atuarial de Dezembro de 2010).

(*2) Equivalente a 5,25% do valor total das Provisões Matemáticas obtido na Reavaliação Atuarial do exercício de 2011, que foi de R$ 593.641.029,00.

VI - Natureza conjuntural ou estrutural do Resultado Acumulado:

Conforme destacado no numeral 5 do item V.3., ao final de 2011, o Déficit Técnico Acumulado de R$ (31.148.549,06) é inteiramente de natureza conjuntural, tendo em vista ter se registrado ao longo de 2011 uma perda de R$ (48.846.426,99) decorrente de não ter sido alcançada a meta atuarial de rentabilidade, a qual tem perspectiva de reversão ao longo de 2012 através da recuperação nos níveis de rentabilidade do Plano.

VII - Adequação dos métodos de financiamento aplicados no caso do regime financeiro de capitalização:

Considerando que o Plano de Previdência Complementar - PPC da FIPECq é um Plano de Previdência Complementar aberto a novas adesões de participantes, o Regime Financeiro de Capitalização na versão do Crédito Unitário Projetado adotado é o adequado para avaliar os seus benefícios de Aposentadoria e de Pensão por Morte, sendo que, para o financiamento dos benefícios de auxílio-reclusão e auxílio-doença, está sendo adotado, também de forma adequada, o Regime de Financiamento de Repartição Simples.

PLANO FIPECq*PREV*

I. - Custos para o exercício seguinte em relação ao anterior:

1. A aplicação da metodologia de cálculo atuarial estabelecida para o Plano FIPECq*PREV*, dada a característica de ser um Plano (Puro) de Contribuição Definida (CD), antes e após a concessão do benefício de prestação continuada, bem como por tratar-se de um Plano Instituidor, não são apresentados percentuais de Custos para o referido Plano, merecendo destaque, o fato de haver assistidos e pensionistas oriundos do Plano de Previdência Especial - PPE da FIPECq (incorporado a esse Plano FIPECq*PREV*), em que apenas os referidos assistidos contribuem com, no mínimo, 1% de seus Salários de Participação (conforme estabelecido no artigo 72 do Regulamento de Benefícios do Plano FIPECq*PREV* da FIPECq), destinado integralmente ao custeio dos Benefícios de Pecúlio por Morte de Assistido (e com uma sobrecarga administrativa de no mínimo 15%).

NOTA: Na avaliação atuarial de 2011, a idade média dos participantes ativos é de 53 anos.

2. Considerando tratar-se de um Plano (Puro) de Contribuição Definida (CD), bem como sendo também um Plano Instituidor, não é apresentado Plano de Custeio definido para o Plano FIPECq*PREV* (uma vez que as contribuições são voluntárias e destinadas aos benefícios de prestação continuada), sendo definida uma contribuição programada mínima de R$ 32,00 (trinta e dois reais), além de uma Contribuição Mensal e Obrigatória por parte de participantes Ativos e Assistidos de, no máximo, R$ 19,20 (valores não aplicáveis aos assistidos e pensionistas oriundos do Plano de Previdência Especial - PPE (incorporado a esse Plano FIPECq*PREV*), cujas contribuições foram definidas no numeral 1 desse item V.1.).

II. - Variação das Provisões Matemáticas no exercício encerrado em relação ao exercício anterior:

A variação do Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) deste Plano do final do ano de 2010 para o final do ano 2011, considerando a evolução das suas principais grandezas, é a seguinte:

Referência	31/12/2010	31/12/2011	Variação
Provisão de Benefícios Concedidos.....	0,00	5.867.913,34	-%
Provisão de Benefícios a Conceder.....	2.004.642,96	7.119.212,90	255,14%
Provisão Matemática a Constituir	-	-	-
Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial).....	2.004.642,96	12.987.126,24	547,85%

III. - Principais riscos atuariais e, se for o caso, medidas para sua mitigação:

1)A situação financeiro-atuarial do Plano FIPECq*PREV* vigente na FIPECq, que tem na figura do Instituidor, o FIPECqVIDA, e é patrocinado pelo IPEA, CNPq e INPE, por se tratar de um Plano Instituído do tipo Contribuição Definida (Puro) não apresentou em 31/12/2011, nem Superávit Técnico Acumulado e nem Déficit Técnico Acumulado.

NOTA: Transitoriamente, por ter o FIPECq*PREV* assumido a obrigação de continuar o pagamento de um pequeno grupo de assistidos e pensionistas, em decorrência de ter incorporado o extinto Plano de Previdência Especial – PPE da FIPECq, existe o registro de uma Provisão Matemática de Benefícios Concedidos, na modalidade de Benefício Definido e, consequentemente, de um Resultado Técnico Acumulado, que, em 31/12/2011, era Superavitário em R$ 25.156,83.

2) No que se refere ao pequeno grupo de assistidos e pensionistas, na modalidade de Benefício Definido, oriundos da incorporação do extinto Plano de Previdência Especial – PPE da FIPECq, encerramento do exercício de 2011, a adoção da família efetiva para os assistidos em gozo de benefício de aposentadoria e de pensão por morte oriundos do Plano de Previdência Especial – PPE da FIPECq (incorporado a esse Plano FIPECq*PREV*) representou um aumento nas Provisões Matemáticas de R$ 37.851,73.

3) Também, no que se refere ao pequeno grupo de assistidos e pensionistas, na modalidade de Benefício Definido, oriundos da incorporação do extinto Plano de Previdência Especial - PPE da FIPECq, na avaliação atuarial de 31/12/2011, foram adotadas as seguintes hipóteses atuariais:

i)Tábua de Mortalidade Geral: qx da AT-2000 (masculina) nos Benefícios por Sobrevivência e qx da AT-83 (masculina), com o custo agravado em 25%, para os Benefícios por Morte.

ii)Tábua de Mortalidade de Inválidos: $q_x^i = q_x$ da AT-83 (masculina).

iii) Tábua de Entrada em Invalidez: -

iv) Rotatividade: Considerada Nula.

v) Taxa real de juros/desconto: 5% ao ano.

vi) Projeção de Crescimento Real de Salários: -

vii) Fator de determinação do valor real dos salários ao longo do tempo: -

viii) Em relação à composição familiar, foi adotada a família efetiva para os assistidos em gozo de benefício de aposentadoria e de pensão por morte.

ix) Fator de determinação do valor real dos benefícios da entidade ao longo do tempo: 98% (compatível com uma inflação anual média da ordem de 4% ao longo dos anos remanescentes de existência desse Plano).

4) A rentabilidade nominal líquida, obtida pela FIPECq na aplicação do Patrimônio de Cobertura deste Plano, ao longo de 2011, foi de 6,86% contra uma expectativa atuarial de rentabilidade nominal líquida de 11,38% o que, em termos reais, representou obter mais 0,74%, não alcançando assim a meta atuarial de rentabilidade real líquida de 5% ao ano, tomando como indexador base o INPC do IBGE, e adotando o método da taxa interna de retorno (TIR), a partir dos fluxos mensais de receitas e despesas, na obtenção dos referidos percentuais de rentabilidade, aplicável apenas aos assistidos e pensionistas oriundos do Plano de Previdência Especial - PPE da FIPECq (incorporado a esse Plano FIPECqPREV). Já a rentabilidade, dos demais benefícios, repassada às contas desse Plano FIPECqPREV é calculada com base na variação do valor das Cotas, conforme estabelecido no artigo 34 do Regulamento de Benefícios do Plano FIPECq*PREV* da FIPECq.

IV. - Qualidade da Base Cadastral Utilizada:

Com relação aos valores registrados como Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder, atestamos que os mesmos foram avaliados por esta Consultoria Atuarial Independente, adotando as hipóteses atuariais relacionadas no numeral 3 do item V.3. e os regimes/métodos de financiamento referidos no item V.7., bem como utilizando os dados contábeis e cadastrais que nos foram enviados pela FIPECq, sendo que os dados cadastrais foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais do exercício anterior, a qual submetemos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2011, refletida nesta D.A..

V. Variação do Resultado no exercício encerrado, apontando as causas mais prováveis:

Tão somente em relação ao pequeno grupo de assistidos e pensionistas, na modalidade de Benefício Definido, oriundos da incorporação do extinto Plano de Previdência Especial - PPE da FIPECq, a evolução do Resultado Técnico Acumulado, de 31/12/2010 para 31/12/2011, tem a seguinte abertura:

▪ Superávit Técnico Esperado considerando o valor total das Provisões Matemáticas de 31/12/2011 avaliadas por recorrência desde a abertura do exercício de 2011 (partindo da avaliação atuarial de janeiro de 2011) ……	R$ 41.955,37 **(*1)**
▪ Perda decorrente da meta atuarial de rentabilidade de 11,38% não ter sido alcançada ……	R$ (658.621,85)
▪ Adoção da família efetiva nos benefícios concedidos de aposentadoria e de pensão por morte (ver numerais 1 e 2 do item V.3.) ……	R$ (37.851,73)
▪ Outros fatores pulverizados e de origens diversas ……	R$ 679.675,04
▪ Superávit Técnico Apurado na Reavaliação Atuarial de 31/12/2011 ……	R$ 25.156,83 **(*2)**

(*1) R$ 13.012.238,07 - R$ 12.970.327,70 = R$ 41.955,37, onde R$ 13.012.238,07 é o valor do Patrimônio de Cobertura do Plano em 31/12/2011 e onde R$ 12.970.327,70 é o valor total das Provisões Matemáticas avaliadas por recorrência (partindo da Reavaliação Atuarial de janeiro de 2011).

(*2) Equivalente a 0,19% do valor total das Provisões Matemáticas obtido na Reavaliação Atuarial do exercício de 2011, que foi de R$ 12.987.126,24.

VI. Natureza conjuntural ou estrutural do Resultado Acumulado:

Por se tratar de um Plano Instituído do tipo Contribuição Definida (Puro) não se registrou, em 31/12/2011, nem Superávit Técnico Acumulado e nem Déficit Técnico Acumulado, exceto no que se refere ao pequeno grupo de assistidos e pensionistas, oriundos do Plano de Previdência Especial - PPE da FIPECq, que se encontram em gozo de benefício, na modalidade de Benefício Definido, onde se observou a existência, em 31/12/2011, de um Superávit Técnico Acumulado, que por ser inferior a 25% do total das correspondentes Provisões Matemáticas, nos termos da legislação aplicável, é entendido como de natureza conjuntural.

VII. Adequação dos métodos de financiamento aplicados no caso do regime financeiro de capitalização:

Considerando que o Plano FIPECq*PREV* da FIPECq é um Plano em que os benefícios são concedidos na modalidade de Contribuição Definida, logo, estão sendo financiados pelo regime financeiro de Capitalização Individual, exceto no que diz respeito ao pequeno número de assistidos e pensionistas, oriundos da incorporação do extinto Plano de Previdência Especial - PPE, que estão sendo financiados, adequadamente, da mesma forma que eram financiados no referido PPE, pelo regime financeiro de Capitalização na versão Agregado.

JESSÉ MONTELLO Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda.

ANEXO XXIX – ITEM 19.4

Parecer da Auditoria Independente sobre os Planos de Previdência patrocinados pela FINEP

Aos Senhores Membros da Diretoria da

FIPECq - FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMETAR DOS EMPREGADOS OU SERVIDORES DA FINEP, DO IPEA, O CNPq, DO INPE E DO INPA.

Examinamos as demonstrações contábeis da **FIPECq - FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DOS EMPREGADOS OU SERVIDORES DA FINEP, DO IPEA, DO CNPq, DO INPE E DO INPA**, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, bem como as demonstrações individuais por plano de benefício do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das obrigações atuariais para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas consolidadas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefício. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da

Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da FIPECq - Fundação de Previdência Complementar dos Empregados ou Servidores da FINEP, do IPEA, do CNPq, do INPE e do INPA em 31 de dezembro de 2011 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

Ênfases

1. Conforme mencionado na Nota Explicativa 12a, a Fundação mantém contabilizado em 31 de dezembro de 2011 um Fundo Previdencial de R$ 246.090 mil (R$ 220.940 mil em 2010), formado pelas contribuições vertidas pelas patrocinadoras CNPq, IPEA, INPE e INPA, antes de 1º de janeiro de 1991, ao plano de benefícios previdenciários em favor daqueles participantes que foram submetidos ao Regime Jurídico Único e, por consequência, tiveram a relação de patrocínio com as referidas patrocinadoras interrompida em razão da extinção de seus contratos de trabalho e para o qual as autoridades governamentais não se posicionaram em relação a eventuais direitos dos referidos participantes. Em dezembro de 2010, a FIPECq promoveu o ajuizamento de uma Ação Declaratória com o objetivo de que o Poder Judiciário (Justiça Federal) declare por sentença a destinação dos recursos referentes aos 2/3 (Fundo Previdencial) que integram o seu patrimônio atual. É incerto o desfecho deste assunto e os seus reflexos sobre as demonstrações contábeis consolidadas da Fundação e individuais do Plano de Previdência Complementar – PPC.

2. A Fundação administrou até 2003 um plano de benefício assistencial, cujas atividades foram encerradas em abril daquele mesmo ano. Naquela ocasião, foi levantado um déficit no referido programa assistencial, de R$ 4.068 mil, que foi equacionado pela FIPECq com recursos do Fundo Administrativo. Tal procedimento adotado não é permitido pelas normas regulamentares das EFPC. A Fundação solicitou autorização à Secretaria de Previdência Complementar (atualmente PREVIC) em 16 de junho de 2003 para que o referido déficit fosse equacionado da forma até então adotada, mas cujo posicionamento daquele órgão normativo se encontrava pendente. Por outro lado, a PREVIC através do Ofício 1453 de 29 de abril de 2011 requereu a Fundação para prestar esclarecimentos se os recursos do Plano Assistencial foram devolvidos ao Fundo Administrativo e se, caso contrário, qual seria o valor atualizado da importância e o cronograma de devolução dos recursos ao citado Fundo Administrativo. A FIPECq, por sua vez, informou em 24/06/2011 que, sobre este fato, houve prescrição do assunto e solicitou à PREVIC o arquivamento do processo de questionamento. Em 31 de dezembro de 2011, este déficit totaliza R$ 3.410 mil e, consequentemente, naquela data o Fundo Administrativo está demonstrado a menor por este montante, sem considerar a inflação do período e, no momento, é incerto o desfecho desse assunto e os seus consequentes reflexos nas demonstrações contábeis consolidadas da Fundação e individuais do Plano de Gestão Administrativa – PGA e do Plano de Previdência Complementar - PPC.

Adicionalmente, no mesmo Ofício 1.453/2011, a PREVIC informa que em 1991 foram feitos aportes pela Fundação ao Fundo Administrativo com recursos do Programa Previdencial, cujo valor atualizado até dezembro de 2010 era de R$ 32.112 mil. Neste Ofício a PREVIC informa, ainda, que, até então, a Secretaria de Previdência Complementar determinou através do Ofício 1.278 de 18/04/2006 a regularização deste assunto e que presentemente tal providência seja tomada, efetuado a reversão/devolução dos recursos transferidos indevidamente. A FIPECq, por outro lado, prestou esclarecimentos à PREVIC em 24/06/2011 informando que o Fundo criado em decorrência do evento extraordinário da edição da Lei 8.112/90 que, ao transformar em regime jurídico único o regime celetista dos então empregados do setor público, tal fato ocasionou perda substantiva do ingresso de recursos para a Fundação, sem que houvesse, de outro lado, condições de reduzir em igual proporção os gastos administrativos e que não há o que ser regularizado. No momento é incerto o desfecho deste assunto e os reflexos sobre as demonstrações contábeis consolidadas da Fundação e individuais do Plano de Previdência Complementar – PPC e do Plano de Gestão Administrativa.

Outros Assuntos

1. Anteriormente, auditamos o balanço patrimonial consolidado da FIPECq - Fundação de Previdência Complementar dos Empregados ou Servidores da FINEP, do IPEA, do CNPq, do INPE e do INPA em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações consolidadas das mutações do ativo líquido e do plano de gestão administrativa correspondentes ao exercício social findo naquela data, cujo relatório, datado de 16 de março de 2011, foi emitido sem modificação de opinião, mas contendo os mesmos assuntos mencionados acima sob o título de "Ênfase".

2. A Resolução CNPC nº. 08/2011 estabeleceu novos procedimentos contábeis a serem adotados pelas EFPC. Dentre eles, está a exclusão da apresentação da demonstração da mutação do ativo líquido consolidada em 31 de dezembro de 2011, sobre a qual emitimos opinião no exercício findo de 2010, e a elaboração da demonstração da mutação do patrimônio social consolidada, que inclui valores referentes ao exercício de 2010, que não foram abrangidos pela extensão de nossa auditoria daquele exercício.

Adicionalmente, os procedimentos sobre as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foram planejados e executados considerando a posição consolidada da FIPECq e não sobre as informações individuais por plano de benefício, que foram apresentadas naquele exercício em atendimento ao item 17 do Anexo "C" da Resolução CGPC nº. 28/2009, que era vigente à época. A Resolução CNPC nº. 08/2011 estabeleceu que os procedimentos de auditoria sejam planejados e executados considerando, além da posição consolidada da entidade, a posição individual dos planos de benefícios e do plano de gestão administrativa. Dessa forma, os valores referentes ao exercício de 2010 incluídos nas demonstrações da mutação do ativo líquido, do ativo líquido e das obrigações atuariais por plano de benefício não foram abrangidos pela extensão de nossa auditoria daquele exercício.

Belo Horizonte, 26 de março de 2012

TEIXEIRA & ASSOCIADOS
Auditores Independentes
CRC-MG 5.194